



RAFAEL DA CUNHA SCHEFFER

COMÉRCIO DE ESCRAVOS DO SUL PARA O SUDESTE, 1850-1888:

economias microregionais, redes de negociantes e experiência
cativa

CAMPINAS, 2012



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

RAFAEL DA CUNHA SCHEFFER

COMÉRCIO DE ESCRAVOS DO SUL PARA O SUDESTE, 1850-1888:

economias microregionais, redes de negociantes e experiência
cativa

Orientador: Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, para obtenção do título de Doutor em
História, na Área de Concentração História Social.

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Sch24c	<p>Scheffer, Rafael da Cunha, 1981- Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa / Rafael da Cunha Scheffer. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Escravos – Comércio - Brasil. 2. Escravos – Brasil - Condições sociais. 3. Escravos – Tráfico - Brasil. 4. Comerciantes. 5. Brasil – História – Império, 1822-1889. I. Slenes, Robert Wayne Andrew, 1943- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
--------	--

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Slave trade from South to South-east, 1850-1888:
local economies, traders networks and slave experience

Palavras-chave em inglês:

Slaves – Commerce - Brazil

Slaves – Brazil - Social conditions

Slave-trade – Brazil

Merchants

Brazil – History – Empire, 1822-1889

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Robert Wayne Andrew Slenes [Orientador]

Jefferson Cano,

Beatriz Gallotti Mamigonian,

José Flávio Motta

Regina Célia Lima Xavier

Data da defesa: 13-08-2012

Programa de Pós-Graduação: História

RAFAEL DA CUNHA SCHEFFER

***Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888:
economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa.***

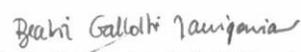
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/08/2012.

BANCA


Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes - orientador


Prof. Dr. Jefferson Cano


Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian


Profa. Dra. Regina Célia Lima Xavier


Prof. Dr. José Flávio Motta

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson (suplente)

Profa. Dra. Sílvia Hunold Lara (suplente)

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (suplente)

CAMPINAS, 2012

v

Agradecimentos

Ao concluir a pesquisa e o desenvolvimento da tese de doutorado, gostaria de agradecer pelo apoio de uma série de pessoas e instituições que as tornaram possíveis. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Robert Slenes. As discussões desenvolvidas ao longo do doutorado me ajudaram a compreender de maneira mais clara não apenas as questões contextuais da pesquisa, mas também a uma série de problemas mais profundos da historiografia sobre a escravidão, trabalho e presença afrodescendente nas Américas.

Agradeço aos membros das bancas de qualificação e especialmente da defesa da tese, pelos questionamentos e críticas que permitiram um melhor desenvolvimento e o crescimento não apenas dessa tese, mas do seu autor. A Jefferson Cano, Beatriz Mamigonian, Regina Xavier, José Flávio Motta e Sidney Chalhoub, muito obrigado.

Ao longo do doutorado tive a oportunidade de cursar diversas disciplinas que foram fundamentais para uma formação mais completa. Agradeço os professores dessas disciplinas, os já citados Robert Slenes e Sílvia Lara, e também Cristina Meneguello e Maria Helena Machado, além dos professores das linhas de pesquisa História Social da Cultura e História Social do Trabalho, grupos cujos debates das pesquisas em andamento promoveram um grande contato com problemas e discussões atuais em diversas áreas da História. Ressalto, ainda, a competência e profissionalismo dos funcionários da Unicamp, tanto da Secretária de Pós-Graduação quanto da biblioteca e demais órgãos da universidade.

A pesquisa da qual resultou a presente tese não poderia ser realizada sem a colaboração e paciência dos representantes dos acervos de, pelo menos, três localidades. Agradecemos os funcionários e a direção do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS) e do Museu da Comunicação Hipólito da Costa (MCHC), em Porto Alegre (RS); em Florianópolis, os da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC), da Biblioteca Central Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/BU), do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura, da

Universidade Federal de Santa Catarina (em especial aos professores Henrique Espada e Beatriz Mamigonian, que proporcionaram nosso acesso à digitalização dos diversos livros e cartórios de Desterro e de suas freguesias, desenvolvidos no projeto).

Em Campinas, agradecemos o acesso à documentação (quando possível) nos Tabelionatos do 1º e 2º Ofício de Notas de Campinas, Cartório Campagnone e Paula Leite, respectivamente. Na própria Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), realizamos pesquisas no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) e também no Centro de Memória da Unicamp (CMU), sendo atendidos sempre com presteza e eficiência. Além desses acervos, exploramos também o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Gostaria, ainda, de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento que permitiu o desenvolvimento da pesquisa e da presente tese, sem o qual a investigação em diversas localidades por prolongado tempo não seria possível.

Além do contato com professores e a estrutura da Unicamp, o doutorado promoveu o encontro (ou reencontro) com colegas pesquisadores de vários pontos do país. Pela amizade, boa companhia e conversas (acadêmicas e especialmente não acadêmicas), gostaria de agradecer aos meus colegas, Camilo e Maurício, amigos de longa data, Ludmila, Socorro, Evaldo, Gustavo, David, Márcio, Denise, Raquel, Ricardo, Lizandra, Kleber, Adriano, Robério, Iacy, Luciana, Lericé. A todos vocês um muito obrigado! Pela amizade e apoio durante todo esse tempo, agradeço também aos amigos Marco Antônio, Dismael, Karla, Graci, Rafael Pereira, Gisele, Wlad, Rodrigo, Nadinho, Vânia, Mano, Elaine, Vinícius, Sara, Rafaela e Narjara.

Agradeço, ainda, ao apoio da minha família por todos esses anos. Ao meu pai e irmãs, à minha avó, às minhas tias e tios, aos primos, muito obrigado pela força e ajuda prestadas em tempos turbulentos, e ao companheirismo em horas de alegria.

Por fim, agradeço à Fernanda. Companheira, amiga, crítica e “feitora”, sem sua presença me incentivando, discutindo uma série de questões e sugerindo mudanças, essa tese não teria sido desenvolvida dessa forma. E certamente minha vida não teria essa paz mesmo em tempos de mudança. Isso só possível porque tenho você ao meu lado, com seu carinho e amor. Obrigado, meu anjo!

Resumo

Analisando a questão do trabalho escravo em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, diversos historiadores apontaram a importância do tráfico interno para o fim da escravidão nessas províncias. O presente trabalho visa exatamente dar profundidade a esse tema, analisando o mercado de escravos em diversas cidades sulistas, na segunda metade do século XIX. Investigando o comércio local e interprovincial, procuro calcular seu volume e formas de operação, seu impacto na população cativa dessas províncias e suas conexões com uma cidade importadora dessa mão de obra no Sudeste, Campinas. Busco ainda os comerciantes envolvidos neste negócio, a maneira com que atuavam neste mercado, investigando algumas experiências como negociantes de escravos, de construção de laços e redes comerciais.

Para este trabalho, desenvolvi séries com diversas fontes. Registros cartoriais de compra e venda de cativos e procurações que autorizavam a negociação desses trabalhadores foram analisados para todas as cidades selecionadas para estudo. Além disso, anúncios de compra e venda de escravos, impostos sobre a sua comercialização e diversas outras fontes oficiais foram utilizadas para elucidar as questões levantadas. Por fim, explorei fontes judiciais como processos cíveis e criminais para buscar informações complementares sobre os envolvidos nesse comércio e suas práticas.

Com essa pesquisa, percebi como o mercado de escravos dessas cidades esteve ligado ao nacional. A compra de escravos nas províncias do Sul do Brasil para a revenda no Sudeste ocorreu de forma constante no período estudado, tendo seu ápice na década de 1870. Enviados em pequenos grupos através de linhas regulares de vapor ou de caminhos por terra, jovens trabalhadores do Sul chegaram em grande número para suprir a demanda de braços de Campinas e região. Diversos comerciantes se envolveram nessas transferências, na maioria das vezes desenvolvido ao mesmo tempo que outras atividades comerciais. O volume desse comércio de escravos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para o Sudeste foi importante para a localidade importadora estudada, teve reflexos na sociedade escravista do Sul do Brasil, mas seu impacto sobre essa população não parece ter sido decisivo o suficiente para responder sozinho pelo declínio da mão de obra escrava

na região, sendo necessário o estudo da mortalidade e especialmente da alforria para a compreensão do fim da escravidão na região.

Palavras-chave:

Escravidão, tráfico interno de escravos, negociantes de cativos, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Campinas.

Abstract

Analyzing the issue of slave labor in Santa Catarina and Rio Grande do Sul, many historians have pointed out the importance of internal slave trade for the end of slavery in those provinces. This thesis aims to give depth to this topic, analyzing the slave market in several southern cities in the second half of the nineteenth century. Investigating local and interprovincial trade, I try to calculate its volume and forms of operation, its impact on the captive population of these provinces and their connections to a city that import labor in Southeast, Campinas. I search traders involved in this business, the way they acted in this market, investigating some slave traders experiences and the building of business networks.

For this work, I developed series with different sources. Notarial records of purchase and sale of captives and documents that authorize the negotiation of these workers were analyzed for all cities selected for study. In addition, announcements of slave sales, taxes and other official sources were used to elucidate the issues raised. Finally, judicial sources were explored to seek additional information on those involved in this trade and its practices.

With this research, I realized how the slave market of these cities was linked to the national slave market. The purchase of slaves in the southern provinces of Brazil for resale in the Southeast occurred steadily during the study period, reaching its height in the 1870s. Sent in small groups through regular lines of steam or paths by land, young southern workers arrived in large numbers to meet the demand for arms at Campinas region. Several merchants were involved in these transfers, mostly developed while other commercial activities. The volume of the slave trade of Santa Catarina and Rio Grande do Sul to Southeast locality was important for importing region, it was reflected in the slave society of southern Brazil, but its impact on these people do not seem to have been decisive enough to answer alone for the decline of slave labor in the region, necessitating the study of mortality and especially the freedom papers for understanding the end of slavery in the region.

Keywords:

Slavery, internal slave trade, slave dealers, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Campinas.

Lista de Tabelas

Tabela 1	Campinas, Sentido do Comércio segundo as notas, 1865-1882.....	43
Tabela 2	Localidades que receberam escravos vendidos a partir de Campinas, com distâncias relativas a essa cidade.....	44
Tabela 3	Localidades participantes da redistribuição de escravos a partir de Campinas, com distâncias relativas a essa cidade.....	47
Tabela 4	Sentido da transferência de cativos segundo o período.....	48
Tabela 5	Tipo de Comércio.....	50
Tabela 6	Tipo de Comércio Segundo o Período.....	51
Tabela 7	Naturalidade dos Escravos Comercializados em Campinas.....	53
Tabela 8	Residência do Vendedor, Transferências para Campinas, Comércio Intraprovincial.....	55
Tabela 9	Sentidos do Comércio Intraprovincial por Período.....	59
Tabela 10	Grupos de escravos negociados por tipo de comércio.....	62
Tabela 11	Preço dos Cativos Segundo Tipo de Comércio (total).....	65
Tabela 12	Preço Médio de Escravos Por Período e Tipo de Comércio (Homens de 15 a 29 anos).....	65
Tabela 13	Preço Médio de Escravos Por Período e Tipo de Comércio (Mulheres de 15 a 29 anos).....	71
Tabela 14	Preços médios das mulheres em relação aos homens, 15 a 29 anos.....	72
Tabela 15	Uso de Procurações por Tipo de Comércio.....	82
Tabela 16	Uso de Procurações por Sentido de Comércio.....	85
Tabela 17	Distribuição das Procurações Para Vender Escravo Registradas em Campinas, Por Período.....	91
Tabela 18	Tipo de Comércio nas Procurações para Venda em Campinas.....	94
Tabela 19	Tempo de “Permanência” por Tipo de Comércio.....	98
Tabela 20	Número de Procuradores Por Tipo de Comércio.....	98
Tabela 21	Naturalidade do Escravo.....	123
Tabela 22	Local da matrícula, Escravos vendidos em Campinas.....	125
Tabela 23	População escrava na província do Rio Grande do Sul (1859-1885).....	129

Tabela 24	População escrava na província de Santa Catarina (1856-1885).....	129
Tabela 25	Escravos comercializados, por cidade (1850-1885).....	141
Tabela 26	Amostragem de Procurações para a venda de escravos, por cidade (1850-1885).....	142
Tabela 27	Nome do Procurador nas Notas de Transferências de Cativos, Seleccionados.....	229
Tabela 28	Negociantes - Sentido do Comércio dos Escravos.....	232
Tabela 29	Negociantes - Tipo de Comércio.....	234

Lista de Figuras

Figura 1	Província de São Paulo, 1868	26
Figura 2	Mapa da Província do Rio Grande do Sul em 1850.....	120

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Campinas, Escravos negociados por ano, segundo as notas.....	42
Gráfico 2	Procuração de senhores de Campinas que Autorizavam a Venda de Escravos, por Ano.....	89
Gráfico 3	Sexo e Idade entre os Escravos nas Procurações de Campinas.....	90
Gráfico 4	Procurações para Venda de Escravos Para Campinas.....	92
Gráfico 5	Sexo e Idade entre os Escravos Vendidos Para Campinas através de Procurações.....	93
Gráfico 6	Alegrete – Registros de Vendas de escravos, por Ano.....	146

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 - Comércio de escravos em Campinas	23
Capítulo 2 – Comércio de escravos no Sul do Brasil	119
Capítulo 3 – Comerciantes de escravos	225
Considerações Finais	303
Fontes	309
Referências bibliográficas	321

Introdução

Em 9 de outubro de 1876, Gabriel Leite da Cunha, residente em Campinas, adquiriu um escravo de nome Manoel, de 15 anos de idade.¹ A compra de cativo era uma transação normal em uma sociedade escravista, mas o que nos chama atenção nessa transação é o fato de o vendedor de Manoel ser residente em Pelotas, província do Rio Grande do Sul, portanto, a centenas de quilômetros do local de venda desse escravo. Esse fato nos coloca diante não apenas de uma venda de cativo, mas de uma transferência desse trabalhador entre províncias e contextos socioeconômicos completamente distintos. Um caso como esse ilustra uma cena recorrente no Sudeste brasileiro na segunda metade do século XIX: a chegada de escravos de outras regiões do Brasil, transferidos para a lavoura cafeeira em expansão.

O registro de vendas como a de Manoel abre portas para o questionamento, a análise e a compreensão dessas transferências, da forma como ocorriam e seu impacto tanto para a vida desses trabalhadores quanto para os sistemas escravistas de províncias importadoras ou exportadoras de mão de obra. O comércio interno de escravos, circuito de negociação de Manoel e de muitos outros indivíduos, surge assim como um tema de estudo fundamental para entendermos completamente as mudanças por que passou a ordem escravista no Brasil, na segunda metade do século XIX.

Com o objetivo de apreender como se deram essas transferências, sua organização e impacto tanto em localidades de saída/exportadoras de escravos quanto nas receptoras/importadoras dessa mão de obra, a presente tese elegeu o comércio interno de escravos, na segunda metade do século XIX, como seu objeto de estudo. O recorte temporal de análise segue uma periodização tradicional, que estuda esse mercado exclusivamente nacional que se intensificou no pós 1850, quando não havia mais a possibilidade de se recorrer à importação de novos cativos da África². Nesse cenário de oferta limitada, o

¹ 1º Tabelionato de Notas de Campinas, Livro de Notas 68A, p. 61v-62.

² Apesar disso, casos de importação de africanos ainda foram noticiados no início da década de 1850, inclusive no Sul do Brasil. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850”. In: II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005, Porto Alegre. *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto

comércio de escravos entre as províncias brasileiras se desenvolveu e levou trabalhadores para as províncias com economia mais dinâmica, desempenhando um papel importante no contexto nacional da escravidão, ao criar um desequilíbrio da posse escrava no cenário nacional por concentrar cativos no Sudeste.

Estudos sobre o comércio nacional de escravos foram realizados ao longo dos anos, crescendo em volume em períodos mais recentes e abordando as transferências cativas em diversas regiões. Entretanto, apesar do desenvolvimento das discussões, muitos temas e regiões ainda precisam ser melhor compreendidos. Entender a dinâmica do comércio de cativos nessas regiões e sua ligação com um mercado nacional de mão de obra aparece, assim, como uma oportunidade de conhecer melhor o próprio contexto das mudanças na escravidão na segunda metade do século XIX.

Ao mesmo tempo, esse recorte temporal também ocorre devido à própria disponibilidade de registros sobre essas transferências. Somente ao longo das décadas finais do século XIX é que o Estado brasileiro passou a documentar amplamente a compra e venda de cativos. O registro público da transferência de cativos, as notas cartoriais de compra e venda, nossa fonte principal de informação sobre essas negociações, foram tornadas obrigatórias somente após 1860 (antes disso, um documento particular podia registrar essa transferência). Assim, nosso recorte está preso tanto à construção de um mercado nacional de escravos isolado do mundo atlântico quanto à maior disponibilidade de informações sobre essa negociação.

Para analisar o fluxo de indivíduos escravizados no território nacional, selecionamos uma importante localidade importadora de escravos no Sudeste cafeeiro, Campinas, no interior paulista, e também algumas localidades de outra região brasileira. Como o comércio interno de escravos é apontado como um fator fundamental para explicar o declínio da escravidão no Sul do Brasil³, optamos por selecionar algumas localidades do

Alegre, 2005; SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. “População escrava e africanos na Ilha de Santa Catarina (1830-1860)”. In IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009, Curitiba. *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2009. Os anais eletrônicos de ambos os eventos podem ser encontrados no site do grupo de pesquisa “A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil”, disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/>, acessado em 10/08/2012.

³ Discussão desenvolvida em diversas obras, por exemplo: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5ª ed. Rio de

Rio Grande do Sul e Santa Catarina para verificarmos também essa questão. Assim, buscamos examinar o comércio em uma localidade de entrada de trabalhadores e outras que possivelmente forneceram cativos para esse mercado nacional. E além disso procuramos selecionar as comunidades com base em exemplos de diversidade econômica, selecionando no Rio Grande do Sul uma localidade de pecuária bovina, ligada às charqueadas, como Alegrete; outra de pecuária mais diversificada, Cruz Alta⁴; o principal centro charqueador da província, Pelotas; a capital Porto Alegre e o principal porto, Rio Grande. Já em território catarinense, apenas a capital Desterro (atual Florianópolis), com um porto movimentado e a produção de alimentos em pequenas propriedades, foi selecionada devido, principalmente, à fragilidade de conjuntos documentais para outros municípios (como Laguna e São Francisco do Sul).

Todos esses municípios representam contextos produtivos diversos, ligados tanto a grandes unidades produtoras para o mercado interno, como as charqueadas, até à produção de alimento com o trabalho escravo complementando, muitas vezes, a mão de obra familiar. Através da análise do mercado de escravos nessas localidades, procuramos compreender os fluxos e a conexão dos senhores locais com a venda de seus escravos em outras regiões do país. Exploramos essas transações para apreender de que forma e através de que organização esses trabalhadores puderam ser transferidos de um lado a outro do país. Apesar de nossa pesquisa se deter nas províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acreditamos que os contextos discutidos nessa região exportadora possam se aproximar de outros observados em regiões diversas do país, o que ampliaria o significado das experiências verificadas nessas transferências.

Os comerciantes de escravos responsáveis por essas transações foram outro alvo da presente pesquisa. Através da análise de notas e procurações usadas para a venda de escravos, buscamos identificar os indivíduos envolvidos e seus modos de ação e organização. Além disso, com a identificação de seus nomes, exploramos também sua

janeiro: Civilização Brasileira, 2003; FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. 421p. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro; ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho – 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997, p. 156.

⁴ Além de região produtora de mulas para São Paulo e outras regiões brasileiras, nesse município também era realizada a criação de bois para a indústria do charque.

atuação em outras atividades através das notas e procurações que os ligassem a outras atividades, dos registros em jornais e também dos processos cíveis e criminais.

Dessa forma, pretendemos com o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a esta tese analisar o mercado interno de escravos do Brasil, na segunda metade do século XIX. Questionamos a organização e os modos de ação dos comerciantes envolvidos, com a intenção de compreender como se davam essas transferências e qual a importância do comércio interprovincial de cativos tanto para localidades que perdiam escravos quanto para as que recebiam.

O comércio de escravos não é um problema novo na historiografia sobre a escravidão, apesar de geralmente não ser tratado como tema principal nas análises desenvolvidas. A aquisição de cativos para exploração de seu trabalho foi escolha e passo fundamental para a formação dos grupos de trabalhadores que cultivaram campos, mineraram e movimentaram a economia de cidades e vilas na América Portuguesa e no Brasil independente. Apesar dessa importância, contudo, a ênfase na compreensão da organização e do cotidiano escravista acabaram geralmente relegando a relação de compra e venda de escravos a um segundo plano de análise.

Quando abordada, geralmente, a discussão sobre a compra e venda de escravos no Brasil acaba sendo discutida em dois campos diferentes, e muitas vezes estanques: o comércio atlântico de cativos, marcado pelo estudo da passagem atlântica e sua organização nos dois lados do oceano; e o mercado interno de escravos, focado nas transferências de trabalhadores de diversas províncias brasileiras para o Sudeste cafeeiro no pós 1850. Apesar da proximidade de vários de seus temas, são ainda poucos os estudos que procuram analisar em conjunto ou nos pontos de conexão as duas faces desse comércio (ou mesmo períodos, segundo a forte influência da Lei Eusébio de Queirós como um divisor de águas nessa questão). Como partes de uma análise conjunta sobre o mercado de escravos, uma discussão dos principais temas da historiografia de ambos os campos pode ser importante para situar a presente tese nos debates historiográficos. Não é a proposta desse texto ser uma síntese sobre o comércio interno ou africano de escravos, mas sim desenvolver uma

discussão sobre alguns pontos da historiografia que consideramos relevantes para o debate desenvolvido nas páginas seguintes.⁵

No Brasil, talvez a área que acumule o maior número de estudos do comércio de escravos seja àquela dedicada ao tráfico africano. Examinando somente as discussões publicadas ou desenvolvidas em território nacional, deixando de lado a extensa bibliografia internacional sobre o tema, encontramos variados debates referentes ao comércio atlântico de cativos. Fonte primária para explicar a presença e o abastecimento de mão de obra escrava no Brasil, a importação de cativos através do tráfico atlântico foi recorrentemente interrogada quanto ao volume e perfil da população negociada. Entender de onde vinham, quantos e quem eram os trabalhadores desembarcados na colônia e depois no país, foi uma questão fundamental para entender a composição do mercado de trabalho no Brasil e da própria população brasileira em formação.⁶ Dados mais recentes apontam que cerca de 4 milhões de escravos foram importados para o Brasil ao longo de três séculos, marcando profundamente a cultura e a sociedade que se formou na América Portuguesa.⁷

Além dessa dinâmica, os estudos logo passaram a analisar também as modificações que esse comércio enfrentou do tempo, especialmente no século XIX, quando ele foi finalmente abolido. Muitas dessas pesquisas seguiram uma linha que acompanhava a evolução do comércio atlântico de escravos através da dinâmica entre o Brasil e as pressões

⁵ Alguns autores já desenvolveram excelentes sínteses e discussões sobre a historiografia do tráfico atlântico e do comércio interno de escravos. Ao longo da exposição o leitor será encaminhado a esses debates mais amplos enquanto o presente texto se concentra em temas mais diretamente ligados à pesquisa desenvolvida.

⁶ Desde estudos pioneiros como o de Maurício Goulart, originalmente publicado em 1945, até recentes esforços internacionais e a construção de um banco de dados sobre as viagens do comércio atlântico se debruçam sobre essa questão. GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975; o banco de dados referido é o projeto *Slave Voyages*, coordenado por David Eltis. Lá podem ser encontradas informações sobre navios, capitães, viagens e rotas de navios negreiros, entre outras informações, ao longo de todo esse comércio. A base de dados e maiores informações sobre esse projeto, que reúne dados de viagens de milhares de embarcações engajadas no comércio atlântico de escravos, podem ser encontradas no site <http://www.slavevoyages.org> (acessado em 10/10/2011).

Uma síntese sobre o tráfico de escravos e economia no Brasil até o século XIX pode ser encontrada em livro recente de Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, no qual eles se propõem a traçar um panorama dos estudos e do que sabemos sobre a sociedade escravista brasileira. Apesar de discordar de certas interpretações dos autores, cabe destacar o esforço de síntese e sistematização realizado. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 13-89.

⁷ Nesse ponto, os dados considerados mais confiáveis por grande parte dos estudos atuais provêm da grande base de dados na Internet sobre as viagens do tráfico atlântico, o já citado projeto *Slave Voyages* coordenado por David Eltis.

do governo inglês, observando as viagens realizadas na primeira metade do século XIX em suas diferentes fases, dinâmicas e organização (inclusive nos seus períodos de ilegalidade). Seguindo normas legais e seus debates, pressões diplomáticas e conflitos no desenvolvimento de repressão a esse comércio, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*⁸, de Leslie Bethell, é um estudo clássico dessas relações entre o governo brasileiro e o inglês, destacando o combate ao tráfico e as pressões inglesas como fundamentais para a definitiva proibição desse comércio. Outro estudo influente nessa temática foi *Tumbeiros*⁹, de Robert Conrad, que apesar de se concentrar nos estudos das viagens em diferentes fases e na experiência da travessia, ainda reservou um de seus capítulos para discutir o comércio interno de escravos no pós 1850. Em anos recentes, acompanhando essa discussão e seus desdobramentos no Brasil, inclusive a aplicação das leis de proibição do tráfico na prática, temos a obra de Jaime Rodrigues, *O infame comércio*¹⁰, que aborda as discussões nacionais e suas divisões a respeito dessa proibição. Uma ótima discussão sobre esse contexto e suas diversas motivações foi realizada também por Jaime Rodrigues em “O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão”¹¹, no qual Rodrigues aponta as várias questões em jogo e as diversas vertentes interpretativas sobre a questão da abolição do tráfico africano.

No entanto, não são as análises de volumes e origens dessa população que relacionam essas discussões com o debate a ser desenvolvido nessa tese. Mais do que os estudos sobre a oferta africana ou a demanda brasileira por cativos, e as diferentes fases desse comércio, são as discussões sobre a organização desse negócio que fornecem elementos importantes para a análise do comércio de escravos como um todo.

Para os debates em curso nessa tese, as discussões em torno da organização e financiamento desse comércio atlântico são de destacada importância, ao sugerirem caminhos de pesquisa e formas de organização que possivelmente encontraram

⁸ BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e cultura/Edusp, 1976.

⁹ CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁰ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000.

¹¹ RODRIGUES, Jaime. “O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.) *O Brasil Imperial, vol 2 – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 297-338.

continuidade no comércio interno. Esses estudos mais recentes visaram interrogar não só a ocorrência dessas transferências, mas seus mecanismos de funcionamento cotidiano, prático. Analisam especificamente a organização e posição dos comerciantes encarregados das transferências, que nos ajudam também a pensar na organização e posição social dos envolvidos no comércio interno. *Em costas negras*, de Manolo Florentino¹², com ênfase nos “comerciantes de grosso trato” e sua organização, e *De Costa a Costa*, novamente de Jaime Rodrigues¹³, explorando as experiências dos envolvidos nas diversas fases desse comércio, discutem as estruturas, os contatos e a organização desse comércio atlântico de cativos de forma bastante aprofundada. Isso nos possibilita entender de que forma era articulado esse comércio, como se organizaram as redes responsáveis por transferir cativos através do Atlântico e quem eram e como viviam os encarregados diretos por essas movimentações.

Apesar disso, a redistribuição desses cativos para seus compradores finais, os senhores do interior do país que iam utilizá-los em tarefas produtivas, continua sendo um tema pouco explorado. Os mercados de escravos no Rio de Janeiro e outras capitais são citados e estudados em sua organização para a fase atlântica da travessia, mas pouco sabemos sobre os comerciantes e a dinâmica daqueles encarregados de levar esses cativos até seus “consumidores” finais. E esse campo de pesquisa inclui, também, a dinâmica de trocas internas no país, não só entre localidades e regiões distantes (nos diversos momentos de redistribuição da população escrava, devido a mudanças na dinâmica econômica brasileira), mas também no comércio local, dentro de um mesmo município.

Nesse aspecto, é pertinente a crítica apresentada por Albertina Vasconcelos, de que a restrição dos estudos do comércio interno ao pós 1850 é mais fruto de uma argumentação jurídico-política baseada na Lei Eusébio de Queirós, de 1850, do que necessariamente de especificidades dessas transferências nesse período.¹⁴ Nesse ponto, Richard Graham

¹² FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

¹³ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

¹⁴ VASCONCELOS, Albertina. “Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850.” *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, disponíveis no seguinte endereço:

também destaca as transferências de cativos indígenas e o impacto da descoberta de ouro em Minas Gerais no comércio interno de escravos em território brasileiro, ainda em tempos coloniais, como momentos reveladores da existência dessas transferências internas e de sua importância antes de 1850.¹⁵ Mesmo assim, Graham reafirma a ideia que o termo “comércio interno de escravos” geralmente é empregado pela historiografia para o estudo de um contexto específico da segunda metade do séc. XIX, que é a atração de escravos de outras regiões do país para a cafeicultura do Sudeste que se expandia.¹⁶

Através dessa reflexão de Graham, a identificação do que é tratado como comércio interno de escravos ao longo desse trabalho pode ser melhor compreendida. Não está sendo negada a existência de transferências internas de trabalhadores, ou a caracterização delas, à priori, como distintas da que ocorreram no pós 1850. O que se reforça com essa reflexão é que a referência ao “comércio interno de escravos” como tema não se dirige apenas ao trânsito forçado de trabalhadores, mas sim a um contexto específico ligado a esses deslocamentos, que podem ou não ter muito em comum com o ocorrido em momentos anteriores.

Retornando à pesquisa de Vasconcellos, a autora discutiu o comércio de escravos originário da Bahia para várias regiões do país (mas focando transferências para o Rio Grande do Sul) na primeira metade do século XIX. Albertina analisou passaportes e guias de transporte, que apontaram para um constante tráfico de escravos da Bahia para o Rio Grande do Sul, geralmente de africanos importados por aquele porto e redistribuídos para o extremo Sul. Dessa forma, essas transferências indicaram a ocorrência do que pode ser definido como comércio interno de cativos concomitante e complementar ao tráfico atlântico, com cativos crioulos e africanos sendo enviados de um ponto ao outro do território brasileiro.¹⁷

http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=63, acessado em 10/08/2012, p. 1. Albertina destaca, ainda, como a fixação desses marcos cronológicos pela historiografia responde à generalização de aspectos da economia cafeeira do Sudeste.

¹⁵ GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 122-126.

¹⁶ Idem, p. 122. Graham trata esse movimento de escravos entre as regiões antes de 1850 como precedente ao comércio interno de cativos ocorrido na segunda metade do séc. XIX.

¹⁷ VASCONCELOS, Albertina. Op. Cit., p. 7-8.

O mesmo foi observado por Gabriel Berute, que discute o comércio de escravos na província do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. Analisando as chegadas de escravos àquela região, Berute destaca a conexão dos comerciantes locais com a praça do Rio de Janeiro e negociantes lá estabelecidos, responsáveis por enviar para o extremo Sul do Brasil os cativos, muitos deles africanos, que seriam redistribuídos na região. Dessa forma, explorando a entrada de trabalhadores em uma região brasileira na primeira metade do século, Berute aponta diversas conexões entre mercado atlântico e interno de escravos, além de características desse mercado nacional de distribuição de mão de obra.¹⁸

Além do diálogo com essas pesquisas que buscam analisar os movimentos dessa população dentro do território nacional antes mesmo de 1850, é fundamental para a melhor compreensão das questões em debate a discussão com outros estudos que se dedicaram a entender o comércio interno de escravos nesse contexto mais específico do pós 1850. Como apontado, a maior parte das pesquisas (com esta inclusa) analisou essas trocas apenas no período posterior ao fechamento do tráfico africano de escravos. De fato, as trocas regionais parecem ter-se tornado mais intensas nas décadas seguintes à Lei Eusébio de Queiroz e à resoluta repressão por parte do governo brasileiro, que levaram ao fim do tráfico atlântico de escravos.¹⁹

A partir desse momento, em que o mercado nacional de escravos era a única fonte de mão de obra disponível para os senhores escravistas, as transferências ocorridas dentro do território nacional surgiram como um problema mais específico nos debates políticos nacionais e também na historiografia. No campo historiográfico, podem ser destacados dois artigos recentes que elaboram excelentes sínteses sobre o comércio interno de cativos e

¹⁸ BERUTE, Gabriel Santos. Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c.1825. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

¹⁹ GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 129-131. Cabe ressaltar como essas indicações de ampliação no comércio no pós 1850 muitas vezes não discutem os fluxos anteriores, baseando essas conclusões na observação de contemporâneos.

Mais uma vez, sobre o fim do comércio africano de cativos, diversos trabalhos procuraram discutir as motivações e esse processo: BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e cultura/Edusp, 1976; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000; CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

diversos de seus aspectos: *Nos tumbeiros mais uma vez?*, de Richard Graham, e *The Brazilian internal slave trade, 1850-1888*, de Robert Slenes.²⁰

Os estudos mais específicos sobre o comércio interno de escravos começaram a surgir, na historiografia brasileira, a partir da década de 1970. Em 1971, Herbert Klein discutiu o comércio de escravos com foco nas entradas de cativos no porto do Rio de Janeiro, em 1852²¹. Analisando registros policiais a respeito da entrada de escravos, o estudo de Klein ofereceu dados sobre a transferência marítima de escravos do Nordeste brasileiro para o Sudeste. O texto de Klein foi importante também por destacar, contrariamente ao que se pensava até o momento, que a origem desses escravos estava associada a mercados e profissões urbanas e não à produção de açúcar, de acordo com uma corrente historiográfica que entendia essas transferências como fruto direto do declínio da indústria açucareira no Nordeste. Para as décadas de 1850 e 1860, Klein calculava em mais de 5 mil escravos os entrados anualmente nos portos do Sudeste vindos do Nordeste.²²

Essas cifras do volume de escravos transferidos no pós 1850 e, principalmente, as relações entre seu emprego nas províncias de origem e inserção no mercado nacional foram posteriormente desenvolvidas por Robert Slenes. Em sua tese, *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*²³, Slenes lançou grandes linhas interpretativas sobre esse tema na década de 1970. Ele reforçou a indicação de Klein, de que não havia sido a indústria açucareira nordestina a grande fornecedora de escravos para o Sudeste, mas

²⁰ Para uma melhor compreensão dos diversos fatores envolvidos no tráfico interno de escravos, a leitura dos dois artigos fornece um excelente subsídio. GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 121-160; SLENES, Robert W. *The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market*. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370.

Cabe ainda o destaque para a discussão historiográfica sobre o tema realizada por José Flávio Motta em sua tese de livre docência. MOTTA, José Flavio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887)*. Tese de Livre docência (Dep. de Economia). São Paulo: USP, 2010, p. 49-85.

²¹ KLEIN, Herbert S.. *The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971).

²² KLEIN, Herbert S.. *The internal slave trade in nineteenth-century Brazil*, Op. Cit., p. 124, 135-139.

²³ SLENES, Robert W. “*The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*”. Tese de doutorado em História, Stanford, Sanford University, 1976. Diversas das discussões mais ligadas ao comércio de cativos realizadas nessa tese foram novamente discutidas por Slenes em um artigo recente: SLENES, Robert W. *The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market*. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370.

desenvolveu essa reflexão para um modelo mais complexo do entendimento de um mercado nacional de escravos no Brasil. Destaque-se, ainda, seu cálculo sobre o volume total dos escravos negociados internamente no pós 1850, de cerca de 200 mil indivíduos, e a intensificação desse comércio na década de 1870.²⁴

Em sua tese, Slenes analisou o desenvolvimento da presença escrava na região de Campinas, discutindo não apenas o mercado de escravos mas também a questão da família cativa. No campo de nosso interesse específico, Slenes discutiu a formação do mercado nacional de mão de obra escrava, formado pelo contato de mercados regionais nos quais o preço dos trabalhadores esteve diretamente relacionado à valorização do principal produto da região. Dessa forma, demonstrou como o valor dos escravos em diferentes regiões variou conforme produtos distintos, tendo cada um deles uma dinâmica própria que influenciava nos preços relativos dos cativos de cada área no mercado nacional.²⁵

De acordo com suas descobertas, Slenes discutiu modos de aproximação a esse mercado de escravos em Campinas, analisando o imposto de meia sisa pago nessas vendas e destacando o papel fundamental das procurações para organizar e permitir a transferência de escravos de outras províncias brasileiras para o Sudeste.²⁶ Nesse ponto, seu trabalho indica fontes e possibilidades para o desenvolvimento contínuo de pesquisas nessa área e fornece uma discussão da base da organização que buscamos verificar em nossa pesquisa, além de influenciar, de modo amplo, o desenvolvimento de questionamentos sobre o tema.

Ainda sobre o tema mais próximo, discutido nessa tese, a pesquisa de Robert Slenes foi importante também por destacar a participação da província do Rio Grande do Sul entre as exportadoras de cativos para o Sudeste, especialmente para a região de Campinas. Slenes destaca a presença dessa população no mercado de Campinas, proporcionalmente elevada se comparada a de outras províncias, e que somou cerca de um quarto dos comercializados

²⁴ SLENES, R. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Op. Cit., p. 206-208, 211-212; 124, 135-139. No artigo recente citado acima, o número aproximado de escravos transferidos no comércio interregional é calculado em 222.500 entre 1850 e 1881. SLENES, R. *The Brazilian internal slave trade, 1850-1888*, p. 331.

²⁵ SLENES, R. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Op. Cit., p. 208-213, 337-340.

²⁶ SLENES, R. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Op. Cit., p. 155-157.

nessa cidade.²⁷ Destacando também a presença de escravos oriundos do Nordeste brasileiro nesse comércio, Slenes destaca as transferências interprovinciais e interregionais como fundamentais para entender esse suprimento de mão de obra do Sudeste.

Corroborando a discussão de Slenes sobre o papel do Rio Grande do Sul no comércio interno de escravos, Robert Conrad também apontou o papel de destaque dessa província como provedora de trabalhadores na segunda metade do século XIX. Além disso, Conrad também destacou o papel do comércio interprovincial e das transferências regionais na redistribuição de mão de obra no território nacional, no pós 1850.²⁸

No entanto, o debate em torno dessa questão do fornecimento de trabalhadores para a região cafeeicultora em expansão continua aberto. Além do cálculo mais exato de seu volume e, logo, do impacto que essas transferências tiveram em posses de escravos em todo o Brasil, descobrir a origem dos cativos vendidos e para que regiões foram negociados permanece uma questão aberta. No geral, pelo conjunto de pesquisas sobre o tema, focados ou não na discussão do comércio de cativos, sabemos que escravos de outras províncias brasileiras foram vendidos para o Sudeste, o que é indicado pelo crescimento absoluto e proporcional da população cativa nessa região. Contudo, definir mais precisamente a relevância da atração de escravos de outras regiões no Sudeste, o impacto desse comércio em regiões e economias fora da atividade cafeeira, e a real importância das transferências interprovinciais para a ampliação do número desses trabalhadores permanece sendo um desafio.

Nesse ponto, enquanto Robert Slenes e outros historiadores destacam a importância da presença de escravos de outras províncias brasileiras no Sudeste, ao demonstrar sua entrada como fundamental para a ampliação da população escrava no Sudeste, outros historiadores questionam essa importância. Analisando o comércio de escravos entre quatro localidades paulistas, José Flávio Motta afirmou que o comércio intraprovincial desempenhou um papel importante nas transferências escravas. Antes de mais nada, é de se

²⁷ SLENES, R. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Op. Cit., p. 332.

²⁸ CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

destacar a importância da recente pesquisa de Motta, *Escravos daqui, dali e de mais além*²⁹, para a definição de problemas e discussões realizadas no presente estudo. Em sua análise, Motta estudou o comércio de cativos em quatro localidades do interior paulista. Utilizando as notas de compra e venda de cativos registradas nos municípios de Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, o autor observou os fluxos de transferências de cativos nessas quatro localidades, classificando-as conforme tipo (entrada, saída e local) e sentido (interprovincial, intra e local). As tipologias construídas por Motta, adequadas aos casos estudados na presente tese, ajudaram no esforço de compreensão dessas transferências.

Ao analisar municípios em diferentes contextos de desenvolvimento da indústria cafeeira (localidades decadentes, em plena produção e fronteiras em expansão) ao longo do período, Motta verificou como as transferências locais e as realizadas dentro da província de São Paulo tiveram um peso significativo nessas transações. Entretanto, na década de 1870 (especialmente no período após 1873) e principalmente nas localidades com a cafeeicultura em desenvolvimento/expansão, o autor aponta como a importação de escravos de outras províncias teve um papel preponderante no ápice das transferências no mercado interno. Isso indica mais uma vez a diversidade de situações vividas dentro de um mesmo contexto e reforça nossa atenção para que não tomemos esse mercado nacional de escravos como uma força de atração uniforme em todas as regiões.

Ainda sobre esse comércio e sua diversidade, cabe destacar as questões levantadas por outros estudos, que discutiram essas transferências para diversas localidades brasileiras. Erivaldo Neves, no artigo *Sampauleiros traficantes*³⁰, faz uma discussão da participação de comerciantes baianos que transferiam escravos por caminhos do interior de uma comunidade produtora de alimentos na Bahia, para centros no Sudeste. Ao destacar uma comunidade não ligada a gêneros de exportação, Neves trouxe para a reflexão os impactos do comércio nacional de escravos sobre essas localidades mais pobres que existiam no

²⁹ MOTTA, José Flavio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887)*. Tese de Livre docência (Dep. de Economia). São Paulo: USP, 2010.

³⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. "Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista". *Afro-Ásia*, 24 (2000).

interior das províncias e reafirma parcialmente as ideias de Klein e Slenes, de que essas foram fundamentais para o suprimento de mão de obra da grande lavoura nas décadas finais da escravidão. Além disso, sua pesquisa explorou na prática a atuação de comerciantes, muitas vezes utilizando procurações para realizarem seus negócios, reafirmando a importância dessas para o estudo desse comércio.

De forma semelhante, Camila Flausino discute o comércio de cativos na cidade de Mariana, em Minas Gerais.³¹ Explorando as notas de compra e venda de escravos nessa cidade mineira, Flausino aponta para a forte participação do comércio intraprovincial e mesmo local no suprimento de trabalhadores para a região, o que reforça a diversidade de cenários nesse mercado de trabalhadores. Ao invés de perder cativos para áreas mais dinâmicas, a pesquisa de Flausino aponta para a manutenção e reorganização interna da posse desses cativos na sociedade de Mariana.³² Mesmo suprindo uma região ligada à produção de alimentos para o mercado interno, o perfil dos escravos negociados (homens jovens) foi semelhante ao encontrado tanto para o comércio interprovincial quanto para o africano, mas focado em transferências individuais de trabalhadores. E aqui, novamente, a autora observou a atividade de comerciantes envolvidos na negociação de cativos, apontando mais uma vez a abrangência de cenários de atuação desses indivíduos. Em Mariana, como em muitas outras localidades³³, as atividades desse grupo eram variadas e eles foram negativamente marcados pela sua atividade.

Estudos como esse contribuem fundamentalmente para a evolução da discussão sobre o comércio interno de cativos na medida em que permitem compreender as transferências em outras localidades e contextos, diversos daqueles observados no Sudeste, o que nos ajuda a problematizar essa questão e perceber como o mercado nacional de

³¹ FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

³² Nesse ponto, como aponta a própria autora, problemas de limitação da fonte para a observação da saída de cativos podem estar mascarando a participação dessa região no comércio nacional de cativos. Na sequência dessa introdução e nos Capítulos 1 e 2 discutimos os problemas ligados às notas de compra e venda e a necessidade de complementar essa fonte com dados de outros documentos para observar as saídas de cativos de uma localidade com maior propriedade.

³³ Como pode ser visto também em minha dissertação: SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 2006, Capítulo 3- Comerciantes de escravos em Desterro, p. 98-123.

cativos e a atração exercida pela lavoura cafeeira não podem ser vistos de maneira uniforme para todas as regiões.

Por fim, concluindo a rápida discussão de produções historiográficas que nortearam algumas discussões dessa pesquisa, especialmente no que toca à visão dos cativos sobre esse processo, cabe destacar a pesquisa de Sidney Chalhoub, que discute sobre o mercado de escravos ao explorar um caso de revolta cativa no depósito de um comerciante dessa mão de obra, no Rio de Janeiro. Apesar de não ser o tema de *Visões da Liberdade*³⁴, o comércio de escravos e as resistências desenvolvidas por esses trabalhadores são analisadas pelo historiador em uma excelente discussão sobre a experiência da venda e seus significados para os cativos, o que expande nossa compreensão sobre os significados desse fenômeno.

Assim, a intensificação do comércio de cativos entre as regiões brasileiras e a presença de escravos de outras províncias no Sudeste são fatos observados para os quais há concordância. Contudo, falta ainda estabelecer de maneira mais clara a relevância das transferências interprovinciais, intra e locais no Sudeste, a fim de saber como o mercado nacional afetou a formação desses novos grupos de trabalhadores e impactou sobre as condições de vida desses indivíduos negociados. A compreensão dessas questões, na concepção desta tese, passa fundamentalmente pela análise das negociações em uma localidade importadora de mão de obra no Sudeste brasileiro, Campinas, ligada à expansão da cafeicultura e da fronteira agrícola na região.

Em diálogo com essas produções e para responder as questões colocadas sobre o comércio de cativos, buscamos uma série de fontes que nos permitissem ter uma visão mais completa dessas transações e dos trabalhadores comercializados. Grande parte das pesquisas que tem o comércio interno de escravos como objeto de estudos utiliza como fonte principal duas formas de registro dessas transferências: o imposto de meia sisa, pago

³⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Sobre o comércio de cativos, Chalhoub apoia muitas de suas discussões na pesquisa de Slenes, mas sua análise das relações desenvolvidas na loja de um comerciantes de escravos, no Capítulo 1 “Negócios da escravidão”, p. 29-94, traz excelente discussão para a compreensão desse universo escravista e seu contexto, inclusive com os casos de resistências à venda.

na transferência de propriedade dos escravos, e as notas cartoriais dessas transferências. A meia sisa (sisa originalmente era o imposto de 10% sobre a transferência de propriedade) devida na ocasião de compra, venda, doação ou outra forma de transferência de cativos foi instituída no Brasil em 1808, com a chegada da família real e como forma de obter mais recursos.³⁵ Para legalizar a transferência de propriedade escrava, era necessário o pagamento desse imposto, o que nos permite ter acesso a um registro dessas transmissões.

Ao longo do século XIX, o imposto de meia sisa (ou 5% do valor dos cativos negociados) gerou registros de vendedores e compradores de trabalhadores, além de informações que permitem traçar o perfil dos negociados. Entretanto, especialmente antes da década de 1870, o registro de meia sisa apresenta diversas lacunas de informação, identificando vendedores e compradores, mas frequentemente apresentando poucos dados sobre os cativos negociados e mesmo sobre o local de residência das partes envolvidas, o que dificulta nosso entendimento não apenas do perfil dos trabalhadores negociados, mas, principalmente, das direções desse comércio.

Ainda assim, a meia sisa fornece importantes informações sobre essas transferências. Robert Slenes utilizou essa fonte para analisar as vendas de cativos em Campinas na década de 1870. Em minha pesquisa, realizei a análise de livros de registro do pagamento do imposto de meia sisa sobre a transferência de escravos, mas em grande medida optei por utilizar os dados fornecidos pelas notas de compra e venda de cativos, por considerá-los mais completos.³⁶

De toda forma, o registro de meia sisa continuou sendo uma necessidade para a legalização da transferência da propriedade escrava em todo o período analisado. Com a instituição da obrigação do registro cartorial da compra e venda de cativos, a comprovação

³⁵ O Alvará de 3 de junho de 1809 estabeleceu a cobrança desse imposto de 5% sobre o valor dos escravos ladinos comprados e vendidos no território brasileiro, sob pena de nulidade da transação e multa das partes envolvidas. O texto original pode ser visto em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l2pa510.htm>, acessado em 3/9/2012.

³⁶ No Centro de Memória da Unicamp (CMU), foram localizados os livros de impostos da Coletoria de Rendas de Campinas, sendo então pesquisados e analisados os seis livros existentes relativos à década de 1870. Fundo: Coletoria de Rendas de Campinas (CRC), Livro 49 (1872-73), Livro 51 (1873-74), Livro 52 (1874-75), Livro 53 (1875-76), Livro 54 (1877-78) e Livro 57 (1878-79).

legal da transferência só estaria completa quando nessa escritura fosse registrado também o pagamento do imposto, exigência obedecida em todo o acervo de notas analisado.³⁷

As notas de transferência de escravos, registradas em cartórios, foram a principal fonte utilizada em minha pesquisa. As escrituras de compra e venda de cativos, tornadas obrigatórias a partir do início da década de 1860³⁸, indicam-nos dados sobre os compradores e vendedores dos escravos, geralmente informando seu local de residência, posto ou ocupação, e revelando se o negócio tinha a intermediação de algum procurador. Sobre os cativos, traziam informações tais como: nome, idade, profissão e, muitas vezes, origem dos mesmos, além dos preços pagos. A partir de meados da década de 1870, também apresentam os dados de matrícula dos cativos, como local e número (no município), e também o número do escravo dentro do grupo possuído pelo senhor. Dessa forma, esse registro permite a identificação e qualificação das partes envolvidas e também dos trabalhadores negociados, com uma precisão maior do que a encontrada em outras fontes.

Para a análise de nosso tema, foram pesquisados os livros de notas de tabelionatos em Campinas e nas localidades do Sul do Brasil. Na cidade paulista, pesquisamos os acervos do 1º e 2º Tabelionatos de Notas, que ainda se encontram sob a guarda dos próprios estabelecimentos.³⁹ Nesses, encontramos dezenas de livros de notas e transferências, que entre outros bens indicavam a compra e venda de cativos. Realizamos o fichamento desses livros em um banco de dados do programa SPSS (Statistical Package for The Social Sciences), construindo um modelo também utilizado para registrar os dados extraídos da

³⁷ Nesse ponto, é interessante refletir que as fontes utilizadas nessas diversas pesquisas sobre o comércio de escravos de certa forma acompanharam também o próprio contexto da evolução da escravidão em território nacional. Um crescente processo de controle e registro sobre as transações escravistas, que apontam para a interferência do Estado nessas relações especialmente a partir da segunda metade do século XIX, gerou uma série de documentos sobre o mundo escravista e as transações com essa mão de obra que abrem possibilidades para seu estudo.

³⁸ Antes disso, as transações de cativos não necessitavam de registro público para sua validade. Essa necessidade foi estabelecida pelo Decreto n. 2.699 de 28 de Novembro de 1860, que a transferência de escravos e a arrecadação do imposto de meia sisa.

³⁹ Sobre essa questão da guarda desses acervos nos próprios estabelecimentos, ocorrida também para os tabelionatos de Desterro/Florianópolis, cabe salientar que apesar da cooperação que encontramos em diversos desses cartórios, a falta de uma estrutura adequada para a pesquisa frequentemente causava problemas tanto para a pesquisa quanto para o próprio estabelecimento, quando não impediu o devido levantamento e pesquisa.

pesquisa no Sul do Brasil. Para os municípios do Rio Grande do Sul, a pesquisa foi grandemente facilitada pela concentração dessas fontes cartoriais no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Lá estavam os acervos dos tabelionatos da capital e interior da província, que reuniram dezenas de livros para cada localidade. Por fim, na capital catarinense foram pesquisados os cartórios da sede do município e de suas freguesias. Reunimos, assim, documentação sobre as transferências de escravos em todas as localidades estudadas, algumas com grandes lacunas pela documentação perdida com o tempo, e em outras, como Campinas, extremamente bem preservada.

O registro de venda é excelente fonte de investigação do comércio local e também da entrada de cativos em uma determinada região, mas é limitado para observar a totalidade das trocas que ligam mais de um município. Nessas situações, a venda era registrada na cidade do vendedor ou do comprador e as transferências indicavam apenas a localidade onde foi feito o registro, a entrada ou a saída desse cativo.⁴⁰ Assim, muitas vendas realizadas para outros municípios e para o mercado nacional de escravos não puderam ser percebidas pelas notas de transferência de cativos, sendo necessária também a consulta às procurações passadas nos cartórios locais. Além de cobrirem as possibilidades de saída de escravos de uma região, esses documentos foram descritos por Robert Slenes como fundamentais para o funcionamento do mercado nacional de cativos, devido à transferência de poderes para a comercialização de trabalhadores que elas transmitiam, permitindo a construção de uma rede de negociantes que era a responsável pela transação desses cativos entre as diversas regiões brasileiras.

Assim, nos livros de notas pesquisados em todos os tabelionatos anteriormente citados, buscamos também anotar os documentos que autorizavam a negociação de escravos, construindo um outro banco de dados com essas informações. Além dos livros de notas, analisamos também Livros de Procurações quando esses foram disponibilizados. Dessa forma, as fontes utilizadas nessa pesquisa foram analisadas na medida em que

⁴⁰ A seguinte situação pode ilustrar essa questão de forma mais clara: Caso um senhor de Campinas vendesse um cativo a um comprador do município de Amparo, por exemplo, essa venda acabaria sendo registrada em apenas um cartório. Se fosse registrada em Campinas, analisando os livros dessa cidade teríamos como observar um caso de saída de escravo. Mas observando apenas os livros de Amparo, não poderíamos ver esse caso de entrada de cativo, pois os dados estavam apenas registrado na primeira cidade. Assim, as notas nos apontam um cenário geralmente incompleto quando as transferências envolvem mais de um município.

traziam perspectivas diferentes e complementares para a compreensão do objeto de pesquisa, como se discutirá ao longo desse estudo.

Além disso, para identificar os diversos aspectos ligados ao comércio de cativos, buscamos explorar uma série de fontes que trazem informações complementares sobre as pessoas envolvidas com essas transferências. Jornais de Campinas, Desterro e Porto Alegre foram analisados em busca de anúncios de comerciantes de cativos e de discussões sobre esse comércio. Foi feita uma busca seriada nos jornais das duas primeiras localidades e uma amostragem reduzida sobre a capital gaúcha.

Fontes oficiais, como a Matrícula Especial de Escravos, realizada entre 1872 e 1873, foram analisadas a fim de se verificar as flutuações na população escrava das localidades estudadas. Relatórios e Falas de presidentes das províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina também foram analisados em busca de maiores informações sobre esse comércio e seus registros.

Por fim, quando identificados indivíduos envolvidos com o comércio de trabalhadores escravizados, buscamos processos cíveis e criminais que os envolvessem. Realizamos uma busca completa em relação aos negociantes identificados em Campinas nos processos fichados no Centro de Memória da Unicamp, verificando também os envolvidos no Rio Grande do Sul nas fichas disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Procuramos, dessa forma, vislumbrar outras atividades e aspectos da vida desses indivíduos.

Para a discussão dos temas e problemas levantados, procuramos construir o texto a partir de uma discussão regional do comércio de escravos e seguindo para um debate mais temático, voltado à organização do comércio de cativos e aos negociantes. Apesar das discussões centrais da pesquisa serem baseadas em fontes seriadas e uma leitura quantitativa delas, ao longo de toda a tese buscamos levantar a experiência dos indivíduos negociados e o lado humano dessas transações. Esse lado foi explorado pelo contexto que algumas das negociações nos informam, além de relatos e anúncios em jornais, acompanhando discussões públicas sobre os impactos desse comércio sobre os trabalhadores e a própria relação escravista.

Dessa forma, no primeiro capítulo apresentamos e discutimos os dados sobre o comércio de escravos registrado em Campinas. A partir da análise de notas e procurações utilizadas nesse comércio, analisamos as direções e volumes dessas transferências. Através das origens e matrículas dos escravos negociados nessa região, discutimos a força das transferências de cativos de diferentes fontes, com a intenção de compreender a conexão entre transferências locais, intra e interprovinciais para o abastecimento de mão de obra nessa região.

No segundo capítulo, discutimos o comércio de escravos em seis localidades do Sul do Brasil. Escolhemos cinco municípios do Rio Grande do Sul e um de Santa Catarina a fim de entender a dinâmica local de suas transferências e as suas conexões com um mercado nacional de abastecimento de mão de obra para a cafeicultura em expansão. Além disso, para a historiografia dessas duas regiões o comércio interprovincial de cativos recebeu, ao longo do tempo, uma grande relevância para explicar a decadência da escravidão, mesmo que sem pesquisas específicas sobre esse tema. Assim, entender a dinâmica do comércio de escravos nessas duas províncias respondia duas questões: uma mais geral, sobre a relação desses mercados locais com o nacional em localidades que perdiam escravos; e outra mais específica, sobre o impacto dessas saídas na economia escravista local.

Como mencionamos, visando explorar uma maior diversidade de contextos produtivos, selecionamos municípios com bases econômicas variadas. Assim, selecionamos os municípios de Alegrete, Cruz Alta, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, na província do Rio Grande do Sul, e a capital catarinense, Desterro (atual Florianópolis), analisando notas e procurações para a compra e venda de escravos nessas localidades, além de discussões desse tema em jornais locais.

Questionamos o perfil dos escravos negociados nesses municípios e relacionamos o tipo e o sentido de comércio em que eram envolvidos (saídas e entradas, comércio local, intra ou interprovincial), para verificar a relação entre as diferentes transferências com tipos específicos de escravos. Examinamos, por exemplo, se cativos jovens ou do sexo masculino foram mais procurados em transferências interprovinciais em relação àqueles negociados localmente.

Ao mesmo tempo, procuramos indícios da atividade de comerciantes ou firmas que agiam nessa região intermediando a transferência de escravos para o Sudeste brasileiro, com a finalidade de identificar indivíduos e modos de ação dos envolvidos nesse negócio. A atividade desses comerciantes, seu modo de atuação, participação e importância no conjunto das transferências foi a temática explorada no terceiro capítulo desta tese. Além dessas atividades e sua organização, analisamos também processos e outros registros associados a esses negociantes, buscando construir pequenas notas biográficas e explorar melhor os vários aspectos relacionados à participação desses no comércio desses escravos e em outras agências.

Capítulo 1 - Comércio de escravos em Campinas

Em 6 de julho de 1877, Francisco Antônio dos Santos, residente em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, vendia, através de seu procurador (João Carlos Hungria), seu escravo Felix, um gaúcho de 25 anos de idade, solteiro e de profissão campeiro. O comprador foi o Comendador Joaquim Policarpo Aranha, residente em Campinas, interior de São Paulo, que pagou 1:500\$000 réis (um conto e quinhentos mil réis) pelo cativo.⁴¹ Mesmo sendo uma venda entre províncias e regiões diferentes, com centenas de quilômetros entre as localidades de origem e destino, o caso de Felix não esteve isolado na segunda metade do século XIX. Com o fechamento do mercado internacional de escravos motivado pela nova proibição e repressão aos traficantes em 1850, a África deixou de ser a principal fornecedora de trabalhadores para o Brasil, logo, o mercado dessa mão de obra ficou limitado ao território nacional.

As transferências de escravos dentro do território brasileiro não eram uma novidade. Além das compras e vendas de cativos entre senhores durante todo o período colonial, alguns eventos já haviam mexido com essa distribuição de trabalhadores escravizados dentro do espaço da América Portuguesa. A descoberta de ouro e diamantes nas Minas Gerais no século XVIII, por exemplo, resultou na transferência de grande número de cativos para essa área. Entretanto, as transferências ocorridas após 1850 têm características únicas, que as definem como um movimento diferenciado. A principal delas foi que, em nenhum outro momento, o mercado nacional foi o fornecedor exclusivo dessa mão de obra como era nesse instante. Os senhores de cativos no Brasil, pela primeira vez, viviam em um mundo com uma oferta limitada desses trabalhadores, definida pelo próprio universo de cativos existentes, e não pela capacidade dos comerciantes de trazê-los para os compradores. Além disso, o contexto da instituição escravista estava mudando, com sua ordem sendo constantemente questionada nas décadas finais do século XIX, e também as transferências dos cativos entre as províncias surgia como um problema grave, devido ao

⁴¹ 2º Tabelionato de Campinas, Livro 16, p. 43-43v.

desequilíbrio crescente da posse escrava no país.⁴² Por fim, os números dessas transferências, sua intensidade, especialmente na década de 1870, marcaram uma fase diferente no mercado de escravos no Brasil, o que nos traz problemas mais específicos sobre essas vendas que são diferentes daqueles observados anteriormente.

A venda de Felix foi escolhida para a abertura dessa discussão também por ser significativa para um conjunto de questões a serem tratadas. Um jovem trabalhador masculino, Felix foi transferido na década de 1870, de uma localidade no Sul do Brasil, que não estava ligada diretamente a nenhuma grande atividade de exportação.⁴³ Esse comércio entre as províncias foi levado a cabo por um procurador responsável pela venda do cativo, que o trouxe para uma área de expansão da economia, onde esses trabalhadores estavam valorizados e eram desejados. O conjunto de elementos expostos traz indícios do porquê e, especialmente, do como esse escravo foi transferido, apresentando problemas que ainda foram pouco discutidos pela historiografia.

Como centro de uma região cafeeira em pleno desenvolvimento na segunda metade do século XIX, o município de Campinas destaca-se como um local privilegiado para o estudo do comércio de cativos nesse período. Na primeira metade do século XIX, os fazendeiros e agricultores desse município paulista começaram a expandir a importância dos cafezais para sua economia, transferindo terras e cativos da produção açucareira para a produção de café. Os elevados preços pagos por essa mercadoria ajudaram a desenvolver a região nos anos seguintes, fazendo com que Campinas entrasse na segunda metade do século em plena expansão de sua economia.⁴⁴

⁴² Além da concentração de escravos em uma região do país, diversos estudos têm apontado para a crescente concentração da propriedade de cativos na segunda metade do século XIX. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 104-106, 121; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 112-113. Apud: GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 132-134, 138-141;

⁴³ Como veremos no capítulo seguinte, em Cruz Alta desenvolvia-se, predominantemente, uma economia pecuarista diversificada, com destaque para a criação de mulas, e extração de erva-mate. ARAUJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado (História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

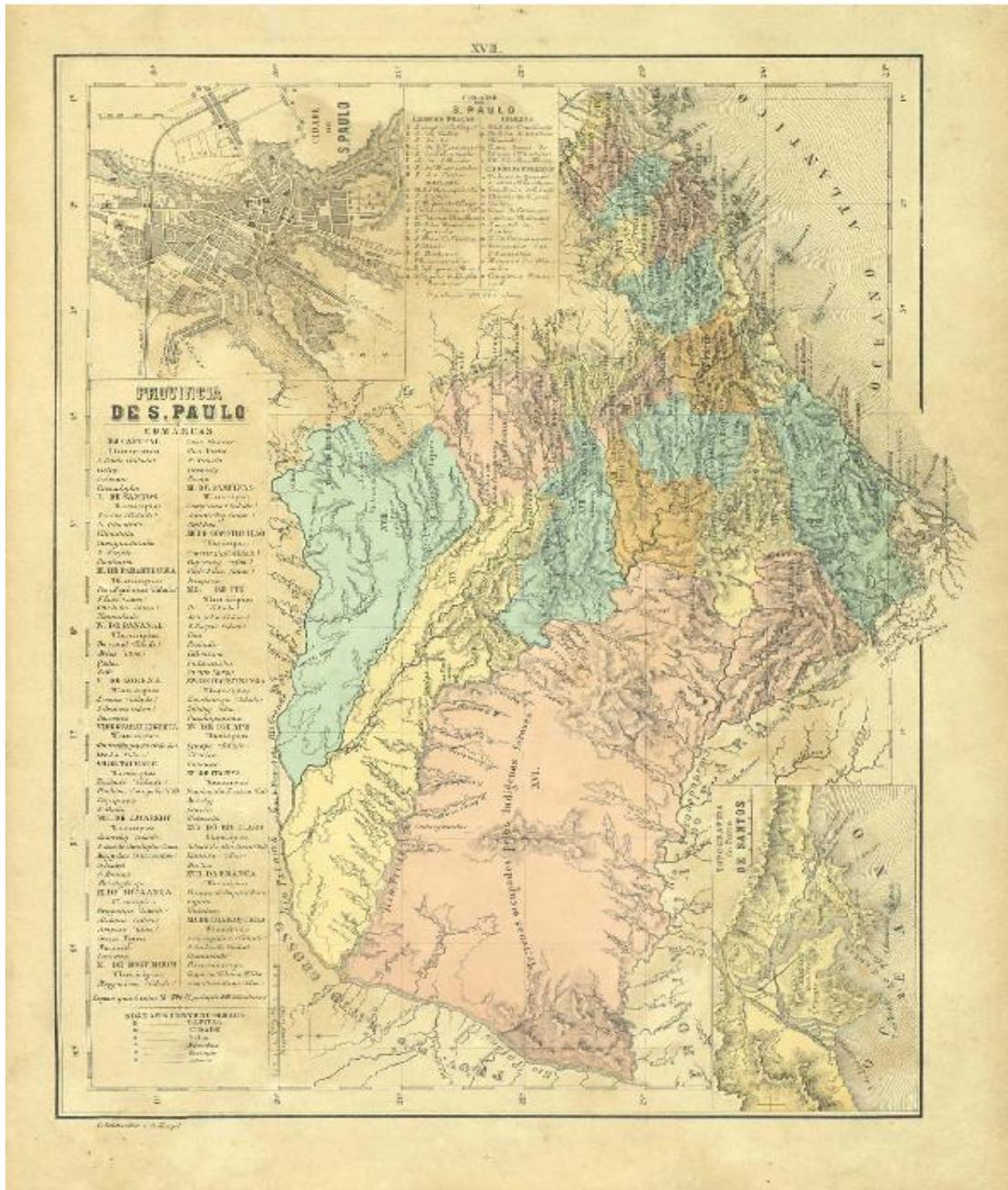
⁴⁴ SLENES, Robert W. *Na senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 71 e p. 117 (nota 08). Em meados do século XIX, os fazendeiros da região de Campinas haviam deixado em grande parte o cultivo de cana-de-

No início desse período, contudo, duas limitações ao crescimento da região se fizeram sentir: a expansão da produção foi limitada pelos custos do transporte, dos fretes da região para o Porto de Santos, e também pela oferta e custo da mão de obra escrava, que a partir de 1850 passou a ser somente aquela já disponível no território nacional, empregada em outras regiões ou ainda por nascer. A opção pelo trabalho livre de nacionais ou de imigrantes também existia, mas apesar de alguns ensaios e experiências continuou a ser vista como ariscada ou inviável pela grande maioria dos cafeicultores paulistas durante algumas décadas.⁴⁵

açúcar, devido aos baixos preços desse produto, para a produção de café, cuja produção já alcançava grande proporção e continuava seu desenvolvimento. Isso segundo uma correspondência da Câmara de Vereadores dessa cidade em 1854, que dava resposta a uma correspondência do governo da província interessado em saber dos avanços ou atrasos da economia de cada localidade nos últimos anos. CAMPINAS, Camara Municipal. Arquivo. Livro de Correspondências: 1842 a 1857. 1854. p. 141. Apud: LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: USP, 1996, p. 21.

⁴⁵ Uma referência tradicional a essas experiências como imigrantes e suas discussões por parte dos fazendeiros pode ser vista em: COSTA, Emilia. V. *Da senzala a colônia*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. Discussões sobre a tentativa de regulamentar o trabalho livre no Brasil Imperial podem ser vistas em: GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil: 1871-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Figura 1 – Província de São Paulo, 1868.⁴⁶



⁴⁶ ALMEIDA, Candido Mendes. *Atlas do Império do Brazil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias*. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1868, p. 59.

O desenvolvimento das ferrovias, a partir da década de 1860, ligou essa região ao porto de Santos, resolvendo o problema do frete das mercadorias produzidas na região e impulsionando uma onda de desenvolvimento que se propagou por Campinas e em direção ao Oeste paulista. A criação de novas linhas e ramais ferroviários, somados aos preços do café em ascensão, multiplicaram essa expansão nos anos seguintes, incluindo novas áreas à produção cafeeira.⁴⁷

Restava ainda a necessidade de expandir a força de trabalho na região. Embora experiências com o emprego de imigrantes europeus no sistema de parceria tenham sido tentadas já nos anos 1850 (exemplificada na experiência de Vergueiro), a mão de obra escrava continuou sendo a principal responsável por trabalhos agrícolas até a década de 1880.⁴⁸ E com o fechamento da importação de escravos africanos desde 1850⁴⁹, a aquisição de escravos dentro do próprio país tornou-se, para muitos fazendeiros, a única fonte considerada viável para a manutenção e ampliação de seus plantéis.

Ampliação da população escrava de Campinas

Acompanhando o registro da população escrava em Campinas, observamos como esta quase dobrou após o fechamento do comércio internacional de escravos, passando de cerca de 8.190 pessoas no ano de 1854⁵⁰ para 14.028 indivíduos em 1872-73.⁵¹ A presença crescente de cativos em um momento de expansão econômica da cidade reforça, mais uma vez, a importância desses trabalhadores para a produção local, e marca o largo emprego de

⁴⁷ Depois do trecho entre Santos e Jundiaí, foi inaugurado em 1872 o ramal da Companhia Paulista que ligava Campinas a Jundiaí, e posteriormente a Companhia Mojiânia ligou Campinas também a Moji-Mirim. LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. Op. Cit., p. 24.

⁴⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 105.

⁴⁹ Sobre a discussão do fechamento do comércio africano de escravos, ver: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000.

⁵⁰ COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala a colônia*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 99. Em *Na senzala uma flor*, Robert Slenes critica os dados de população para esse ano de 1854, indicando que a contagem focou grandes fazendas e engenhos, ficando bem abaixo da população escrava real do município. SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2011, p. 78-79, nota 4.

⁵¹ Dados da Matrícula Nacional de Escravos. Diretoria Geral de Estatística (DGE). Relatório 1874, p. 182.

mão de obra escravizada mesmo em regiões de ocupação e desenvolvimento mais recentes no Brasil do pós 1850.

A Matrícula de Escravos realizada entre 1872 e 1873, fruto da Lei do Ventre Livre, qualificou os registros sobre a presença escrava no país ao ser exigida para o reconhecimento legal dessa propriedade. Dessa forma, tornava-se importante para o senhor de escravos a matrícula dos mesmos, visto que garantiria a propriedade dos trabalhadores. Além disso, o governo passou a usar o registro de matrícula como referência da população cativa de cada município, acompanhando as alterações nesse grupo através dessa fonte. Analisando essa documentação, Robert Slenes apontou sua maior precisão frente a outras fontes sobre a população escrava de cada região e chamou atenção para os dados complementares trazidos por ela.⁵²

Dessa forma, os números apresentados na primeira Matrícula de Escravos realizada em Campinas surgem como importante referência dessa população e sua composição. E como o objetivo desse registro foi acompanhar a evolução desses grupos e mudanças dos indivíduos, vamos também acompanhar, a partir dele, o desenvolvimento dessa população no decorrer da década de 1870.

Como apontado anteriormente, a população escrava de Campinas, segundo a Matrícula Nacional de 1872-1873, foi calculada em 14.028 indivíduos.⁵³ E esse grupo continuou sua expansão nos anos seguintes, mesmo sem a possibilidade do nascimento de novos escravos devido à Lei do Ventre Livre, de 1871. Segundo a atualização da Matrícula de Escravos apresentada nos relatórios da Diretoria Geral de Estatística, a população escrava em Campinas teria atingido 15.399 indivíduos no final de 1876.⁵⁴ O registro dessas alterações procurava cobrir as razões da mudança no número de escravos, registrando mortes, alforrias, importações e exportações de cativos. E essas alterações nos informaram que o acréscimo no número de escravos foi motivado especialmente pela entrada/importação de novos cativos. Entre o final do ano de 1875 e o final de 1876, essa

⁵² Para uma crítica aos números da Matrícula: SLENES, Robert Wayne Andrew. O que Rui Barbosa não queimou. Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 117-149, 1983.

⁵³ Sendo que era composta por 8.902 homens e 5.126 mulheres, com uma taxa de masculinidade de 173 homens para cada 100 mulheres. Diretoria Geral de Estatística (DGE). Relatório 1874, p. 182.

⁵⁴ Diretoria Geral de Estatística (DGE). Relatório 1878, p. 137.

alteração registrou a entrada de 460 escravos no período, a saída de 183, o falecimento de 191 e a manumissão de 44, ou seja, um saldo positivo de 42 cativos para esse ano (460 – 418).⁵⁵

Se pensarmos nos números levantados desde a primeira matrícula, ou seja, de 1872-73 até 1878, esse acréscimo atingiu o número de 1.371 indivíduos em um espaço de 5 anos. Posteriormente, vamos discutir alguns impactos do crescimento de quase 10% da população escrava em poucos anos, que marcou o modo como essa população passou a ser vista. Sem a possibilidade da reprodução dos cativos devido à Lei do Ventre Livre, de 1871, somente duas possibilidades explicariam esses acréscimos: a migração de senhores com seus cativos ou a compra destes, de outras localidades brasileiras.

Como veremos ao longo deste trabalho, os registros de compra e venda de cativos em Campinas nos permitiram observar um movimento de entrada/importação desses indivíduos no período analisado, ao mesmo tempo em que não encontramos indícios de imigração de senhores, pelo menos para esse município. Como aponta José Flávio Motta, esses movimentos migratórios estiveram ligados aos diferentes estágios do desenvolvimento cafeeiro⁵⁶, não podendo ser descartados como fatores importantes para a modificação da população escrava em algumas localidades. Todavia, não parece ser este o caso de Campinas, pelo menos no período analisado nesta pesquisa, e nem o caso mais corrente no Sudeste brasileiro, como aponta Robert Slenes.⁵⁷ Sendo assim, para a solução do problema do crescimento do número de escravos em Campinas, reencontramos e retornamos à questão central desta pesquisa, que são as aquisições de cativos de outras partes do país.

Entender quem eram e de onde vinham os trabalhadores negociados na região de Campinas, na segunda metade do século XIX, nos ajuda a entender não apenas a formação do mercado de trabalho e a dinâmica populacional da região, mas adiciona elementos

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Economia. São Paulo: USP, 2010, p. 272-273.

⁵⁷ SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 332.

importantes para a compreensão do funcionamento do mercado nacional de escravos. Aprender o funcionamento da introdução e manutenção de mão de obra nessa região, as formas de comercialização desses trabalhadores e como a sociedade local lidava com essas questões tornaram-se objetos de questionamento. O impacto das transferências sobre os escravos comercializados, suas possibilidades de ação nessas (mesmo como promotores delas) e a compreensão desses como “mercadorias” a serem comercializadas também serão pontos discutidos, ainda que de maneira mais breve, devido às limitações das fontes selecionadas para a pesquisa.

A questão da introdução de escravos de outras regiões do Brasil no Sudeste cafeeiro, após o fechamento do tráfico africano, já é recorrente na historiografia nacional. Autores como Robert Slenes, Robert Conrad e Herbert Klein, entre outros, já buscaram entender de quais regiões e tipos de economias eram oriundos os cativos vendidos para o Sudeste, tentando apreender ainda o perfil desses escravos negociados entre as regiões brasileiras.⁵⁸ Nesse sentido, somamos a presente tese ao esforço de estudo da região de Campinas, um polo de atração de trabalhadores de outras regiões já analisado anteriormente por Robert Slenes. Buscamos estudar esse mercado com maior profundidade, desenvolvendo a compreensão sobre quem são e de onde vieram os cativos que foram transferidos para essa lavoura em expansão.

Para a discussão do comércio interno de escravos, o paradigma desenvolvido por Robert Slenes sobre a existência de distintos mercados regionais de cativos nos ajuda a entender a questão. Segundo sua análise, os preços dessa mão de obra variavam em diferentes pontos do território nacional conforme os principais produtos de cada região (café, algodão e açúcar, e o charque).⁵⁹ Mas como o próprio Slenes destaca, somente as diferentes variações de preço não servem para explicar automaticamente esse mercado e as

⁵⁸ SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese (Doutorado em História). Stanford: Stanford University, 1976, p. 155-158.; SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370; e KLEIN, Herbert S.. The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971).

⁵⁹ Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888. Op. Cit, p. 337-340.

transferências realizadas. Entender que o preço de um cativo variava conforme as necessidades de mão de obra e valorização de um determinado produto não explica os mecanismos de transferências por trás da saída de escravos de uma mesma região.

Slenes aponta a forte presença de cativos de outras províncias brasileiras sendo comercializados em Campinas, um forte indício para confirmar a importância do tráfico interprovincial para o suprimento de mão de obra de uma região em expansão. Um ponto específico destacado para o presente estudo, é que, segundo Slenes, mais de um quarto dos escravos negociados em Campinas na década de 1870 eram provenientes do Rio Grande do Sul.⁶⁰

Pesquisas mais pontuais sobre o comércio nacional de escravos também reforçam o trânsito de escravos entre as regiões brasileiras, nos ajudando ainda a entender a procedência mais precisa desses cativos. A pesquisa de Herbert Klein, sobre a entrada de trabalhadores escravos no porto do Rio de Janeiro, em 1852, aponta que a procedência da maior parte desses era de cidades do Nordeste brasileiro, e não necessariamente das lavouras de cana.⁶¹ Acompanhando melhor o volume de transferências na segunda metade do século XIX, Erivaldo Neves aponta a importância das transferências realizadas entre Caetité, uma localidade produtora de alimentos no sertão da Bahia, e as províncias de São Paulo e Minas Gerais.⁶²

Até esse ponto, os autores concordam com a importância do tráfico interprovincial para explicar essas transferências observadas em Campinas e no Sudeste brasileiro (observada principalmente pela presença de cativos de outras regiões entre os negociados). Mas essa linha interpretativa foi criticada recentemente. Reavaliando pesquisas e debates recentes sobre a historiografia da escravidão no Brasil, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein reforçam algumas das ideias já apresentadas enquanto criticam outras interpretações. Eles reconhecem a importância do tráfico interno para a redistribuição dos escravos no Brasil na segunda metade do século XIX, explorando bem essa mudança e os seus desdobramentos:

⁶⁰ Idem, p. 332.

⁶¹ KLEIN, Herbert S.. Op. Cit..

⁶² NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000).

Quando o tráfico atlântico chegou ao fim, havia ainda uma distribuição razoavelmente equilibrada dos cativos africanos pelo Brasil. As novas zonas cafeeiras do Rio de Janeiro estavam crescendo rapidamente, absorvendo cada vez mais cativos, enquanto as zonas açucareiras nordestinas ainda possuíam uma população escrava bem significativa, e o mesmo se podia dizer quanto às economias pecuaristas mais ao sul. Mas o fim do tráfico atlântico acarretou um aumento secular nos preços dos escravos. Isso, por sua vez, tornou a mão de obra cativa nas economias mais marginais uma força de trabalho demasiado cara. De modo lento e contínuo, os escravos foram substituídos por uma força de trabalho livre, a qual, além disso, cresceu depressa nesse período. Ao mesmo tempo, preços atrativos agora estavam disponíveis aos senhores que desejassem vender seus escravos, e assim teve início um intenso tráfico interno. Com certa uniformidade, as regiões açucareiras e pecuaristas mais antigas começaram a registrar um constante declínio em sua força de trabalho escrava, enquanto os municípios cafeeiros do Sudeste passaram a expandir sua escravaria.⁶³

Apesar de reconhecerem a importância dessas transferências em um plano nacional, os autores acreditam que “a impressão geral dada por todas essas vendas de cativos em mercados locais é que as vendas locais, regionais e intraprovinciais foram mais importantes do que as interprovinciais, mesmo no período anterior ao começo dos anos 1880.”⁶⁴ Luna e Klein baseiam essa opinião em diversas pesquisas que não encontram participação muito elevada de escravos de fora da província no comércio de regiões como Juiz de Fora, Mariana (ambas em Minas Gerais) e alguns municípios paulistas (Areias, Guaratinguetá, Piracicaba e Casa Branca).⁶⁵ Além disso, Luna e Klein usam as informações do censo de

⁶³ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p.187-188.

⁶⁴ Idem, p. 188-189. Atenção especial à nota 33, onde discutem as fontes de sua afirmação.

⁶⁵ As seguintes pesquisas foram as fontes dos autores: MACHADO, Cláudio Heleno. “O tráfico interno em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX”. *X Seminário de Economia Mineira*, Diamantina, 2002; FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006; MOTTA, José Flavio. *Escravidão aqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887)*. Tese de Livre Docência (Dep. de Economia). São Paulo: USP, 2010. Os autores ainda reforçam sua opinião apontando que no censo nacional de 1872 a maior parte dos escravos das províncias importadoras eram naturais das próprias.

1872 para discutir a presença de escravos de outras regiões do país no Sudeste, observando a anotação de origem dessa população relatada nessa documentação. Entretanto, como aponta Robert Slenes, essa informação no recenseamento é bastante imprecisa. Para o município de Campinas acusa algo como 2% ou 3% de escravos de outros municípios, mas as listas de matrícula indicam número muito maior.⁶⁶

Grande parte das afirmações de Luna e Klein sobre o comércio paulista é observada na pesquisa de José Flávio Motta, que faz um estudo bastante completo sobre o comércio de escravos para esses quatro municípios paulistas e sua dinâmica no tempo. Na tese de livre docência, Motta observou fases distintas de participação de cada uma dessas cidades no comércio de escravos, devido não só aos diferentes contextos desse comércio, mas das próprias localidades (em especial, em relação ao desenvolvimento da lavoura cafeeira em seus territórios).⁶⁷ Assim, Motta observou como o peso do comércio de escravos e sua tipologia (local, intra ou interprovincial) variaram em relação à fase de desenvolvimento econômico de cada localidade, indicando a importância do contexto de cada uma delas para sua inserção nesse comércio nacional de cativos, do qual todas fizeram parte, apesar das intensidades variáveis. Apesar disso, o autor verificou a intensificação do comércio interprovincial na década de 1870 (especialmente se descontado o período de incertezas que ele destaca, entre 1870-1873).⁶⁸

Mesmo que parcialmente discordantes (quanto à importância do comércio interprovincial para as transferências de cada localidade), essas pesquisas lançam questões fundamentais, não apenas para a presente tese, mas também para entendermos os resultados diferenciados encontrados para outras localidades estudadas. Dessa forma, a presente pesquisa busca também inserir-se nesse diálogo, tentando entender, de forma mais precisa, as rotas de abastecimento de mão de obra da região de Campinas, as origens, perfis e ocupações dos cativos negociados, assim como a atuação de comerciantes nessas

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. Cit., p. 189. Os dados do censo nacional de 1872, contudo, já foram bastante criticados pela historiografia devido a sua falta de exatidão, especialmente em relação à população escrava, cujos dados podem ser verificados devido à Matrícula Nacional de Escravos de 1872-1873. Infelizmente nos falta tempo para a comparação dos dados de nascimento entre essas duas fontes, o que poderia reforçar os dados dos autores.

⁶⁶ SLENES, Robert. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Op. Cit., p.

⁶⁷ MOTTA, José Flávio. Op. Cit., p. 348.

⁶⁸ Idem, p. 350-351.

transferências. Com os dados levantados para essa região, que esteve em expansão durante boa parte dessa segunda metade do século XIX, procuramos trazer para o debate novos elementos que permitam entender de forma mais precisa esse comércio e seus desdobramentos, tanto para os envolvidos nessas transferências quanto para as sociedades que os recebiam.

Comércio de escravos em Campinas – Imposto de meia sisa e notas de compra e venda

Buscando compreender as dinâmicas do comércio de escravos em Campinas, dois conjuntos documentais sobre as transações estavam disponíveis para a pesquisa: os registros do imposto de meia sisa, pago na transferência da propriedade de cativos; e as escrituras ou notas de compra e venda de escravos. Na fase inicial da pesquisa, ampliando uma análise já realizada por Robert Slenes em sua tese, foram explorados os registros de meia sisa disponíveis para a década de 1870. Pesquisando os livros de registro desse imposto entre 1869-1870 e 1879-1880, localizamos pagamentos referentes à transferência de 5678 escravos na coletoria de Campinas.⁶⁹

Em todos os livros consultados constam nos assentos as seguintes informações: data, nome de comprador e vendedor do cativo, apontando a ocorrência do uso de procurações, da arrematação em praça pública ou da herança de algum indivíduo ou da atuação de tutores ou curadores. A respeito dos cativos negociados, temos dados sobre seus nomes, origens (local de nascimento, sendo geralmente apontada a província), idade, e mais informações esparsas (que foram se tornando mais frequentes ao longo da década de 1870) sobre cor, estado civil e profissão.

Apesar da grande variedade e volume de informações presente nessa fonte, existem várias limitações que devem ser levadas em conta para nossos interesses. O maior problema para a identificação dos negociantes por essa fonte é que ela não nos indica os locais de residência de compradores e vendedores, o que nos ajudaria observar a intermediação e os locais em que foram buscados os cativos. A origem apontada dos escravos é somente uma

⁶⁹ No acervo do Centro de Memória da Unicamp (CMU), no Fundo “Coletoria de Rendas de Campinas (CRC)”, foram encontrados os seis livros para esse período: Livro 49 (1872-73), Livro 51 (1873-74), Livro 52 (1874-75), Livro 53 (1875-76), Livro 54 (1877-78) e Livro 57 (1878-79).

solução precária para esse problema, visto que não determina os locais onde foram comprados, mas sim os de nascimento. Por exemplo, um cativo registrado como natural do Rio de Janeiro pode ter vindo desse local em negociação anterior e, num momento posterior, estando já estabelecido em Campinas, acabar negociado entre dois senhores aí residentes. Sua indicação de origem nesta última compra e venda acaba por mascarar uma transferência local, podendo esta ser interpretada como uma entrada interprovincial. No entanto, a utilização dessa fonte e a observação de tais dados apontam uma atração exercida pelo mercado de escravos do Sudeste, com 74% dos cativos negociados em Campinas tendo nascido em outras províncias segundo esses livros. Além disso, eles nos ajudam parcialmente a entender de que locais os negociantes buscavam escravos.

Destacava-se a presença de escravos com origem em todo o Nordeste brasileiro, com predomínio de baianos (927 ou 17% dos escravos negociados), maranhenses (545 ou 10%), pernambucanos (343 ou 6%) e cearenses (230 ou 4%), além dos cativos da própria província paulista, da vizinha província fluminense (396 ou 7%) e de um grande número de cativos gaúchos (525 ou 10%). Esses últimos foram uma presença mais frequente no fim da década de 1870. Essa variedade de origens leva-nos a pensar nos esquemas de atração e transferência de cativos que estavam em ação, possivelmente da compra deles nos portos do Nordeste ou mesmo no Sudeste e sua revenda na região de Campinas.

Nesse ponto, mais uma vez, a indicação da origem sem detalhar a cidade ou última residência nos impede de saber de qual região eles provinham, o que dificulta o entendimento de toda a cadeia de negócios. Com a lacuna da região de onde foi comprado o trabalhador, perdemos também a oportunidade de compreender o contexto social e econômico de que fazia parte esse cativo. A indicação mais genérica das origens dos cativos, por exemplo, levou a que se acreditasse, por muito tempo, que os cativos enviados do Nordeste brasileiro vinham majoritariamente das plantações de cana-de-açúcar decadentes. Ou seja, pessoas que estariam acostumadas à grande lavoura, convivência com comunidades maiores de cativos e certo ritmo de trabalho. Nesse ponto, o artigo de Herbert Klein, já em 1971, criticava essa visão, mostrando que a maior parte dos escravos que entraram no porto do Rio de Janeiro provenientes do Nordeste em 1852 eram oriundos de

regiões urbanas.⁷⁰ Essa ideia foi reforçada posteriormente por pesquisas como a Erivaldo Neves, que indicava um constante comércio de cativos do sertão baiano, ligado à subsistência e produção de alimentos, com a província de São Paulo.⁷¹ Com isso, modificasse profundamente a ideia das relações conhecidas e do contexto em que estavam inseridos os cativos, apontando com maior clareza o impacto dessas transferências.

Através do registro da sisa, conseguimos vislumbrar o tamanho dos grupos negociados. Dos 5678 escravos negociados, 1622 ou 29% deles foram comercializados individualmente, sendo que 63% dos cativos foram negociados em grupos de até cinco pessoas. Em alguns momentos observamos grupos maiores, de 20 ou mais escravos sendo transferidos, com o ápice de transferências em uma única negociação sendo de 40 escravos. Essas negociações maiores apareceram geralmente sob responsabilidade de nomes identificados com o comércio de cativos, mas esses grupos têm pequena representatividade nas transações totais de cativos.

Essas transferências, todavia, não atingiam a população escrava de maneira homogênea. Dos mais de cinco mil escravos, 2892 ou 51% deles tinham entre 16 e 25 anos de idade quando foram negociados, preferência essa observada para cativos dos dois sexos. Entretanto, em casos individuais encontramos opções por escolhas pouco usuais, como a compra de escravos idosos e mesmo bastante idosos. Em 1872, por exemplo, Estanislao de Campos Salles comprou de Eloy da Silva Cunha um casal de africanos André e Cecília, de 50 e 40 anos de idade respectivamente⁷². Em um caso ainda mais significativo, Antônio Barbosa de Andrade comprou seis escravos de Adão José Barbosa, todos com idades entre 35 e 70 anos⁷³.

Além da questão etária, a preferência pelo trabalhador masculino foi observada em todos os grupos etários, com o desequilíbrio entre os sexos dos escravos negociados claramente visível nessa fonte. Os homens representaram 75% dos adquiridos na região durante os anos em que temos informações. A maior diferença entre homens e mulheres foi

⁷⁰ KLEIN, Herbert S.. The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971).

⁷¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000).

⁷² Livro 49 p. 8, dezembro de 1872.

⁷³ Livro 51, p. 1, julho de 1873.

observada entre 16 e 20 anos, grupo que engloba os maiores números de ambos os sexos (1357 homens e 363 mulheres). Ou seja, exatamente na idade mais procurada, de jovens com grande capacidade produtiva, a preferência por trabalhadores masculinos torna-se mais escancarada.

Por fim, a análise dos registros do imposto de meia sisa aponta, ainda para uma expansão dos negócios com escravos, partindo de 310 transferências no ano 1872-73 para 934 no seguinte e chegando a 1233 cativos negociados em 1874-75. Número que se estabiliza nos anos seguintes, com uma média de vendas entre mil e mil e cem escravos por ano.

Com os dados levantados a partir da pesquisa no registro da meia sisa, observamos como o mercado de cativos de Campinas e região encontrava-se bastante ativo na década de 1870, trazendo para o interior paulista – ou renegociando a partir dele – trabalhadores de diversas partes do país. Essas informações reforçam as afirmações de Robert Slenes sobre a importância do mercado interprovincial de escravos para abastecer a região, baseadas na análise de uma amostragem desse imposto, mas essa fonte não nos permite seguir muito mais adiante na qualificação dessas transferências. Para tanto, exploramos uma amostragem das escrituras de compra e venda de escravos que identificam de forma mais clara senhores e escravos envolvidos, assim como as condições e sentidos (importações ou exportações) dos negócios.

Enquanto o registro da meia sisa nos informou sobre a transferência de 5.678 escravos, através das notas de compra e venda temos registros de apenas 2.424 desses indivíduos, mas com um volume maior de informações sobre os mesmos. Buscando uma maior precisão nos nossos dados que permitissem uma análise mais aprofundada das transações, decidimos focar nosso estudo nas fontes cartoriais que registraram a transferência de escravos ou o poder para negociá-los. Mas o registro do imposto de meia sisa continua importante ao contribuir para situar essa amostragem de escrituras em um universo de transferências mais amplo.

As notas de compra e venda e as procurações que autorizavam terceiros a negociarem os cativos por seus vendedores ou compradores foram documentos de uso

corrente na segunda metade do século XIX.⁷⁴ Essas duas fontes documentavam a transferência de cativos ou o poder de negociá-los, o que, posteriormente, ofereceu aos historiadores a possibilidade de analisarem com maior precisão os negócios desenvolvidos nesse campo de atividade. A partir dessas duas fontes, outras documentações foram exploradas, como processos crime e cíveis que envolveram indivíduos identificados como negociantes de cativos. A leitura dos jornais locais também foi realizada, buscando debates sobre o comércio de cativos e o trabalho escravo, além de informações complementares em anúncios de compra e venda de cativos por particulares e negociantes.

Dessa forma, com a intenção de analisar as compras e vendas de escravos registradas na cidade de Campinas, pesquisamos o acervo do 1º e do 2º Cartórios de Notas de Campinas, Tabelionatos Campagnone e Paula Leite, respectivamente. O primeiro já estava estabelecido em 1850, enquanto o segundo foi criado no ano de 1867, sendo esses dois, os únicos Tabelionatos de Notas existentes nessa cidade até a década de 1880. Nesses dois cartórios, tivemos contato com dezenas de livros de notas que foram nossa principal fonte nessa investigação. Foram fichados vários registros neles lançados entre os anos de 1865 e 1882. Apesar de nossos esforços iniciais visarem o levantamento completo desses livros entre 1860 e 1888, dificuldades de acesso e tempo limitaram a pesquisa e o devido processamento das informações coletadas. O ano de 1865 marca o início dessa série e sua escolha resultou da observação da presença de livros mais legíveis e organizados a partir de então. Já 1882 serviu como um marco por já se encontrar fora do período de vigência do comércio interprovincial, devido ao fechamento desse comércio no início da década de 1880, através de um elevado imposto de importação que tornava proibitiva a entrada de cativos de outras províncias.⁷⁵

No Tabelionato do 1º Ofício de Notas de Campinas, foram fichados todos os 26 livros encontrados que faziam referência ao período, enquanto no 2º Ofício foram

⁷⁴ O registro público das compras e vendas de escravos tornou-se obrigatório somente no início da década de 1860 (através do Decreto n. 2699, de 28 de novembro de 1860, que obrigava ao registro as transferências de cativos cujo valor fosse maior que 200\$000 réis), sendo essa também uma das razões que limitaram a nossa busca nos livros de cartórios de Campinas a partir desse marco cronológico.

⁷⁵ Célia Maria de Azevedo acompanha o processo de discussões que levam ao fim do comércio interno de cativos para São Paulo na virada de 1880 para 1881, movido principalmente pelo medo de rebeliões e da violência escrava. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 111-125.

selecionados 23 livros que cobriram de 1866 até 1882. Nesse cartório, outros 12 livros que cobriam o período analisado não foram fichados. Dessa forma, dos 61 livros disponíveis para o período analisado (entre 1865 e 1882) nossa amostragem é constituída por 49 deles; o que nos permitiu localizar as transferências de 2.424 cativos.

Em um primeiro momento, analisamos apenas as notas de compra e venda de cativos encontradas nesses tabelionatos, posteriormente investigamos as procurações também registradas nessas instituições. A informação encontrada nessas fontes geralmente aponta para algumas características particulares do cativo e da negociação em questão. Vejamos o caso de uma venda ocorrida em meados da década de 1870, que exemplifica essas informações.⁷⁶ Em 7 de junho de 1876, dona Ana Angélica de Magalhães vendeu uma cativa para José Benedicto da Costa Ferraz e um outro senhor, ambos de Campinas, por 1:250\$000 réis. Na transação, a vendedora foi representada por seu procurador, Justino Gomes de Azevedo. O “objeto” da venda foi a escrava Joana, uma cozinheira de 25 anos de idade, preta, solteira, cuja filiação foi apontada como “desconhecida”. A causa desse desconhecimento da filiação talvez se devesse ao fato de Joana ser natural da Bahia, tendo sido anteriormente matriculada naquela província no município de Caetité. Na informação sobre o registro de matrícula da escrava, temos também a informação de que ela foi anotada como a cativa nº 5 da relação de seu senhor, tendo havido a averbação de sua mudança de senhor, com sua chegada em Campinas, ainda no ano de 1873.⁷⁷

O caso da venda de Joana ilustra a série de informações que podem ser observadas nos registros de compra e venda de cativos. A identificação das partes envolvidas, compradores e vendedores, mas especialmente dos cativos negociados é a principal informação extraída e presente em todas as negociações. A participação de procuradores no negócio (e o importante papel que desempenham no negócio como um todo, como se verá adiante) também surge nesses documentos, ajudando-nos a identificá-los. Valores pagos podem ser comparados aos praticados em outras regiões ou outros perfis de cativos.

⁷⁶ Segundo o mesmo Decreto n. 2699, de 28 de novembro de 1860, em seu Artigo 3º, parágrafo 1, as escrituras lavradas deveriam conter “os nomes e moradas dos contraentes, o nome, sexo, cor, ofício ou profissão, estado, idade e naturalidade do escravo e quaisquer outras qualidades ou sinais que o possam distinguir.”

⁷⁷ 1º Tabelionato de Campinas, Livro 68, p. 28v-29.

Podemos perceber também o espaço de transferência desses escravos, no caso específico, uma escrava de outra província que já havia sido vendida para Campinas anteriormente, tendo essa segunda venda sido restrita ao mercado local.

Todos esses dados nos ajudam a formar um contexto de comercialização de cativos, das tendências de movimento dessa população escrava, percebendo de que ponto vinham e para onde iam. Contudo, fornecem poucas informações diretas sobre o contexto humano presente nessas vendas. Em anúncios de venda de cativos nos jornais, por exemplo, temos, em alguns momentos, a indicação dos motivos que levavam à venda dos cativos. Muitas vezes, eram indicados problemas de indisciplina, resistência dos cativos ou mesmo o desejo desses de servirem a um outro senhor.⁷⁸

No caso específico de Joana, podemos questionar o que teria motivado a senhora (que, em última palavra, tinha a autoridade para negociar a cativa) a vendê-la. Dívidas ou a necessidade de dinheiro geralmente são apontadas pela historiografia como uma razão válida para as negociações, mas questões como a indisciplina e resistência escrava também podem estar em jogo. Sendo uma transação local, é possível que os compradores já tivessem contato anterior com a cativa, talvez a conhecessem ou seu trabalho e comportamento. Nesse ponto, a agência da escrava em prol de sua venda, talvez pelo oferecimento de melhores condições por parte dos possíveis compradores ou por essa expectativa, não pode ser inteiramente descartada. Entretanto, a análise das notas não torna possível explorar essa questão diretamente, pois o contexto das vendas muitas vezes fica completamente fora desse registro.

Apenas em poucos momentos de leitura as notas de transferência de cativos deixam transparecer informações mais diretas sobre os possíveis motivos da venda de cativos. Problemas disciplinares ou de comportamento deviam ser causas comuns para que um senhor optasse por vender seu escravo. Nesse ponto, imaginamos que a pressão de um cativo por melhores condições ou por um outro cativo (talvez com maior autonomia ou mais próximo de sua família) também estivesse presente entre esses motivos, mas acabasse muitas vezes sendo relatada na forma de indisciplinas. Em algumas notas, por exemplo,

⁷⁸ Caso, por exemplo, da venda do escravo Joaquim, em 17 de janeiro de 1867. Seu senhor, José do Nascimento Pinto Lusena o vendeu para outro senhor de Campinas apontando que o mesmo era “fujão”. 2º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 1, p. 73v-74.

temos informações, provavelmente relatadas a contragosto pelo vendedor do cativo, que deixam claras algumas condições do mesmo, divulgando os problemas e, possivelmente, evitando reclamações futuras do comprador. Temos como exemplo o caso de João, um ferreiro de 35 anos de idade, solteiro e natural do Rio Grande do Sul (matriculado na cidade de Piratini, naquela província), que foi descrito como “desobediente” na nota de transferência dele para o comprador Antônio Galdino de Abreu Soares, de Campinas.⁷⁹

Uma série de outros escravos foram descritos como tendo alguma limitação, que os impedia de exercer seus ofícios na totalidade ou os impedia de executar determinadas funções. Thereza, de 40 anos, foi descrita como tendo uma aptidão para o trabalho “sofível”, enquanto Francisca, de 22 anos, estava destinada somente a “serviço leve”.⁸⁰ Felipe, de 26 anos, era mudo, e o sapateiro Joaquim, de 37 anos, foi apontado como “fujão”⁸¹, como também foi descrita a escrava Antônia, uma lavradora nascida em Minas Gerais.⁸² Em negociações que envolveram grupos maiores de escravos, muitas vezes junto com propriedades, ocorreram casos de venda de cativos que estavam fugidos, como o caso do africano Sebastião, de 45 anos de idade.⁸³ Tivemos, inclusive, o caso de Cândido, que foi descrito como “claro” e “louro”, em sua nota de venda.⁸⁴

De toda forma, os problemas apontados apareceram apenas em casos pontuais através das notas, apesar de os motivos para as vendas dos cativos sempre estarem presentes na relação senhor/escravo. Destacamos isso porque apesar de, em cada venda, esse contexto estar presente, não iremos discuti-lo com frequência (em um primeiro momento) na análise das notas. Partiremos de uma leitura geral dos dados mais pessoais trazidos por essa fonte, quando possível, aproximando essas negociações da experiência dos envolvidos.

⁷⁹ 1º Tabelionato de Campinas, Livro 68, p. 61-62. Negociado em 3 de outubro de 1876.

⁸⁰ 1º Tabelionato de Campinas, Livro 68, p. 74v-75 e 96, respectivamente.

⁸¹ 2º Tabelionato de Campinas, Livro 1, p. 7-7v e 73v-74. Negociados em 22 de maio de 1866 e 17 de janeiro de 1867, respectivamente.

⁸² 2º Tabelionato de Campinas, Livro 2A, p. 99v. Negociada em 13 de junho de 1876.

⁸³ 2º Tabelionato de Campinas, Livro 3A, p. 74-78. A transação envolvia ao todo 88 cativos. Chamou nossa atenção, além da idade do escravo fugido, o fato de ele ser apontado como casado. Sua esposa, Umbelina, continuava no cativo e foi negociada nessa mesma transação.

⁸⁴ 2º Tabelionato de Campinas, Livro 1A, p. 20v-21v. Negociado em 22 de abril de 1875.

Vamos iniciar a análise dessa informação observando como o registro dessas vendas foi distribuído através do período da pesquisa, indicando os períodos em que esse comércio pareceu mais intenso segundo essa fonte:

Gráfico 1 – Campinas, Escravos negociados por ano, segundo as notas



Fonte: 1º e 2º Tabelionatos de Campinas, Livros de Notas.

Na frequência das negociações apresentada acima, destacamos duas características interessantes: a primeira é o tradicionalmente reconhecido ápice das transferências na década de 1870; mas notamos também uma queda no número de transações no início dessa década. Esse período de retração na comercialização de escravos já havia sido observado por José Flávio Motta em sua pesquisa sobre o comércio de escravos em quatro cidades paulistas nessa mesma época. Segundo Motta, a retração, ou no máximo a manutenção de um ritmo moderado no comércio de escravos no início desta década, esteve ligada às incertezas sobre a escravidão, como, por exemplo, os debates em torno da Lei de 1871 e seu alcance.⁸⁵ Sem descartar essa possibilidade, Robert Slenes aponta também para a

⁸⁵ MOTTA, J. F. Op. Cit., p. 154-155.

oscilação do mercado de café nesse momento, que interrompeu a ascensão do preço da mercadoria e, por consequência, da procura por cativos e sua valorização.⁸⁶

De toda forma, nossos dados reforçam a ideia da década de 1870 (especialmente se descontado esse período de incertezas entre 1870-73) como um momento de aceleração na transferência de escravos, apesar das limitações temporais de nossas fontes. Na década de 1870, foram encontrados os registros de 64,6% dos escravos negociados, contra 23,5% na década de 1860 e 11,8% nos anos 1880.

Para compreender os movimentos desse mercado, continuamos analisando nossos dados, buscando observar, agora, a direção dessas transações em relação a Campinas. Iremos analisar o sentido do comércio registrado na cidade de Campinas, observando se as transferências anotadas nessa cidade referiram-se a entradas ou saídas de cativos, ou, ainda, ao registro de uma redistribuição de escravos. Foram classificados como redistribuição os registros de vendas de escravos de outras localidades, o que seria uma entrada, mas para senhores residentes em outros municípios. Ou seja, a venda foi registrada em Campinas, mas nem vendedor nem comprador residiam nessa cidade e seu termo. Esses seriam casos explícitos, na minha opinião, do papel de Campinas como um entreposto de negociação de escravos, como discutiremos adiante.

Tabela 1 – Campinas, Sentido do Comércio segundo as notas, 1865-1882

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Entrada	930	38,4	38,4
Saída	82	3,4	41,8
Local	852	35,2	76,9
n/i	131	5,4	82,3
Redistribuição	428	17,7	100,0
Total	2423	100,0	

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas. * “não informado”, ou “não identificado”.

Nota: Os dados acima, e a organização das tabelas e gráficos, por opção do autor, dizem respeito ao universo de cativos negociados e não ao de vendas realizadas. Todos os números apresentados, salvo informação em contrário, dizem respeito aos escravos e não às transações realizadas e seus números.

⁸⁶ Ver oscilação dos preços do café em SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Op. Cit., p.

O quadro acima revela que o maior grupo dos escravos negociados (38,4%) era de indivíduos que estavam sendo importados para o município de Campinas. O comércio local também chama atenção, apontado pela forte transferência de cativos (35,2% dos negociados) entre os membros da mesma comunidade no período estudado. Mais a frente, vamos procurar entender qualitativamente essas transferências, buscando observar a possibilidade de parte das transferências locais estarem ligadas a uma tendência de concentração da propriedade escrava.⁸⁷

O movimento de saída de escravos, propriamente dito, respondeu somente por 3,4% dos negociados, o que mostra uma perda bastante reduzida de escravos na rede de comércio e transferências montada. O estudo da direção dessa perda – das localidades para onde esses cativos estavam sendo vendidos – confirma a forte atração exercida pela economia cafeeira em expansão, que impulsionava a economia provincial. Dos 82 escravos vendidos para outros municípios, quase todos foram negociados com senhores de outras localidades da província de São Paulo. A maior parte deles (41,5%) foi vendida para residentes em Amparo, cuja sede do município está localizada a aproximadamente 61 km de Campinas⁸⁸. O quadro abaixo reproduz as informações encontradas nas notas, com referência às localidades para as quais os senhores de Campinas venderam cativos, o volume dessas transferências e a distância relativa a partir de Campinas:

Tabela 2 - Localidades que receberam escravos vendidos a partir de Campinas, com distâncias relativas a essa cidade.

Localidade e distância	Escravos Recebidos
<u>Menos de 50 km</u>	
Indaiatuba	1
Itatiba	4
Jundiaí	1
Monte Mor	1

⁸⁷ Tendência defendida por muitos autores e já observada para outras localidades estudadas nessa pesquisa, como foi o caso de Pelotas (ver capítulo seguinte).

⁸⁸ Distâncias baseadas nos sites: <http://www1.dnit.gov.br/rodovias/distancias/distancias.asp> (acessado em 20/5/2012) e também <http://www.emsampa.com.br/xspxcampbra.htm> (acessado em 20/05/2012). As distâncias apresentadas, baseadas em rodovias atuais, podem não servir como referências precisas para a época em estudo, mas são referências que acreditamos ser válidas.

<u>De 51 a 100 km</u>	
Amparo	34
Araras	1
Itú	1
Limeira	2
Mogi Mirim	9
Rio Claro	2
São Paulo	6
<u>De 101 a 150 km</u>	
Casa Branca	1
Pirassununga	3
São Carlos	3
<u>De 151 a 200 km</u>	
Santos	2
<u>Mais de 200 km</u>	
Bananal	1
Ribeirão Preto	4
Rio de Janeiro	1

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

Essas transferências indicam a larga rede que possibilitou que escravos fossem negociados a longas distâncias. Porém, cabe aqui ressaltar que o número reduzido de saídas registradas deve-se ao fato de as notas de compra e venda não serem as fontes mais adequadas para observarmos, especificamente, a exportação de escravos porque, quando ocorria a comercialização entre cidades diferentes, a entrada ou saída do cativo ficava registrada em apenas um dos municípios, aquele no qual a negociação se concretizara. Em geral, o vendedor (ou seu representante) se deslocava até o comprador e, portanto, era na cidade onde este residia que se registrava a transferência: a entrada do escravo.

Uma exceção do que é ilustrado na tabela acima foi a venda de Theophilo. Esse escravo paulista de 38 anos de idade foi vendido pelo proprietário, João Francisco da Costa, de Campinas, para um senhor residente em Rio Claro, em 1877.⁸⁹ Nesse caso, o comprador Eduardo Augusto Teixeira foi quem se deslocou, a fim de adquirir o cativo, com o registro dessa venda sendo realizado em Campinas, o que nos permitiu observar a saída de

⁸⁹ 1º Tabelionato de Campinas, Livro 70, p. 68.

Theophilo dessa cidade. Para exemplificar a limitação dessa fonte, caso pesquisássemos apenas nos cartórios de Rio Claro, não teríamos como perceber a entrada de cativo naquele município, pois o registro foi realizado apenas na localidade de onde ele proveio.

Retomando a análise da Tabela 4, observamos a eventual saída de um único escravo para fora da província, sendo ele vendido para um senhor apontado como residente no Rio de Janeiro. Trata-se do escravo Jovino, um pardo de 33 anos, natural de Pernambuco, que foi vendido para Eduardo da Costa Passos, em 28 de fevereiro de 1880.⁹⁰ Ressaltamos, contudo, que o comprador atuou como procurador na venda de 123 escravos na cidade de Campinas e, dessa forma, existe a possibilidade desse escravo não ter necessariamente saído da região, podendo ter sido renegociado por Passos em outra cidade da província.⁹¹ De fato, a quase totalidade dos cativos saídos de Campinas foi negociada dentro do próprio território paulista, o que reforça a leitura da grande atração exercida pela economia cafeeira em expansão.

A redistribuição de escravos a partir de Campinas foi outra categoria de análise importante para a compreensão do mercado de escravos nessa cidade. Os 428 escravos (ou 17,7% dos negociados) cujas vendas foram incluídas nessa categoria foram cativos trazidos de diversos pontos do território nacional e negociados em Campinas para senhores de outras localidades. Entendemos que as transferências registradas aqui, mas não para esta praça, mostram a importância dessa cidade como um ponto de acesso ao mercado de escravos, como um entreposto de negociação. Em geral, a redistribuição foi feita por senhores de outras localidades que se deslocavam até Campinas para adquirir cativos, nesse caso, vindos de outras localidades.

A redistribuição com base em Campinas atingiu 25 municípios paulistas, além de um caso de escravo comprado por residentes no Rio de Janeiro. A tabela a seguir mostra as localidades supridas por este comércio realizado em Campinas, o número de escravos transferidos e a distância relativa a partir dessa localidade:

⁹⁰ 1º Cartório de Campinas, Livro de Notas 75, p. 94v-95.

⁹¹ A presença de comerciantes de escravos intermediando negociações em Campinas será analisada posteriormente, no Capítulo 3 desta tese.

Tabela 3 - Localidades participantes da redistribuição de escravos a partir de Campinas, com distâncias relativas a essa cidade.⁹²

Localidade e distância	Escravos Recebidos
<u>Menos de 50 km</u>	
Indaiatuba	8
Itatiba	25
Jundiaí	9
Monte Mor	11
Santa Bárbara	4
<u>De 51 a 100 km</u>	
Amparo	111
Araras	4
Capivari	9
Itú	3
Limeira	9
Mogi Mirim	61
Piracicaba/Constituição	10
Rio Claro	16
São Paulo	56
<u>De 101 a 150 km</u>	
Casa Branca	15
Pirassununga	13
S. João da Boa Vista	1
São Carlos	7
<u>De 151 a 200 km</u>	
Araraquara	14
Brotas	4
Santos	1
<u>Mais de 200 km</u>	
Jaú	16
Ribeirão Preto	5
Rio de Janeiro	1

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

Destacamos novamente a posição dos senhores de Amparo como os principais compradores de cativos através de Campinas, tendo adquirido 111 trabalhadores, ou 25,9%

⁹² Não conseguimos identificar com clareza duas localidades citadas nas notas, identificadas como na província de São Paulo: Pinhal e Vila da Penha, para as quais foram enviados 15 cativos.

de todos os redistribuídos nessa localidade. A região de Mogi Mirim também se destacou, com a aquisição de 61 escravos, sendo seguida em importância de transferências pela capital da província, com a compra de 56 trabalhadores.

A compra de 56 escravos por senhores estabelecidos em São Paulo chama a atenção, a princípio, por não se encaixar no modelo que estabelece que são os municípios cafeeiros que atraem escravos nesse momento. Fica a dúvida quanto ao emprego dessas dezenas de cativos na capital provincial, ao mesmo tempo em que podemos questionar se os mesmos foram realmente enviados para São Paulo ou se os compradores, lá residentes, os empregaram em outras localidades.⁹³

O caso de redistribuição para o Rio de Janeiro, visto na tabela acima, foi semelhante à saída para a mesma cidade vista anteriormente. Antônio, um lavrador de 24 anos de idade, natural do Rio Grande do Sul e matriculado em Santo Antônio da Patrulha (RS), foi vendido para os negociantes Alves Machado & Cia, estabelecidos no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1876.⁹⁴ Também nesse caso os compradores eram negociantes que comercializaram escravos na região de Campinas, fazendo-nos acreditar, novamente, que o cativo provavelmente acabou sendo negociado em território paulista, e não foi enviado ao Rio de Janeiro.

Procurando identificar as diferentes características, ou fases do comércio de escravos em Campinas, analisamos esses mesmos dados ao longo das diferentes décadas estudadas.

Tabela 4 – Sentido da transferência de cativos segundo o período.

		Sentido do Comércio					Total
		Entrada	Saída	Local	n/i	Redistribuição	
Período	1860	142	16	357	39	16	570
	1870	669	46	427	84	340	1566
	1880	119	20	68	8	72	287

⁹³ Essa é uma questão que pode ser feita para qualquer venda registrada. A crítica mais precisa de cada transferência, contudo, nos foi impossível e exigiria elementos externos a essa documentação.

⁹⁴ 1º Cartório de Campinas, Livro de Notas 68, p. 93-93v. Essa venda foi realizada por Manoel Thomaz Fragoso, envolvido com a transferência de diversos cativos gaúchos para a região de Campinas.

Total	930	82	852	131	428	2423
-------	-----	----	-----	-----	-----	------

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

Na tabela acima, observamos a escalada da comercialização de cativos na década de 1870, refletida em todos os sentidos de comércio realizado. Examinando detidamente cada período, observamos que a década de 1860 foi marcada por um robusto comércio local, uma pequena movimentação de saída e redistribuição de escravos, mas também pela significativa entrada de cativos em Campinas. Ressaltamos que a origem dessas entradas serão analisadas adiante, quando vamos procurar identificar as fontes de abastecimento de mão de obra de Campinas e região.

Em relação à entrada de cativos, observamos claramente a vigorosa importação de escravos ocorrida na década de 1870, marcada também por um forte movimento de redistribuição dos cativos negociados em Campinas. Também é o período com o maior número de saídas observadas, o que nos leva a questionar quem seriam os senhores que vendiam seus escravos? De forma semelhante ao que iremos discutir quanto às transferências locais de cativos, devemos entender que, possivelmente, senhores em dificuldade, ou envolvidos em setores econômicos não muito valorizados, poderiam ficar tentados a se desfazerem de seus cativos, e isso, mesmo em uma região com economia próspera, como Campinas. Retornaremos a esse assunto mais adiante.

Uma outra questão a ser observada diz respeito ao peso da redistribuição no conjunto de “entradas” de novos cativos na região (entradas + redistribuição), o que nos ajudaria a entender possíveis mudanças na atuação de Campinas como um entreposto de comercialização de escravos. Na década de 1860, as redistribuições representaram 10,1% de todas a introdução de escravos na região (entradas + redistribuições). Já na década de 1870, as redistribuições foram ampliadas para 33,9%, sendo ainda mais importantes no início da década seguinte, representando 37,9% dessas entradas totais. Isso demonstra a ampliação do papel de Campinas como um entreposto para a comercialização de cativos, marcando essa localidade não apenas como um importante mercado importador de mão de obra, mas também para a comercialização dessa em uma região em expansão.

Por fim, o estudo das notas nos anos iniciais da década de 1880 mostra um ganho de escravos ainda importante por Campinas, e uma queda nos outros sentidos de transferências. Isso nos levou, pela primeira vez, a observar que as entradas superaram o comércio local. Como questão a ser verificada, imaginamos como a restrição à aquisição de cativos, com o fechamento do mercado interprovincial de cativos no fim de 1880, pode ter influenciado os senhores a realizarem um esforço para manterem sua propriedade, ao mesmo tempo em que essa perspectiva de fechamento possa ter “inchado” as aquisições no fim da década de 1870 e início da seguinte, com a busca de obtenção de uma reserva de trabalhadores ou da mão de obra necessária para uma região em desenvolvimento.

De toda forma, observamos que, em todos os períodos em estudo, as entradas/importações de cativos superaram, por larga margem, as vendas ou saídas dos mesmos através do comércio, apesar do forte movimento de redistribuição de escravos observado na cidade de Campinas. Essa fonte reforça mais uma vez a ideia de que o crescimento da população escrava local esteve fortemente relacionado à entrada de cativos de outras regiões, somado ainda ao nascimento de escravos até 1871. Mas permanece a dúvida sobre quais regiões supriam Campinas e o interior paulista, o que analisaremos em seguida.

Após apreendermos os sentidos da transferência desses cativos, uma questão fundamental a ser compreendida é a caracterização das transferências realizadas. Como um dos elementos usados para definir essas transações, buscamos classificar as compras e vendas também em relação ao espaço abarcado por essas transferências, ou seja, se essas foram realizadas em nível local, intra ou interprovincial.⁹⁵ Com isso, buscamos apreender a importância dos diferentes tipos de transferência para a manutenção e expansão da mão de obra escrava na região, uma das mais prósperas da economia cafeeira em expansão.

Tabela 5 - Tipo de Comércio

Tipo de Comércio	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Interprovincial	1115	46,0	46,0

⁹⁵ Temos como base para essa classificação as residências apontadas para vendedores e compradores dos cativos; na falta dessas as matrículas dos escravos.

Intraprovincial	322	13,3	59,3
Local	853	35,2	94,5
n/i*	133	5,5	100,0
Total	2423	100,0	

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas. * “não informado”, ou “não identificado”.

A leitura da tabela acima deixa clara a importância do comércio interprovincial de cativos para a expansão da presença escrava na região de Campinas, sendo este a principal fonte dos cativos negociados na localidade (46%). As transferências realizadas dentro do território paulista, por sua vez, foram responsáveis pela mudança de apenas 13,3% dos escravos negociados para ou a partir de Campinas. A importância do comércio local foi a mesma do observado quando analisamos o sentido do comércio (35,2%), e foram poucos os casos de escravos (5,5%) para os quais não conseguimos detectar indícios que nos permitissem classificar o tipo de comércio praticado.

Para compreender a dinâmica da participação de Campinas no comércio nacional, provincial e local de escravos, vamos completar a análise do tipo de comércio, a partir de sua ocorrência através dos diversos períodos analisados.

Tabela 6 - Tipo de Comércio Segundo o Período

Período		Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
1860	Interprovincial	113	19,8	19,8
	Intraprovincial	62	10,9	30,7
	Local	357	62,6	93,3
	n/i	38	6,7	100,0
	Total	570	100,0	
1870	Interprovincial	864	55,2	55,2
	Intraprovincial	188	12,0	67,2
	Local	427	27,3	94,4
	n/i	87	5,6	100,0
	Total	1566	100,0	
1880	Interprovincial	138	48,1	48,1
	Intraprovincial	72	25,1	73,2
	Local	69	24,0	97,2
	n/i	8	2,8	100,0

Total	287	100,0
-------	-----	-------

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

A tabela aponta claramente a diferente importância das categorias ao longo dos períodos analisados. O comércio interprovincial claramente ganhou força na década de 1870, destacando o comentado incremento do mercado nacional de escravos. Sendo responsável pela transferência de 20% dos cativos na década de 1860, já mostrando a importância desse tipo de comércio, as transferências de outras províncias representaram mais da metade dos escravos negociados na década seguinte, tendo caído na década de 1880. O declínio visto nessa década está obviamente ligado às restrições ao mercado interprovincial de cativos.⁹⁶ O que nos chama atenção, na verdade, é a persistência de sua importância nos anos iniciais dessa. Isso aponta como o início da década, até o travamento desse comércio, foi marcado pela intensa importação de escravos, provavelmente incentivado pelo debate sobre sua proibição ou impedimento, que já estava em discussão na assembleia provincial.

Como já apontado por Robert Slenes, foi marcante a introdução, nessa região, de escravos nascidos em outras regiões do país e fora dele.⁹⁷ Analisando a naturalidade apontada para os escravos cuja compra e venda foi registrada em Campinas, observamos que pelo menos 66,2% deles não eram naturais da província de São Paulo. Apesar dessa indicação de naturalidade ser questionável, especialmente pelo pequeno número de africanos que ela apresenta, ela traz um indício importante da presença de cativos de outras regiões do país, especialmente por que não havia, aparentemente, uma finalidade prática em mentir ou ocultar a origem desses escravos nascidos em território nacional (ao contrário do que poderia ocorrer para os africanos).⁹⁸

A presença de escravos de outros pontos do país sendo negociados em Campinas pode ser vista também em anúncios dos jornais que circulavam na cidade, como o que demonstramos abaixo:

⁹⁶ Marcado pelos impostos de importação de escravos com valores proibitivos aprovados pelas assembleias provinciais das principais províncias importadoras de cativos em 1880 e 1881. GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 19-20.

⁹⁷ SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888. Op. Cit, p. 337-340.

⁹⁸ Ocultar a origem africana poderia evitar problemas relacionados à proibição da importação de escravos.

Escravos à venda

Vende-se um bonito lote de escravos chegados a poucos dias do Maranhão, peças especiais, de 14 a 22 anos, e algumas negras prendadas, para ver e tratar na rua do Regente Feijó n. 132.⁹⁹

Anúncios como esse foram recorrentes em Campinas, muitas vezes se referindo apenas à chegada de escravos “do Norte”. Eles reforçam a presença de cativos de fora (muitos deles recém-chegados) entre aqueles postos à venda no interior paulista, além de fornecerem indícios do modo como os negociantes desenvolviam sua comercialização.¹⁰⁰ A abrangência dessa rede de transferência de cativos que os levava a Campinas pode ser observada na tabela abaixo, na qual se vê a naturalidade dos escravos segundo suas notas de compra e venda. Apontamos também o tipo de transferência em que estavam incluídos, relacionando o local de nascimento desses com Campinas.

Tabela 7 –Naturalidade dos Escravos Comercializados em Campinas

<i>Naturalidade</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
n/d	150	6,2
Crioulo	198	8,2
Africano	151	6,2
<u>Intraprovincial</u>		
São Paulo	469	19,4
<u>Intrarregional - Sudeste</u>		
Espírito Santo	3	0,1
Minas Gerais	45	1,9
Rio de Janeiro	137	5,7
<u>Inter-regional Norte/Nordeste</u>		
Alagoas	23	0,9
Amazonas	2	0,1
Bahia	288	11,9
Ceará	73	3,0
Maranhão	222	9,2
Norte do Império	7	0,3
Pará	8	0,3

⁹⁹ Diário de Campinas, maio de 1879 (diversas edições). Microfilme MR 150. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

¹⁰⁰ Como já apontamos, os comerciantes e seu modo de atuação serão melhor observados posteriormente neste trabalho.

Paraíba	53	2,2
Pernambuco	119	4,9
Piauí	103	4,3
Rio Grande do Norte	34	1,4
Sergipe	18	0,7
<u>Inter-regional – Centro Oeste</u>		
Goiás	5	0,2
Mato Grosso	1	0,1
<u>Inter-regional – Sul</u>		
Paraná	18	0,7
Rio Grande do Sul	235	9,7
Santa Catarina	50	2,1
<u>Total</u>	<u>2412</u>	<u>99,5</u>

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

Quando analisamos o mercado nacional de cativos, destaca-se, na população negociada, a presença de escravos baianos, gaúchos e maranhenses, as três maiores províncias de origem dessa população, logo após a própria São Paulo. Ressaltamos que essas origens representam a totalidade dos escravos negociados na região, sendo que em muitos desses casos não temos a informação da entrada do cativo, mas sim a transação de um cativo natural de outra província entre dois senhores de Campinas ou do território paulista.¹⁰¹ A presença desses escravos reforça a importância do comércio interprovincial, mesmo que decorrente de transferências em momentos anteriores.

Além de Bahia, Rio Grande do Sul e Maranhão, outra origem de escravos a ser destacada foram as províncias algodoeiras. Afetadas pelo retorno da produção americana ao mercado e à queda no preço internacional do algodão, sendo também atingidas pela seca de 1877-79, essas províncias perderam uma significativa quantidade de escravos no mercado interno, visto através das compras em Campinas. Escravos com origem no Ceará (3,0%), Piauí (4,3%), Rio Grande do Norte (1,4%) e Paraíba (2,2%) somaram 10,9% daqueles negociados em Campinas no período estudado.¹⁰²

¹⁰¹ O que nos levanta a questão de os escravos serem negociados repetidas vezes, com sua trajetória de vida como cativos sendo marcada por períodos em diversas localidades, províncias e, possivelmente, contextos e ocupações diferenciados. Retomaremos essa questão na discussão da experiência escrava nessas transferências.

¹⁰² Cabe destacar que não podemos concluir que esses trabalhadores foram vendidos diretamente pela indústria algodoeira, mas sim que tinham como origem províncias ligadas a essa produção. Como no caso da cana-de-açúcar, a crise em determinada produção poderia acarretar não a perda de mão de obra empregada

A grande diversidade das localidades de origem dos escravos negociados em Campinas aponta ainda para dois fatores fundamentais: o alcance das redes de transferências de escravos e o impacto dessas transferências no cotidiano dos cativos, temas que serão explorados em partes posteriores desta pesquisa.

As transferências ocorridas de e para a própria província de São Paulo foram ganhando espaço ao longo do tempo, indicando-nos um crescente processo de transferência de cativos entre as regiões da província. Mas, para entender melhor as opções por trás dessas transferências, vamos analisar de quais localidades vêm os escravos negociados em Campinas. Isso em parte nos dará subsídios para discutir as motivações dos compradores de Campinas e região, e apreender os significados dessas escolhas por parte dos senhores.

Tabela 8 - Residência do Vendedor, Transferências para Campinas, Comércio Intraprovincial

	Frequência	Porcentagem
Amparo	18	8,7
Araraquara	1	,5
Araras	1	,5
Areias	2	1,0
Belém do Descalvado	1	,5
Caçapava	1	,5
Cananeia	2	1,0
Capivari	1	,5
Constituição/Piracicaba	4	1,9
Cotia	1	,5
Franca	1	,5
Iguape	4	1,9
Indaiatuba	2	1,0
Itapetininga	5	2,5
Itu, SP	4	1,9
Jundiaí	6	2,9
Limeira	3	1,4
Mogi Mirim	5	2,4
Mogi das Cruzes	1	,5
Monte Mor	3	1,4
n/d	34	16,3

diretamente nessa cultura, mas sim a queda na capacidade dessa produção de atrair cativos de outras atividades (como serviço doméstico ou agricultura de alimentos), resultando na venda desses trabalhadores para outras províncias. GRAHAM, R. *Nos Tumbeiros mais uma vez?*, Op. Cit., p. 132.

Nazareth	1	,5
Penedo	1	,5
Pindamonhangaba	1	,5
Pirassununga	2	1,0
Porto Feliz	1	,5
Província de São Paulo	2	1,0
Rio Claro	3	1,4
Santa Bárbara	3	1,4
S. João do Capivari	4	1,9
S. José do Paraitinga	2	1,0
Santos	23	11,1
São Carlos	1	,5
São João do Piauí	1	,5
São José dos Campos	1	,5
São Paulo	36	16,3
São Roque	2	1,0
São Simão	2	1,0
Socorro	1	,5
Sorocaba	17	8,2
Taubaté	1	,5
Vila Bella	1	,5
Yririca, SP(?)	1	,5
Total	207	100,0

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

São Paulo, Amparo, Santos e Sorocaba foram as principais cidades que forneceram cativos para Campinas. O significado disso, contudo, precisa ser questionado, inclusive pelo fato de Amparo ser também a principal cidade a receber escravos de Campinas (em número maior do que fornece). Neste quadro, chama a atenção a grande variedade de localidades de onde foram vendidos escravos para Campinas, com muitas dessas aparecendo uma única vez. Isso nos aponta para o comércio “miúdo”, uma venda bastante pulverizada de cativos, que por sua vez nos indica duas possibilidades: pequenos senhores vendendo sua única posse escrava, ou proprietários de grupos maiores vendendo indivíduos selecionados (escravos “problema”) ou limitando suas perdas ao mínimo que eles acreditavam necessário.

Para tentar observar qual o porte das posses dos vendedores de cativos, verificando se os mesmos eram pequenos ou grandes proprietários, vamos utilizar a informação da

matrícula dos escravos apresentada nas notas. No presente estudo, uma das informações selecionadas no fichamento das fontes foi relativa ao número do escravo negociado na relação do senhor (infelizmente disponível apenas nos anos posteriores a 1872-1873). Relembrando o registro de matrícula que aparece nas notas de compra e venda, vamos usar o seguinte exemplo para ilustrá-lo: em 16 de janeiro de 1875, João Gilberto de Souza, residente em Campinas, vendeu a Francisco de Paula Souza Camargo, também residente nesta cidade, a “escrava de nome Gertrudes, preta, solteira, de cinquenta e dois anos de idade, filiação desconhecida, natural da África, aptidão para o trabalho para qualquer serviço, profissão serviço de roça, matriculada sob número 5.561 de ordem da matrícula [no município] e 25 de ordem na relação nº 481, na Coletoria desta cidade datado de quatro de setembro de 1872 (...)”.¹⁰³ A apresentação desses dados geralmente seguia essa mesma ordem: os dados pessoais do cativo, como nome, idade, naturalidade, filiação, ocupação, entre outros, e depois a informação da Matrícula, a cidade e a data onde este foi registrado, seu número de registro no município (ou seja, seu lugar na contagem de escravos matriculados até aquele momento, naquela localidade), muitas vezes seguido pelo número da relação do senhor (a listagem dos escravos possuídos por aquele senhor)¹⁰⁴ e, finalmente, o número do escravo naquela relação, seu lugar na lista do senhor.

As limitações desse método são bastante claras: excluem as negociações de escravos do período anterior à Matrícula e o registro dessas nas notas de compra e venda, o que representou a falta de dados para 40,4% dos negociados para Campinas no comércio intraprovincial. Além disso, em alguns momentos, as informações aparecem desatualizadas, com os dados da matrícula original já não representando a situação atual do cativo, que já havia sido averbado em outro município (não constando as informações específicas dessa averbação, somente que a mesma foi realizada).

¹⁰³ 1º Cartório de Campinas, Livro de notas 67, p. 16v-17.

¹⁰⁴ Como apontado por Robert Slenes, normalmente os senhores possuíam apenas uma lista de matrícula de seus escravos. Contudo, grandes proprietários com mais de uma fazenda às vezes possuíam mais de uma lista de matrícula ou relação de escravos. SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2011, p. 264. De toda forma, é importante ressaltar que essa listagem marcava os escravos dentro de um grupo delimitado, de uma comunidade de trabalhadores.

De toda forma, a informação do número na relação do senhor traz alguns indícios que são difíceis de encontrar por outros meios devido à escala de nossa análise; uma análise mais precisa seria possível somente cruzando informações nominais com pesquisas em outras fontes, como as listas originais de matrícula ou inventários. Isso enriqueceria muito o debate, mas pelo volume de informações e tempo necessários, foge à capacidade da presente pesquisa.

Acompanhando os números apresentados nas notas de venda de cativos de outras localidades paulistas em Campinas, observamos que 40,1% destes foram registrados como sendo entre o primeiro e o quinto cativo de seu senhor, ou 68%, se retirarmos os casos em que não temos informação referente à matrícula. Isso aponta para a forte presença de pequenos proprietários entre os vendedores, apesar de não podermos descartar a importância de médios ou grandes escravistas entre os fornecedores de cativos para o comércio intraprovincial.¹⁰⁵

Um outro problema a ser destacado em relação ao uso dos dados da matrícula é que muitas vezes os escravos eram matriculados na ordem de sua idade, com os mais velhos e homens antes das mulheres e crianças, apesar disso não ser uma regra rígida. Destacamos isso para sugerir que a venda de cativos com números baixos na relação de seus senhores poderia também significar a venda de escravos mais velhos de um determinado grupo. Ou seja, mesmo em um conjunto maior, a incidência das vendas recairia sobre os cativos mais velhos, ou aqueles matriculados primeiro. Contudo, ao analisarmos as faixas etárias desses, os jovens adultos (15-29) foram maioria entre os negociados, com 57,7% dos indivíduos. Crianças de 0 a 14 anos somaram 18,8%, seguidos pelos adultos de 30 a 44 anos, com 15,9% e os maiores de 45 anos, com 7,7%. Isso reforçaria nossa ideia de que os números de matrícula apresentados estariam mais diretamente ligados ao porte da posse dos senhores

¹⁰⁵ Aqui estamos usando uma escala de pequenos, médios e grandes proprietários usada ao longo de toda a nossa pesquisa, tanto para Campinas quanto para os cenários no Sul do Brasil. Assim, a posse de 1 a 5 escravos é considerada pequena, sendo média a de 6 a 10 cativos e grande a de mais de 11 desses trabalhadores. Estabelecemos essas divisões devido tanto às diferenças observadas nos grupos possuídos na região Sul (cujas saídas são importantes para nossa discussão), quanto na própria participação desses diferentes grupos no mercado de escravos, com a presente classificação ajudando na leitura de nossos dados. Análises da região de Campinas geralmente usam uma escala que encaixaria as médias posses apresentadas aqui como pequenas, e nossas grandes como médias em diversos casos. Entretanto, para manter a coerência deste texto como um todo, mantemos a escala discutida, com esse alerta.

do que a um perfil específico dos cativos (mais idoso), o que confirmaria nossa interpretação de que boa parte das vendas intraprovinciais para Campinas estaria ligada a senhores de pequenas posses. Para constar, os homens somaram 64,4% dos negociados.

Cabe ainda salientar que a maior parte dessas compras de escravos por senhores de Campinas, dentro da província de São Paulo, foi realizada na década de 1870, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 9 - Sentidos do Comércio Intraprovincial por Período

Sentido do Comércio Intra	Período			Total
	1860	1870	1880	
Entrada	40	128	44	212
Saída	16	46	19	81
Redistribuição	6	14	9	29
Total	62	188	72	322

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

Fica clara a intensificação da importância do comércio intraprovincial para suprir a região de Campinas de mão de obra escrava, tendo seu pico em números absolutos na década de 1870 e, em relação a outros tipos de comércio, na década de 1880, como vimos anteriormente. Observamos também a ampliação da saída de escravos de Campinas, nos anos 1870, o que nos leva a problematizar, mais uma vez, a parcela de senhores campineiros que passaram a vender seus escravos no mercado interno.

Analisando as indicações dos números de relação nas matrículas dos escravos que foram vendidos de Campinas para outras localidades da província de São Paulo, as porcentagens encontradas foram bastante parecidas. Quando computamos todas as relações, 41,8% dos escravos exportados de Campinas foram matriculados entre o primeiro e o quinto entre os escravos de um senhor, número que sobe para 60% quando descontamos os cativos para os quais não temos a informação. Esses números parecem reforçar a ideia de que os proprietários de pequenos grupos de cativos tenderam a vendê-los com maior frequência, tendência que vamos verificar, em seguida, quanto aos escravos negociados localmente.

Ainda em relação ao comércio intraprovincial, observamos uma diferenciação na representatividade das faixas etárias entre os escravos entrados daqueles saídos de Campinas. Neste segundo caso, ocorreu uma maior participação de cativos mais velhos. A maior parte daqueles vendidos de Campinas (50%) ainda era de jovens adultos, mas o segundo grupo mais numeroso foi o de cativos entre 30 e 44 anos, com 26,3%. Em seguida aparecem as crianças de 0 a 14 anos, que tiveram sua participação reduzida para 15%, sendo observada uma maior participação também de escravos maiores de 45 anos, que representaram 8,8% daqueles que foram exportados de Campinas no mercado provincial. Não sabemos se por opção dos vendedores ou dos compradores, mas os escravos saídos de Campinas eram um pouco mais idosos do que aqueles que foram comprados para essa localidade.

O quadro interpretativo que podemos construir sobre as transações intraprovinciais aponta para uma contínua transferência de escravos, de diversas partes da província, em especial de formação econômica mais antiga ou menos dinâmica, para áreas em expansão. Mesmo dentro dessas áreas mais dinâmicas, observamos as transferências de jovens cativos masculinos, oriundos, aparentemente, de grupos possuídos por pequenos senhores. A ideia da concentração da propriedade escrava, através da transferência de pequenos senhores para grandes proprietários, precisa ainda se tornar mais clara, motivo que impulsionou a sua verificação também nas transferências realizadas dentro do próprio município de Campinas e seu termo.

Como vimos anteriormente, as vendas locais representaram, constantemente, cerca de um terço das transações de cativos registradas em Campinas, somando 852 trabalhadores ao longo do período estudado. A importância dessas transferências locais, como apontamos anteriormente, geralmente é superestimada pelo uso das notas, e isso é um dado que precisamos ter em mente. Mas de qualquer forma, o volume dessas transferências ocorridas dentro do município de Campinas e seu termo apontam a complexidade desse mercado de cativos e a possibilidade de constantes trocas que marcavam a experiência desses trabalhadores, como veremos também para os escravos das localidades do Sul do Brasil.

Especialmente nas vendas locais, os contatos anteriores do cativo com futuros compradores, o conhecimento de seu caráter e capacidades profissionais podem ter sido

motivos para muitos desses trabalhadores buscarem melhores condições de vida através da troca de senhor. Um pedreiro alugado, por exemplo, pode convencer seu locatário a comprá-lo, demonstrando bons serviços e capacidade de dar um retorno significativo a esse senhor, negociando em troca uma maior autonomia para desenvolver seu negócio e sua vida. Infelizmente, nossas fontes não possibilitam acompanhar essa agência escrava, que transparece muitas vezes somente em processos judiciais de natureza diversa.¹⁰⁶ Mas é sempre importante termos em mente esse contexto, fora da fonte, que pode influenciar e definir boa parte das questões debatidas.

Para entender as características desse comércio, exploramos alguns de seus elementos. No comércio local, encontramos alguns elementos que indicam uma tendência à concentração de escravos, mas eles não são definidores ou representantes de uma corrente majoritária das transações. O principal indício da concentração seria o fato de o total de compradores, 181 indivíduos ou firmas, ser inferior ao de vendedores, que totalizaram 207 entradas nominais diferentes. Em um número dado de cativos, isso indica que um número menor de senhores adquiriu escravos que antes pertenciam a mais proprietários.

Representando essa concentração, destacou-se a figura do Comendador Joaquim Policarpo Aranha, que adquiriu 209 escravos (ou 24,5% daqueles negociados localmente) somente através de transferências dentro do município de Campinas. Ao todo, ele adquiriu 285 escravos no período estudado, sendo que 192 deles foram comercializados juntamente com uma fazenda de café no município de Campinas, em 2 de outubro de 1869.¹⁰⁷

Entretanto, a leitura das informações da matrícula, como fizemos anteriormente, não aponta tão claramente essa concentração, especialmente no caso das transferências de pequenos senhores. Para o comércio local, a informação sobre o número de matrícula estava presente para apenas 45,6% dos negociados. Nesse grupo, os escravos relacionados entre o primeiro e o quinto cativo de seus senhores somaram 43,3% dos negociados. Isso aponta para uma forte participação desses pequenos senhores, mas não no ponto observado

¹⁰⁶ Pesquisas como a de Robert Slenes, Sidney Chalhoub apontam para diversos casos de autonomia cativa negociadas e a valorização de bons trabalhadores por seus senhores. Ver: SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁰⁷ 1º Cartório, Livro de notas 61, p. 23-26.

no comércio intraprovincial.¹⁰⁸ A maior presença da negociação de grupos de escravos, especialmente alguns com dezenas de cativos, pode contudo ter “mascarado” essa estatística, com os números de matrícula mais elevados desses plantéis negociados modificando as médias obtidas.

Essa característica de transferência de grandes grupos de escravos, vários deles ligados também à venda de propriedades, como sítios e fazendas, foi uma característica diferenciada do comércio local. A maior parte das transferências foi realizada individualmente (somando 195 pessoas ou 22,9% do total), mas 45,3% dos cativos foram vendidos em negociações que incluíram mais de 20 cativos (sendo 22,5% deles somente na compra de 192 escravos pelo Comendador Joaquim Policarpo Aranha). Abaixo, comparamos esse número de escravos negociados em uma transação com aqueles de outros tipos de comércio praticados em Campinas:

Tabela 10 – Grupos de escravos negociados por tipo de comércio*

	<i>1 cativo</i>	<i>2-5</i>	<i>6-10</i>	<i>11-20</i>	<i>20+</i>
Local	195 (22,9%)	121 (14,2%)	76 (8,9%)	74 (8,7%)	386 (45,3%)
Intraprovincial	168 (52,2%)	100 (31,1%)	29 (9,0%)	4 (1,2%)	21 (6,5%)
Interprovincial	166 (14,9%)	324 (29,1%)	388 (34,8%)	193 (17,3%)	44 (3,9%)

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas. * Não foram feitas distinções entre entrada e saída de escravos, quando aplicável.

Na tabela acima, observa-se, claramente, a diferença dos grupos majoritariamente negociados em cada tipo de comércio, o que nos ajuda a caracterizar essas transações. O destaque das transações de mais de 20 escravos ao mesmo tempo, no comércio local, reflete não tanto o comércio de cativos, mas sim a transferência de propriedades territoriais, sítios e fazendas, concomitantemente, a de escravos (o que também pode ser pensado em termos mais amplos de concentração de posses), como vimos. Mas esse mesmo tipo de negociação pode ser também caracterizado pelo maior número de suas transações, que foram as vendas individuais. Assim, destaca-se uma dupla natureza das relações locais, com muitas vendas

¹⁰⁸ Lembrando que no comércio intraprovincial, contando apenas os escravos para os quais tivemos informações de matrícula, os cativos matriculados entre o primeiro e o quinto escravo de seus senhores representaram 68% dos negociados.

individuais de cativos, mas com a maior parte deles sendo negociada em grandes grupos, junto aos quais também foi transferido todo um conjunto produtivo.

Nesse ponto, cabe um parêntese importante, tanto para a discussão da pesquisa, quanto dos nossos métodos. A identificação do tipo de comércio, como apontamos anteriormente, esteve relacionada geralmente com a identificação dos locais de residência dos vendedores e dos compradores de cativos. Entretanto, em alguns momentos, essas identificações foram contextualizadas dentro das próprias notas. Em 27 de maio de 1872, Júlio Franco de Andrade e sua esposa, moradores de Campinas, doaram 12 escravos para o abatimento de sua dívida com o negociante José Alves de Sá Rocha, residente em São Paulo.¹⁰⁹ A dívida de 31:804\$000 réis era fruto da compra desses 12 cativos dois anos antes, composta pelos 26:400\$000 réis do valor dos escravos mais o valor dos juros das obrigações. A transação ainda foi interessante, pois Júlio Franco de Andrade simplesmente devolveu os escravos ao vendedor pelo valor de compra dos mesmos, ficando a dever apenas os juros de 5:404\$000 réis, ou seja, temos quase um aluguel dos cativos pelo período de dois anos. Aparentemente, essa transação poderia ser classificada como intraprovincial, devido ao local de residência dos senhores, mas fatos posteriores, contextuais, modificaram essa interpretação.

No início de 1873, o comerciante vendeu os mesmos 12 escravos ao Major João Francisco de Andrade Franco, residente em Campinas.¹¹⁰ Ou seja, apesar dos meses entre a doação dos escravos de Júlio Franco de Andrade e a venda para o major, tempo que permitiria a saída dos escravos do município, eles acabaram sendo negociados no mesmo local. Desse modo, como a real transferência dos escravos não foi realizada, apesar da residência apontada para o comprador (e posteriormente vendedor), não classificamos a venda como intraprovincial, e sim local. Isso nos pareceu mais coerente do ponto de vista de uma análise de transferência e fluxo de cativos, objetivo desse registro por nossa parte, do que se fossemos analisar, por exemplo, o financiamento, endividamento e a riqueza na região como um todo. Enfim, indicamos isso pois, em alguns momentos, a leitura de alguns dados de classificação dos nossos bancos podem causar estranheza, mas, geralmente, eles

¹⁰⁹ 1º Cartório, Livro de Notas 64, p. 3v-4v.

¹¹⁰ 1º Cartório, Livro de Notas 64, p. 22-23.

estão informados por uma leitura de contexto que extrapola a capacidade do banco de dados.

Retornando à discussão dos grupos de escravos negociados, as informações da Tabela 12 indicam que a mudança dos pontos de origem e fim dessa relação comercial poderia influenciar os grupos negociados e ser por eles influenciada. Nas transferências realizadas dentro da província de São Paulo, os escravos negociados individualmente formaram a maior parte dos negociados (52,2%), sendo seguidos por aqueles negociados em pequenos grupos, de 2 a 5 cativos (31,1,%). Isso sugere mais uma vez a participação de pequenos senhores, especialmente quando levamos em conta que a maior parte dos escravos matriculados (60,0%) era proveniente de pequenos plantéis (1 a 5 escravos). Contudo, ainda não podemos comprovar essa hipótese, pois essas negociações individuais poderiam ser realizadas por senhores de plantéis maiores.

Já quando tomamos como exemplo o mercado interprovincial, observamos como, nesse tipo de transação, as negociações individuais foram bem menos significativas do que nas outras classificações, o que é relevante para entendermos como se davam essas transações. E isso porque observamos que no volume total dos escravos negociados nesse tipo de transferência, as transações envolvendo grupos de 6 a 10 cativos foram aquelas nas quais mais trabalhadores foram transferidos (34,8%). A implicação dessa informação para caracterizar esse comércio somente pode ser completamente compreendida quando incluimos, nessa análise, a informação sobre as procurações utilizadas para a realização desses negócios.

Um último aspecto ainda deve ser discutido antes de entrarmos na análise das procurações usadas neste comércio, e que pode nos ajudar a compreender os diferentes perfis negociados em cada tipo de comércio: os preços pagos pelos cativos no comércio registrado em Campinas.

Preços dos escravos em Campinas

Para discutirmos os preços pagos pelos cativos nos diversos tipos de comércio e períodos analisados, tivemos que selecionar os casos em que os escravos foram negociados

individualmente. Isso porque, geralmente, os valores apresentados diziam respeito à totalidade da transferência, e não aos escravos individualmente. Para manter uma discussão mais precisa sobre os preços dos cativos, portanto, selecionamos apenas as transferências individuais, que somaram 574 escravos.

Tabela 11 – Preço dos Cativos Segundo Tipo de Comércio (total).

Tipo de Comércio	N	Mínimo	Máximo	Médio
Interprovincial	166	350\$000	3:000\$000	1:687\$890
Intraprovincial	167	400\$000	2:700\$000	1:566\$380
Local	196	200\$000	3:000\$000	1:496\$980
n/i	44	500\$000	2:600\$000	1:636\$930

FONTE: Notas de Compra e Venda. Selecionadas vendas de apenas um escravo. Sem seleção etária e/ou sexual.

A tabela acima, apresentando os valores pagos por escravos de qualquer idade e ambos os sexos, mostra o maior valor médio dos cativos no comércio interprovincial. Sem uma leitura mais apurada, que analise uma faixa de idade e sexo específico, esses valores poderiam estar, de certa forma, contaminados pela presença de grupos mais idosos ou de jovens em determinados tipos de comércio, o que já vimos que ocorria. Em todo caso, essa primeira tabela sobre preços é importante ao comprovar que os escravos trazidos pelo comércio entre as províncias eram mais valiosos em média do que aqueles negociados dentro da província de São Paulo e, especialmente, dos transferidos dentro do próprio município.

Para entender melhor essa questão e sua variação no tempo, vamos observar os valores médios pagos por homens de 15 a 29 anos, em cada período e tipo de comércio selecionado.

Tabela 12 – Preço Médio de Escravos Por Período e Tipo de Comércio (Homens de 15 a 29 anos).

Período	Tipo de Comércio	N	Mínimo	Máximo	Médio
1860	Interprovincial	9	1:500\$000	2:200\$000	1:755\$560
	Intraprovincial	13	600\$000	2:200\$000	1:646\$150

1870	Local	18	900\$000	2:200\$000	1:771\$110
	n/i	1	2:000\$000	2:000\$000	2:000\$000
	Interprovincial	46	1:000\$000	2:800\$000	2:035\$000
	Intraprovincial	33	1:200\$000	2:600\$000	1:954\$850
1880	Local	32	1:000\$000	3:000\$000	2:149\$690
	n/i	11	1:450\$000	2:600\$000	2:140\$910
	Interprovincial	7	1:500\$000	2:400\$000	1:992\$860
	Intraprovincial	15	1:000\$000	2:700\$000	1:943\$330
	Local	6	2:000\$000	2:500\$000	2:183\$330
	n/i	2	1:800\$000	2:500\$000	2:150\$000

FONTE: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

Na tabela acima, observamos claramente a valorização desses escravos na década de 1870, seguida geralmente de uma pequena desvalorização no início da década de 1880 (lembrando que os efeitos da desvalorização dos escravos na década de 1880 estavam apenas começando quando nossa série termina, em 1882). Fica claro também, como na maioria das amostras, que os preços estão equilibrados e variam de forma semelhante; um fator a ser destacado é o maior preço médio pago por escravos comercializados localmente, o que, de certa forma, contraria o que observamos anteriormente para todo o conjunto de cativos negociados. Nesse ponto, podemos sugerir que a aclimação do cativo, seu conhecimento do trabalho na região e até as possíveis boas referências que os compradores tinham dos mesmos tenham influenciado na maior valorização desses escravos, especialmente em relação àqueles vindos de outras regiões. E é importante lembrarmos, também, que os preços encontrados na tabela acima focaram um perfil específico de cativos (homens de 15 a 29 anos vendidos individualmente), que não foi o predominante nas transações locais.

Isso implica em uma relação entre a distância percorrida para a venda do cativo e seu valor que, de certa forma, contraria o que observamos anteriormente, mas reforça a ideia lançada. Ou seja, escravos vindos de fora eram menos valorizados do que aqueles já conhecidos ou que já viviam nessa região, mas o fato de o comércio interprovincial

concentrar mais escravos em idade produtiva (portanto, mais caros) que os outros tipos de transferência, faz com que o valor médio de todos os cativos (sem qualquer seleção etária ou sexual) transferidos entre as províncias seja o mais elevado entre eles. Ou seja, o comércio interprovincial focava escravos mais valiosos, mas, em perfis semelhantes, escravos locais eram mais valorizados.

O maior valor pago por jovens trabalhadores no comércio local explicita um universo além das fontes que é importante focarmos. O que essa valorização demonstra é o maior valor de escravos já conhecidos, aparentemente acostumados a determinado ambiente. O contato anterior do comprador com os mesmos é uma possibilidade que devemos ter em mente, inclusive observando a possibilidade de concordância do cativo com a negociação, isso quando ele não era decididamente favorável a ela (inclusive buscando tal negociação). Isso poderia explicar a maior valorização, uma vez que a concordância, e mesmo o comportamento dos escravos trazidos de outras regiões do país, dificilmente poderiam ser medidos da mesma forma.

Um ponto a ser destacado, no momento, é a tentativa dos senhores de obterem maiores informações sobre os cativos a serem adquiridos. Anúncios publicados nos jornais de Campinas apontam para a questão do contato e verificação que um possível comprador poderia ter com um cativo oferecido, como vemos no documento abaixo:

VENDE-SE

Um escravo perito oficial de pedreiro, peça especial, não se duvida dar à contento para verificação de seu ofício.

Para informações na rua do Comércio n. 24.¹¹¹

Anunciar a possibilidade do comprador verificar a capacitação do cativo no ofício propagandeado parece ser uma estratégia do vendedor, nesse caso. Mas nos deixa observar uma necessidade dos compradores, que era conseguir o maior número de informações possíveis sobre o escravo antes da compra. E não somente sobre a capacidade profissional.

¹¹¹ Diário de Campinas, abril-maio de 1879. Microfilme MR 150. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

ESCRAVOS

Vende-se três bons escravos, sendo: um perito oficial de pedreiro, para toda obra; um carpinteiro, e outro cozinheiro perfeito, de fogão e forno, e faz massas e doces.

Todos estes escravos são de conduta afiançada.

Para tratar na rua da Cadeia n. 33, portão largo.¹¹²

A preocupação com a conduta ou o comportamento dos escravos aparece claramente nesse anúncio. O temor pelo comportamento inapropriado ou rebelde por parte desses cativos adquiridos encontrava eco nas notícias da província, que destacavam a violência de escravos trazidos de outros pontos do país. A figura do “negro mau vindo do Norte” foi usada, por diversas vezes, para caracterizar escravos indisciplinados que, além de problemas para o senhor, traziam ameaça a sua própria integridade física e de sua família. Falando à Assembleia Provincial na discussão de um projeto de lei que previa a proibição da importação de escravos para São Paulo, o deputado Leite Moraes expressou esse sentimento:

Sr. presidente, este projeto não é senão o brado eloquente de cada um de nós em face da situação crítica e lamentável que atravessa a nossa província, recebendo diariamente dos portos do norte, não braços que venham aumentar as suas rendas e, conseqüentemente, concorrer para a sua prosperidade; mas, em regra geral, ladrões e assassinos que vêm perturbar a paz do lar doméstico e conservar em constante alarma e sobressalto as famílias e, finalmente, as pequenas povoações.¹¹³

A discussão sobre o caráter dos escravos importados e as ameaças que a contínua entrada de cativos na província trazia serão melhor discutidas no fim desse capítulo, ao observarmos o fechamento desse mercado. No presente momento, destacamos como a questão do caráter dos cativos importados era importante, especialmente para os senhores que procuravam adquiri-los.

¹¹² Diário de Campinas, 16 de setembro de 1877. Microfilme MR 148. AEL.

¹¹³ Apud: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 117.

Desse modo, gostaríamos de explorar melhor o espaço de contato demonstrado nos dois anúncios acima. Imaginemos que, nesses momentos, o possível comprador pudesse ter um acesso mais aberto, talvez sem intermediários, ao cativo. Esse surgiria como um momento apropriado para o escravo mostrar seu entendimento e desaprovação a sua situação. Falhando ao demonstrar suas habilidades e, principalmente, disciplina, o escravo faria uma recusa aberta a essa negociação, interferindo no negócio de maneira decisiva. Isso, contudo, abriria uma situação de conflito com o procurador ou comerciante encarregado, o que lhe traria castigos físicos e outros tipos de punição. Ao mesmo tempo, esse contato poderia convencer o cativo a aceitar o novo cativo se esse lhe parecesse mais aprazível. O historiador norte americano Walter Johnson apontou que diversos negociantes de escravos ameaçavam ou incentivavam seus cativos para que esses tivessem um bom comportamento nas negociações, podendo também vendê-los a “maus senhores” caso resistissem.¹¹⁴

Segundo a análise de Walter Johnson, baseada em livros de memórias, correspondências e relatos de senhores de escravos, no momento da compra os senhores iniciavam sua busca de informações dos cativos através do contato, da observação e de conversas com o cativo e o negociante. O exame do próprio corpo do escravo tinha como função, além de buscar indícios de doenças, detectar sinais de castigos físicos que denunciassem um passado de indisciplina. Marcas de chicote, por exemplo, atestavam contra a possível boa índole do cativo negociado.¹¹⁵ O exame da parte física do escravo representava a valorização básica dele, conforme seu sexo, idade, porte físico e capacidade muscular.¹¹⁶ No mercado norte americano, os senhores e negociantes de escravos trabalhavam com a classificação dos mesmos em categorias. Assim, um escravo individual era primeiramente encaixado em uma categoria, um perfil de preço, para depois voltar a ser valorizado, ou não, dependendo de sua capacidade profissional. Como parte de um exame

¹¹⁴ JOHNSON, Walter. *Soul by soul: life inside the antebellum slave market*. Harvard University Press: Cambridge, 1999, p. 130.

¹¹⁵ JOHNSON, Walter. *Soul by soul: life inside the antebellum slave market*. Harvard University Press: Cambridge, 1999, p. 145.

¹¹⁶ Nesse momento, muitas opções e ideias pré-concebidas pelos senhores vinham a tona, como a preferência pelos escravos mais escuros (vistos por alguns compradores como mais robustos), por exemplo. JOHNSON, Walter. Op. Cit., p. 138-139.

que iria garantir a valorização de um escravo ou diminuir seu preço, os comerciantes preparavam os escravos para deixá-los com melhor aparência para a venda, além de buscarem a cooperação dele para a mesma.¹¹⁷

Outra questão apontada por Walter Johnson, que coincide com o que observamos no Brasil, é o questionamento da justificativa para as vendas dos escravos. Os compradores, sempre que possível, desejavam saber por que os antigos senhores desses cativos haviam tomado a decisão de vendê-los.¹¹⁸ Escravos rebeldes, vadios ou “viciosos” deveriam, na ótica senhorial, ser identificados para que os senhores pudessem optar por evitá-los ou pagar um preço reduzido devido aos riscos. Como vimos em notas discutidas anteriormente neste capítulo, escravos negociados foram apontados como “fujões”, ou tiveram declaradas suas limitações físicas. Isso em parte servia para oficializar que as partes estavam a par das condições do cativo negociado, estabelecendo uma confiança entre elas e evitando reclamações futuras. Esse era um dos campos no qual se desenvolvia a relação do comprador com o negociante, através da confiança nas informações passadas.

Contato e busca de informações sobre o cativo, através de exame físico e entrevista, parecem ter sido uma constante nas negociações, apesar de ocultos de nossas fontes principais. Essa preocupação demonstra, mais uma vez, a importância de buscar a aceitação de sua condição e da transferência por parte desses trabalhadores, ao mesmo tempo em que serve para o comprador verificar a “mercadoria” comprada. Além disso, contato e observações serviam, sem dúvida, para que o comprador pudesse barganhar sobre o preço final do cativo, permitindo que comerciante e senhor discutissem os elementos de valorização e desvalorização para a decisão de seu preço final. Isso resultava em uma provável somatória das características do perfil do escravo com suas particularidades, mediada por sua concordância com a venda e aceitação da transferência, e com a capacidade dos vendedores (e às vezes dos próprios escravos) em dialogar com as expectativas e visões de mundo do universo senhorial.¹¹⁹

Dando continuidade à discussão dos preços dos cativos em Campinas, após essa comparação mais generalizada de preços em relação ao tipo de comércio, um outro tópico

¹¹⁷ JOHNSON, Walter. Op. Cit., p. 119, 130.

¹¹⁸ JOHNSON, Walter. Op. Cit., p. 124.

¹¹⁹ JOHNSON, Walter. Op. Cit., p. 128.

importante é o da valorização das mulheres, não apenas em relação aos homens, mas, principalmente, frente à Lei de 1871. Para manter os efeitos de comparação, o seguinte quadro foi montado apontando a valorização das mulheres de 15 a 29 anos segundo o período e o tipo de comércio.

Tabela 13 – Preço Médio de Escravos Por Período e Tipo de Comércio (Mulheres de 15 a 29 anos).

Período	Tipo de Comércio	N	Mínimo	Máximo	Média
1860	Interprovincial	6	1:150\$000	2:000\$000	1:570\$000
	Intraprovincial	11	1:100\$000	1:800\$000	1:450\$000
	Local	16	1:200\$000	1:870\$000	1:476\$250
	n/i	2	700\$000	1:500\$000	1:100\$000
1870	Interprovincial	29	900\$000	3:000\$000	1:522\$410
	Intraprovincial	24	800\$000	2:000\$000	1:370\$830
	Local	31	600\$000	1:800\$000	1:445\$160
	n/i	6	1:450\$000	1:850\$000	1:608\$330
1880	Interprovincial	8	1:100\$000	2:400\$000	1:600\$000
	Intraprovincial	14	900\$000	1:800\$000	1:321\$430
	Local	11	700\$000	1:600\$000	1:181\$820
	n/i	3	1:000\$000	1:400\$000	1:200\$000

FONTE: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

A princípio, chama a atenção a tradicionalmente referida desvalorização das mulheres frente aos homens. O preço médio pago pelas escravas entre 15 e 29 anos realmente foi menor do que aquele praticado para os cativos. Sobre a questão da desvalorização pós Lei do Ventre Livre, observamos que a média dos preços pagos pelas mulheres na década de 1870 sofreu, de fato, uma queda, ainda que menor do que a esperada. Nesse ponto, é importante pensar como a valorização geral dos trabalhadores escravos, com a escassez de mão de obra no Sudeste, tenha agido no sentido de recuperar o preço das cativas, mesmo que não de maneira a possibilitar o retorno a seu valor da década anterior. Da mesma forma que o homens, o preço médio das mulheres também apresentou

uma pequena queda no início da década de 1880, ainda que com uma exceção. Chama a atenção o fato de que para elas o fator local não foi tão valorizado quanto para eles.

Para uma comparação mais precisa entre os dois grupos, desenvolvemos a tabela abaixo, que descreve o preço médio das mulheres em relação ao preço médio dos homens, nos períodos e tipo de comércio selecionados:

Tabela 14 – Preços médios das mulheres em relação aos homens, 15 a 29 anos.

Tipo de Comércio	1860	1870	1880
Interprovincial	89,4%	74,8%	80,3%
Intraprovincial	88,1%	70,1%	67,9%
Local	83,3%	67,2%	54,9%

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas. Em cada período, o preço médio dos homens foi considerado como o valor referência (100%), a partir do qual observamos o valor pago pelas escravas.

Nessa tabela, fica clara a perda de valor das mulheres em relação aos homens, especialmente na passagem da década de 1860 para 1870, influência bastante provável da Lei do Ventre Livre, que alargou uma diferença de preços já presente na região. Chama a atenção a diversificação da flutuação da valorização, lembrando que em todos os casos falamos de escravos de 15 a 29 anos. No comércio dentro da província, a diferença de preços tendeu a se tornar maior ao longo do tempo, tendência exacerbada ainda mais no caso local, ao contrário da recuperação de preço observada nas transferências entre províncias. Nesse ponto, talvez a necessidade de atrair mão de obra no comércio interprovincial tenha falado mais alto do que a desvalorização do gênero feminino no mercado de trabalho local.

A comparação dos preços registrados em Campinas com aqueles praticados no Sul do Brasil, tanto em relação a tendências, quanto a valores absolutos será desenvolvida com propriedade na parte seguinte desse texto, relativa aos negociantes de escravos. Os preços e números discutidos até o momento mostram a face mais impessoal desse comércio, ocultando o impacto humano dessas transferências ao pensá-las através de uma ótica bastante economicista. Lembramos que todos os cálculos que essas transferências

envolviam dizem muito sobre a racionalidade e as expectativas dos senhores de cativos, mas podemos pensar também no reflexo dessas vendas para as pessoas tratadas como mercadorias. Nesse ponto, pensar nas famílias escravas dentro desse mercado pode esclarecer alguns temas sobre a experiência dos cativos transferidos.

O comércio e a família escrava

Como instituição, a escravidão representava um constante risco de violências variadas ao tratar trabalhadores como propriedade de outras pessoas. Esse é um tema recorrente na historiografia, especialmente quando se discutem os impactos da comercialização de seres humanos. Sendo considerados propriedades de outros indivíduos, homens e mulheres estavam a mercê de desejos e necessidades de terceiros, que muitas vezes modificavam completamente os rumos e contextos de suas vidas. Nas notas de compra e venda de cativos registradas em Campinas, temos centenas de exemplos dessas mudanças e de seus impactos para as famílias desses indivíduos. Um desses casos foi o da venda de Maria e seu filho Júlio, negociados em 26 de fevereiro de 1876 por Manoel Antônio Victorino de Menezes, que os vendeu para um senhor de Campinas. Apontados como mãe e filho, ela com 23 anos e ele com 6, naturais de Santa Catarina, eles deixaram em território catarinense a mãe de Maria, Porcheria, que já era liberta na data de suas vendas.¹²⁰ Não há informações sobre o pai de Júlio e uma possível família mais extensa construída por Porcheria, com irmãos, tios e primos dos dois. Mesmo não quebrando o vínculo mais direto, entre mãe e filho, o comércio atingiu essa família mais extensa, rompendo laços e levando pessoas a experienciarem a escravidão, mesmo quando já haviam abandonado essa condição (caso de Porcheria).

Os trabalhadores negociados na segunda metade do século XIX eram, em geral, filhos de indivíduos escravizados, vinham de famílias escravas que se estabeleceram em todo o Brasil, com os limites e espaços que lhes eram possibilitados e pelos quais

¹²⁰ 1º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas 68A, p. 28-28v.

lutavam.¹²¹ A busca desses cativos por maior autonomia, reconhecimento de seus direitos (um reconhecimento social mais do que necessariamente jurídico) e de suas famílias já foi apontada por uma série de historiadores, que mostraram a importância que esses elementos tinham para a vida dos cativos.¹²² E um dos frutos dessa luta, sem dúvida, foi a proibição da separação por venda de casais cativos e de seus filhos, estabelecida a partir de 15 de setembro de 1869.¹²³ Essa restrição foi reforçada na lei de 1871, com uma importante modificação, a idade mínima com que o filho de uma escrava podia ser separado dela foi reduzida de 15 para 12 anos, sob pena de nulidade da transação.¹²⁴ Contudo, provar a união de dois escravos sem o registro oficial (as uniões consensuais parecem ter sido a norma não apenas entre os escravos, mas também em grande parcela da população livre) era um obstáculo a uma interpretação mais literal dessa lei no sentido de preservar as famílias escravas realmente existentes. Somente uma pesquisa mais precisa sobre o tema do casamento, buscando fontes eclesiásticas, poderia esclarecer devidamente essa questão e a representação dos escravos casados nessa população.

Entre os negociados em Campinas, somente 4,2% dos trabalhadores foram apontados como “casados”. Através desse registro, geralmente a proibição de separação dos casamentos cativos pareceu ser obedecida, mas não temos como saber quantos desses escravos tiveram suas uniões formais respeitadas e informadas nessa fonte. Temos vários exemplos de escravos apontados como casados vendidos em companhia de seu cônjuge. Esse foi o caso, por exemplo, do casal João e Delphina, apontados como de serviço

¹²¹ Os cativos africanos responderam a apenas 6,8% de todos os escravos comercializados em Campinas. Fonte: Livros de Notas, 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

¹²² A luta por autonomias e direitos pode ser acompanhada em diversas obras, tais como: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; REIS, João José, SILVA, Eduardo, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989; e especialmente SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999.

¹²³ Decreto nº 1855, de 15 de setembro de 1869: “Art. 1º - Todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública ficam proibidas. Os leilões comerciais de escravos ficam proibidos, (...). Art. 2º - Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou da mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos.”

¹²⁴ Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, “Art. 4º, § 7º - Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe.” Podemos sugerir a pressão dos senhores de cativos na redução da idade mínima para separação dos cativos de suas famílias.

doméstico, ele africano com 54 anos e ela natural do “Norte do Império” com 35. No mesmo negócio foram ainda vendidos três filhos do casal (de 14, 11 e 8 anos de idade) que, dessa forma, conseguiu manter unida sua família ou parte dela.¹²⁵ De forma semelhante, o casal de pernambucanos Manoel e Helena foi vendido para um mesmo senhor de Campinas, em 4 de setembro de 1879.¹²⁶ Pelo menos na escritura, os laços mais básicos desses dois foram mantidos, pois não temos informações de filhos dos mesmos.

De forma semelhante, a proibição da separação das crianças menores da companhia de suas mães também pareceu ter sido observada, com muitas das crianças negociadas vendidas em companhia de suas mães. Esse foi o caso da gaúcha Carolina, de 10 anos de idade, que foi vendida em Campinas, já em 1881, juntamente com a sua mãe e um outro cativo.¹²⁷ Apesar disso, crianças sozinhas também foram negociadas. Diretamente atingido pela mudança na restrição da idade mínima para separação de crianças de suas mães, Francisco, de 13 anos, foi vendido pelo seu senhor de Pelotas, no Rio Grande do Sul, para um comprador de Campinas.¹²⁸ Em outros dois casos, os menores Maria Joaquina e Jerônimo, de 10 e 8 anos de idade, foram vendidos na região de Campinas desacompanhados, mas suas notas de venda indicavam que suas mães já eram falecidas nesse momento, o que parecer ser uma brecha (se não fosse verdade) que permitiria a venda dessas crianças isoladamente.¹²⁹ Quanto às crianças, observamos ainda a negociação de ingênuos junto com suas mães cativas e demais membros da família. Foi em uma situação assim que a escrava Emília, de 10 anos, foi vendida em 13 de outubro de 1879 em companhia de sua mãe e mais dois irmãos menores ingênuos, de 4 e 1 ano, que não chegaram a ser nomeados no documento.¹³⁰

¹²⁵ 1º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 71, p. 33-33v. Foram negociados em 20 de agosto de 1877. O fato de terem sido acompanhados dos três filhos menores aponta não só uma possível escolha do comprador, mas também o respeito ao estabelecido na lei. Entretanto, não sabemos se o casal possuía mais filhos de maior idade, que poderiam ter permanecido com o vendedor.

¹²⁶ 1º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 75, p. 57v-58.

¹²⁷ 1º Tabelionato de Campinas, Livro nº 77, p. 46-46v.

¹²⁸ 1º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 66, p. [ilegível].

¹²⁹ Negociações registradas no 1º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 67, p. 134-134v; e Livro de Notas nº 71, p. 67v-68, respectivamente.

¹³⁰ 1º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 76, p. 30v-31v. “Ingênuo” era uma designação usada para se referir aos filhos de escravas nascidos após a Lei do Ventre Livre de 1871. Recebiam essa designação diferenciada, pois eles, apesar de não serem escravos, também não eram inteiramente livres: deviam serviço aos senhores de suas mães até que completassem 21 anos.

As relações familiares que envolviam indivíduos escravizados e livres, ou libertos, também foram vistas em outros casos analisados. Foi através de uma venda que o escravo piauiense Manoel, de 24 anos, foi vendido para um senhor campineiro, sendo separado de sua mãe, que era liberta, em 1879, quando essa venda ocorreu.¹³¹ Uma questão observada quanto à separação de casais foi o fato da proibição não se estender àqueles que uniam cativos e livres ou libertos. Temos referências a alguns casos envolvendo indivíduos nessas situações. Em 1876, Paulo, um lavrador de 36 anos foi vendido em Campinas, sendo apontado como casado com uma mulher forra. No documento não foram apresentados os locais de residência das partes envolvidas, mas a indicação de que Paulo foi matriculado anteriormente em Valença, Rio de Janeiro, sugere que ele pode ter sido separado de sua companheira ao ser vendido para o interior paulista.¹³²

A separação de famílias que uniam escravos com mulheres livres ocorreu outras vezes. Em 22 de novembro de 1879, o cativo Francisco, de 24 anos de idade, foi vendido de Campinas para um senhor de São Carlos, sem que saibamos o que aconteceu com sua esposa livre. Cerca de três meses depois, o paranaense Manoel foi comprado de um senhor de Sorocaba por outro de Campinas, não sendo informado o paradeiro de sua cônjuge liberta.¹³³ Também de Sorocaba, foi adquirida a escrava Luiza, uma cozinheira de 30 anos, que foi comprada sozinha pois já vivia “separada do marido, que era de outro senhor”.¹³⁴ O fato da venda ter sido registrada aponta que essa justificativa foi aceita, o que problematiza a forma como a união de cativos de senhores separados era vista por essa sociedade.

Em apenas um dos casos observados em Campinas tivemos a relação comercial unindo um casal de escravos. Em 7 de novembro de 1878, José de Camargo Penteado Filho, de Campinas, comprou de um senhor de Monte Mór (SP) o lavrador Possidônio, de 36 anos de idade, que era casado com uma escrava do comprador.¹³⁵ Como apontado, esse parece ter sido um caso único, e o fato desse casamento ter sido realizado entre escravos que não só pertenciam a senhores diferentes mas que vivam em localidades distantes nos

¹³¹ 1º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 75, p. 76v.

¹³² 1º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 68, p. 53-53v.

¹³³ 2º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 20, p. 28v-29 e p. 94v-95, respectivamente.

¹³⁴ 2º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 1A, p. 73-73v.

¹³⁵ 2ª Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 5A, p. 135-135v.

chama a atenção. Teriam esses escravos se conhecido em momento anterior, quando viviam próximos? E como eles foram separados? Enfim, cada um desses indícios aponta uma série de outras questões, que de toda forma marcam a diversidade das experiências e situações dentro do escravismo.¹³⁶

O que vemos, quando analisamos as notas de compra e venda de cativos registradas em Campinas (mas também em outras cidades), são as múltiplas situações nas quais se desenvolviam as famílias escravas, sendo afetadas pela comercialização de seres humanos. O mercado de trabalhadores separou famílias, pais e filhos, irmãos e demais membros de grandes grupos humanos, que, sempre que possível, tentaram manter ou reconstruir esses laços. Em 22 de maio de 1876, dois senhores residentes em Campinas negociaram entre si quatro escravos. Todos eles foram matriculados anteriormente na cidade de Itajaí, em Santa Catarina, e já haviam sido vendidos para o interior paulista em uma ocasião anterior. Segundo sua escritura de venda, os catarinenses Luiz, André, Praxedes e Domingos, com idades entre 23 e 12 anos, tinham mais em comum, sendo todos apontados como filhos de Juliana.¹³⁷ Ou tivemos um caso de grande coincidência ou os quatro eram irmãos, o que de certa forma lhes permitiu manter alguns laços depois da mudança de região que sofreram, apesar de terem perdido o contato com a mãe e outros parentes que poderiam ter em Itajaí.

Para muitos escravos negociados na década de 1870, temos a indicação da filiação dos mesmos. Essa era uma indicação para confirmar o status do indivíduo escravizado, apesar de encontrarmos diversos casos nos quais a filiação foi apontada como ignorada. Isso se deu especialmente para os cativos oriundos do comércio interprovincial. Explorar a falta de indicação da filiação do cativo foi uma estratégia usada por alguns advogados abolicionistas nas décadas finais dessa instituição no Brasil.¹³⁸ Ao não ser provado o laço que ligava o indivíduo ao ventre cativo (ou ficar patente uma ilegalidade, como a importação da África após a Lei de 1831, que nunca foi revogada), estava aberto um

¹³⁶ Esse caso específico poderia ser explorado pelos defensores desse comércio, como temos exemplos nos Estados Unidos. Acompanhando as discussões pró e contra o comércio de cativos, Walter Johnson afirma que o discurso de promover a unidade de famílias escravas estava entre os tópicos mais fortes do discurso paternalista pró comércio a ser acionado naquele país. JOHNSON, Walter. *Soul by soul: life inside the antebellum slave market*. Harvard University Press: Cambridge, 1999, p. 108-110.

¹³⁷ 1ª Tabelionato de Campinas, Livro de Notas 68, p. 18-19.

¹³⁸ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Unicamp, 1999, p. 215-226.

caminho para questionar seu cativo. De toda forma, essas indicações de filiação apenas reforçam a ideia de que os envolvidos foram parte de famílias separadas por esse comércio, um aspecto bastante discutido quando falamos da experiência escravista não só no Brasil, mas em toda a América.

E para grande parte dessas transferências, especialmente as interprovinciais, as procurações que davam poderes para comercializar cativos desempenharam papel fundamental. Dessa forma, nos concentraremos agora na discussão do uso de procurações para o comércio de cativos em Campinas.

Uso de procurações na transferência de escravos

Como apontado anteriormente, é fundamental para um entendimento mais completo do comércio de escravos a inclusão da análise das procurações que concediam poderes para a negociação de cativos. Elas trazem informações complementares sobre as redes de negociantes e os caminhos percorridos pelos escravos de seu local de origem (ou antigo cativo) até o interior paulista. Além de serem citadas nas notas de compra e venda de cativos, em muitos momentos, esses documentos foram reproduzidos nas notas, ou mesmo lançados individualmente.

Primeiramente, vamos explorar a informação sobre procurações usadas nas compras e vendas de escravos registradas pelas notas de transferência. Organizamos uma variável no banco de notas de compra e venda de cativos, a fim de observar o uso das procurações nessa comercialização. Assim, dividimos os casos entre aqueles em que não ocorreu a presença de procuradores ou que apenas o comprador foi representado por procurador, e outros em que os procuradores foram atuantes na venda dos cativos.¹³⁹ Além disso, temos os casos em que procuradores responderam por ambas as partes e, ainda, aqueles que negociaram escravos próprios nas mesmas ocasiões em que agiam como procuradores de

¹³⁹ O que demonstrava que era o senhor do escravo o responsável direto pela sua venda. Isso, contudo, pode ser questionado. Podemos imaginar que intermediários, ou mesmo negociantes de escravos, poderiam agir na construção de uma transferência, no acerto entre vendedor e comprador, mas não estarem presentes no registro da mesma, o que ocultaria sua participação. Infelizmente, as fontes utilizadas não fornecem elementos para discutirmos essa possibilidade, mas não excluimos sua existência.

outros. Apesar de suas particularidades, em todos esses casos, a função do procurador como parte fundamental para a oferta de escravos está clara, sendo de essencial interesse para nossa discussão.

Nas transferências de escravos registradas nas notas de compra e venda em Campinas, em 56,7% das negociações, os vendedores foram representados por procuradores. Esses ainda devem ser somados aos 16,2% em que ambas as partes eram representadas por procuradores ou que os procuradores também vendiam escravos na transação. Localizamos, ainda, 847 desses documentos lançados nos cartórios de Campinas ou usados em vendas realizadas. Configura-se, assim, forte presença de intermediários nessas negociações cujo significado precisamos entender.

Segundo Robert Slenes, o uso de procurações era um indício importante da participação de comerciantes nas transações, uma vez que grande parte deles procurava burlar os impostos de transferência dos cativos ao obter procurações que lhes dessem o poder de negociar os escravos e pagar as taxas de transferência (e registrando a mesma no cartório) somente na venda para o proprietário definitivo.¹⁴⁰ A análise dessas procurações pode testar essa questão.

Em maio de 1866, por exemplo, observamos que o Tenente Francisco de Paula Moraes, residente no termo de Campinas, comprou o escravo Virgulino, um crioulo de 20 anos natural da província do Rio de Janeiro, por 1 conto e 500 mil réis pagos à vista. Essa transação foi acompanhada por um conjunto de procurações e substabelecimentos que nos ajudam a entender as redes comerciais que cercavam essas transferências. Seguindo a nota de compra e venda, observamos a cópia de procurações e vemos a seguinte sequência de eventos: em 18 de setembro de 1865, no termo de Jacutiga, o Alferes Antônio Joaquim Pereira de Almeida constituiu como seu bastante procurador, na Corte, o Capitão Francisco Baptista de Azevedo, para em nome dele outorgante vender um escravo de nome Virgulino, podendo seu procurador substabelecer esse documento. E ele assim o fez, substabelecendo-o em 25 de setembro do mesmo ano, já na cidade do Rio de Janeiro, permitindo que João Joaquim Gonçalves Porto negociasse o cativo. Um novo substabelecimento ocorreu em 11

¹⁴⁰ SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese (Doutorado em História). Stanford: Stanford University, 1976, p. 155-158.

de outubro, quando João transferiu esses poderes para José da Costa Cruz que deu continuidade a essa rede somente em 26 de abril do ano seguinte (1866), quando substabeleceu os poderes recebidos para a venda de Virgulino a Januário Bento Gonçalves Pereira, que vendeu o escravo em Campinas no dia 23 de maio.¹⁴¹

No mesmo dia, 23 de maio de 1866, o nome de Januário Bento Gonçalves Pereira, residente no Rio de Janeiro, apareceu novamente nos livros do Cartório Paula Leite de Campinas. Januário agia como procurador na venda de 10 escravos, novamente para o Tenente Francisco de Paula Moraes, em uma divisão de registros cuja natureza ou propósito ainda não foi compreendida.¹⁴² Em todo caso, novamente, as procurações e seus substabelecimentos anexados à nota de compra e venda nos permitem ter uma visão dos trajetos dos cativos e das redes comerciais. Em 23 de abril de 1866, no Rio de Janeiro, Elias Ferreira Drumond, residente em São Cristóvão, fez de Januário Bento seu procurador para tratar da venda do seu escravo João, crioulo de 11 anos, preto sem ofício.¹⁴³ Em 28 de abril, também no Rio de Janeiro, Dona Claudina Sebastiana da Natividade, viúva, residente no Rio Novo do Conde, estabeleceu como seu procurador João Henrique Duarte, para que vendesse seu cativo Amâncio, crioulo de 13 anos, solteiro, natural da Bahia. E no mesmo dia, João Henrique substabeleceu a procuração para Januário Bento. Ainda no Rio de Janeiro, no dia 19 de abril, Baptista Villar, morador na Corte, nomeou Januário Bento seu procurador com poderes para tratar da venda do escravo João Crioulo, um pedreiro de 17 anos, solteiro.

Além desses escravos de senhores cariocas, cativos oriundos de outras regiões do Brasil também formavam o grupo negociado em Campinas. Em 26 de março, na cidade de Salvador, Justo Arianno constituiu Antônio Gomes de Mendonça seu procurador para cuidar da venda de Catharino, seu escravo de 11 anos, de serviço doméstico e natural daquela província.¹⁴⁴ Em 2 de abril, essa procuração foi substabelecida, no Rio de Janeiro, para Delfino Ribeiro de Abreu, que posteriormente transfere a autorização a Januário Bento. Caminho semelhante seguiram os poderes para a venda do escravo Ventura. Em

¹⁴¹ Cartório Paula Leite, Livro 1, p. 7v-8v.

¹⁴² 2º Cartório de Campinas, Paula Leite, Livro 1, p. 8v.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem, p. 9.

Salvador, no dia 28 de março, Francisco Ribeiro Lopes, Capitão da Guarda Nacional, constituiu Constantino José Gonçalves como seu procurador naquela cidade, e Delfino Ribeiro de Abreu, no Rio de Janeiro, para realizarem a venda de Ventura, um lavrador baiano de 18 anos de idade. E, novamente, observamos o substabelecimento de poderes para Januário Bento, que ocorreu no dia 25 de abril. De forma semelhante, Bernardo Rodrigues de Almeida, negociante matriculado na cidade de Salvador, deu poderes a Antônio Gomes de Mendonça para que esse vendesse o escravo Júlio, de 16 anos e de serviço doméstico, natural da província da Bahia.¹⁴⁵ Antônio Gomes substabeleceu esses poderes na própria Bahia para Delfino Ribeiro, no Rio de Janeiro, que em 5 de maio, já nesta cidade, repassou-os a Januário Bento. E esse caminho passando por Delfino Ribeiro de Abreu se repetiu também quando José Germano Mangabeira instituiu como seu procurador José Soares da Costa Guimarães, na cidade de Salvador, e Delfino, na Corte, para que vendessem seu cativo Casimiro, de 14 anos, no dia 8 de março; este último repassa os poderes novamente a Januário Bento, em 25 de abril¹⁴⁶.

A série de procurações também alcançou Pernambuco. Em 17 de março de 1866, João José Paes Barreto, residente em Recife, constituiu Silvino Guilherme de Barros como seu procurador, naquela cidade, para vender seu escravo Euzébio a quem pudesse aportá-lo para o Rio de Janeiro. Uma semana depois, ainda em Pernambuco, esses poderes foram substabelecidos para o Comendador Victorino Pinto de Sá Passos, do Rio de Janeiro. Nessa última cidade, o comendador substabeleceu seus poderes para Delfino Ribeiro de Abreu, no dia 24, e esse os transferiu para Januário, no dia seguinte.¹⁴⁷ Também no Recife, Fructuoso Gomes constituiu Antônio Gomes de Mendonça seu procurador no Rio de Janeiro para vender seu escravo Iraci, de 18 anos, em 26 de março. Já no Rio de Janeiro, repetindo relações já vistas, Antônio substabelece seus poderes para Delfino e este os repassa para Januário Bento (nos dias 2 e 25 de abril, respectivamente).

Essa rede ainda nos mostra seu alcance quando observamos a procuração do Tenente Coronel Bernardo Machado da Cunha, feita em 20 de março, na cidade do Rio Grande, província do Rio Grande do Sul. Nesse documento, Bernardo constitui como seu

¹⁴⁵ Idem, p. 9v.

¹⁴⁶ Idem, p 11.

¹⁴⁷ Idem, p. 10.

procurador, no Rio de Janeiro, o senhor Antônio Esteves Cordeiro para vender a sua escrava parda Agostinha, natural daquela província, de 18 anos.¹⁴⁸ E em 25 de abril, já no Rio de Janeiro, Antônio Esteves transferiu seus poderes para Januário Bento.

Esses 10 escravos, de quatro províncias diferentes e três regiões brasileiras, foram então vendidos por dezenove contos de réis a um senhor de Campinas, através de intermediários cariocas, tendo como ponto final da cadeia, Januário Bento.

No dia seguinte, 24 de maio de 1866, o mesmo Januário voltou a aparecer nos registros de compra e venda, agindo como procurador substabelecido na venda de seis escravos (1 carioca, 1 gaúcho e 4 baianos) em duas transações. Mais uma vez, os registros passaram por negociantes cariocas, entre eles Antônio Esteves Cordeiro e Delfino Ribeiro de Abreu, antes dos poderes para a venda serem substabelecidos para Januário Bento (quando ele não recebia os poderes diretamente dos senhores, como ocorre em alguns casos de proprietários cariocas).¹⁴⁹

Nesses registros, o uso das procurações fica claramente ligado à comercialização de cativos à longa distância. Obviamente, nem todos esses documentos estavam ligados ao comércio interno, mas podem ser vistos como um indicador valioso. Prova disso é a diferença desses números em relação àqueles encontrados nos mercados do Sul do Brasil. Enquanto em Campinas quase 63% dos escravos foram negociados através de procuradores dos vendedores, em Desterro, foram apenas 21,4%, e no Rio Grande 40,4% (além de 8,5% que foram vendidos por liquidantes de firmas comerciais).

Uma primeira questão a ser analisada é o uso das procurações nos diversos tipos de comércio, o que nos apontaria a importância dos procuradores nas transações com esse tipo de documento. Explorando a informação do uso de procurações apresentada nas notas de compra e venda de cativos, temos o seguinte quadro:

Tabela 15 – Uso de Procurações por Tipo de Comércio.

Tipo de Comércio	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Interprovincial Sem procurador	68	6,1	6,1

¹⁴⁸ Idem, p. 10v.

¹⁴⁹ Idem, p. 11v-12v.

	Representado por procurador	1047	93,9	100,0
	Total	1115	100,0	
Intraprovincial	Sem procurador	148	46,0	46,0
	Representado por procurador	174	54,0	100,0
	Total	322	100,0	
Local	Sem procurador	395	46,3	46,3
	Representado por procurador	458	53,7	100,0
	Total	853	100,0	
n/i	Sem procurador	42	31,6	31,6
	Representado por procurador	91	68,4	100,0
	Total	133	100,0	

Fonte: notas de compra e venda de escravos. 1º e 2º Cartórios de Campinas.¹⁵⁰

O quadro mostra a diferença na utilização das procurações nos diferentes tipos de comércio. No comércio interprovincial, devido às distâncias envolvidas, fica claro a utilização de procurações e seus substabelecimentos para a criação de uma rede de transferência de escravos, como vimos no exemplo do uso de procurações por Januário Bento Gonçalves Pereira. O emprego de procurações para intermediar a venda de 93,9% dos escravos trazidos de outras províncias mostra a íntima relação desse documento com a organização dessas transferências. Os casos de venda pelo próprio senhor (6,1%) representavam pessoas em trânsito pela cidade, algumas delas provavelmente já interessadas em vender cativos e atingindo Campinas para este fim.

Como veremos com mais calma na discussão sobre a ação dos comerciantes de escravos, o emprego das procurações por esses negociantes, muitas vezes, ocultava uma relação de compra e venda anterior, em que o senhor vendia o cativo ao procurador, mas, legalmente, dava ao mesmo o poder de comercializá-lo, o que evitava o pagamento do imposto de transferência de propriedade. O exemplo apresentado anteriormente mostra, claramente, o uso do instrumento da procuração, e do substabelecimento de poderes desta,

¹⁵⁰ Para melhor análise da presença de procuradores de vendedores, incluímos as categorias “procurador do comprador” na categoria “sem procurador”, e todas as demais (nas quais havia sempre a figura do procurador do vendedor, na categoria “representado por procurador”.

como uma ferramenta importante para os comerciantes de escravos, sendo, portando, uma ótima fonte para buscarmos indícios de suas atividades.

As transferências de escravos entre as províncias brasileiras envolviam distâncias gigantescas, muitas vezes maiores do que aquelas observadas no comércio interestadual dos Estados Unidos, como destacou Robert Slenes.¹⁵¹ E nesse ponto, a flexibilidade das procurações permitia colocar os escravos no mercado nacional de cativos sem que o negociante/comprador nas províncias exportadoras de mão de obra precisasse se preocupar com as atividades quotidianas do negociante/vendedor nas regiões importadoras.

Quanto ao uso de procurações no mercado intraprovincial, vemos como, neste tipo de comércio, a participação direta dos senhores foi maior do que em qualquer outra modalidade (46,0%). Esse fato nos chamou a atenção porque foi interpretado como uma indicação de que esses senhores vinham até Campinas para registrar a compra ou venda de seus cativos,¹⁵² o que fortalece a visão de que esta cidade era vista como um entreposto importante na comercialização de escravos.

Mesmo assim, a presença de procuradores foi majoritária nesse comércio, com 54,0% dos cativos sendo negociados através dos poderes concedidos por esses instrumentos, ou por pessoas que, na mesma negociação, atuaram como procuradores de outros. Isso aponta, mais uma vez, para o problema do transporte/transferência desses cativos ou grupos de escravos, que deveriam ser levados por dezenas ou centenas de quilômetros sob a responsabilidade do representante do senhor porque, provavelmente, não se considerava viável, ou proveitoso, viajar para negociar pessoalmente seus cativos. Pode-se pensar, também, que esse documento de procuração já estava ocultando uma relação de venda anterior, mas não concluída legalmente.

No mercado local, como esperávamos, a presença de senhores negociando diretamente seus cativos foi robusta, mas inferior àquela observada no comércio intraprovincial e tiveram participação minoritária na execução de compras e vendas. Uma

¹⁵¹ SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370, p. 332-333.

¹⁵² E lembramos que muitos desses senhores tiveram de percorrer distâncias consideráveis, visto o quadro apresentado na Tabela 4.

das formas de justificar essa grande presença foi exatamente a negociação de grandes plantéis de cativos, muitas vezes juntamente com fazendas. Negócios de grande porte foram importantes no comércio local e muitas vezes tinham como intermediários os advogados de vendedores e/ou compradores. Uma das ocasiões em que isso foi observado foi na escritura de compra e venda que fizeram entre si Thomaz Luiz Álvares, como vendedor, pela pessoa de seu bastante procurador, Major Domingos de Mello Rodrigues Loureiro, ao Comendador Joaquim Policarpo Aranha, das Fazendas, casa de morada, 192 escravos, animais, móveis e etc., que Álvares possuía no Município de Campinas, tudo pela quantia de 380 contos de réis.¹⁵³ Somente esse exemplo já influencia fortemente os números, como apontamos anteriormente. Mas uma comparação com as vendas individuais (que foram as mais numerosas, apesar de não transferirem a maior parte dos cativos) mostra uma outra situação.

Como apontamos anteriormente, o mercado local teve uma dupla natureza, sendo marcado por muitas negociações de grandes grupos de escravos (junto com propriedades) mas também pela numerosa negociação individual. Nessa última, 87,2% dos cativos vendidos isoladamente foram transferidos por seus próprios senhores, o que configura um cenário completamente diferente do primeiro e estabelece, novamente, o caráter duplo do comércio local, de grandes proporções em algumas vendas e pequeno e cotidiano em outras.

De qualquer forma, a presença de procuradores, que incluíam advogados, parentes, cônjuges e também negociantes foi marcante em todos os tipos de comércios praticados em Campinas, revelando que o estudo das procurações tem importância para compreendermos essa questão.

Podemos ainda questionar o emprego das procurações nas notas de compra e venda no sentido do comércio praticado, verificando seu emprego na entrada, saída e redistribuição de escravos.

Tabela 16 – Uso de Procurações por Sentido de Comércio*

¹⁵³ 1º Cartório, Livro 61, p. 23-26.

Sentido do Comércio		Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Entrada	Sem procurador	123	13,2	13,2
	Representado por procurador	807	86,8	100,0
	Total	930	100,0	
Saída	Sem procurador	75	91,5	91,5
	Representado por procurador	7	8,5	100,0
	Total	82	100,0	
Local	Sem procurador	394	46,2	46,2
	Representado por procurador	458	53,8	100,0
	Total	852	100,0	
n/i	Sem procurador	42	32,1	32,1
	Representado por procurador	89	67,9	100,0
	Total	131	100,0	
Redistribuição	Sem procurador	19	4,4	4,4
	Representado por procurador	409	95,6	100,0
	Total	428	100,0	

Fonte: notas de compra e venda do 1º e 2º Cartórios de Campinas.

Na análise do emprego de procurações por sentido de comércio, o quadro acima mostra a grande diferença na importância e emprego das procurações, dependendo do sentido da transação observada. A característica única observada na saída dos escravos, com 91,5% deles tendo sido negociados pelos seus próprios senhores, encontra explicação na própria natureza da fonte pesquisada. Lembramos que nossa fonte cobre o registro das transferências escravas realizadas na cidade de Campinas e, não necessariamente, as transferências com escravos de Campinas. Ou seja, nossa fonte registra as compras e vendas realizadas nessa cidade paulista. Um senhor de São Paulo que registrou a compra de escravos do município de Campinas em um cartório da capital está fora do alcance de nossa pesquisa, por exemplo. Apontamos isso, pois nos parece claro que encontraríamos poucos procuradores dos vendedores campineiros intermediando essas saídas porque elas foram registradas na mesma cidade onde eles residiam. Quando senhores de outras cidades vinham até Campinas para adquirir escravos, provavelmente, era muito mais fácil que eles lidassem diretamente com os senhores desses. Foi isso o que essa fonte registrou.

Procuradores que atuavam nessas saídas provavelmente realizaram suas vendas nas cidades dos compradores, registrando-as também nessas localidades. Mas veremos melhor essa questão quando analisarmos, mais adiante, diretamente, as procurações passadas por senhores de Campinas para a realização de venda de seus escravos em outras cidades.

A utilização de procurações nas entradas e na redistribuição de cativos já apresenta outra lógica, em grande parte inversa daquela apresentada no caso das saídas. Nas entradas, 86,8% dos cativos foram vendidos através dos procuradores de seus senhores. Como apontamos antes, a questão principal é que, na maioria das vezes, os senhores dos cativos não vinham até Campinas para negociá-los nessa praça, mas enviavam procuradores (advogados, parentes ou comerciantes) para realizar os negócios. É essa a interpretação que esse registro reforça, e esse parece ter sido o caso para a maior parte dos escravos vendidos para Campinas. Entretanto, como apontamos anteriormente, sempre existiram casos em que senhores de escravos viajaram para outras localidades (ou estavam em viagem acompanhados de seus cativos) para vendê-los (uma realidade para 13,2% dos cativos que foram importados para Campinas). Cabe, então, perguntarmos se os senhores viajavam já com informações de que nessa localidade seria mais fácil ou rentável negociar seus cativos.

Concluindo essa parte da análise, observamos que a redistribuição representou uma categoria na qual a participação de procuradores foi ainda mais extrema: com 95,6% dos cativos foram vendidos por intermediários. A peculiaridade desse sentido das vendas aponta, de uma maneira mais clara, para uma rede de negócios e comércio que se estendia para além da alçada dos senhores de cativos, sendo o campo de atuação privilegiado de comerciantes. Mais uma vez, temos uma minoria de casos nos quais os proprietários viajaram até uma localidade e fecharam negócios com senhores que residiam em outras regiões (4,4% dos escravos redistribuídos foram negociados nessas condições, aparentemente), mas menor do que a observada no caso das entradas, pela própria natureza já discutida das fontes.

Com essas características, foram essas duas formas (a entrada e a redistribuição) que indicaram maior possibilidade de participação dos negociantes de escravos nesse mercado, sendo um elemento importante para observarmos sua presença.

Procurações de Campinas

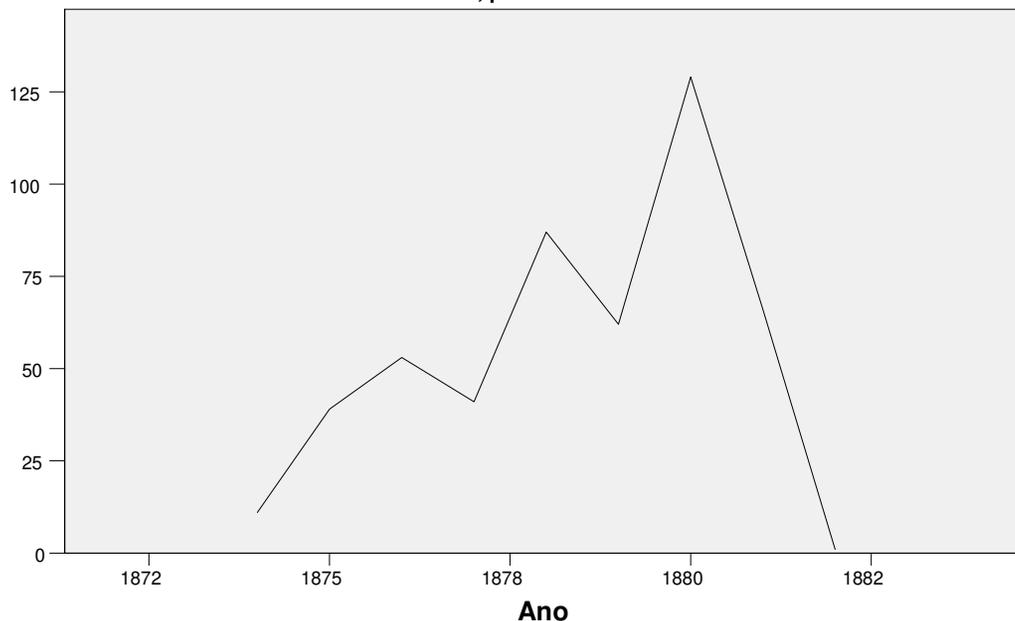
Iremos nos concentrar agora nas procurações outorgadas ou utilizadas em Campinas, instrumentos de muitas das transferências de escravos observadas. Para os problemas debatidos nesta pesquisa, classificamos as procurações em três tipos distintos; fazendo um fichamento intensivo de duas delas: primeiro temos as procurações de senhores de Campinas que autorizavam a venda de escravos (concediam o poder para que o procurador negociasse o cativo), para as quais temos somente a procuração outorgada; e além dessas analisamos as procurações que foram usadas para a venda de escravos em Campinas (o que nos permite comparar o documento original e a nota). Os documentos que concediam poderes para que pessoas comprassem escravos para os outorgantes foram alvo de um fichamento menos sistemático e serão discutidos no debate relativo aos comerciantes de escravos.

Foram encontradas para o período estudado procurações que autorizaram a venda de pelo menos 1.038 cativos.¹⁵⁴ Desses documentos, uma parte significativa deles foi usada por senhores de Campinas para permitir que outras pessoas negociassem seus cativos. Ou seja, registram o poder de negociar os escravos, mas não a venda propriamente dita. Nosso registro aponta que 490 escravos de senhores campineiros tiveram suas vendas autorizadas no período selecionado, representando 47,3% de todos os escravos registrados em procurações. E essas autorizações tiveram a seguinte distribuição por tempo:

¹⁵⁴ A incerteza quanto ao total, “pelo menos”, refere-se a alguns poucos casos em que a quantidade de escravos que poderiam ser negociados não foi estabelecida, com o senhor outorgante da mesma usando a expressão “com poderes para vender os meus escravos”, ou “todos os meus escravos” sem estabelecer um número para esses. Mantivemos essa anotação por achar importante o registro dessa transferência de poder, mesmo que não pudéssemos quantificá-la no momento.

Lembro ainda que em casos como esse, ou quando nem todos os escravos relacionados na procuração foram vendidos em Campinas, restringimos e qualificamos a informação da procuração com os dados observados nas notas de transferência.

Gráfico 2 - Procuração de senhores de Campinas que Autorizavam a Venda de Escravos, por Ano

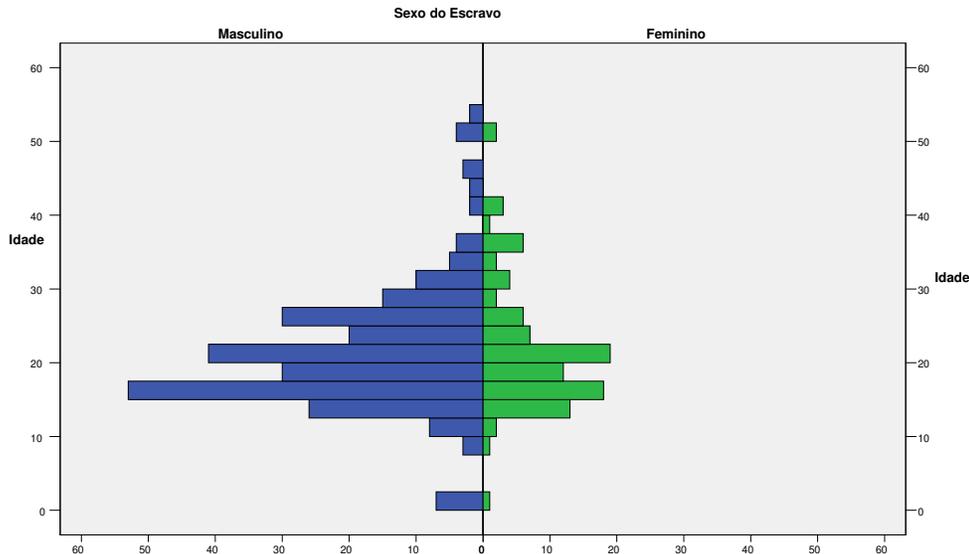


Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

A utilização dessas procurações por senhores de Campinas, por tudo o que sabemos dessas, muitas vezes esteve ligada à transferência de cativos no/para o mercado nacional de escravos. O gráfico acima é coerente com essa ideia, na medida em que o comércio de escravos intensificou-se na década de 1870, e que essas procurações foram utilizadas tanto em vendas locais, quanto no comércio intraprovincial.

O perfil dos cativos negociados através dessas procurações foi bastante próximo daquele observado na própria população escrava de Campinas, o que, de certa forma, indica uma pequena seletividade desses senhores na hora de colocarem seus cativos no mercado, como podemos observar abaixo:

Gráfico 3 - Sexo e Idade entre os Escravos nas Procurações de Campinas



Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

Infelizmente, a checagem mais precisa dos senhores que colocavam seus escravos nesse mercado, para tentarmos observar se eram pequenos ou grandes proprietários, foi bastante prejudicada. As procurações muitas vezes davam apenas informações gerais sobre os cativos negociados, não apontando dados sobre a matrícula dos mesmos. Assim, temos informações relativas à matrícula para apenas 12% dos escravos, com dados do número do escravo na relação para somente 9,7%. Isso não nos permite tirar conclusões, apesar daqueles matriculados entre o primeiro e o quinto cativo somarem 6,0% desse total (aproximadamente 60% daqueles para os quais temos a informação da matrícula), o que representaria um indício da participação de pequenos senhores.

Um outro indicador nesse sentido é o grande número de autorizações para a negociação individual de cativos. Mais uma vez, apontamos como essa é uma dedução perigosa, pois nada impediria que senhores de mais escravos tivessem ações bastante pontuais nesse mercado. De qualquer forma, é um dos indícios disponíveis nessa questão. Nas procurações, os senhores de 58,6% dos escravos autorizaram a comercialização de

grupos de 1 a 5 escravos, sendo 38,3% deles individualmente. Isso não excluí grandes negócios, ou a venda de grupos maiores, mas mostra a efetiva participação pontual de senhores procurando se desfazer de sua propriedade escrava.

Procurações de entrada

O quadro das procurações discutido até agora teve como base o registro das procurações que identificamos e apontamos como sendo de senhores de Campinas. Esses documentos registravam a autorização para que outras pessoas realizassem a venda de escravos, muitas vezes para outras localidades (como inferimos pela presença não tão significativa desses procuradores nas compras e vendas realizadas dentro do município de Campinas).

Uma outra parcela dessas procurações foi aquela lançada e usada por procuradores e negociantes para venderem escravos de senhores de outras localidades em Campinas e região (ou aí registrarem essas transferências). Essas procurações eram informadas ou transcritas no ato do registro das notas de compra e venda, tendo sido, durante muitos anos, copiadas no próprio corpo do documento das notas, como demonstrado no caso do procurador Eduardo da Costa Passos.

Em Campinas, como vimos anteriormente, o uso de procurações permitiu a venda de 1.768 escravos nessa localidade paulista. Infelizmente, nem todas essas procurações foram registradas. Dos escravos negociados através dessas, temos informações e cópias de procurações para 547 deles, que representaram 52,7% dos escravos negociados através de procurações.

Uma questão preliminar para entendermos essas fontes é perceber a sua distribuição no tempo.

Tabela 17 - Distribuição das Procurações Para Vender Escravo Registradas em Campinas, Por Período

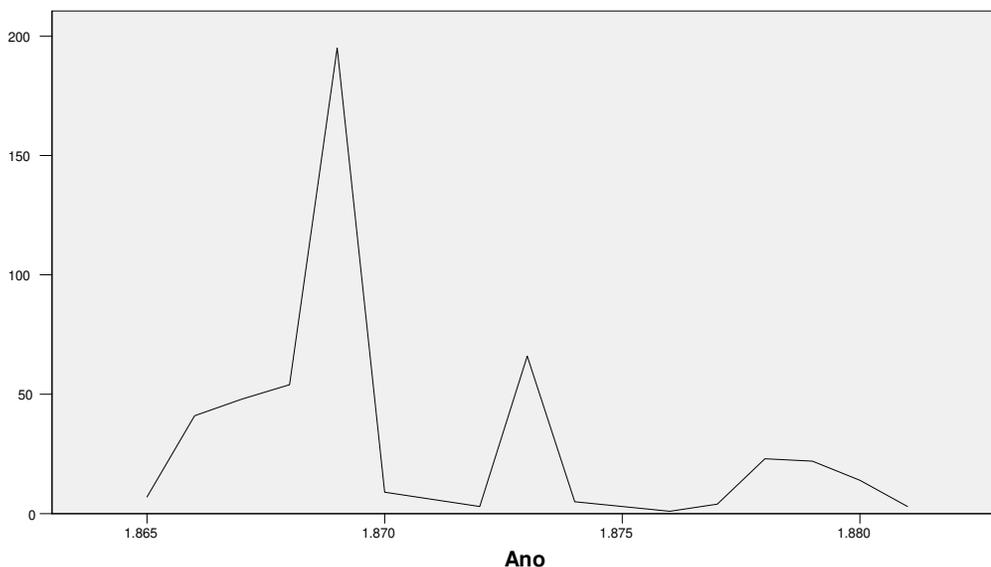
Período	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
1860	391	71,5	71,5
1870	139	25,4	96,9

1880	17	3,1	100,0
Total	547	100,0	

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

Essa análise é necessária, pois, na década de 1870, diversos cartórios no Brasil passaram a copiar as procurações usadas na comercialização de cativos não mais nos livros de notas, mas em livros específicos para procurações (o 2º Cartório de Notas de Campinas parece ter sido uma exceção, ao continuar mantendo essa anotação no mesmo livro das demais notas, em diversas oportunidades). A ocorrência da concentração desse registro, na década de 1860, acabou mostrando uma presença dessas notas, ao longo do tempo, diferente daquela observada na frequência das vendas, com as procurações aparecendo em grande número no fim da década de 1860, como se observa abaixo:

Gráfico 4 - Procurações para Venda de Escravos Para Campinas



Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

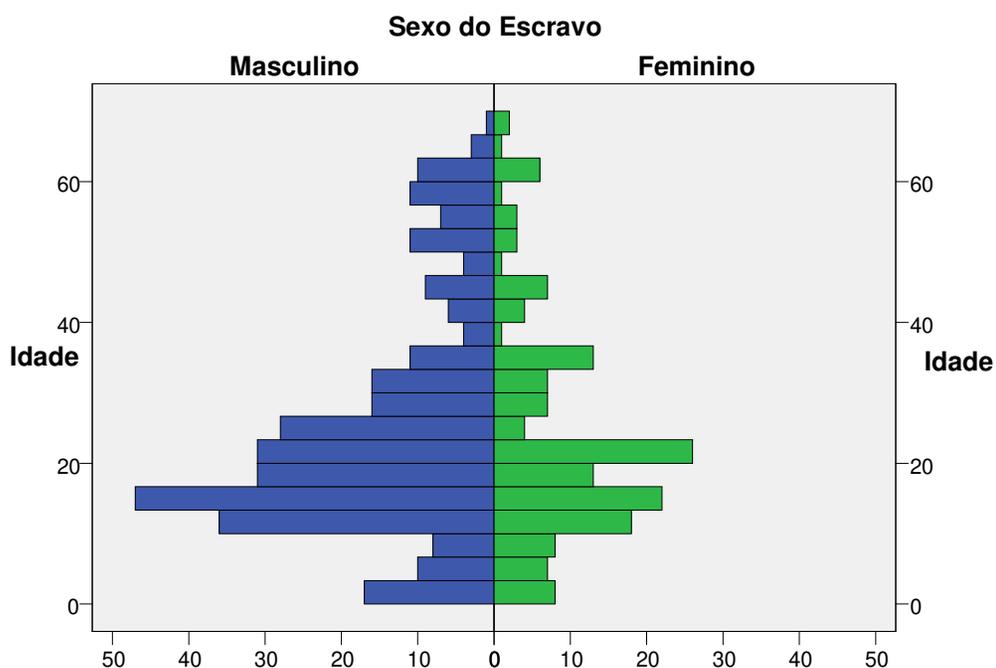
A leitura isolada desse gráfico sugere a maior presença de escravos negociados através de procurações, que é diferente daquela observada quando anotamos os escravos negociados através de procurações observadas nas notas, como vimos anteriormente. Como

apontamos, a divergência de registro encontra-se na criação de livros específicos onde foram lançadas as procurações utilizadas nessas negociações, que, por sua vez, não foram alvo de nossas leituras por incluírem um outro grupo de documentos a um conjunto de documentos já bastante vasto.¹⁵⁵

De toda forma, essa documentação traz informações importantes para a pesquisa porque reforça os dados sobre a população cativa negociada, esclarece os caminhos percorridos pelos cativos e traz indícios fundamentais para entendermos as redes de negociantes envolvidos.

Assim, as populações e transações retratadas por essas procurações abordam apenas uma parte daquelas registradas na cidade de Campinas, sendo essas, por vezes, divergentes daquela encontrada na análise das notas de transferências de cativos.

Gráfico 5 - Sexo e Idade entre os Escravos Vendidos Para Campinas através de Procurações.



Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

¹⁵⁵ Além dos problemas de acesso e condições de pesquisa que encontramos em alguns momentos.

Quanto ao perfil dessa população vendida em Campinas, através do uso de procurações, observamos é mantida a concentração na venda de jovens trabalhadores do sexo masculino, com 66,3% dos negociados, contra 33,6% de mulheres. Os jovens de 15 a 29 anos, de ambos os sexos, foram os mais negociados, com 42,6%, sendo seguidos pelas crianças de 0 a 14 anos, faixa etária de 27,5% dos cativos. Por fim, chama a atenção os 15,3% de escravos com mais de 45 anos que foram vendidos, número superior ao de cativos entre 30 e 44 anos, que representaram 14,6%.

Em parte, esses números podem ser explicados pela forma como se deram essas relações. Para 272 ou 49,7% de todos os cativos, a transação em que foram negociados realizou-se na negociação de grupos de mais de 20 pessoas, incluindo a venda de 192 em uma única transação. E a venda de grupos de escravos juntamente com uma propriedade agrícola geralmente implicava na não seleção etária do plantel negociado, e muitas vezes na compra dos cativos mais idosos que nele permaneceram.

Por outro lado, um grupo quase tão grande quanto o anterior, com 218 ou 39,9% dos escravos, foi negociado individualmente, com outros 43 ou 7,8% deles tendo sido vendidos em grupos de 2 indivíduos.

Nosso levantamento das procurações usadas também apresenta outra característica contraditória quando comparado às vendas através de notas, ou seja, o conjunto de todas as vendas devidamente realizadas, com ou sem procurações, e para as quais muitas vezes não tivemos acesso às procurações usadas, mas, apenas, à indicação de que um documento desse tipo autorizava a transação (e seria registrado em outro livro), como já apontamos. Enquanto, através das notas, o maior uso de procurações ocorreu no comércio interprovincial, nossa amostragem de procurações aponta para um quadro diferente, com a maior parte desses documentos registrados tendo sido utilizados no comércio dentro da própria província de São Paulo, como vemos abaixo:

Tabela 18 –Tipo de Comércio nas Procurações para Venda em Campinas

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
--	------------	-------------	-----------------------

Interprovincial	160	29,3	29,3
Intraprovincial	319	58,3	87,6
Local	57	10,4	98,0
n/d	11	2,0	100,0
Total	547	100,0	

Fonte: Livros de Notas e transferências. 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

A forte presença do comércio intraprovincial, representando a maioria das procurações registradas (58,3%), reflete, provavelmente, a força desse comércio na década de 1860 (quando se concentraram as procurações localizadas) e, principalmente, as negociações de grandes plantéis em nível regional, como vimos anteriormente, além da falha no registro dessa fonte (no material levantado para a pesquisa) na década de 1870. Mas, de toda forma, essa informação reforça a importância do instrumento da procuração para diversas formas e sentidos de negociação dos escravos, de pequenos a grandes grupos, no comércio local ou interprovincial.

A verificação da presença de cativos de pequenos proprietários nessas transações foi novamente prejudicada pela pouca informação sobre a matrícula presente nessas procurações, o que foi reforçado pelo fato de a maior parte desses negócios ter sido realizada na década de 1860, anterior à Matrícula. Assim, não temos indícios sobre os plantéis de onde saíram 86,6% dos negociados. No grupo restante, 7,5% dos cativos foram matriculados entre o primeiro e o quinto cativo de seus senhores, o que representava quase metade da parcela dessa população para a qual tivemos essa informação. Os outros dois grupos, matriculados entre o nº 6 e 10, e 11 a 20 de seus senhores, dividiram igualmente a proporção restante.

Procurações e o intervalo de tempo das negociações

Uma questão intrigante no registro das procurações utilizadas para a venda de escravos de outras regiões do Brasil em Campinas foi o tempo decorrido entre o registro da procuração, quando o senhor concedia poderes para a negociação de seu cativo, e o registro da execução dessa venda.

Um exemplo dessa situação foi a venda do escravo Antônio, de 12 anos, natural de Santa Catarina, que foi vendido em Campinas, em 19 de junho de 1874, por 1:500\$000 réis. Segundo a classificação dessa venda em nossos bancos, esse foi um caso de redistribuição de cativo, advindo do comércio interprovincial. Seu senhor, Manoel Lopes Fagundes, residente em Itajaí, Santa Catarina, passou uma procuração para que sua venda fosse efetuada, tendo essa sido realizada por Manoel Reynaldo dos Santos para o senhor José Ignácio Bruno, morador de Amparo, na província de São Paulo. O que nos chama a atenção é que a primeira procuração foi passada em 30 de janeiro de 1873, na cidade de Itajaí, Santa Catarina, para que José Luiz Pereira vendesse o escravo Antônio pelo valor que pudesse obter. O próximo registro foi aos três dias do mês de junho de 1874, na vila de Tijucas, também em Santa Catarina, quando José Luiz Pereira substabeleceu os poderes dessa procuração para Manoel Reinaldo dos Santos.¹⁵⁶ Entre a primeira procuração e a efetivação da venda, através do registro de transmissão da propriedade, temos um espaço de aproximadamente 500 dias, ou quase um ano e meio. Em quase todo esse tempo, o cativo esteve aparentemente sob a posse, pelo menos legalmente, do procurador. O poder de negociar Antônio foi passado em uma localidade próxima de onde seu antigo senhor morava, cerca de 25 quilômetros. Quando os poderes foram transmitidos para Manoel Reinaldo, aproximadamente duas semanas depois a venda foi realizada, indicando o transporte marítimo desse escravo, pelo tempo decorrido e o fato de Tijucas estar localizada no litoral catarinense, próximo a Desterro (atual Florianópolis).

Casos como esse, em menor ou maior duração, foram bastante recorrentes. O caso descrito anteriormente, da venda de 11 escravos por Eduardo da Costa Passos, vai na mesma direção, sendo importante retomá-lo aqui para algumas considerações gerais. Observando o tempo decorrido entre as primeiras procurações e a transferência de propriedade em Campinas, observamos que os 11 escravos por ele vendidos no mesmo dia passaram por uma diversidade de situações. O escravo João, por exemplo, foi diretamente entregue por seu senhor à Eduardo Passos, 34 dias antes da venda registrada.¹⁵⁷ Outros como Catharina, Ventura e Severiano passaram por outros dois procuradores antes do poder

¹⁵⁶ 1º Cartório, Livro 66, p. (ilegível), data 19/6/1874, foto digitalizada nº 5763.

¹⁵⁷ 2º Cartório, Livro 1, p. 8v-11v.

de negociá-los ter sido transferido para Eduardo, que executou a venda 57 dias depois do primeiro documento ter sido registrado.

O que temos de mais semelhante entre essas temporalidades é o período de tempo em que foram transferidos para Eduardo os poderes para negociar esse grupo. Todos os escravos que estavam na posse de outros negociantes tiveram os poderes para a realização de sua venda transferidos para Eduardo entre um mês e duas semanas antes da realização da venda. Isso aponta para a preparação de Eduardo para uma viagem de negócios, de vendas, tendo em sua responsabilidade cativos de outros comerciantes. Aponta também para uma conexão entre Eduardo e Delfino Ribeiro de Abreu, duradoura ou formada apenas para essa transação porque, antes dos poderes serem transferidos para Eduardo, seis dos onze escravos de diversas procedências estavam com suas vendas sob responsabilidade de Delfino.

Os casos vistos acima mostram uma grande variedade de situações envolvendo “o tempo de permanência” do escravo sob o poder do procurador autorizado para vendê-lo. Denominamos como “permanência” essa fase transitória, pois não temos indícios claros da situação real do escravo. Em pouquíssimos casos ficou textualmente apontado que o cativo já estava sob o poder do procurador e, em outros poucos, de que o escravo já estava sob o poder do comprador. Podemos imaginar, então, que o escravo alvo da negociação poderia permanecer na fazenda do senhor, em alguns casos (especialmente no comércio local ou mais próximo); ficar em um “período de experiência” com um possível comprador,¹⁵⁸ em outros ou, ainda, estar em viagem ou ficar preso com o negociante responsável.¹⁵⁹ A real condição do escravo nesse período, seu emprego, sua vivência cotidiana e possível integração em uma comunidade permanecem ocultos nessa fonte.

Analisando os intervalos de tempo entre a outorga da procuração e a comercialização dos escravos em Campinas, encontramos variações entre 1 e 2.100 dias (mais de 5 anos) que apontam claramente para a diversidade de situações e de contexto da concessão das procurações. A média do tempo de “permanência” do escravo sob poder do

¹⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 52, 72-75.

¹⁵⁹ Como no caso dos escravos presos na loja do comerciante Velludo, como visto por Sidney Chalhoub. CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., Capítulo 1: Negócios d escravidão, p. 29-93.

procurador de seu senhor foi de 56 dias, e para melhor qualificar essa experiência, vamos analisar esse intervalo de tempo através do tipo de comércio no qual o cativo foi engajado.

Tabela 19 – Tempo de “Permanência” por Tipo de Comércio

Tipo de Comércio	N	Mínimo	Máximo	Média
Interprovincial	160	15	961	127,43
Intraprovincial	319	1	2100	25,39
Local	57	1	154	11,09
n/d	11	1	655	149,82

Fonte: Procurações utilizadas para negociar escravos em Campinas, lançadas nas notas de compra e venda. 1º e 2º Cartórios de Campinas.

O quadro acima aponta de maneira bastante clara os diferentes intervalos de tempo que atingiam os escravos a depender do tipo de comércio em que foram engajados. As distâncias percorridas no comércio interprovincial nos ajudam a estabelecer um tempo mínimo de 15 dias para que escravos de outras províncias fossem comercializados em Campinas, e um intervalo médio superior a 4 meses implica em uma série de questões que vamos tratar na parte dedicada à discussão dos comerciantes de escravos.

Os períodos de tempo mínimos observados no comércio local e intraprovincial, às vezes inferiores a um dia, indicam certa facilidade nessas negociações, mas também a possibilidade dessas vendas já estarem de certa forma combinadas, bastando aos procuradores oficializá-las. Os períodos máximos implicam na diversidade de situações apontadas anteriormente, sendo possível que parcelas desses escravos fossem encaixados nas mais diversas situações (ainda mais quando pensamos no alcance dessas transações intraprovinciais, como visto na Tabela 4).

Uma outra questão importante que se torna clara através da análise dessas procurações é a da rede de comerciantes que se estabelecia para tornar as transferências possíveis. O estudo mais detalhado dessas redes será feito posteriormente; no momento, destacamos o número de procuradores que se envolviam com essas vendas de acordo com o tipo de comércio no qual se engajavam.

Tabela 20 - Número de Procuradores Por Tipo de Comércio

Tipo de Comércio		Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Interprovincial	1	47	29,4	29,4
	2	41	25,6	55,0
	3	40	25,0	80,0
	4	16	10,0	90,0
	5	4	2,5	92,5
	6	5	3,1	95,6
	7	1	,6	96,3
	8	2	1,3	97,5
	9	1	,6	98,1
	10	1	,6	98,8
	17	1	,6	99,4
	28	1	,6	100,0
		Total	160	100,0
Intraprovincial	1	104	32,6	32,6
	2	17	5,3	37,9
	3	195	61,1	99,1
	4	2	,6	99,7
	6	1	,3	100,0
		Total	319	100,0
Local	1	51	89,5	89,5
	2	4	7,0	96,5
	3	2	3,5	100,0
		Total	57	100,0

Fonte: Procurações utilizadas para negociar escravos em Campinas, lançadas nas notas de compra e venda. 1º e 2º Cartórios de Campinas.

O número de procuradores envolvidos em cada transferência também variou bastante de caso a caso, mas conseguimos observar algumas tendências. Em todos os casos, chamou-nos a atenção a importância de procuradores que realizaram, aparentemente sozinhos, a transferência de cativos. Em nenhum dos casos, eles responderam por menos de um quarto das vendas realizadas por procuradores, sendo responsáveis pela quase totalidade das transferências locais. As dificuldades inerentes à transferência de escravos por longas distâncias é uma boa hipótese para explicar o menor peso de procuradores únicos no comércio interprovincial, sendo as transferências dentro da própria província de São Paulo um meio termo dessa questão.

O estabelecimento do número de procuradores apresenta um problema de registro importante para entendermos o envolvimento de mais pessoas nessas redes porque a

inclusão de pessoas com poderes para agir como procuradores representava, antes de uma realidade, uma possibilidade de atuação desses indivíduos. Assim, nos casos em que temos mais pessoas sendo citadas como representantes do senhor em uma determinada localidade, normalmente, apenas uma delas aparece transmitindo os poderes ou realizando a venda. Ou seja, em cada fase, ou transição, apenas um dos possíveis procuradores acabou diretamente envolvido com a transferência, pelo menos no que podemos observar através dos registros.

Um ponto importante, especialmente quando analisamos as redes de negociantes, foi pensar que mesmo quando muitos procuradores poderiam estar inseridos nas transferências, 90% das transferências interprovinciais realizadas por intermediários foram de responsabilidade de um a quatro comerciantes. Ou seja, mesmo para trazer cativos de províncias distantes, como o Maranhão ou o Rio Grande do Sul, não foram precisos mais do que três ou quatro pessoas para organizarem essas transferências.

Por outro lado, um ponto que chamou a atenção foi a forte participação de três procuradores no comércio intraprovincial, responsáveis por 61,1% dos cativos negociados. Apesar da crítica ao número de procuradores vista anteriormente, é uma questão relevante saber que os senhores (ou, posteriormente, seus representantes) achavam necessário incluir tantas pessoas nessas transferências. Se bem que isso lhes permitisse cobrir várias possibilidades, ou caminhos, para a negociação dos mesmos.

Procurações para a compra de escravos

Um último aspecto sobre as procurações ainda precisa ser comentado. Em diversos momentos, observamos senhores de Campinas encarregando procuradores de adquirirem cativos em seus nomes. Isso não apenas na cidade de Campinas, mas também em outras localidades, com destaque para o Rio de Janeiro. Esse foi o caso de Ildefonso Bueno de Moraes que, em 6 de setembro de 1879, constituiu como seu procurador José de Castro Euzébio, residente no Rio de Janeiro, especialmente para aceitar e assinar escritura de compra de escravos.¹⁶⁰ Em 27 de janeiro de 1881, Orosimbo de Paula Vellozo, residente em Taubaté, constituiu Joaquim José Gomes da Silva Júnior como seu procurador no Rio

¹⁶⁰ 1º Tabelionato de Campinas, Livro , p. 21-21v.

de Janeiro para adquirir escravos.¹⁶¹ De forma semelhante, mas específica para uma transação, em 17 de dezembro de 1877, Ferras & Salles, residentes em Jaú, nomearam como seus procuradores na Corte Adolpho Pereira de Almeida, Duarte de Abreu Guimarães e Antônio José Coelho para, em nome deles, aceitar a escritura de compra do escravo Guilherme.¹⁶²

O uso das procurações para permitir a compra de escravos por terceiros é importante por revelar uma outra forma dos senhores locais acessarem o mercado nacional de cativos porque apresenta um meio de entrada dos escravos que ficou oculto nos registros de compra e venda analisados. Com o poder a eles transmitidos, os procuradores poderiam assinar a nota de transferência dos escravos na localidade em que esses foram adquiridos, sem registrar em Campinas a comercialização. Isso apontaria uma outra fonte usada para a entrada de cativos, mas que não deixa registros no local de destino desses trabalhadores.

Alguns dos documentos analisados davam grandes oportunidades para os procuradores buscarem cativos nas mais diversas regiões. Em 30 de agosto de 1878, José Teixeira Nogueira estabeleceu como seus procuradores Dr. Salvador Leite de Camargo Penteadó e o Comendador Manoel Antônio Bitencourt, para que, em seu nome, adquirissem escravos em qualquer parte do Império.¹⁶³ Também Emile Charles Maurice Humbert, residente em Serra Negra, outorgou poderes ao seu procurador, João Mourthé, comerciante de escravos residente em Campinas, para comprar escravos sem precisar o local onde seriam negociados.¹⁶⁴ Dessa forma, encarregar procuradores da aquisição de escravos em nome dos outorgantes, “segundo instruções” de compra dadas por esses, foi um método bastante utilizado por senhores campineiros, bem como de outras localidades. Assim, eles encomendavam aos procuradores os perfis de cativos desejados e seus números, permitindo que os intermediários realizassem o seu trabalho de busca.

Esse mesmo método foi usado, inclusive, por compradores no mercado local, que delegavam essas aquisições para terceiros, também com certa frequência. Nessas situações, a figura do comerciante foi menos empregada, tornando-se mais corriqueiro o uso de outros

¹⁶¹ 1º Tabelionato de Campinas, Livro 78, p. 37.

¹⁶² 2º Tabelionato de Campinas, Livro 4A, p. 69, 69v.

¹⁶³ 2º Tabelionato de Campinas, Livro 5A, p. 114-114v.

¹⁶⁴ 2º Tabelionato de Campinas, Livro 5A, p. 144.

intermediários, tais como advogados e parentes dos compradores. Exemplos disso são algumas das transações feitas por ordem do Comendador Joaquim Policarpo Aranha, que adquiriu mais de 300 cativos nas décadas de 1860 e 1870.¹⁶⁵ Em algumas dessas compras, o Doutor Gustavo Adolpho Castro agiu como seu procurador¹⁶⁶, realizando as negociações. Fora das negociações em nome do Comendador, em nenhum momento o nome de Gustavo Adolpho Castro apareceu relacionado ao comércio de cativos, o que sugere que ele agiu como um advogado representando o comprador e não como um comerciante, engajado nesse negócio.

Ainda sobre o uso de procurações para a compra de escravos, um último caso deve ser analisado para nos fornecer maiores elementos sobre esse comércio. Em 7 de fevereiro de 1870, Francisco de Paula Ferraz Sampaio adquiriu 4 escravos do Alferes Joaquim de Paula Villarinho, comerciante de escravos, residente em Campinas. O comprador, morador em Itú, enviou um procurador para a cidade de Campinas, autorizado a “aceitar e assinar” a escritura de compra dos escravos Manoel, Sebastião, Benedicto e Francisco, todos com aproximadamente 20 anos de idade.¹⁶⁷ A nota correspondia, assim, a uma transferência de redistribuição de escravos vindos do tráfico interprovincial; uma compra registrada na cidade de Campinas, mas destinada a um senhor de outra localidade. O que nos chamou atenção, no entanto, foi a especificidade dos poderes dados ao procurador nessa escritura. Um senhor de Itú mandou um procurador daquela cidade até Campinas para registrar a compra de 4 escravos já apontados no documento. Isso indicava que a seleção desses cativos já estava realizada, talvez por um contato anterior do vendedor com o comprador. Se o comprador foi a Campinas para realizar a vistoria ou seleção dos mesmos, por que não assinar ele mesmo a compra nessa localidade? E se os escravos foram enviados a Itú pelo procurador, por que não registrar o negócio naquela cidade? Uma outra hipótese ainda pode ser vislumbrada, a de que os cativos negociados já estivessem em Itú com o comprador (talvez passando por um período de teste), que enviou o procurador para Campinas, apenas

¹⁶⁵ Fonte: Notas de compra e venda de escravos, 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

¹⁶⁶ Por exemplo: compra de 3 cativos no comércio interprovincial, em 18 de abril de 1877 (1º Tabelionato de Campinas, Livro 70, p. 6-7); e aquisição de 22 escravos no comércio intraprovincial, em 22 de abril de 1875 (2º Tabelionato de Campinas, Livro 1A, p. 20v-21v.).

¹⁶⁷ 2º Tabelionato de Campinas, Livro 6, p. 2v-3v.

para se encontrar com o vendedor e oficializar a transferência. Faltam dados para confirmar qualquer uma dessas hipóteses, mas é fundamental explorar essas possibilidades para enriquecer o debate de cenários possíveis para essas transferências.

A partir da análise das fontes, obtivemos um cenário de transferências que foi completamente modificado pela disposição de impedir a entrada de escravos na província no fim de 1881, através da imposição de uma taxa de matrícula dos escravos entrados na província (importados), o que, na prática, impediu o comércio nacional desses trabalhadores. Essa medida foi fruto de um ambiente de debate no qual se discutiam não apenas o futuro da escravidão, mas também o das formas e fontes de mão de obra para o país. E nas próximas páginas iremos observar um pouco mais de perto as alternativas lançadas das discussões realizadas nos jornais de Campinas.

A proibição da entrada de escravos: alternativas

A intensa compra e venda de cativos em Campinas na década de 1870 não escondia uma série de problemas que advinham da crescente presença escrava na região. Em fins da década de 1870, avolumaram-se na Assembleia Provincial os debates, que já se desenvolviam na sociedade, sobre os riscos da crescente indisciplina escrava, motivada pela importação de “maus” escravos do restante do país, e da concentração desses trabalhadores no território paulista. Segundo Célia Maria do Azevedo, à insegurança alardeada durante todo o ano de 1878, decorrente de indisciplina e crimes de escravos contra seus senhores, feitores e respectivas famílias, somaram-se a grande concentração de escravos em São Paulo (propiciada pelo tráfico interno) e o temor de que o norte imporia ao sul uma abolição imprevista e onerosa.¹⁶⁸ Segundo Célia Azevedo, essas duas discussões surgiram na Assembleia e foram destacadas em conformidade com os interesses de uma corrente de

¹⁶⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 118-120.

opinião que defendia um projeto que visava impedir o comércio de escravos para São Paulo, buscando uma solução alternativa para o problema da mão de obra.¹⁶⁹

A ligação do comércio interno de cativos com o aumento da violência escrava também foi destacada pela historiadora Maria Helena Machado. Ela também reforçou a ideia da introdução contínua e maciça de escravos de outras regiões do país como uma das causas do aumento de conflitos entre proprietários e seus trabalhadores: “fator esse que implicava um certo aumento de tensões entre os escravos desenraizados e seus novos senhores.”¹⁷⁰ Segundo a autora, perdas de vínculos familiares e mudanças nas formas de convívio e atuação profissional dos escravos, devido a mudanças, às vezes muito significativas, do contexto do cativo, teriam levado à quebra da colaboração e disciplina do cativo, provocando resistência (ou o entendimento da prática dessa) em muitos desses recém-chegados. Em casos menos extremos, simples diferenças no entendimento de deveres e obrigações das partes envolvidas também acabaram resultando em uma série de confrontos.¹⁷¹

Os problemas disciplinares e da revolta dos escravos recém-importados também tiveram eco nos jornais de Campinas, nos quais também foi debatida uma série de problemas ligados às alternativas ao trabalho cativo e ao interesse em manter ou impedir a contínua entrada dessa população. Com o intuito de compreender como a sociedade local entendia essas questões e como via o trabalho escravo nesse momento final da década de 1870, acompanhamos as discussões realizadas em dois periódicos dessa cidade, o *Diário de Campinas* e *A Gazeta de Campinas*.¹⁷²

Como muitos outros jornais brasileiros da época, geralmente, nas primeiras páginas eram apresentados artigos que discutiam o contexto nacional e notícias nacionais e internacionais. Muitos desses artigos eram reproduzidos de jornais da Corte ou de outras capitais, o que apresentava uma perspectiva que podia não se encaixar em diversos

¹⁶⁹ AZEVEDO, Célia M. M. Op. Cit., p. 118.

¹⁷⁰ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 48.

¹⁷¹ MACHADO, Maria Helena P. T. Op. Cit., p. 58-60.

¹⁷² Uma série de trabalhos historiográficos já se dedicou a entender essas visões sobre a escravidão em suas décadas finais. Não é interesse do presente trabalho discutir essa questão em profundidade, mas sim debater como essa questão aparecia em Campinas, compreendendo em especial a questão da importação de escravos para a província.

contextos regionais. Contudo, mesmo que não fossem escritas em Campinas, as notas revelavam correntes de opinião que os editores achavam válidas ou representativas. E além disso, no caso de Campinas, essas discussões são bastante pertinentes, porque se referem, geralmente, a um contexto comum a essa cidade, o da grande lavoura e das preocupações com o seu futuro. Somado a isso, encontramos alguns artigos locais discutindo esse contexto nacional e a publicação de cartas de lavradores e mesmo de representações do Club da Lavoura apontando para algumas ações que deveriam ser tomadas pelo governo.¹⁷³

O grande pano de fundo para essas discussões foi construído por um eixo principal: a manutenção de um número adequado de trabalhadores (e sua disciplina) mesmo com o fim da escravidão. O risco da “falta de braços” que atingia a lavoura trazia em seu bojo duas preocupações fundamentais: a manutenção do trabalho escravo por maior tempo e a constituição de um suprimento de mão de obra alternativo aos cativos.

A respeito da questão escravista, certo consenso construído alguns anos depois de 1871, para conter o avanço do abolicionismo, buscava afirmar que a questão da escravidão no Brasil estava tratada por essa lei e iria, naturalmente, ser encerrada.¹⁷⁴ Nos jornais de Campinas, a lei de 1871 foi constantemente elogiada, apesar de suas realizações “ainda não estarem completas” ou “maduras”, como apontavam. No fim da década de 1870, contudo, o volume do comércio interprovincial de escravos e protestos abolicionistas ainda tímidos lançavam novamente luz sobre a questão da escravidão. O acirramento de tensões sociais com uma escalada de confrontos entre senhores e escravos e a crescente preocupação por parte dos senhores acerca da violência cativa levantaram também o problema da mão de obra servil.

Em fins da década de 1870, entretanto, antes de mais nada, era colocada para os parlamentares brasileiros a conveniência de se lançar uma nova discussão a respeito do trabalho escravo. A agitação social crescente e o conhecimento do efeito que boatos podiam ter sobre a massa escrava faziam com que parte dos políticos tendesse a assumir a Lei de

¹⁷³ Essa discussão foi realizada no artigo “A “falta de braços” e o trabalhador desejado: debates sobre o futuro da escravidão e o trabalho livre nos jornais de Campinas/SP (1875-1885)”, apresentado no Encontro Nacional de História realizado no ano de 2009.

¹⁷⁴ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2a ed. Campinas: Unicamp, 2008, p. 119-122.

1871 como o último ato do governo sobre a questão. Ao mesmo tempo, representantes da causa abolicionista levantavam que essa mesma tensão deveria ser combatida com uma ação por parte do Estado que encaminhasse e acelerasse a questão da emancipação. Assim, uma primeira discussão se deu entre os que chamaremos de defensores da lei de 1871 e os abolicionistas.

Nos jornais de Campinas encontramos discursos de parlamentares que criticavam os abolicionistas ou as pessoas que exigiam do governo alguma ação com relação ao fim da escravidão. Essa é a posição de um editorial publicado no *Diário de Campinas*, do dia 5 de novembro de 1878, intitulado *Lei de 28 de setembro*.¹⁷⁵ Nesse artigo, foram elogiadas as disposições e esforços na aprovação da Lei do Ventre Livre, sendo reconhecidos os avanços que esta representou para a questão escrava. Ao mesmo tempo, apontava o problema do tratamento dado aos ingênuos. Segundo o autor, a violência do mundo escravista, do cotidiano em que os filhos das escravas cresciam, marcaria as crianças, fazendo com que muitas delas desenvolvessem um ódio de classe que poderia se manifestar na liberdade pós 21 anos. Além disso, o autor defende que não deveria ser posto novamente em discussão o tema do trabalho servil, apontando o despreparo dessa sociedade para a libertação dos escravos, visto que, mesmo na discussão do projeto de 1871, já teriam havido grandes repercussões, exemplificadas pela queda do preço das escravas.¹⁷⁶

Nos anos seguintes, sucessivos artigos e editoriais procuraram reforçar essa posição de apoio à Lei de 1871, mesmo que frequentemente levantando problemas na sua aplicação. Em conjunto, nos jornais de Campinas, vemos uma série de artigos que observam a Lei do Ventre Livre como um divisor de águas na questão escravista e elogiam essa lei que havia estancado a fonte da escravidão e ampliado a possibilidade de alforria. Para muitos desses artigos, a Lei de 1871 trouxe uma série de avanços e encaminhou a definição da questão

¹⁷⁵ *Diário de Campinas*, 5/11/1878. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). MR 149.

¹⁷⁶ *Diário de Campinas*, 5/11/1878. AEL. MR 149. A ideia do ingênuo como um “meio escravo” aparece também em vários outros artigos, sendo a preocupação com essa população tema de alguns editoriais. No *Diário de Campinas* de 23 de julho de 1881, reproduziu-se o artigo *Ingênuos*. Apesar de reconhecer que a tutela do ingênuo pelo senhor da mãe foi uma necessidade para a aprovação da lei, apontava que na ocasião isso seria um problema, visto que o ingênuo, um “meio escravo”, seria criado na ignorância e violência. Quando livres, se tornariam inúteis para a civilização. Defende a necessidade da intervenção do Estado, da criação de instituições para a educação dos ingênuos, que assim se tornariam cidadãos responsáveis e produtivos. *Diário de Campinas* 23/7/1881. AEL. MR 152.

escravista. Mesmo assim, esses artigos não deixaram de criticar problemas em sua implantação, como a morosidade da aplicação do fundo de emancipação e a falha do governo em proteger e educar os ingênuos, em dar uma perspectiva melhor de vida a essa população.¹⁷⁷

Uma mudança de perspectiva foi noticiada com uma possível ação legislativa anunciada por Joaquim Nabuco, que teria por objetivo, num futuro próximo, buscar uma medida que estipulasse um prazo final para a libertação de todos os escravos brasileiros. A preocupação expressa pelos jornalistas ao noticiar essa questão não recaiu sobre a emancipação em si, mas, sim, sobre a possibilidade de se por em prática essas medidas sem que se destruísse a lavoura nacional.¹⁷⁸

Em agosto de 1880, temos a publicação do projeto apresentado por Joaquim Nabuco ao parlamento, que previa a emancipação dos escravos com indenização em 1890.¹⁷⁹ O projeto foi colocado em votação e rejeitado no início de setembro, o que representou, para seu autor, um indício do medo do gabinete e dos parlamentares; uma vã tentativa de impedir algo que certamente aconteceria. Essa afirmação foi contestada pelo deputado Martim Francisco Filho. Apesar de não se declarar escravocrata, dizendo, inclusive, ser favorável à emancipação, Francisco Filho argumentou que a medida proposta representava a morte da lavoura e foi apoiado por outras falas que apontavam a necessidade de se preparar o futuro e o trabalhador que substituiria o escravo.¹⁸⁰

A preocupação com o futuro da escravidão, especialmente no que tange a política de emancipação, foi explicitada em um artigo do dia 28 de agosto de 1880. Nas *notas Cotidianas* o editor do *Diário de Campinas* ressalta a necessidade de se discutir a abolição, especialmente a posição do governo e seu plano de ações a esse respeito. A principal questão lançada foi a respeito das condições em que seria feita a emancipação: o governo encaminharia a questão da libertação por tempo de serviço ou indenização? Segundo o autor, esse seria um problema fundamental para os proprietários presos, pela necessidade,

¹⁷⁷ *Diário de Campinas*, 4/7/79, 16/11/79, 19/11/1879. AEL. MR 150; e *Diário de Campinas*, 1/10/1880 AEL. MR 152.

¹⁷⁸ *Diário de Campinas*, 16/5/80. AEL. MR 151

¹⁷⁹ *Diário de Campinas*, 31/8/80. AEL. MR 151.

¹⁸⁰ *Diário de Campinas*, 3/9/80. AEL. MR 152.

ao braço escravo, pois “ninguém no Brasil tem prazer em possuir escravos”, mas a necessidade os obrigara a possuí-los.¹⁸¹

Em uma série de artigos intitulada *A propaganda abolicionista* e assinada por Aprígio Cesarino, vemos a defesa da abolição gradual e a crítica aos abolicionistas idealistas e a suas ideias ditas impraticáveis, devido ao risco que representavam para a lavoura. Tratando da questão dos libertos, o autor aponta que os escravos estavam despreparados para o uso da liberdade, destacando uma ligação necessária entre emancipação e imigração como forma de suprir a necessidade de braços na lavoura. Defende que, havendo medidas que disponibilizassem trabalhadores (imigrantes), o próprio fazendeiro tomaria a decisão de substituir seus escravos. Na mesma linha, criticava ainda a venda de escravos em depósitos, “mercados de carne humana”, manifestando-se a favor do fim do comércio interprovincial.¹⁸²

O acúmulo das discussões e a falta de uma ação mais definida do governo no início da década de 1880, somados à expansão da causa abolicionista, refletiram-se na preocupação exposta no artigo *A questão da abolição*, no qual se pedia algum encaminhamento que evitasse os perigos e incertezas de uma resolução imediata, garantindo o futuro da lavoura. Afirmava, ainda, que a inércia governamental era uma linha de ação ruim, que poderia incentivar abolicionistas a ações mais imediatas, levando o país a uma anarquia econômica.¹⁸³

Ainda no início da década de 1880, a caracterização da superioridade do trabalho livre sobre o escravo parecia estar em dúvida. Essa afirmação pode ser feita a partir da análise de artigos que, reiteradamente, procuravam convencer os leitores dos jornais desse fato. Datam de 1882 dois artigos sobre o tema. Em *Trabalho livre* afirmava-se que já estava mais do que provada a superioridade do trabalho livre sobre o escravo e apontava-se para a mudança e o entusiasmo que o emprego do trabalho livre resultou para um fazendeiro fluminense. Já em *Vantagens do trabalho livre* (apresentando dados do economista Domingos Maria Gonçalves) encontramos números que indicam uma maior lucratividade

¹⁸¹ *Diário de Campinas*, 22/8/80. AEL. MR 151.

¹⁸² *Diário de Campinas*, 21/1/81 e 22/1/81. AEL. MR 152.

¹⁸³ *Gazeta de Campinas* 15/3/83. AEL. GC 2010

do trabalho livre sobre o escravo, através do levantamento dos custos de aquisição e manutenção dos dois trabalhadores, além de produção e lucro resultantes.¹⁸⁴

A necessidade ou produtividade do trabalho escravo também se tornaram tema de outra discussão contraditória a respeito do comércio interprovincial de cativos. Em 1878, foi lançado na Assembleia Provincial de São Paulo um projeto visando à proibição do comércio interprovincial de cativos. O projeto, que foi vetado pelo presidente da província, seria uma reação à grande entrada de escravos nessa região, que causava um desequilíbrio na presença cativa no país, concentrando-os no Sudeste.¹⁸⁵ No Diário de Campinas de 27 de abril de 1878, foi publicado um discurso de João Baptista Pereira, presidente da província de São Paulo, que explicava as razões de seu veto contra um imposto de importação de escravos. Segundo ele, isso seria ilegal por ferir o direito de propriedade, e a medida também não seria benéfica para a lavoura, que necessitaria desses braços para seu desenvolvimento. Mencionava, ainda, que dois projetos semelhantes haviam sido recusados há pouco no parlamento.¹⁸⁶

Apesar disso, os jornais de Campinas realizaram uma cobertura constante sobre a evolução do mercado interprovincial de cativos e de medidas para barrar essas transferências. Nesse ponto, a elevação do imposto de averbação dos escravos que entravam na província do Rio de Janeiro, em dezembro de 1880, foi bastante elogiada pelos jornais locais,¹⁸⁷ recepção semelhante a que essa medida encontrou na própria província. O imposto proibitivo sobre a entrada de escravos surgia para os articulistas como um instrumento de precaução, em acordo com a necessidade de mudança que passava a lavoura e que não permitiria a continuidade do costume de adquirir cativos. A importação de escravos era vista por esses articulistas como uma medida paliativa que tenderia a ser onerosa e desastrosa a longo prazo.¹⁸⁸

¹⁸⁴ *Diário de Campinas*, 23/4 /82, 29/12/82, 1/4 /82. AEL. MR 154.

¹⁸⁵ AZEVEDO, Célia M. Op. Cit., p. 119.

¹⁸⁶ *Diário de Campinas* 27/4/78. AEL. MR 149.

¹⁸⁷ *Diário de Campinas*, 8/12/80. AEL. MR 152. *Gazeta de Campinas* 17/12/80. AEL. MR 186. Os elogios geralmente se referem a necessidade da medida para evitar a concentração de escravos no Sul, o que poderia causar uma catástrofe social e econômica futuramente.

¹⁸⁸ *Gazeta de Campinas*, 18/12/80. AEL. MR 186.

A mudança de posição oficial a respeito desse imposto se deu pouco tempo depois. No fim do mesmo mês de dezembro de 1880, uma publicação da reunião do Club da Lavoura de Campinas definiu a atitude dessa agremiação frente à escravidão, com os seguintes encaminhamentos à Assembleia Provincial: 1. Pediam medidas de incentivo à imigração. 2. Solicitavam medidas de proibição da entrada de escravos. Com o apoio dos lavradores dessa próspera região, uma medida que colocava obstáculos proibitivos à importação de cativos foi finalmente aprovada, através de uma lei que taxava a entrada de escravos na província em dois contos de réis.¹⁸⁹ Antes vista como uma necessidade para a manutenção da expansão agrícola paulista, a importação de cativos passou a ser interpretada como um mal que prejudicava São Paulo, ao manter os fazendeiros presos ao passado. Além disso, ameaçava o Império e a ordem social vigente ao promover uma possível divergência de interesses quanto à manutenção da escravidão e à divisão do país entre favoráveis e contrários à Abolição.

As razões que levaram o presidente da província e os lavradores de Campinas (através da continuidade de suas aquisições) a defenderem a continuidade do comércio e, posteriormente, mudarem de posição levam-nos à questão das alternativas ao trabalho escravo. Na verdade, esse tema aparece explícita ou implicitamente nos artigos através de comparações entre o trabalhador escravizado e outros, como o nacional livre e os imigrantes estrangeiros.

Como vimos anteriormente, apesar dos riscos de levantes e das críticas à escravidão, a utilização do trabalhador cativo continuava sendo vista como viável até inícios da década de 1880. Nesse contexto, a proibição do comércio interprovincial de escravos foi entendida também como forma de forçar os fazendeiros a mudarem de atitude frente à escravidão, visto o risco de divisão nacional que essa questão apresentava.¹⁹⁰ Apesar disso, muitos artigos procuraram mostrar a superioridade do trabalhador livre frente ao cativo, e a própria existência desses artigos mostra a força do escravismo.

A opção pelo trabalhador nacional foi avaliada por alguns autores, sendo vista, contraditoriamente, como solução ou parte do problema de mão de obra. Em *O trabalho de*

¹⁸⁹ *Diário de Campinas*, 28/12/80, 23/1/81. AEL. MR 152.

¹⁹⁰ AZEVEDO, Célia M. Op. Cit., p. 105, 111.

parceria, artigo da *Revista industrial*, publicado no *Diário de Campinas*, em 1880, seu autor defendeu a opção pelo trabalho de parceria envolvendo a população nacional, visto que esta se adaptaria melhor a essa forma de organização do trabalho. Faz essa opção ao descrever o brasileiro como indolente, gastador e não providente; como um trabalhador que abandona a lavoura assim que consegue dinheiro.¹⁹¹ Em 1881, ao contrário, o artigo *Trabalho barato*, originalmente publicado no *Agricultor progressista* afirmava que os trabalhadores nacionais eram uma boa opção, porém, não iriam se dispor ao trabalho agrícola pelos baixos salários que os fazendeiros queriam, pois achavam empregos com melhor remuneração em outros ramos, como a construção de estradas de ferro e rodagem e na indústria. Segundo o artigo, o que os imigrantes chineses desejavam ganhar era o mesmo que os nacionais também queriam. O que faltava então, não era necessariamente o imigrante, mas que o fazendeiro aprendesse a dirigir o trabalhador livre e utilizar seu trabalho; faltava educação ao lavrador para utilizar melhor os recursos e a tecnologia disponível. O autor aproveita também para criticar a insistência na utilização do trabalho escravo, visto por ele como a mais cara das opções. Para ele, a lavoura nacional, cultivada por brasileiros, poderia dar excelentes resultados se bem dirigida.¹⁹²

Em 1876, uma série de artigos intitulada *Imigração* passou a ser vinculada nos jornais. Traçando um histórico das tentativas do governo brasileiro de atrair imigrantes, o autor apontou uma série de erros, gastos excessivos e má organização, criticando também as experiências de contrato de locação de trabalho (“escravidão temporária”) ¹⁹³ que não agradaram a nenhuma das partes. Levantou uma série de dúvidas sobre a validade dos gastos com imigrantes, frente à possibilidade de melhor emprego dos trabalhadores nacionais. Para o autor, instrução e crédito agrícola seriam investimentos mais interessantes.

Entretanto, para a maior parte dos editoriais e artigos selecionados, a resposta à falta de braços para a lavoura nacional deveria ser dada pela imigração de trabalhadores.¹⁹⁴ As dúvidas se situavam em torno de qual seria a origem dessa mão de obra que mais

¹⁹¹ *Diário de Campinas*, 30/7/80. AEL. MR 151.

¹⁹² *Diário de Campinas*, 12/8/81. AEL. MR 152; e *Diário de Campinas*, 8/7/1876. AEL. MR 146.

¹⁹³ *Diário de Campinas*, entre 8/7 e 15/7 de 1876. AEL. MR 146.

¹⁹⁴ *Diário de Campinas*, 19/5/78. AEL. MR 149. *Diário de Campinas*, 17/11/78. AEL. MR 149.

beneficiária o Brasil. No artigo *Questão da imigração*, publicado na *Gazeta de Campinas* em 1877, além da defesa de que somente a imigração poderia salvar a lavoura com o fim do elemento servil, encontramos uma análise das principais origens de trabalhadores disponíveis. O articulista descartava a possibilidade de trazer africanos e mostrava que os trabalhadores chineses seriam problemáticos, sendo que, com esses e os indianos, teríamos uma forma de reestabelecer a escravidão. Sobre as colônias de europeus, alertava que, até aquele momento, elas não haviam dado certo devido à péssima escolha de lugar (isolados, longe de mercados consumidores) e de colonos (muitos sem experiência no trabalho agrícola). Defendia, ainda, que a Alemanha seria a fonte de colonos mais propícia, mas, para isso, deveríamos acabar com a intervenção do governo e mudar os contratos, torná-los mais realistas.¹⁹⁵

Em 1880, o *Diário de Campinas* publica um estudo semelhante, intitulado *O chin, o alemão e o italiano*, em que comparava esses três imigrantes, apontando que somente o chinês aceitaria vir ao Brasil em números suficientes.¹⁹⁶ E a imigração chinesa apareceu como uma das principais possibilidades cogitadas no início da década de 1880. Fruto das fracassadas experiências com o emprego de colonos europeus na grande lavoura, observamos a defesa da vinda de chineses para as fazendas brasileiras como única forma de manter as mesmas, visto que a escravidão deveria encontrar seu fim. E assim sendo, foi seguida de grande expectativa uma expedição brasileira à China, que poderia organizar a vinda de trabalhadores para a lavoura nacional na segunda metade de 1879.¹⁹⁷

A perspectiva de trazer trabalhadores chineses foi duramente criticada por uma série de autores. Em setembro de 1879, Joaquim Nabuco emitiu opinião contrária à introdução de *chins*, como eram chamados, por temor de que esses fossem vistos e tratados como escravos, tendo eco em outros parlamentares brasileiros que discutiram essa missão à China.¹⁹⁸ De forma semelhante, a *Anti Slavery Society* afirmou que realizaria uma

¹⁹⁵ *Gazeta de Campinas*, 29/5/77. AEL

¹⁹⁶ *Diário de Campinas*, 14/12/80. AEL. MR 152.

¹⁹⁷ *Diário de Campinas*, 3/4/79, 17/8/79. AEL. MR 150.

¹⁹⁸ *Diário de Campinas*, 5/9/79, 15/9/79, 4/10/79. AEL. MR 150.

representação contra a introdução de chineses no Brasil, alegando que esses seriam tratados como escravos.¹⁹⁹

A defesa do imigrante europeu como fonte desejável de mão de obra se tornou majoritária quando se desconstruiu a possibilidade de atrair chineses. Assim, a questão passou a ser o que se deveria fazer para trazê-los. No artigo *Emigração*, publicado em 1882, foi destacado que seria do ingresso de trabalhadores produtivos que dependeria o futuro da província, seriam deles que os fazendeiros conseguiriam os braços para suprir a falta de trabalhadores com o fim da escravidão. E a forma idealizada para desenvolver essa atração de imigrantes foram novas instruções para a ação do governo provincial: esse deveria ajudar na despesa da passagem e na hospedagem dos estrangeiros que procuravam empregar-se na lavoura.

A série de artigos e editoriais publicados nesses periódicos do interior paulista exteriorizava uma série de preocupações e debates que marcavam um campo de opções para o futuro da grande lavoura, entendido por esses autores como intimamente ligados ao futuro do país como um todo. Mais do que isso, os artigos e editoriais apontavam para as disputas e contradições em jogo, para a falta de unidade, quando o assunto era a substituição do trabalhador cativo como principal fonte de mão de obra. Os artigos demonstravam ainda a construção de um processo e de opiniões que foram se estabelecendo no debate ao longo dos anos, com o apoio e interesse da classe política e dos produtores paulistas.

Como linhas gerais, diretrizes sempre reforçadas nesses periódicos, encontramos o intuito de encaminhar o fim da escravidão com o menor abalo possível na ordem social. Além disso, observamos a constante preocupação em garantir trabalhadores para as fazendas, preservando e expandindo a capacidade produtiva das fazendas paulistas, com empregados ordeiros e, acima de tudo, relativamente baratos, competitivos em relação aos custos da escravidão.

Além dos muitos debates já vistos, é importante lembrar que a garantia de braços para a lavoura, num contexto de fim da escravidão e de incentivo da imigração, geralmente incluía o debate de uma série de outras reformas. Essas seriam necessárias para

¹⁹⁹ *Diário de Campinas*, 30/9/79. AEL. MR 150.

complementar as mudanças por que passava o país e garantir o sucesso e desenvolvimento da grande lavoura. Uma das mudanças necessárias, para a atração de imigrantes, seria a necessidade de se educar os lavradores para outra forma de exercerem seu poder. Segundo o autor de um artigo, o lavrador via o escravo como inimigo e tinha uma forma de mando que dificilmente seria aceita pelo homem livre.²⁰⁰

Especialmente quando defendem a imigração de europeus como solução para o Brasil, os parlamentares e articulistas cujos textos são publicados nos jornais de Campinas defendiam também outras reformas. Mudanças na lei eleitoral e na política de nacionalização seriam necessárias para incluir esse imigrante na população nacional, também uma preocupação desses projetos. Uma mudança na lei de registro civil, visando reconhecer os batismos e casamentos de não católicos, também foi outra reforma sugerida pelos promotores da imigração, enfrentando resistência por parte do clero.

Independentemente dessas mudanças relativas à atração de imigrantes, diversos artigos defendiam outras medidas para o melhoramento das condições da lavoura, como a regulamentação e diminuição das tarifas de transporte, incentivo e promoção de novas técnicas e ensino agrícola (especialmente para a população pobre, libertos e ingênuos) e, principalmente, a expansão e facilitação do crédito agrícola.

Como visto, os jornais de Campinas procuravam informar seus leitores dos diversos debates que procuravam definir os rumos da escravidão e da grande lavoura, sempre por uma perspectiva marcada por preocupações com a ordem e garantia da força de trabalho para essa atividade.

É importante fazermos um balanço sobre o debate das opções e do futuro da mão de obra na região. É interessante pensar que muitos dos fazendeiros que acompanhavam essa discussão preferiram um caminho diferente daqueles apontados, uma opção mais pragmática. A continuidade da aquisição de escravos no mercado nacional (logo, do tráfico interprovincial) pode ser interpretada como resultado da confiança que os fazendeiros tinham nessa mão de obra e nessa forma de trabalho. Com o acesso limitado ao mercado, a busca por alternativas que os permitissem usar de maneira mais eficiente esses trabalhadores mostrou-se uma saída bastante corriqueira, que promoveu a modernização em

²⁰⁰ *Diário de Campinas*, 30/8/78. AEL. MR 149.

determinados setores das propriedades, sem excluir os escravos da organização do trabalho. Descascadores e máquinas de beneficiamento de café, além dos terminais de linhas férreas, permitiram aos senhores retirarem cativos de algumas atividades para concentrá-los em outras, mostrando uma racionalidade econômica que por vezes lhes foi negada.²⁰¹ Muitos passaram também a empregar trabalhadores livres em determinadas funções, em um período de transição no qual foi mantido o trabalhador escravo, não apenas porque seu rendimento era considerado aceitável, mas também pelo valor já empregado na aquisição de sua mão de obra.

Considerações sobre o Comércio de Escravos em Campinas

Através do registro da meia sisa e especialmente das notas de compra e venda de cativos e procurações que concederam poderes para negociá-los, procuramos verificar as características do comércio de escravos na cidade de Campinas, na segunda metade do século XIX. Observamos um intenso comércio de cativos, com uma média de mais de 100 escravos comercializados por ano, com um máximo de 516 cativos negociados em 1877 segundo as notas, e 1233 cativos negociados em 1874-1875 segundo a sisa. Vimos também como em nenhum dos períodos analisados a cidade de Campinas apresentou um saldo negativo entre a entrada e a saída de cativos, apesar dessa também ser uma constante na dinâmica do comércio de escravos na região.

Avançando no debate sobre a importância do comércio interprovincial para o abastecimento de mão de obra cativa no Sudeste, observamos que 46,0% dos escravos negociados em Campinas foram trazidos para essa cidade de outras províncias brasileiras, o que revela a importância desse tipo de comércio, se considerarmos toda a movimentação de escravos, incluindo as negociações locais e a saída de cativos. Se nosso foco fosse somente a entrada dessa mão de obra, constatamos que o comércio interprovincial foi responsável pela importação de 76,9% dos escravos. Essas conclusões baseadas nas escrituras de

²⁰¹ A crítica à idéia de que faltava racionalidade aos senhores escravistas, e a discussão dessas medidas modernizadoras para dar maior efetividade ao trabalho escravo podem ser vistas em: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 109, 138, 149-150.

compra e venda foram ainda reforçadas pelo maior número de casos abordados pelo registro do imposto de transferência, ao indicar que 74% dos escravos negociados nessa região eram naturais de outras províncias brasileiras.

A importância dessas transações interprovinciais para a entrada de cativos na região pode ser revelada pelo aumento das mesmas, que passou de 71,8% na década de 1860 para 80,4% na seguinte, quando as trocas comerciais de escravos atingiram seu ápice na região de Campinas. A importância relativa desse tipo de comércio ainda foi forte nos anos iniciais da década de 1880, até que o estabelecimento das taxas de importação proibitivas finalmente fechasse esse tipo de comércio.

Um outro ponto a ser destacado na discussão da entrada de escravos é a origem desses escravos comercializados entre as províncias, procurando inserir a presente tese no debate dos pesos relativos entre o comércio intra e interregional para esse abastecimento. Segundo os dados levantados nas notas de transferências de escravos, entre os escravos entrados de outras províncias brasileiras, cerca de 123 cativos ou 8,9% eram naturais de outras províncias do Sudeste. Ao mesmo tempo, 712 ou 51,8% eram oriundos do Nordeste e 278 ou 20,2% do Sul do Brasil, o que dá indícios da força do comércio interregional na cidade de Campinas. Esses dados são corroborados pelas indicações do imposto de meia sisa, que também indicam a forte presença de trabalhadores de outras regiões do Brasil sendo negociados no interior paulista.

Em comparação com outras categorias de negociação, os escravos trazidos pelo comércio interprovincial apresentavam uma taxa de masculinidade maior e também expressiva presença de jovens adultos, entre 15 e 29 anos. E outra vez o numeroso registro de meia sisa reforça a importância do comércio de homens jovens entre os cativos comercializados em Campinas, indicando a importância dessa opção entre os senhores locais, apesar das diferenças observadas com a análise das escrituras de compra e venda da relação aos diferentes tipos de comércio e o perfil dos trabalhadores negociados.

Essa grande presença de homens jovens fez também com que o preço médio dos escravos trazidos por esse negócio interprovincial fosse superior ao dos outros tipos de trocas, apesar do comparativo não demonstrar uma grande diferença de preços de um mesmo perfil de cativo nos diferentes tipos de comércio. O que é compreensível, visto que

todos esses cativos estavam sendo comercializados no mesmo mercado. Dessa forma, a força e a permanência desse tipo de comércio explicam a forte presença, em Campinas, de escravos nascidos em outras regiões do Brasil, presentes não apenas na entrada de cativos de outras províncias, mas também sendo vendidos e revendidos entre senhores paulistas e campineiros.

Observamos também a intensificação das transferências de escravos dentro da própria província de São Paulo, sendo o comércio intraprovincial uma importante fonte de cativos para Campinas e outras regiões em expansão, durante o período estudado. Contudo, sua importância foi numericamente inferior àquela das transferências entre as províncias e mesmo as ocorridas localmente. Entretanto, esse resultado deve ser relativizado, devido às fontes utilizadas, como as notas de compra e venda, que registravam a transferência apenas na localidade em que ela foi concluída, não permitindo, portanto, uma visão completa dos escravos que deixavam determinada localidade. Como apontando anteriormente, podemos imaginar que grande parte dos escravos que foram exportados de Campinas foi negociada em outros municípios cafeeiros paulistas, devido ao fluxo de escravos para a cafeicultura de outras regiões do país.

Outro tipo de troca, marcado pela negociação de grupos maiores e mais idosos, foi realizado dentro do próprio município de Campinas. Essas negociações foram volumosas e significativas em todo o período analisado, revelando a importância de estudarmos as relações de troca dentro de uma mesma área, relacionadas as ocupações e riquezas de seus proprietários.

Por fim, a análise das procurações utilizadas tanto pelos senhores de Campinas para venderem seus cativos, quanto para a importação desses de outras regiões do país revelou-se importante por reforçar uma interpretação que ligava seu uso à transferência de escravos por longas distâncias, muitas vezes com a participação de comerciantes nessas ações. Elas nos ajudam a identificar pessoas e rotas utilizadas, responsáveis pela entrada de escravos na região, como será explorado no capítulo seguinte.

Capítulo 2 – Comércio de escravos no Sul do Brasil (1850-1888)

A presença na cidade de Campinas de escravos nascidos¹ e anteriormente residentes ou matriculados em diversas regiões brasileiras indicava a importância do comércio interprovincial de cativos no suprimento de mão de obra regional, como foi discutido no Capítulo 1. Dentre esses trabalhadores, destacaram-se aqueles oriundos de províncias brasileiras como a Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Maranhão, entre outras. A opção pelo estudo dessas fontes de escravos, de algumas das regiões exportadoras de cativos, apareceu claramente como uma oportunidade de compreender, de maneira mais profunda, as transferências, de melhor entendê-las em suas múltiplas dimensões (humana, econômica e social).

Nesse ponto, a seleção de localidades do Sul do Brasil para esta investigação foi motivada pela tentativa de somar-se o aprofundamento da análise deste mercado ao interesse em analisar esse processo de saída/exportação de cativos, constantemente tratado como uma peça fundamental no “esvaziamento” da escravidão na região e como um motivo para a menor presença afrodescendente nesse território. Entretanto, apesar de ser recorrente, tal linha de argumentação foi poucas vezes colocada à prova, ainda mais com a profundidade necessária.

O comércio interno de escravos continua sendo um marco importante para a explicação do declínio da escravidão no Sul do Brasil, na segunda metade do século XIX. O declínio da economia pecuária-charqueadora e a maior valorização dos cativos no Sudeste, a partir de fins da década de 1860, teria levado senhores em dificuldades econômicas a vender milhares de escravos para os cafeicultores do Sudeste brasileiro.² Uma economia baseada na produção de alimentos, pobre em dividendos e rica em concorrência dentro do próprio Império, sem dinamismo, desligada das áreas da pecuária,

¹ Ou apontados como nascidos em outros pontos do território. Deve ser considerada a possibilidade de africanos importados ilegalmente serem tratados como crioulos na documentação.

² Ideia defendida, por exemplo, nas seguintes obras: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1875, p. 351.

era encontrada no restante da região Sul, tendo sido essa também uma área de grande exportação de cativos na segunda metade do século XIX por não poder fazer concorrência aos preços da mão de obra praticados no Sudeste. Não podemos negar a atração de cativos para a cafeicultura do Sudeste, mas seus efeitos nas províncias de saída e os próprios meios e situações em que essa atração ocorreu não são bem definidos para algumas províncias brasileiras. Entre elas Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nas duas províncias mais meridionais do Império, a exportação de escravos para o Sudeste foi tradicionalmente destacada na historiografia como ligada ao declínio do escravismo na região e como um dos principais, senão o mais importante, dos elementos de desestabilização dessa instituição. Essa corrente interpretativa atribuiu tal importância a essas transferências ao relacionar diretamente o declínio do número de escravos na província com a suposta venda de milhares de cativos, através do comércio entre as províncias, em um momento em que o tráfico de escravos entre elas realmente ganhou importância no cenário nacional.³ A perda de escravos para o mercado interno passou então a ser uma explicação recorrente para a queda no número desses em diversas localidades, tornando-se quase um modelo explicativo para justificar esse declínio nas províncias de Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a queda no número de escravos nas charqueadas, nas regiões de pecuária e nos centros urbanos ou de produção de alimentos.⁴ Comumente, esse discurso acabou atrelado à ênfase dada pela história oficial desses dois Estados à imigração européia e a suposta pequena importância e participação dos afrodescendentes na população local.⁵

³ Em artigo recente, Robert Slenes calculou em 222.500 os escravos negociados entre as províncias entre 1850 e 1881. SLENES, Robert W. *The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market*. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 331. Sobre o declínio do número de escravos observado na província entre 1860 e 1880, conferir os artigos de Thiago Araújo e de Jonas Vargas apresentados no *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional* (disponíveis em: <http://www.labhstc.ufsc.br/vencontro/programa.html>, acessado em 30/8/2011).

⁴ FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. 421p. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro; ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho – 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997, p. 156.

⁵ Essa ocultação da presença e história de afrodescendentes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina pode ser melhor observada na seguinte discussão: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. Desdobramentos dessa discussão e uma análise das várias facetas da experiência e cultura negra no Sul do Brasil, além de referências a esse debate, podem ser conferidos nas seguintes obras: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos;

Contudo, poucos pesquisadores se dedicaram a analisar a ocorrência desse comércio nas antigas províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como o volume de escravos realmente exportados e os grupos mais atingidos por essas transferências. Pesquisando localidades específicas, historiadores como Thiago Araújo e Jonas Vargas questionam quais senhores e regiões foram mais afetados por essas transferências e qual o seu significado para diferentes regiões da província e grupos de proprietários, mostrando que esse comércio teve impacto diferente para determinados grupos de senhores.⁶

Com a intenção de esclarecer essa entre outras questões, a análise do comércio de escravos no Sul do Brasil, baseada na investigação de transferências em seis localidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, apresenta-se como uma oportunidade para o melhor entendimento das transferências, ao possibilitar o estudo desse comércio em suas diferentes extremidades. Acreditamos que a conexão de mercados locais com as transferências interprovinciais ou inter-regionais de escravos somente pode ser melhor compreendida quando buscamos reconstruir essas experiências de forma mais completa, analisando a relação entre a oferta e a procura por cativos em diversos níveis dentro do mercado nacional e tentando compreender o volume e as direções das transferências realizadas, quais localidades perderam ou ganharam escravos e que parcela da população escrava foi a mais atingida.

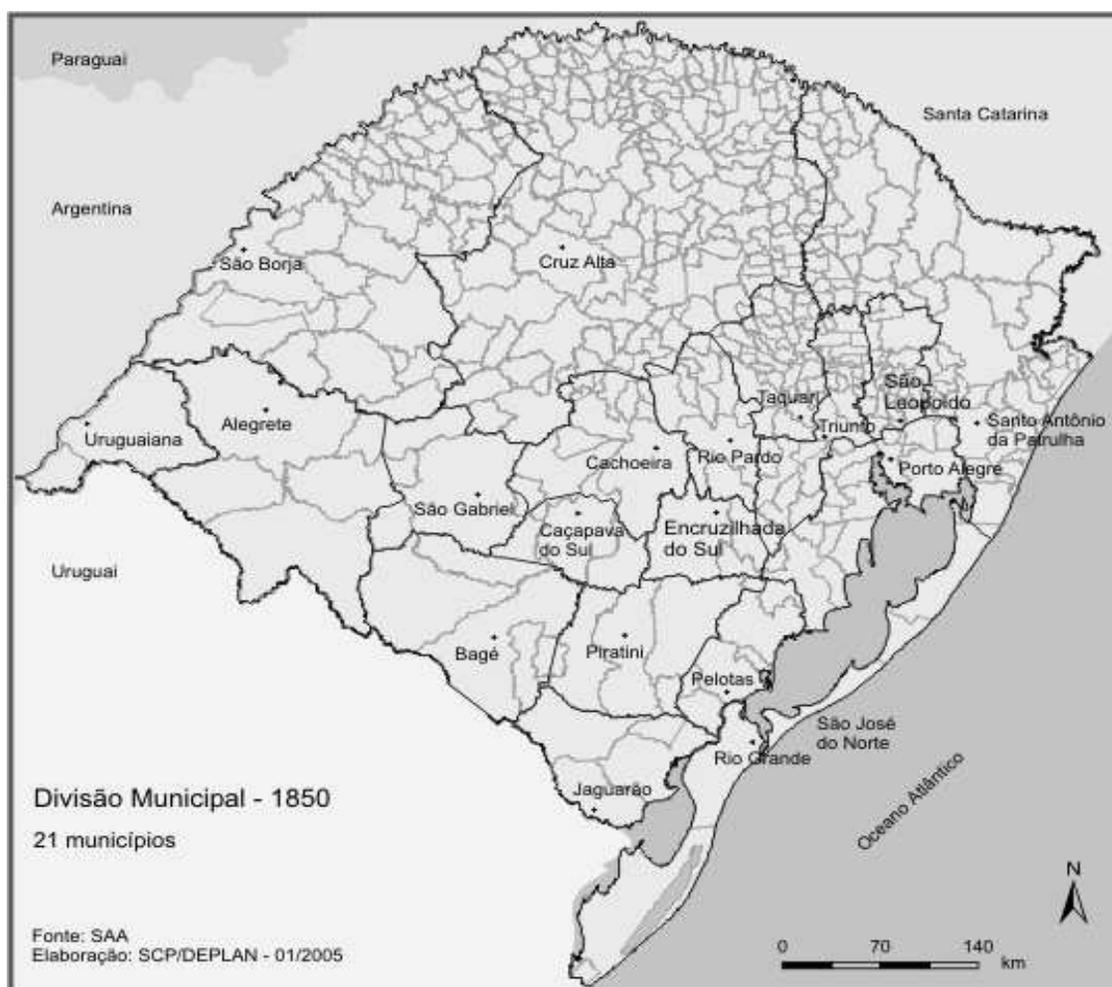
Dessa forma, através da análise do comércio de escravos, tentaremos fornecer uma outra perspectiva para a compreensão da manutenção e do declínio da escravidão no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, na segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo, usaremos essa análise para discutir de forma mais completa o mercado nacional e a experiência desses cativos negociados.

CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (Org.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: PUCRS, 2009; XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2007.

⁶ ARAÚJO, Thiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. 2008. 333p. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, p. 85-115; e VARGAS, Jonas. *Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880*. In: XAVIER, Regina (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. Publicação no prelo.

Para a investigação selecionamos cinco municípios gaúchos e um catarinense, escolhidos por sua diversidade econômica, localização e importância na província, a fim de dar representatividade a diferentes contextos socioeconômicos. Dessa forma, Alegrete, Cruz Alta, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande foram os municípios gaúchos escolhidos para nosso estudo, além de Desterro (atual Florianópolis) em Santa Catarina.

Figura 2 – Mapa da Província do Rio Grande do Sul em 1850



Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. Sobreposição da divisão municipal de 1850 na divisão atual. Disponível no endereço: www.scp.rs.gov.br/uploads/MUNI18503.pdf (acessado em 25/11/2011).

Para esclarecer o volume das transferências realizadas e sua importância para as economias regionais, debruçamo-nos sobre uma série de fontes relacionadas à presença de

escravos dessa região e cidades em Campinas; de documentos oficiais como mapas e censos populacionais; de impostos sobre a exportação de escravos (esses, por si só, já são uma indicação desse movimento de saída, mas precisam ser melhor analisados em termos de alcance e objetivos) e de registros do comércio de cativos em seis localidades do Sul do Brasil.

Escravos do Sul vendidos em Campinas

Iniciamos a discussão sobre a saída de escravos do Sul do Brasil e sua importância observando a presença desses em uma localidade importadora de cativos no Sudeste brasileiro e retomando alguns dados levantados no capítulo anterior. O quadro abaixo mostra a origem dos escravos negociados em Campinas, já vista no primeiro capítulo. Lembramos mais uma vez que a indicação de naturalidade não se refere necessariamente a uma transferência interprovincial, pelo menos no momento do registro, visto que um escravo gaúcho poderia já estar presente em Campinas e ser negociado entre senhores de lá, por exemplo.

De toda forma, essa informação é importante ao mostrar a presença de escravos de outras regiões do país entre aqueles comercializados no interior paulista.

Tabela 21 - Naturalidade do Escravo

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
n/d	230	7,9	7,9
Crioula	391	13,4	21,4
África	192	6,6	28,0
Rio Grande do Sul	236	8,1	36,2
Pernambuco	132	4,5	40,7
Santa Catarina	59	2,0	42,8
Bahia	319	11,0	53,8
Alagoas	26	,9	54,7
Maranhão	236	8,1	62,8
Rio de Janeiro	177	6,1	68,9
Minas Gerais	57	2,0	70,9
Paraíba do Norte	53	1,8	72,7

São Paulo	497	17,1	89,9
Rio Grande do Norte	34	1,2	91,0
Norte do Império	14	,5	91,5
Espírito Santo	3	,1	91,6
Ceará	82	2,8	94,4
Piauí	104	3,6	98,0
Paraná	18	,6	98,7
Goiás	8	,3	98,9
Sergipe	18	,6	99,6
Amazonas	2	,1	99,6
Pará	9	,3	99,9
Mato Grosso	2	,1	100,0
Total	2899	99,6	
Total	2910	100,0	

Fonte: Registros de compra e venda de cativos, Livros de Notas do 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

Os escravos naturais das três províncias do Sul do Brasil somaram 313 indivíduos, representando 10,7% de todos os cativos negociados em Campinas nas décadas em análise. Somente a província do Rio Grande do Sul foi indicada como local de origem de 236 ou 8,1% de todos os cativos registrados nas notas de compra e venda nessa localidade paulista. Ao lado do Maranhão, a província gaúcha ocupou o segundo lugar entre as províncias de origem dos escravos negociados, excluindo aqueles já nascidos na província São Paulo. Talvez esse seja o principal destaque de nossa observação. Temos a presença de pouco mais de três centenas de cativos do Sul do Brasil, especialmente gaúchos, em apenas uma localidade do Sudeste brasileiro (ainda que Campinas tenha sido um importante centro de importação e também de renegociação de cativos, como vimos no Capítulo 1), o que nos sugere a possível presença em outros municípios do interior paulista.

A presença desses escravos sulistas revela-se mais intensa quando selecionamos apenas aqueles que entraram na região, ou foram redistribuídos a partir de Campinas. A representação de escravos do Sul do Brasil, nessa condição, passa a somar 20,5% de todos que foram negociados de outras províncias brasileiras para Campinas, com 291 cativos tendo sido transferidos para esse município. Os 22 escravos apontados como naturais das províncias do Sul, que não foram negociados em transações interprovinciais, foram

transferidos de outras localidades de São Paulo, ou mesmo dentro da própria cidade, indicando a recorrência de vendas dos mesmos escravos, com outras transferências ao longo do tempo.

Somente com esse dado, já é possível notar o volume de escravos saídos do Sul do Brasil; refinando a busca pela origem dos mesmos, encontramos em seus registros de matrícula uma fonte de dados imprescindível. Disponível somente a partir da matrícula nacional de escravos, em 1872-73, obtivemos a informação do local onde centenas de cativos foram matriculados antes de serem vendidos para a região de Campinas, o que nos ajuda a perceber o caminho que percorreram desde suas localidades de origem. Abaixo estão listadas as cidades e vilas do Sul do Brasil onde, anteriormente, foram matriculados os escravos cujas negociações foram registradas em Campinas:

Tabela 22 - Local da matrícula, Escravos vendidos em Campinas

	Frequência	Porcentagem*
Alegrete, RS	4	,1
Bagé, RS	6	,2
Caçapava, RS	2	,1
Cachoeira, RS	3	,1
Cachoeirinha, RS	1	,0
Camaquã, RS	3	,1
Canguçu, RS	10	,3
Castro, PR	3	,1
Conceição do Arroio, RS	2	,1
Cruz Alta, RS	57	1,9
Curitiba, PR	4	,1
Desterro, SC	21	,7
Encruzilhada, RS	17	,6
Guarapuava, PR	1	,0
Itajaí, SC	6	,2
Itaqui, RS	2	,1
Jaguarão, RS	6	,2
Lages, SC	1	,0
Laguna, SC	2	,1
n/d, RS	3	,1
n/d, SC	2	,1
Palmeira, PR	1	,0
Paranaguá, PR	4	,1

Passo Fundo, RS	12	,4
Pelotas, RS	27	,9
Piratini, RS	4	,1
Porto Alegre, RS	9	,3
Rio Grande, RS	16	,5
Rio Pardo, RS	10	,3
S. Francisco do Sul, SC	2	,1
S. Jussino(?), RS	1	,0
S. Leopoldo, RS	1	,0
S. Sapé, RS	1	,0
S. Victoria do Palmar, RS	1	,0
S.A. da Patrulha, RS	5	,1
Salço (?), RS	1	,0
Santa Maria, RS	12	,5
Santana do Livramento, RS	8	,2
São Borja, RS	4	,1
São Gabriel, RS	7	,2
São Jerônimo, RS	3	,1
São João, RS	1	,0
São José, SC	6	,2
São Miguel, SC	4	,1
São Pedro, RS	1	,0
Taquari, RS	3	,1
Triunfo, RS	1	,0
Uruguaiana, RS	1	,0
Total	2910	100,0

Fonte: Registros de compra e venda de cativos, Livros de Notas do 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

* A representação em % diz respeito ao total dos escravos negociados em Campinas e não ao grupo específico daqueles vendidos ou oriundos do Sul do Brasil. Além disso, representa o conjunto de escravos comercializados através das notas, incluindo os casos e o período para o qual não temos informações sobre a matrícula.

Verificamos entre os escravos negociados em Campinas a presença de cativos de um grande número de localidades das províncias do Sul. Entre todos, destacou-se a participação de escravos matriculados na vila de Cruz Alta (ou seja, vendidos desta comunidade após-1872-73), que somaram 57 indivíduos e representaram 1,9% entre todos os cativos negociados em Campinas e 4,0% daqueles levados para aquela localidade através do comércio entre as províncias. Essa participação destaca-se ainda mais quando observamos que esta foi a maior presença de um município individual no fornecimento de cativos para Campinas no comércio interprovincial, segundo a informação da matrícula dos cativos.

Em seguida, destacou-se a participação de Pelotas como local de matrícula de 27 cativos cujas vendas foram registradas em Campinas, representando 0,9% de todos os negociados em Campinas. Na sequência, os matriculados em Desterro aparecem com certo destaque, somando 21 indivíduos, representando cerca de 0,7% dos negociados naquela cidade paulista, sendo seguida de perto por Rio Grande, com 16 cativos matriculados nessa cidade, ou 0,5% daqueles vendidos em Campinas.

Ao comparar a presença, em Campinas, dos escravos matriculados nas diferentes províncias do Sul, observamos como o Rio Grande do Sul foi o maior fornecedor, com 247 indivíduos tendo sido anteriormente matriculados naquela província, o que representava 81,25% dos escravos anteriormente matriculados no Sul do Brasil e encontrados em Campinas. Chamamos a atenção para esse número específico, pois ele destaca uma situação em particular, que é a transferência de escravos no pós 1871 (mais especificamente, após a Matrícula Nacional de Escravos de 1872-73) e nos permite saber, com maior precisão, a cidade de saída do cativo.⁷ Assim, em comparação com as transferências da década de 1860 e mesmo no período inicial da década de 1870 (antes das informações de matrícula serem obrigatórias nas notas de compra e venda), observamos como a presença de escravos do Rio Grande do Sul tornou-se mais intensa ao longo da década de 1870, quando comparada às outras províncias do Sul, e mesmo no plano nacional.

Santa Catarina e, especialmente, o Paraná aparecem como fornecedores de menor importância quando selecionamos a informação da matrícula, com a primeira província tendo fornecido apenas 44 escravos para a cidade de Campinas e região, ou 14,47% daqueles vindos do Sul, e o Paraná sendo citado para apenas 13 cativos, ou 4,27% dos matriculados anteriormente nas províncias do Sul.

Somados, cativos matriculados no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina representaram 304 indivíduos, ou 16,9% de todos os escravos comprados e vendidos em Campinas para os quais temos informações da Matrícula. Sua participação é superior àquela encontrada quando analisamos as origens dos escravos negociados, pois cativos indicados como “crioulos” ou mesmo naturais de outras províncias e África podem ter sido

⁷ As notas registradas em Campinas, de moradores de outras províncias, muitas vezes não precisavam a localidade de residência do vendedor, mas, somente, a cidade ou vila onde foi passada a procuração que autorizou esta venda ou apenas a província em que ela ocorreu.

matriculados em municípios do Sul antes de serem vendidos para Campinas. Esse número baseado na matrícula de escravos indica claramente que 11,4% dos cativos foram anteriormente registrados como propriedade por senhores do Sul do Brasil, sendo transferidos para o interior paulista somente após o período de 1872-73, quando foi realizada a Matrícula Nacional de Escravos.

Para efeito de comparação desses números com aqueles encontrados através do registro do imposto de meia sisa, dos 5678 escravos negociados pelos senhores residentes na região de Campinas, 848 apresentavam como naturalidade as três províncias do Sul do Brasil, representando 15% dos cativos negociados. Descontados aqueles nascidos na própria província paulista, a representatividade dos escravos sulistas negociados em Campinas sobe para 20% dos cativos comercializados.⁸ Esses dados apontam para uma presença ainda maior de escravos do Sul do que o observado através das notas de compra e venda (lembrando que os dados da sisa fazem referência apenas à década de 1870). Através desses dados observamos ainda que, entre os escravos vindos das províncias do Sul, a maioria era natural do Rio Grande do Sul (560 ou 66% dos cativos oriundos dessa região), seguidos por Santa Catarina (217 ou 26%) e Paraná (67 ou 8%).⁹

Com esses dados, delimitamos uma presença mínima de escravos oriundos do Sul do Brasil entre aqueles negociados na cidade paulista de Campinas, o que confirma a participação dessa região no circuito comercial nacional de cativos e estabelece uma base para discutirmos as transferências como um todo, relacionando suas saídas ao contexto do Sul e do Sudeste e examinando mais precisamente a rede de transferências pelas quais foram negociados.

Presença escrava no Rio Grande do Sul e Santa Catarina

⁸ SCHEFFER, Rafael da Cunha. “Escravos do Sul vendidos em Campinas”: cativos, negociantes e o comércio interno de escravos entre as províncias do Sul do Brasil e um município paulista (década de 1870). Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (disponível no site: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/rafaeldacunhascheffer.pdf>, acessado em 13/07/2012).

⁹ Idem.

Antes de analisarmos o comércio de escravos nas seis cidades selecionadas para esse fim, cabe observar rapidamente o panorama geral da presença da força de trabalho cativa nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que abrigavam as localidades escolhidas para a análise.¹⁰ Prosseguindo desta forma, encontramos a seguinte distribuição nas cinco localidades escolhidas na província do Rio Grande do Sul:

Tabela 23 - População escrava na província do Rio Grande do Sul (1859-1885)

Município	1859	1872	1873 ¹¹	1885
Porto Alegre	8417	8155	8893	1815
Pelotas	5056	3590	7687	2831
Rio Grande	4369	4315	5417	1616
Cruz Alta	4019	2701	3625	206
Alegrete	2525	2318	3138	30

Fonte: ZARTH, p. 123 e Censo de 1872 e FEE, De província de São Pedro a Estado do RS”, 1981, p. 69. Apud: FARINATI, p. 45; Matrícula de escravos de 1874, apresentada no Relatório do Departamento Geral de Estatística de 1875; Relatório de Presidente da Província, 1885.

Quanto à Santa Catarina, apesar de concentrarmos nossa análise do comércio apenas em Desterro, ampliamos o quadro para visualizar a presença escrava em uma região maior, observando a distribuição e evolução da população escrava nas quatro principais localidades dessa província:

Tabela 24 - População escrava na província de Santa Catarina (1856-1885)

Município	1856	1872	1877 ¹²	1885
Desterro	3778	2940	3180	765
Laguna	3684	2470	3573	1830
Lages	1195	1011	1401	1076
S. Francisco do Sul	2736	1692	1655	527

¹⁰ Infelizmente, o volume de informações e a necessária análise impediram que estendêssemos a pesquisa a outros municípios e à província do Paraná.

¹¹ Optei pela inserção dos dados do censo de 1872 e do resultado da matrícula como forma de mostrar o contraste existente entre esses dois números, muito embora os levantamentos tenham sido executados com pouco tempo de diferença. Apesar do censo de 1872 ser geralmente utilizado como fonte, observamos o sub-registro de escravos, demonstrado pela obrigação de os senhores matricularem seus cativos nas estações ou postos fiscais (alfândegas, coletorias).

¹² Optei por apresentar os dados da Matrícula apresentados no relatório de 1877, com atualizações de matrículas até dezembro de 1875, pois entendemos que ocorreram alguns casos de sub-registro na Matrícula original de 1874. Uma discussão a respeito dessa percepção será encontrada na parte deste texto relativa à Desterro.

Fonte: Relatórios de Presidentes de Província e Recenseamento Nacional 1872; Matrícula de escravos apresentada no Relatório do Departamento Geral de Estatística de 1877.

Os quadros acima apresentam alguns problemas para a tentativa de discutir a dinâmica da população escrava na região e o seu suposto declínio na segunda metade do século XIX. Um ponto importante que passou despercebido (ou sequer foi considerado) por muitas obras diz respeito aos números apresentados pela Matrícula Nacional de Escravos de 1872-73 e suas divergências quanto ao censo nacional de 1872. A maior parte das discussões sobre as províncias do Sul do Brasil deixam de lado a Matrícula e desenvolvem sua análise apenas com os dados do censo. Como pode ser visto nos quadros acima, os dados da Matrícula, muitas vezes, revelam dinâmicas dessa população diferentes daquelas que seriam observadas através do recenseamento e, geralmente, indicam manutenções ou quedas menos expressivas do número de cativos onde antes havia sido observado seu declínio.

Somente por si, os dados da Matrícula criticam parcialmente a ênfase dada no “esvaziamento” da escravidão na região e questionam sua intensidade na década de 1870. Além disso, a análise dos números levantados deixa clara a diversidade desse movimento de saída de cativos em cada localidade estudada. Em Santa Catarina, o município de Lages, ao invés de perder, parece ganhar cativos até o início da década de 1870, mantendo boa parte desses até meados da década de 1880, por exemplo. Enquanto isso, em outras localidades, já haviam sido dados passos importantes em direção à diminuição da relevância da escravidão na economia local, ainda no início dos anos 1870.

Dessa forma, fica claro como esses diferentes números da Matrícula apontam para dinâmicas diversas a respeito da manutenção, aquisição ou venda de cativos na segunda metade do século XIX, tanto em relação aquilo que se imaginava anteriormente quanto na variedade na comparação entre as diferentes localidades. Os números gerais dessa população, muitas vezes tomados como um testemunho direto do fim da escravidão na região, precisam ser melhor analisados e, especialmente, compreendidos à luz da análise contextual de cada município estudado. Esse procedimento exigiria um esforço para o qual não temos condições de execução nesse momento, mas buscamos contribuir com essa

discussão através do estudo do mercado de cativos na região e sua relação com a economia e com as populações locais.¹³

No presente momento, voltamos nossa atenção às ocupações e dimensões da população escrava nos municípios selecionados. Vamos apresentar rapidamente os números da Matrícula de 1872-73 para cada um deles, verificando a participação da população escrava no número total de habitantes (calculado a partir do recenseamento de 1872) e a divisão entre os sexos.

Como pesquisas mais recentes vêm apontando, os estabelecimentos pecuaristas locais empregavam uma numerosa força de trabalho escravizada, não apenas em atividades agrícolas, domésticas ou artesanais, mas na própria lida e trato com o gado, principal atividade econômica dos dois primeiros municípios analisados. Alegrete era o mais importante município da região da Campanha Gaúcha, área pecuarista por excelência da província, que possuía o maior rebanho bovino dessa zona em 1858, com 772.232 cabeças de gado.¹⁴ Nesse município, a Matrícula Nacional de Escravos de 1872-73, contabilizou uma população cativa de 3.138 indivíduos (que representavam 16% da população total do município)¹⁵. Chama a atenção, em relação à historiografia nacional sobre escravidão, a justa distribuição entre os sexos nessa população, com homens e mulheres representando, igualmente, 50% dos cativos.

Também importante área pecuarista, mas com uma diversificação maior dos rebanhos e atividade extrativa de erva-mate, Cruz Alta foi outro município selecionado para o estudo. Sua população escrava foi calculada em 3.625 indivíduos (ou 11% do total da população) pela Matrícula de Escravos de 1872-73, sendo 54% desta composta por

¹³ Para um estudo profundo dessa dinâmica de diminuição da escravidão na região, seria fundamental também a análise das taxas de mortalidade e de alforrias dos cativos, especialmente dos contratos de trabalho e de alforrias condicionais estabelecidos, o que foge à temática e à dimensão do presente estudo.

¹⁴ “Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio”. Estatísticas, m. 02, 1858. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Apud: FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. 421p. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro.

¹⁵ Diretoria Geral de Estatística, Relatório 1874. Sobre os dados da matrícula foi calculada a porcentagem de homens e mulheres nessa população, que discutimos em algumas passagens. A representatividade em relação à população total do município foi baseada no número de habitantes livres contabilizados no censo de 1872, contagem mais próxima da matrícula no tempo e relativamente confiável para aquela população.

homens.¹⁶ Especificamente em relação ao comércio de escravos, como veremos, o município se destacou por ser o segundo dos seis selecionados com o maior número de registros de transações.

Área central de uma região marcada pelo trabalho escravo nas charqueadas, os senhores residentes em Pelotas eram proprietários de 7.687 cativos (que representavam 30% da população do município), em 1872-73. Uma presença significativa, que ocorria tanto nas unidades produtivas rurais quanto urbanas, e ainda nos lares pelotenses. Essa população escrava era composta majoritariamente por homens, que somavam 4.818 indivíduos ou 63% de todos os trabalhadores escravizados, diferentemente do que ocorria em boa parte da província, onde a relação entre os sexos era bastante equilibrada.

Em Porto Alegre, capital e importante centro comercial da província, a população escrava, segundo a Matrícula de 1872-73, era de 8.893 indivíduos (20% da população total), com 52% de homens. Tratava-se da maior população escrava de um município da província, apesar da capital não ser apontada tradicionalmente como uma área de concentração de cativos.

A cidade de Rio Grande, mais antiga povoação e principal porto da província, tinha papel fundamental para escoar a produção do Rio Grande do Sul e movimentar pessoas, incluindo aí a entrada e saída de escravos da província. Além disso, nela também se desenvolviam atividades charqueadoras. Na Matrícula de 1872-73 foram inscritos 5.417 escravos (ou 24% da população total), sendo 54% deles do sexo masculino.

Por fim, a presença escrava na Ilha de Santa Catarina, que compõe o território da antiga Desterro (e da atual Florianópolis), foi constantemente destacada por viajantes de passagem pela região ao longo dos séculos. Apesar disso, temos alguns problemas para definir essa população escravizada. Os dados do recenseamento nacional de 1872 nos indicam a presença de 2.940 cativos no município de Desterro, que abrangia toda a Ilha de Santa Catarina. Entretanto, a Matrícula de escravos de 1872-73 para a capital catarinense mostra a presença escrava de 1.418 indivíduos¹⁷, sendo que as mulheres correspondiam à

¹⁶ Lembramos que esses números foram calculados com base na Matrícula de Escravos realizada entre 1872-1873 e no Recenseamento do Império de 1872 para a população livre, como referido na nota 16, e como será repetido para o restante das localidades selecionadas.

¹⁷ Diretoria Geral de Estatística, Relatório 1875, p. 312.

maior parte dessa população. Nesses poucos anos, não consta ter havido uma flutuação tão grande dessa população. Os dados dos cativos matriculados após essa data, indicados no relatório da Diretoria Geral de Estatística de 1876, mostram uma população matriculada e entrada no município de 3.180 escravos¹⁸. Novamente, não temos indicações de um forte movimento de entrada de cativos (sem avisos em jornais e debates na Assembléia Provincial), o que nos faz acreditar que o número apresentado na Matrícula de 1872-73 foi um sub-registro, corrigido pela matrícula ocorrida em anos seguintes (talvez refletindo uma desconfiança dos senhores a respeito dessa ação do governo, sendo vencida essa resistência com o tempo). Assim, esse segundo número apresentado vai ser tomado como base para essa população. Nessa atualização da Matrícula, a população cativa local apresenta um grande equilíbrio entre os sexos, com os homens sendo um pouco mais numerosos que as mulheres, somando 51% dessa população (1.608 indivíduos).

Verificar a presença escrava, contudo, pouco diz sobre seu emprego e abre margens de interpretação sobre a sua importância para a região. Isso permitiu que a participação cativa na sociedade e economia locais fosse muitas vezes entendida como pouco significativa, perspectiva bastante questionada atualmente. Pesquisas recentes têm criticado essa análise e mostrado como a atuação e dispersão desses trabalhadores em todas as regiões e atividades das duas províncias marcaram não só a vida econômica dessas, mas também sua cultura.¹⁹

Para nossa análise, a presença e os ambientes/cenários de emprego dessa população são fundamentais e devem ser aqui apresentados ao leitor, mesmo que superficialmente, para situá-lo. Diversos pesquisadores têm dedicado seu interesse a entender a atuação dessa população e o uso de sua força de trabalho em contextos das províncias do extremo Sul, não sendo o objetivo deste texto uma discussão mais detida sobre esse emprego. Assim, apresentar um esboço dessa discussão parece ser apropriado para contextualizar o leitor antes de iniciarmos a discussão do comércio de cativos propriamente, que, afinal, foi

¹⁸ Diretoria Geral de Estatística, Relatório 1876, p. 120.

¹⁹ Sobre esse debate, ver nota sobre a presença e invisibilidade negra no Sul do Brasil.

construído através das relações entre senhores e escravos dentro de um contexto produtivo e social dado.

Talvez o cenário mais relacionado com a presença escrava no Sul do Brasil tenha sido o das charqueadas gaúchas, localizadas no litoral sul da província, especialmente nos municípios de Pelotas e Rio Grande, mas também presentes em outras localidades banhadas pela Lagoa dos Patos. O abate de grande número de bois em cada temporada, os serviços de corte, a preparação e secagem de carne, o acondicionamento e embarque do charque consumido no mercado brasileiro empregaram numerosa escravaria. Diversas pesquisas demonstram que o número médio de cativos trabalhando em cada um desses estabelecimentos aproximava-se a 60 trabalhadores, passando da centena em propriedades maiores.²⁰ Constituíam, dessa forma, os únicos estabelecimentos que concentravam um alto número de escravos, nessa região, sendo compatíveis com posses observadas no Sudeste e Nordeste brasileiro. E talvez por isso a imagem da charqueada tornou-se tão colada ao uso da escravidão na província.

Observando as profissões relacionadas aos escravos comprados e vendidos em Pelotas, encontramos uma grande variedade de ocupações ligadas às charqueadas: salgadores, tripeiros, graixeiros, carneadores e descarnadores, além de alguns campeiros, mais ligados ao cuidado com o gado ainda no campo ou a sua chegada às charqueadas.²¹ As condições de trabalho nesses estabelecimentos, segundo uma série de viajantes e cronistas, era bastante pesada e perigosa. Lidar com o abate de grande número de animais, em um ambiente com sangue em profusão e com toda a atividade de preparo dessa carne e de produtos como couros e chifres, que envolviam o uso de instrumentos cortantes e sal, certamente faziam deste um ambiente insalubre.

De toda forma, como aponta Mario Maestri, “eram duras as condições de trabalho em uma charqueada escravista. A produção charqueadora tratava-se de prática sazonal realizada sobretudo de outubro a maio, durante os meses quentes. Ela exigia dos cativos

²⁰ MAESTRI, Mario. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3ª ed.. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 83.

²¹ Livros de Notas de compra e venda de cativos. 1º e 2º Tabelionatos de Pelotas, Tabelionato do 4º Distrito de Pelotas. APERS.

jornadas de dezesseis ou mais horas, realizadas em boa parte durante a noite.”²² Mas o próprio historiador afirma que os cativos dessas próprias unidades não se limitavam somente a essa atividade, sendo usados normalmente em olarias e na construção civil nos meses de baixa atividade charqueadora.²³ Assim, mesmo em uma localidade central para essa indústria charqueadora, como Pelotas, vemos diversos cativos ligados a outras atividades, tanto urbanas como rurais, mostrando a dispersão do trabalho cativo por toda a sociedade local, o que pode ser também observado na importância desse grupo populacional na região: cerca de 30 % da população total no início da década de 1870, como vimos anteriormente.

Ligado às charqueadas e ao mundo agrário dos campos nos pampas e planaltos gaúchos e catarinenses, o trabalho escravo na pecuária, muitas vezes montado para o controle e captura de gado, em diversas oportunidades foi desacreditado pela historiografia, que não conseguiu conciliar essa situação de liberdade (ou de grande possibilidade de fuga) com o trabalho cativo.²⁴ Contudo, pesquisas mais recentes têm demonstrado uma presença significativa de escravos nas funções de campo.²⁵ Em Alegrete e Cruz Alta, regiões predominantemente pecuaristas, observamos um grande número de escravos ativos na lida com o gado, sendo declarados de ocupação “campeiro” e mesmo em funções como

²² MAESTRI, Mario. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Op. Cit., p. 84.

²³ Idem, p. 84.

²⁴ Um exemplo disso pode ser observado na pesquisa do historiador catarinense Walter Piazza, que, ao longo de suas publicações, passou a observar e reconhecer essa presença e sua importância. PIAZZA, Walter F. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999, Capítulo 16 – “A escravidão numa área de pastoreio: os ‘campos’ de Lages.” Em obra da década de 1980, Mario Maestri também apontava a dificuldade: “No pastoreio, portanto, não havia condições materiais de acumulação crescente através de crescentes níveis de intensidade e duração do trabalho humano (...) Neste contexto geral, a atividade criatória era necessariamente realizada por cavaleiros, isolados ou em pequenos grupos, em um espaço geográfico semi-desabitado. O escravo negro custava caro. Ainda mais o escravo crioulo. Se fugisse, causava grande prejuízo. Entregar um cavalo a um cativo e enviá-lo a trabalhar sem vigilância, era duplamente perigoso. O escravo africano não conhecia o pastoreio extensivo; alguns não conheciam sequer o cavalo – os “angolanos”, por exemplo. O trabalho criatório era, no geral, pouco penoso, Compreende-se o porquê de ter-se empregado tendencialmente os homens livres do pampa habituados e dispostos a estas tarefas”. MAESTRI FILHO, Mário J. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Tudo é História), p. 41.

²⁵ ARAUJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado (História). Porto Alegre: UFRGS, 2008; ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do Século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002; PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.

“domadores”. O estudo de Silmei de Sant’Ana Petiz, por exemplo, identifica diversos ferimentos e lesões dessas atividades em cativos.²⁶

Ao contrário de outras regiões da província, cujos rebanhos eram melhor distribuídos entre diferentes espécies, com presença mais significativa de cavalos e mulas, a maior parte do rebanho de Alegrete era composta por gado bovino, cuja criação estava voltada principalmente para o fornecimento de gado para as charqueadas de Pelotas e Rio Grande (mas também para os *saladeros* no Uruguai, quando o preço era convidativo).

Nessa localidade, a vocação pecuarista da região e o emprego de escravos nessa lida aparecem nas indicações profissionais de diversos cativos negociados. A grande maioria dos 139 negociados não teve sua profissão declarada, mas nos registros em que essa foi citada, o maior número de profissionais foram os campeiros, com 11 citações. Em seguida, escravos domésticos e oficiais charuteiros, com 5 citações, foram as profissões mais encontradas, sendo citadas também o trabalho na lavoura (2), alfaiates (2), um sapateiro e um calafate. O número de oficiais charuteiros declaradamente negociados nos chama a atenção, pois não encontramos nenhuma discussão da ocorrência dessa produção na região, colocando em dúvida o uso e origem dessa mão de obra. De toda forma, fica novamente claro o uso de trabalhadores cativos nos mais diversos setores dessas localidades.

Outra região de destacada utilização de escravos na pecuária foi Cruz Alta. O município de Cruz Alta, localizado no oeste do Rio Grande do Sul, foi selecionado para a pesquisa por apresentar um perfil diferenciado, com forte participação da produção pecuária em sua economia, porém mais diversificada em comparação a de Alegrete (especialmente pela forte presença de mueres nos rebanhos) e pequenos produtores também ligados à exploração da erva-mate.²⁷

Um exemplo do volume de exportação de mueres (e assim do aporte deste comércio) pode ser observado em um relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul, em 1864, no qual ele aponta que “no exercício de 1862-63 saíram para as províncias do Norte pelos diversos registros de barreiras 3.398 cabeças de gado cavalari e 14.607 do

²⁶ PETIZ, Silmei. Op. Cit., p. 122-123.

²⁷ ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, p. 30-31.

muar.”²⁸ Contudo, no mesmo relatório, o presidente Espiridião Eloy de Barros Pimentel criticou o atual estado dessas vendas de animais e seus problemas: “Vai somente orçada na quantia de 20:000\$000 rs. a renda proveniente da exportação dos animais muares, cavalares e vacuuns, porque tem ela diminuído consideravelmente, pela crise porque tem passado as províncias consumidoras, ocasionando grandes prejuízos aos tropeiros, tanto pela diminuição dos preços porque são vendidos na feira os animais, como pelos longos prazos e invencíveis dificuldades na cobrança das letras.”²⁹ O volume apontado pelo presidente nos faz pensar o quanto essa economia movimentaria em um ano considerado bom, mas, de toda forma, indica uma expectativa dos contemporâneos sobre o estado da economia provincial e uma de suas atividades.

Infelizmente, temos informações sobre a ocupação profissional de poucos cativos em Cruz Alta, 73 para um universo de 549 negociados nas notas pesquisadas para o município. Desses, 35,6% foram declarados “campeiros”, 30,1% “cozinheiros”, 11% de “serviços domésticos” e 6,8% de “lavradores”. Todos os “campeiros” eram do sexo masculino, reforçando mais uma vez a presença de escravos nas lides pecuárias, enquanto as mulheres compunham a maioria dos “cozinheiros”.

Retornando à questão do emprego de escravos na pecuária, é interessante pensar como algumas das limitações vistas para o uso de cativos nessa atividade também poderiam ser estendidas para outras, como a dos tropeiros e marinheiros. Mobilidade, contato com outras pessoas e situações não pareciam ser os cenários mais típicos ou recomendados para o emprego de mão de obra escrava. Mas o que observamos, quando analisamos as notas de compra e vendas de cativos, são a constante negociação de escravos ligados às atividades marinheiras, em todas as cidades banhadas por mar ou rios.

Além das atividades acima citadas, na grande maioria das localidades gaúchas e catarinenses, a utilização predominante da mão de obra escrava esteve relacionada com a produção de alimentos, muitas vezes em conjunto com o trabalho familiar. Surgindo como

²⁸ Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1864, p. 55.

²⁹ Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1864, p. AF-II.

um multiplicador de forças da família, indivíduos ou pequenos grupos de cativos trabalhavam produzindo alimentos, cuidando da criação e executando pequenos serviços. Seu emprego junto a engenhos de cana e farinha tendia a multiplicar também os ganhos de seus senhores com a produção, a parte apropriada por esses escravistas, permitindo assim maiores ganhos para o grupo de proprietários.³⁰

A maior parte desses senhores jamais possuiu um grande número de cativos e lidavam diretamente com os mesmos, sem o uso de capatazes ou feitores. Enquanto os preços dos cativos foram baixos, o esforço para a sua compra parece ter sido visto como vantajoso por muitos senhores catarinenses e gaúchos de pequenas posses, que, assim, garantiam mais braços para suas atividades, em que pese o risco do investimento e a concordância ou disciplina do escravo. Núcleos de famílias escravas, ou mesmo suas versões mais estendidas, foram observados por diversos pesquisadores, marcando espaços de autonomia escrava mesmo em posses mais limitadas.³¹

Além de seu uso na agricultura, mesmo em pequenas propriedades, a presença dos cativos também foi uma constante nas áreas urbanas do Sul do Brasil como em outras partes do território nacional. Nos jornais de Desterro, por exemplo, os anúncios de compra e aluguel de escravos indicam uma diversidade de atividades dos mesmos, de pedreiros a padeiros, além de boleiros e vendedores ambulantes.³² Trabalhadores escravizados atuaram em diversas atividades artesanais na região, incluindo o trabalho em diversos estaleiros e embarcações.³³ Todas essas ações apontam para a importância dessa mão de

³⁰ PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade*. Op. Cit.

³¹ Pesquisando a região Sul de Santa Catarina, marcada por uma economia próxima da subsistência e de propriedades de pequenos grupos de cativos, Antônio Cezar Spricigo relatou a existência de famílias cativas na região, cuja reprodução natural ampliava os grupos cativos sob a posse de um senhor, apontando também, de forma indireta, os espaços de autonomia dessas famílias. SPRICIGO, Antônio César. *Entre fatos e números a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no século XIX*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 2003.

³² A indicação dessas diversas ocupações pode ser conferida em jornais locais durante todo o período estudado. Ver, por exemplo: venda de um escravo carpinteiro: *O Novo Íris*, n.33, 02/07/1850; anúncio de compra de um padeiro: *O Novo Íris*, n. 38, 19/07/1850; e um escravo “acostumado ao serviço da roça e de remar em canoas”, *O Novo Íris*, n. 120, 16/05/1851.

³³ Relatório apresentado a Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2.a sessão da 8.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859, p.

obra nas províncias do extremo Sul do Brasil, reforçam o interesse econômico no seu emprego e ressaltam seu valor não apenas social, mas, principalmente, como força de trabalho.

Procuramos reforçar, através dessa rápida discussão, a presença cativa em diversas atividades e em todas as regiões das províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Partimos da reafirmação dessa presença para iniciar a compreensão das transferências de cativos, do mercado de escravos regional e como ele se relacionava com o nacional.

Notas e procurações: limites e possibilidades para o estudo do mercado de escravos

Com a intenção de apreender as movimentações desse mercado de escravos, nossa pesquisa sobre o Sul do Brasil foi fundamentada na análise de notas de compra e venda de cativos, além das procurações que transmitiam o poder de negociá-los, tal qual foi realizada em Campinas. Com isso, buscamos mapear as transferências de escravos nas localidades estudadas, seus sentidos e direções.

Para tanto, a pesquisa nos livros de notas e procurações nos mostrou um contexto de constante movimentação de escravos, muitas vezes dividindo suas famílias (entendidas aqui como um núcleo familiar não necessariamente reconhecido oficialmente). Para as localidades gaúchas, partimos do levantamento de escrituras realizadas no projeto “Documentos da escravidão”³⁴, realizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, onde foram localizadas notas nos tabelionatos de todas as cidades selecionadas. Destacamos que para esse projeto foi realizada a leitura de todos os livros de notas dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, cuja guarda foi concentrada no Arquivo Público do Estado, na cidade de Porto Alegre. Assim, todos os registros disponíveis das notas de compra e venda de cativos nos tabelionatos gaúchos foram levantados por essa instituição

73; Relatório apresentado á Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860, p. 52-53; Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembleia Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863, p. 56-57; entre outros.

³⁴ Tal pesquisa resultou em um catálogo das notas de compra e venda de escravos na província, disponível no site do APERS: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=artigodet&cod=119> (acessado em 10/3/2011).

(infelizmente, as procurações que autorizavam as vendas de escravos, muito utilizadas para o comércio interprovincial, como vimos, não foram fichadas por essa instituição). Temos assim o levantamento da totalidade dos registros que sobreviveram ao tempo, apesar de podermos questionar se eles foram ou não a maior parte daqueles realizados. De toda forma, partimos do levantamento de todas as transferências realizadas nos cinco municípios gaúchos selecionados, realizando em seguida a leitura de muitos desses livros, para a obtenção de dados complementares àqueles levantados na pesquisa do Arquivo. Infelizmente, o volume documental de centenas de livros cartoriais nos impediu de realizar essa complementação para todos os casos.

No caso de Desterro (atual Florianópolis, em Santa Catarina), usamos como base a digitalização e o fichamento dos Tabelionatos locais construídos no projeto “Arranjos de liberdade e de trabalho entre a escravidão e o pós-emancipação: um estudo sobre os fundos cartoriais em Santa Catarina no século XIX”³⁵, localizando as escrituras a partir desse. Realizamos ainda uma pesquisa complementar no acervo digitalizado dos cartórios das freguesias, construindo um banco de dados a partir dessa e do material levantado pelo projeto de pesquisa citado.³⁶

Destacamos que apesar dos esforços dessa pesquisa e dos projetos, diversas lacunas podem ser observadas na documentação que chegou até nós, revelando que os números obtidos estão abaixo (ou muito abaixo) das vendas realmente ocorridas ou registradas na época. Essa afirmação é possível porque ao consultarmos a documentação, observamos lacunas de documentos em diversos momentos, que foram provavelmente destruídos ou extraviados ao longo dos anos. Nas seis cidades selecionadas para este estudo, foram

³⁵ O projeto está disponível no seguinte endereço: <http://www.labhstc.ufsc.br/libtrabisc.html> (acessado em 07/11/2011). Agradecemos mais uma vez ao Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a seus professores (em especial ao Prof. Dr. Henrique Espada, coordenador do projeto) e bolsistas, pelo acesso ao material da pesquisa e aquele desenvolvido no projeto.

³⁶ Em ambas as pesquisas utilizadas como base para a localização dessas escrituras foram realizadas a leitura completa dos acervos documentais, o que nos permite acreditar que nossa listagem abarque grande parte das notas disponíveis para a pesquisa. O acesso ao material levantado por esses projetos permitiu que fosse agilizada a consulta a centenas de livros de notas de dezenas de tabelionatos nessas seis localidades. Esse mesmo volume, contudo, impediu a leitura mais completa dos livros, especialmente para o Rio Grande do Sul, pois cada uma das localidades selecionadas (com exceção de Cruz Alta) teve registro de venda de escravos em, no mínimo, dois tabelionatos no período estudado. Para Desterro encontramos cinco tabelionatos com registros de comércio de cativos.

localizadas notas de compra e venda de 3.539 trabalhadores escravizados, entre 1850 e 1885, com a seguinte distribuição entre elas:

Tabela 25 - Escravos comercializados, por cidade, 1850-1885

Alegrete	Cruz Alta	Pelotas	Porto Alegre	Rio Grande	Desterro
139	549	250	1739	487	375

Fontes: Livros de notas e transferências do Tabelionato de Alegrete, Cruz Alta, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. Fundo: Tabelionatos. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Livros de notas e transferências dos Tabelionatos de Desterro (Florianópolis).

Comparando as tabelas de população e de comercialização, observamos o contraste entre a presença e a negociação de cativos em algumas cidades. Apesar das possibilidades de sub-registro ou da lacuna de fontes, veremos como não somente o número das transações, mas a própria dinâmica do comércio de escravos parece ter sido diferenciada entre essas localidades³⁷ (excluindo, ainda, a análise das diferentes taxas de conquista de alforria e da mortalidade em cada local).

Ressaltamos, novamente, como as fontes utilizadas trazem visões diferentes e complementares para a pesquisa. Como apontamos anteriormente, as escrituras de compra e venda de cativos são excelentes fontes de investigação do comércio local, mas trazem alguns problemas quando as transferências extrapolam a localidade. Dependendo da situação, de onde se encontravam as partes envolvidas, essa venda era registrada na cidade do vendedor ou do comprador, dando-nos apenas uma parte das transferências realizadas em uma localidade, a entrada ou a saída desse cativo.³⁸ Dessa forma, muitas das vendas realizadas para o mercado interno de escravos não puderam ser percebidas pelas notas de transferência de cativos, sendo necessária também a consulta às procurações passadas nos cartórios locais.

Atentos a este fato, buscamos consultar livros dos tabelionatos dessas cidades que nos permitissem observar o emprego das procurações e os caminhos apontados por essa

³⁷ Mencionamos isso porque conseguimos construir séries semelhantes de fontes para alguns municípios, como Alegrete e Porto Alegre, com mais de dez livros de notas consultados em cada caso.

³⁸ Caso um senhor de Alegrete fosse a Cruz Alta e lá adquirisse um escravo, tendo registrado a compra desse em um cartório de Cruz Alta, não teríamos como observar a aquisição ou entrada desse cativo somente pelos registros de Alegrete, visto que a escritura não foi lavrada lá. Assim, as notas apresentam-se como um excelente indicador para a compra de escravos em uma localidade, mas são falhas em registrar essa dinâmica entre localidades diferentes.

fonte. Destacamos que, ao contrário das notas, o número de procurações encontradas esteve provavelmente longe do universo desses documentos realmente emitidos, devido ao fato de eles estarem distribuídos por diversos livros de registros variados e pelas restrições de tempo de nossa pesquisa. Com essas restrições, focamos nossa pesquisa nos livros de procurações que passaram a ser produzidos a partir de meados dos anos 1870. Além disso, registramos as procurações utilizadas em transferências de cativos que haviam sido reproduzidas em livros de notas locais. De fato, isso limitou nossa pesquisa ao restringir nosso acesso à documentação a um período reduzido (o que de certa forma limita também nosso olhar e nossas conclusões baseadas nessa fonte), mas foi a melhor forma encontrada para recortar o volume documental bastante extenso.³⁹ De qualquer forma, a amostragem levantada nos permitiu abordar diversas questões, como será visto adiante.

Tabela 26 – Amostragem de Procurações para a venda de escravos, por cidade (1850-1885)

Alegrete	Cruz Alta	Pelotas	Porto Alegre	Rio Grande	Desterro
47	28	406	130	195	102

Fontes: Livros de procurações, de registros gerais e de notas e transferências do Tabelionato de Alegrete, Cruz Alta, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. Fundo: Tabelionatos. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Livros de procurações, de notas e transferências dos Tabelionatos de Desterro (Florianópolis).

Através desse levantamento, conseguimos reunir uma série de dados sobre as transferências de escravos nessas seis localidades do Sul do Brasil, que serão somados a informações de outras fontes para se propor uma discussão mais completa do mercado de escravos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que se dará ao final deste capítulo. No momento, vamos nos concentrar na análise das notas de transferências de cativos, seguindo para a exploração das informações relativas às procurações.

³⁹ Para uma melhor compreensão do volume analisado, informamos que em Alegrete foram consultados 17 livros de procurações em 2 tabelionatos, cobrindo o período de 1874 a 1884; em Cruz Alta, apenas um livro foi encontrado no acervo do arquivo, cobrindo o período de 1875 a 1877; em Pelotas foram pesquisados 13 livros em 3 tabelionatos, com a cobertura de um período entre 1874 e 1888; a pesquisa em Porto Alegre foi limitada por pouco tempo disponível, pois havia mais livros a ser consultados, com a pesquisa tendo sido realizada em apenas 6 livros de 2 tabelionatos que englobaram o ano de 1874-1875; em Rio Grande foram vistos 10 livros de 2 tabelionatos, de 1876 a 1882; e em Desterro as procurações analisadas estiveram junto aos livros de notas, espalhadas por todo o período da pesquisa. Lembramos que nem todos os outros tabelionatos das localidades consultadas usaram esses livros de procurações, mas onde eles foram utilizados, apenas Porto Alegre permaneceu com grande parte deles não manuseados (devido a questões de tempo já mencionadas).

Através dessas fontes, foi possível apreender os perfis da população negociada entre esses municípios e para fora da província, e compreender as preferências e escolhas desse mercado e dos negociantes envolvidos. Realizamos também a identificação de comerciantes e procuradores responsáveis pela transferência desses cativos, especialmente sua saída da província, mas deixamos a discussão mais apurada de suas atividades, e também a análise minuciosa das rotas e modos de operação desse negócio, para o terceiro capítulo da tese, quando nos concentramos nos agentes desse comércio de cativos.

Um ponto importante a ser discutido, ainda antes da análise das notas e procurações, é a agência escrava e a relação senhor-cativo que estava implícita em cada registro que será analisado. Como documento de propriedade (na verdade, de transmissão de) as notas apresentam dados bastante objetivos, que tinham o intuito de informar e identificar vendedores, compradores e os cativos objetos daquelas transferências. Poucas vezes os documentos cartoriais revelavam a dimensão mais humana dos envolvidos e isso ocorria geralmente quando traziam dados sobre a existência de laços familiares entre os negociados (maridos e mulheres, pais e filhos) ou características físicas, em geral defeitos que limitavam o escravo⁴⁰. Mas destacamos que essa dimensão humana esteve sempre lá, mesmo que oculta, e com ela conflitos e negociações inerentes à ordem escravista.

Nesse ponto, fontes como os anúncios de compra e venda de escravos em jornais nos ajudam a observar melhor os conflitos e questões em torno da comercialização de cativos. Como exemplo, um anúncio publicado em um jornal de Porto Alegre, em 1872:

Escrava

Na rua do General Câmara, antiga do Ouvidor, n. 25, vende-se uma escrava, vinda de fora, com 19 a 20 anos, com 1 filho de 14 meses, cozinha o trivial de uma casa, engoma, e lava perfeitamente; o motivo da venda o seu dono dirá.⁴¹

⁴⁰ Defeitos ou limitações que parecem ser informados para mostrar que as partes da negociação tinham consciência dos mesmos e, portanto, não poderiam reclamar posteriormente nos tribunais por devoluções, enfeitamentos ou prejuízo sofridos.

⁴¹ Museu da Comunicação Hipólito da Costa. A Reforma, 5/7/1872, n. 150. Buscamos a realização dessa venda nas notas de compra e venda de escravos de Porto Alegre, mas não encontramos cativos negociados,

No anúncio acima, o comprador deixa claro que haveria um motivo para a venda da cativa, apesar de preferir não comunicá-lo no jornal. Em jornais de Desterro, alguns senhores vendedores foram ainda mais claros quanto a suas motivações: “Na casa n. 1 da rua do Ouvidor há para vender uma escrava, que pede para ser vendida.”⁴² Ou seja, para a escrava citada, o cativo sob aquele senhor havia se tornado insuportável por algum motivo e ao invés de uma resistência aberta ou fuga, com os riscos que estas traziam, ela parece ter optado por forçar ou pedir sua venda, em busca de uma outra relação mais benéfica.

Além de uma reação dentro da ordem, observamos, no caso dessa escrava, um certo entendimento de que a negação por parte da escrava em servir a determinado senhor não impediria a constituição de um novo acordo, com um novo senhor. O anúncio por parte do próprio vendedor parece indicar isso. A motivação da venda, que o anúncio de Porto Alegre sinaliza, mas não declara, pode ter sido uma questão costumeiramente questionada por um comprador, e que poderia ser confirmada ou desmentida por parte de um escravo, o que demonstra mais uma vez a dimensão humana e possivelmente conflituosa de uma venda. Analisando o comércio de escravos nos Estados Unidos, Walter Johnson afirma que no contato do possível comprador com o cativo, uma das práticas mais recorrentes era exatamente o questionamento sobre as habilidades e o passado desse escravo.⁴³ Através do questionamento ao cativo, o futuro senhor procurava obter maiores informações sobre sua trajetória e seus saberes, além de verificar o que o comerciante havia relatado. Portanto, a busca da “motivação” da venda deveria ser comum no levantamento de informações realizado por um futuro comprador.

Por outro lado, senhores claramente descontentes com seus cativos também apareceram nessas mesmas páginas de jornais, procurando resolver seus problemas. Foi o

em período próximo, que estivessem de acordo com a descrição apresentada. Além da possibilidade de lacuna nas fontes ou pesquisa, podemos ter ainda uma situação em que a cativa foi vendida para outra localidade.

⁴² Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC). *O Conservador*, n. 373, 16 de novembro de 1855. Outras situações semelhantes a essa foram analisadas em pesquisa anterior: SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 2006, p. 66-69.

⁴³ JOHNSON, Walter. *Soul by soul: life inside the antebellum slave market*. Harvard University Press: Cambridge, 1999, p. 128-131, 138.

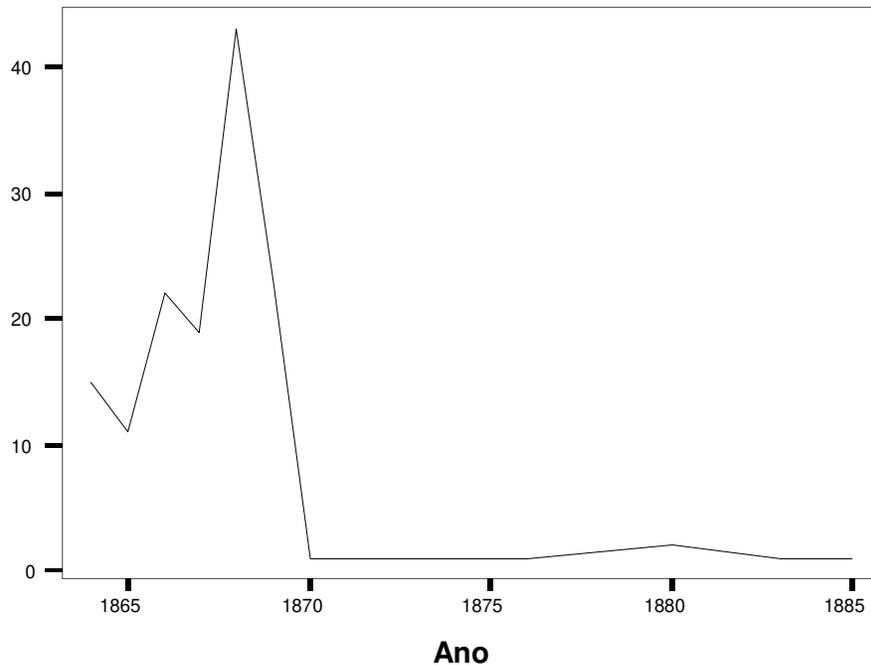
caso do seguinte anúncio publicado em Desterro: “Vende-se um escravo de nação, de nome Thomaz; é bom padeiro e cozinheiro: quem o pretender dirija-se à rua do Menino Deus n. 22, e para o ver na Cadeia desta Cidade, prefere-se a venda deste escravo para fora da província.”⁴⁴ Um cativo detido na cadeia e cujo senhor prefere sua saída da província parece demonstrar que a venda surgia como oportunidade para o senhor resolver uma situação muito conflituosa com o mesmo, tentar recuperar parte de seu investimento e ainda punir o escravo no processo.

Assim, como solução pacífica ou conflituosa de uma relação entre senhor e escravo, a dimensão humana da relação comercial de compra e venda de cativos sempre esteve presente nessas transferências, mesmo que não se tornasse explícita. O destaque dessa questão é importante, pois essa relação acabava muitas vezes oculta do registro de compra e venda de cativos, em que constava apenas dados de identificação limitados, mas que mesmo assim nos fornece diversas informações sobre a escravidão na região, como veremos nas próximas páginas.

Antes de mais nada, lembramos que a análise das notas de compra e venda de cativos em todas as localidades pesquisadas deve levar em conta a disponibilidade das mesmas. Em alguns dos municípios estudados, encontramos os registros de compra e venda concentrados em alguns poucos anos, com casos apenas pontuais em anos ou mesmo décadas seguintes. O caso de Alegrete, por exemplo, ilustra bem essa questão. Na segunda metade do século XIX, foram encontradas nessa localidade notas de compra e venda de 139 escravos, com a maior parte desses registros concentrados entre 1864 e 1869, mas com ocorrências até 1885. Segundo esses registros de notas de transferência de escravos disponíveis, a seguinte distribuição das vendas foi observada:

⁴⁴ BPESC. O Novo Íris, n. 171, 14 de novembro de 1851.

Gráfico 6 - Alegrete – Registros de Vendas de escravos, por Ano



Fonte: Livros de Notas do Tabelionato de Alegrete, Compra e Venda de Cativos (APERS).

Mais do que a ocorrência real de transferências de cativos, acreditamos que as notas disponíveis, aquelas que conseguimos localizar (lembrando que os municípios gaúchos foram alvo de uma pesquisa ainda mais sistematizada sobre as notas, por parte do Arquivo Público daquele Estado), sinalizam muito mais as fontes disponíveis. Ou seja, o gráfico acima demonstraria muito mais a disponibilidade das fontes, os registros existentes sobre o comércio de cativos nos cartórios do que, necessariamente, as transações realmente ocorridas em um dado momento.

As lacunas observadas em nossa documentação, no que restou da mesma, apontam para os limites reais, físicos, para o desenvolvimento de nossa análise. Contudo, os registros que chegaram até nós devem ainda ser analisados, mesmo que não possamos ter a plena dimensão de sua representatividade na totalidade ou que tenhamos acesso a eles apenas de forma fragmentada.

Retornando ao caso de Alegrete, tomado como exemplo, não podemos acreditar na representatividade das notas encontradas para medir com exatidão os fluxos de comércio de cativos que realmente ocorreram nessa localidade (sem falar das questões relacionadas às procurações). Contudo, os registros encontrados ainda nos revelam uma série de informações sobre essas negociações, caminhos, sentidos e experiências envolvidas na comercialização de escravos na região Sul do Brasil. E é por essa perspectiva que vamos explorar essa documentação, procurando indicar suas fragilidades em determinadas localidades e temas, mas levantando toda a informação disponível para a compreensão desse mercado e da lógica dos sujeitos envolvidos.

Para Alegrete, temos a concentração desses registros na década de 1860, especialmente entre 1864 e 1869, mas com ocorrências até 1885. Conseguimos observar uma ampliação das transações no fim da década de 1860, momento apontado como de crise na economia pecuária. Poderíamos pensar que essa ampliação da comercialização poderia estar relacionada a um maior número de senhores procurando vender seus escravos, já atentos a uma possível crise da pecuária, situação que analisaremos posteriormente.

Quando analisamos as notas disponíveis para Cruz Alta, esse município já se destacava inicialmente por apresentar o segundo maior número de registros entre as seis localidades selecionadas. Novamente, não temos como saber a representatividade desses registros que chegaram até nós frente à totalidade das vendas realmente ocorridas, mas a chegada desse grande número de registros já apresenta uma diferença significativa. Observamos que o comércio de cativos em Cruz Alta tornou-se mais intenso ao longo da década de 1860, manteve-se forte na década seguinte, mas entrou em decadência na segunda metade dos 1870. Quanto ao volume total de transações, especialmente se considerarmos o número total de cativos, fica a dúvida do que teria causado esse grande número de transferências: poderíamos estar diante de um registro mais preciso do que em outras localidades? Ou uma estrutura de posse de grupos menores de escravos teria resultado em um maior número de trocas entre os senhores? Também não podemos descartar a possibilidade de somente termos observado um acervo melhor preservado do que os outros. De toda forma, ainda não temos elementos para esclarecer a razão desse elevado número de registros para Cruz Alta.

Já em Pelotas, para o período estudado, foram encontradas quarenta e oito notas de transferências de 250 escravos, distribuídos entre os anos de 1854 a 1884 e com ocorrências irregulares durante todo esse período.⁴⁵ Não observamos, desse modo, uma tendência clara de aceleração ou decréscimo desse mercado em um dado momento. Além disso, concluímos que essas transferências tratavam-se mais do predomínio de poucos negócios, contabilizando um grande número de escravos comercializados, do que necessariamente um grande número de transferências individuais.

Em Porto Alegre, além do grande número de escravos, encontramos também o maior número de transferências desses trabalhadores. Foram localizadas notas de compra e venda de 1.739 cativos, distribuídas entre 1850 e 1885, concentradas nos primeiros anos da década de 1860, fins de 1870 e início de 1880. Talvez a melhor conservação dos acervos da capital tenha favorecido a chegada até nós desse grande número de registros.

Acompanhando a série de notas de compra e venda, realmente nos chama a atenção os períodos de concentração de vendas, nos quais os negócios com cativos parecem mais recorrentes. O pico de vendas no início dos anos 1860 parece similar ao observado em Pelotas e talvez responda a um desenvolvimento econômico da província como um todo. Já o ápice observado em fins da década de 1870 e início da seguinte talvez estivesse relacionado às incertezas quanto à escravidão, mas essas são apenas hipóteses ainda não averiguadas. Até o momento não conseguimos relacionar nenhuma motivação mais precisa a essas flutuações.

Enquanto isso, para a cidade de Rio Grande, foram encontradas notas de compra e venda de 487 cativos no período analisado. Esses registros foram observados entre 1850 a 1876, com transferências ocorridas, de forma mais intensa, nos anos de 1860, concentradas no início e no fim dessa década.

Por fim, analisando os livros do Cartório Kotzias, na sede do município de Desterro, e de cartórios de freguesias do interior da Ilha de Santa Catarina, encontramos a negociação, através de notas de compra e venda, de 375 escravos ao longo da segunda metade do século XIX. Observamos esse registro de 1852 até 1886, sendo que essas

⁴⁵ Observamos apenas alguns picos de transferências quando foram negociados grandes plantéis, vistos no início dos anos 1860, meados dos 1870 e início dos 1880.

negociações concentraram-se na década de 1860, quando foram transferidos 57,1% dos cativos (ou 214 indivíduos), seguida pela década de 1870 e a venda de 28,3% (ou 106 escravos). Infelizmente, faltam-nos mais dados sobre esse comércio, especialmente devido às visíveis lacunas nos livros, com quebras de sequência entre eles.

Tipo e sentido do comércio de cativos segundo as notas de transferência

A partir dos indícios do comércio de cativos encontrados nas seis localidades do Sul do Brasil, passamos a analisar questões específicas sobre essas transferências. Questionamos as fontes sobre os sentidos das transferências dos cativos (entradas, saídas ou comércio local), o tipo de comércio ou alcance dessas vendas (no caso, se os cativos haviam sido transferidos no comércio interprovincial, intraprovincial ou localmente), com a intenção de identificar, de acordo com o tipo de comércio, seus responsáveis, os grupos de cativos negociados e seu perfil.

A discussão sobre o sentido do comércio de escravos, observado nas localidades analisadas, ao mesmo tempo em que é fundamental para entendermos os fluxos de comércio é limitada, a depender das fontes utilizadas. A princípio, quando obtivemos informações suficientes,⁴⁶ classificamos os registros de escravos comercializados em entradas, saídas de escravos ou comércio local. Com essa classificação, buscamos mapear as direções mais básicas das transferências de cativos. Entretanto, ressaltamos mais uma vez que a fonte analisada nesse momento, as notas de transferências de cativos, tendiam a registrar com maior precisão apenas as vendas locais, devido à própria natureza dessa fonte.

Apesar desse alerta sobre a sobrevalorização do comércio local nas notas de transferência, chamou nossa atenção a presença significativa das transferências nas localidades analisadas. Destacamos essa ocorrência pois, apesar de já esperarmos essa situação ao observar as notas de compra e venda de cativos, os registros de entradas de

⁴⁶ No caso, quando foi registrada a indicação de residências de vendedores e/ou compradores de cativos, ou ainda dados de matrícula desses escravos somados à parte dessa informação de residência. Somente com esses dados conseguimos observar de onde e para onde havia sido negociado o cativo, o que nos permitia indicar o sentido do comércio observado, como realizamos anteriormente para a análise do mercado em Campinas.

escravos tinham geralmente uma importância bem menor do que aquela observada para o comércio local.⁴⁷

Em Alegrete, dos 116 escravos negociados sobre os quais tivemos informações a respeito da residência de compradores e vendedores (de um total de 139), verificamos que 80 deles (ou 69,0%) foram comercializados localmente, dentro do próprio município, na sede ou em seus distritos. Os dados disponíveis mostram a Alegrete da década de 1860 como uma localidade que atraía escravos; foram contabilizadas 22 entradas de escravos (ou 19% dos escravos vendidos), comercializados para o município, e 14 (ou 12%) que saíram dele ao longo do período. Averiguamos se havia uma tendência a esses movimentos de entrada ou saída em algum período, mas não obtivemos resultados conclusivos. Observamos o máximo de entradas em 1866, ano em que também contabilizamos muitas saídas. A venda de escravos para outros municípios teve seu ápice no fim da década de 1860, ao mesmo tempo em que as entradas diminuíram, o que talvez sugerisse uma tendência para a próxima década. Contudo, os números restritos e a falta de dados para a década de 1870 não nos permitem ter clareza sobre essas tendências.

Mesmo quando utilizamos os dados sobre a população local para discutir essa tendência, nossos resultados não são conclusivos, pois temos uma discrepância entre o censo de 1872 e a matrícula de 1872-1873.⁴⁸ Enquanto o censo indicava uma queda no número de escravos em relação à década de 1860, o que confirmaria a força desse movimento de venda/perda de escravos pelo município, a matrícula realizada pouco depois nos mostra um caminho inverso, com um acréscimo nessa população. De qualquer forma, lembramos que esse possível decréscimo não deve ser automaticamente apontado como efeito do tráfico interno de cativos, mas, sim, como uma combinação do comércio e diferentes fatores, como a mortalidade e a alforria.⁴⁹

Em Cruz Alta, as residências de vendedores e compradores, quando indicadas nas notas, apontaram outra vez para um mercado predominantemente local. Das transações em que temos informação da residência de comprador e vendedor, as transferências locais

⁴⁷ As saídas, essas sim, parecem ter sido as mais sub-registradas pelas notas, como veremos quando compararmos essas com as procurações passadas para autorizar a venda de cativos em outras localidades.

⁴⁸ Como pode ser observado na Tabela 3.

⁴⁹ E, para muitos casos, ainda devemos observar a divisão territorial de municípios.

somaram mais de 90% das vendas. Contudo, não acreditamos que essas negociações tivessem tamanha amplitude, pois temos diversas citações à outras cidades, como moradia do vendedor ou comprador, mas nos faltam informações sobre um ou outro dos envolvidos. Cidades vizinhas de Cruz Alta e mesmo da região da Campanha foram mencionadas em diversas notas, indicando compras e vendas realizadas entre as localidades dessa região mais ao Oeste da província, e não a saída desses cativos da região (pelo menos através do que apreendemos através das notas). De toda forma, a falta de citação ao local de residência dos senhores acaba prejudicando a análise das transferências realizadas nessa cidade, especialmente para esclarecermos o peso do comércio intra e interprovincial.

Temos poucas informações sobre a residência dos compradores e vendedores dos escravos negociados em Pelotas, o que dificulta nosso entendimento sobre tais transferências de cativos.⁵⁰ Nas notas de compra e venda, conseguimos identificar a moradia dos negociadores em menos de 20% dos casos. A venda de grupos de cativos juntamente com propriedades em Pelotas parece ter sido majoritária, com outras poucas entradas sendo contabilizadas. Nas notas de compra e venda de cativos, temos indícios da entrada de 31 cativos, ou cerca de 12,4% de todos os negociados nessa cidade, enquanto apenas uma saída foi registrada nessa fonte (representando 0,4% dos comercializados registrados em Pelotas).

No caso da capital da província gaúcha, novamente as vendas locais tiveram grande destaque, se considerarmos que elas provavelmente responderam por grande parte das negociações para as quais não tivemos informação declarada sobre a residência das partes envolvidas. Para 83,4% dos casos não obtivemos informações suficientes que nos permitissem afirmar qual o sentido da venda realizada. Entretanto, percebemos um forte fluxo de entrada de escravos, de 171 indivíduos ao longo do período estudado, representando 9,8% dos movimentos de todos os cativos negociados. Esse fluxo chamou nossa atenção porque, quando comparamos os sentidos de comércio em cada período⁵¹,

⁵⁰ Uma pesquisa mais profunda sobre a localidade, entretanto, pode nos ajudar a cercar melhor os envolvidos e compreender essas transações. Conferir o artigo de Jonas Vargas, *Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS), entre as décadas de 1850 e 1880*, disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/> acessado em 10/8/2012.

⁵¹ Os dados de Porto Alegre nos permitem isso, por não estarem concentrados em um período específico, ao contrário das outras localidades.

percebemos que o movimento de entrada de escravos registrados pelas notas foi mais intenso na década de 1880 do que nas anteriores, representando o sentido de venda de 6,4% dos escravos em 1860, 6,8% em 1870 e 21,8% na década de 1880. Isso se refletiu também no número de escravos que entraram na cidade em cada período estudado, indicando que a maior parte das entradas ocorreu na década de 1880. Isso mostraria um espaço urbano (ou rural, mas próximo a essa área urbana) que estaria atraindo cativos com uma intensidade maior na década final da escravidão do que visto anteriormente, fenômeno contrário ao que aponta a historiografia nacional.⁵² O crescimento do espaço e mercado urbano de Porto Alegre, somado ao declínio da economia de outras partes da província (especialmente dos setores ligados às charqueadas), pode ser entendido como motivador dessas transferências; contudo, uma consideração mais profunda sobre o tema exigiria estudos adicionais.

As saídas foram pouco numerosas, 27 cativos (ou 1,6% dos negociados) deixaram Porto Alegre em todo o período, segundo essa fonte. Ao longo do tempo, esse movimento representou entre 1,0% e 2,8% dos sentidos de venda dos cativos, entre as décadas de 1860 e 1880, atingindo seu número e proporção máxima frente aos outros sentidos também nessa última década. E um último ponto a ser discutido em relação a Porto Alegre diz respeito ao papel da cidade como entreposto de comercialização de cativos, pois nessa localidade foram encontrados 10 casos (representando 0,6% dos negociados) de escravos que foram vendidos entre senhores de outras cidades, mas com a transferência registrada na capital gaúcha, o que não foi observado para nenhuma outra cidade da região com a mesma intensidade.

Com relação a Rio Grande, temos poucas referências quanto aos locais de origem ou destino da mão de obra comercializada. Conseguimos levantar informações mais completas somente para 76 indivíduos negociados, ou 16% do total. Nesses movimentos, destacou-se novamente o comércio local, no qual foram transferidos 44 cativos ou 60% daqueles para os quais conseguimos informação. Na sequência, destacaram-se as entradas de escravos,

⁵² A historiografia nacional aponta para uma tendência de “interiorização” dos escravos na segunda metade do século XIX, com a venda de cativos das cidades para o campo. Essa tendência foi observada desde a década de 1850, por Slenes e também por Klein: SLENES, R.W. *Demography of Slavery*, Op. Cit, p. 207; e KLEIN, H. “Internal Slave Trade, 1852”, p. 574-575; Apud: GRAHAN, R. “Nos tumbeiros mais uma vez?”, Op. Cit., p. 133-134.

forte especialmente na década de 1860, que somaram 27 trabalhadores ou 33% dos adquiridos em Rio Grande. Foram ainda anotadas 5 saídas em todo o período, respondendo por 7% das transferências desse grupo.

Por fim, em Desterro, capital de Santa Catarina, encontramos novamente uma grande parcela das transferências sendo realizadas no comércio local. Nessa cidade, obtivemos informações que nos permitiram identificar o sentido das movimentações de 50,4% dos cativos. Como já destacamos anteriormente, grande parte dos 49,4% dos escravos cujo sentido de venda não foi encontrado foi, provavelmente, negociada em nível local; esse número pode ser somado ao grupo de 35,2% dos escravos que foram vendidos entre senhores de Desterro e suas freguesias.

Mais uma vez, o registro das entradas superou o de saídas, com 12,3% de entradas de escravos negociados em todo o período e apenas 2,7% de saídas, de acordo com os registros lavrados na capital catarinense. Outro ponto que observamos em comum com Porto Alegre foi a intensificação da entrada de escravos (proporcionalmente aos outros sentidos de comércio) na década de 1880. Só que para o caso de Desterro, apesar da proporção de entradas ser ampliada, seu número absoluto foi maior na década de 1860 (com 23 entradas) do que nas posteriores (caindo para 12 e 11 importações, nas décadas seguintes). Apesar das variações proporcionais (representaram 1,9% na década de 1860, 2,8% e 5,9% nas seguintes), as saídas mantiveram-se estáveis nos períodos estudados, com 4 ou 3 delas sendo registradas nas notas em todos os períodos. Foi ainda registrado um caso de redistribuição de escravo na década de 1860.

Após essa verificação dos sentidos das transações observadas, analisamos em seguida as transferências de cativos em relação à tipologia das negociações, e classificamos se essas eram realizadas na localidade, dentro da província ou entre elas. Com isso, procuramos discutir, com as limitações já apontadas para as notas, a inserção dessas seis localidades em circuitos de transferências de cativos que poderiam concentrar-se no local, regional ou mesmo incluir outras províncias.

Em Alegrete, através das notas de compra e venda, foi possível ter uma clara visão do predomínio dos negócios locais nas transferências de cativos observadas, sendo também

significativo o peso das transferências intraprovinciais para a oferta de mão de obra na região. De todos os escravos negociados nessa localidade, 80 deles foram transferidos localmente, 34 no comércio intraprovincial e apenas 2 foram envolvidos em negociações interprovinciais. Destacamos a importância de municípios próximos, da região da Campanha, no comércio intraprovincial. São Borja, São Gabriel e Uruguaiana receberam metade dos escravos vendidos de Alegrete. A outra metade foi vendida para Pelotas (3) e Porto Alegre (4), o que mostra a importância dessas cidades e sua capacidade de atração de cativos na província. O único escravo exportado diretamente da província por Alegrete teve como comprador um senhor baiano.

No caso dos escravos comprados para Alegrete, a grande maioria dos cativos era proveniente de cidades da Campanha, sendo o comércio intraprovincial responsável pelo abastecimento da quase totalidade dos escravos. Entre as cidades pesquisadas, 2 dos cativos vendidos chegaram de Cruz Alta e um de Porto Alegre. Somente um escravo, comprado de um senhor da Bahia apareceu como proveniente do comércio interprovincial. Destacou-se, ainda, o caso de três escravos importados que tinham senhores apontados como residentes no Uruguai, mas que deveriam ter a posse desses cativos em território brasileiro.⁵³

Em relação à Cruz Alta, observamos uma maior participação do comércio de escravos com outras províncias brasileiras. Através das notas apreendemos que entraram em Cruz Alta seis escravos vindos de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Ao mesmo tempo, quatro cativos foram vendidos por senhores de Cruz Alta para compradores residentes fora do Rio Grande do Sul, todos na província de São Paulo, com destaque para Sorocaba, destino de três desses escravos.⁵⁴ Ao todo, essas transferências interprovinciais representaram apenas 1,9% dos cativos negociados, mas são fundamentais para percebermos as redes nas quais esse município estava inserido. No todo, as transferências

⁵³ Dizemos isso, pois a propriedade de escravos já estava proibida no Uruguai. Contudo, muitos senhores brasileiros possuíam terras dos dois lados da fronteira e podiam, sem problemas, manter seus escravos em suas propriedades em território brasileiro. Ao mesmo tempo, contudo, nesses casos poderiam estar incluídas transferências ou mesmo a escravização ilegal de indivíduos de cor.

⁵⁴ A ligação com Sorocaba e a província de São Paulo, como se verá também através das procurações, parece reforçar a hipótese levantada por Robert Slenes, de que parte desse comércio de cativos deve ter seguido as rotas de comércio de muares, que encaminhavam-se para Sorocaba para comercialização. SLENES, R. *Brazilian Internal Slave Trade*. Op. Cit., p. 332.

locais e intraprovinciais continuaram predominando com larga margem, com destaque novamente para as trocas de cativos com municípios próximos.

Nas notas de compra e venda registradas em Pelotas, conseguimos identificar a moradia dos negociadores em menos de 20% dos casos. E esses nos mostram uma transferência de escravos bastante significativa de Rio Grande (25 cativos ou 10% dos negociados), Canguçu (4 escravos ou 1,6% dos negociados) e ainda dois escravos vindos de Santa Catarina. Além disso, observamos a saída de apenas um escravo de Pelotas, que teve como comprador um senhor de Rio Grande.

As notas de compra e venda de escravos em Pelotas nos indicam, dessa forma, uma importante presença do comércio intraprovincial de cativos na manutenção/ampliação dos plantéis de cativos da região, ao mesmo tempo em que o comércio interprovincial apareceu apenas esporadicamente nessa fonte. Cabe salientar a estranheza dessa negociação interprovincial, levando-se em conta o que a historiografia comenta a respeito do perfil dos escravos negociados nesse tipo de comércio. Os dois escravos adquiridos por José Marques da Fonseca em 1860, adquiridos de Wenceslau Martins da Costa e sua esposa, residentes em Santa Catarina, eram dois africanos, Francisco Ponche e Francisco de Paula, que tinham 58 e 60 anos de idade respectivamente.⁵⁵

Não sabemos das razões que levaram à compra dos dois Franciscos, mas podemos observar que as compras realizadas em Pelotas não focaram tanto o perfil de escravos jovens vistos em outras localidades, como veremos a seguir.

Nas transações em Porto Alegre observamos a participação de vendedores e compradores de escravos moradores em diversas localidades da província. Como mencionado, a leitura das notas de compra e venda favorece a observação dos processos de aquisição, de chegada ou entrada de cativos em determinadas localidades, mais do que do movimento de saída dessa população. Assim, vemos escravos serem vendidos de vilas como Encruzilha (22 escravos), Rio Pardo (22), Cachoeira (13), São Jerônimo (11), Triunfo (10), Cruz Alta (7), São Gabriel (9), São Leopoldo (8), São Borja (5), Rio Grande (2), Pelotas (1), Alegrete (1) e Uruguaiana (1). Em Porto Alegre, mais do que em qualquer outra localidade estudada, encontramos uma variedade de cidades ligadas à capital pelo comércio

⁵⁵ 2º Tabelionato de Pelotas, Livro de Notas n. 8, p. 4. APERS.

de cativos. Para reforçar o que apontamos como natureza dessa fonte, é importante notarmos que os sete escravos de Cruz Alta vendidos em Porto Alegre não constituíram saídas registradas naquela localidade. Ou seja, uma análise das notas de Cruz Alta não nos informou sobre essa transferência, que aparece novamente afirmando a importância da capital como entreposto para a negociação dos cativos.

Além disso, observamos também sete referências a escravos importados pelo comércio interprovincial de escravos. Reafirmando a importância do Rio de Janeiro no comércio de escravos, 5 dos cativos que chegaram de fora da província eram daí provenientes. Além desses, o escravo Herculano, de 40 anos de idade, foi comprado de um senhor de Minas Gerais em 1860.⁵⁶ No mesmo ano, Joaquim José Mendes Ribeiro adquiriu a escrava Luiza, de 28 anos, de uma senhora residente na cidade de Laguna/SC.⁵⁷

Já as saídas de escravos de Porto Alegre descritas nessa documentação apontaram apenas para o comércio intraprovincial, especialmente para as transferências mais próximas a Porto Alegre. Destacaram-se apenas algumas vendas para Jaguarão, Pelotas e Rio Grande (um escravo para cada).

Em relação às outras cidades analisadas, notamos em Rio Grande uma presença mais marcante de vendedores de escravos de outras regiões brasileiras. A entrada de cativos pelo tráfico interprovincial foi observada em 12 casos, aproximadamente 2,5% dos negociados. Mas cerca de 5% de todos os escravos vendidos em Rio Grande tiveram como origem, ou naturalidade declarada, outras províncias brasileiras; ou seja, teriam nascido nessas e sido posteriormente vendidos para o extremo Sul do Brasil em algum momento. Isso sugere uma importância desses tipo de comércio maior do que a que conseguimos medir na nossa pesquisa. Bahia e Pernambuco foram as residências indicadas para senhores de três escravos cada uma, com a Paraíba sendo apontada como o lar do senhor de dois escravos e Santa Catarina de um cativo.

Quase todos os escravos que entraram na província chegaram entre 1862 e 1865, época em que a economia provincial estava em ascensão, o que talvez explique essa ocorrência. Lembramos que esse período foi também de entrada de escravos em outros

⁵⁶ 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro de Notas n. 73, p. 174. APERS.

⁵⁷ 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro de Notas n. 76, p. 60v. APERS.

municípios estudados, ainda que não através do comércio interprovincial com a importância observada em Rio Grande. Mas também foram registradas transferências já na década de 1870, sendo esse o caso da escrava Iria e seu filho Pancrácio, que foram vendidos por João Vicente de Queiroz, residente em Recife, Pernambuco, para José Alves Ribeiro, já em 1876.⁵⁸ Com ambas as economias supostamente em declínio, talvez a ocupação do comprador, um capitão de navio mercante, tenha lhe possibilitado a compra oportuna desses cativos durante sua viagem. Essa possibilidade pode ser considerada porque era bastante possível a presença de um procurador nessa transferência (não é possível afirmar com precisão, pois a nota não foi incluída em uma pesquisa mais detalhada), talvez no próprio barco capitaneado por José Alves, e não podemos descartar a possibilidade de um acordo, ou mesmo do adiantamento do valor da compra com o senhor pernambucano, sendo a transferência oficializada apenas em Rio Grande, residência do comprador.

Dos 487 escravos negociados em Rio Grande, foi possível levantar informações mais precisas sobre os tipos de comércio em que apenas 76, ou 15,8%, estiveram envolvidos. Desse grupo para o qual tivemos maiores informações, 44 ou 57,9% foi negociado em transações locais; 20 ou 26,3% em transferências dentro da própria província e 12 ou 15,8% através do comércio interprovincial. Dentre os cativos negociados no Rio Grande do Sul, ressalta-se a importância de Porto Alegre como um entreposto para esse comércio, sendo a cidade de origem de sete escravos negociados em Rio Grande. Esta presença se igualava mesmo às trocas com Pelotas, residência dos senhores de quatro escravos vendidos em Rio Grande e destino de cinco cativos vendidos por senhores dessa cidade. Sendo essas, inclusive, as únicas saídas de escravos observadas através das notas de compra e venda.

Em Desterro, analisando o local apontado como residência dos vendedores e compradores dos escravos, observamos como a maioria das transações se deu em âmbito local. Senhores de 69% dos cativos negociados residiam em Desterro ou em suas freguesias. O comércio intraprovincial foi responsável por 12,1%% dos escravos, com destaque para São José e São Miguel (responsáveis aproximadamente por 4,5% desse comércio cada um deles), municípios vizinhos a Desterro (pela porção continental das baías

⁵⁸ 2º Tabelionato de Rio Grande, Livro de notas n. 23, p. 8v. APERS.

da Ilha de Santa Catarina), e tendo Lages, no planalto catarinense, como o município mais distante dentro da província, responsável pelas transferências de 3 cativos para Desterro (ou 0,8% dos negociados). Já quanto às saídas de cativos para dentro da província, temos a saída de cerca de oito escravos (2% dos comercializados), enviados para municípios vizinhos no litoral, o mais distante deles sendo Laguna, onde residia o senhor Galdino José de Bessa que, em 28 de maio de 1879, adquiriu na capital, por 600\$000 réis, a escrava Constança, descrita como uma preta de 20 anos, solteira, de profissão não declarada e matriculada na freguesia de Santo Antônio de Lisboa, norte da Ilha de Santa Catarina.⁵⁹

Quanto ao comércio interprovincial, apenas dois escravos chegaram de fora da província, de um senhor carioca e outro baiano. Em 23 de maio de 1865, Ouvídio Antônio Dutra adquiriu de Silva & Brum, residentes no Rio de Janeiro, a africana Joanna, de 25 anos de idade, descrita como “doente” e vendida por 300\$000 réis.⁶⁰ Já em 29 de setembro de 1866, Josefina Caetana Figner comprou do tenente Jacintho Furtado de Mendonça Paes Leme, residente na Bahia, a escrava Marcellina, africana de 38 anos, por 900\$000 réis.⁶¹ Como visto, foram duas transferências realizadas na década de 1860, momento apontado por Laura Hubener como de crescimento da economia provincial⁶², o que explicaria essas aquisições no mercado nacional de escravos. Contudo, a aquisição de uma escrava “doente” nos chama a atenção. Podemos levantar a hipótese de que essa escolha foi fortemente influenciada pelas possibilidades econômicas do senhor (sem condições de pagar altos preços praticados no mercado nacional) e suas intenções de uso dos escravos, visto ser impossível extrair de determinados escravos com limitações o rendimento observado em outros jovens e saudáveis.

Ainda a respeito do comércio interprovincial, cabe salientar que ambas as negociações foram intermediadas por procuradores (reafirmando a importância deles neste tipo de comércio); Antônio Joaquim da Silva Junior e Virgílio José Vilela, respectivamente, trataram da transferência de tais escravas, uma doente e outra de certa idade, ambas com perfil diferenciado daquele normalmente encontrado nessas transferências.

⁵⁹ Cartório Kotzias, Livro de Notas 09, p. 18v-19v.

⁶⁰ Cartório Kotzias, Livro de Notas 03, p. 6-7.

⁶¹ Cartório Kotzias, Livro de Notas 03, p. 55-56.

⁶² HUBENER, Laura. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981.

Perfil dos escravos negociados

A fim de ampliar a discussão de sentido e tipo de comércio praticado nas localidades selecionadas, outro ponto de interesse para pensarmos o comércio de escravos na região diz respeito ao perfil dos escravos negociados, para, posteriormente, estabelecermos sua relação com a circulação comercial desse cativo. Adiante, questionaremos a possibilidade de os processos de transferência desses cativos serem diferenciados de acordo com seu perfil. Assim sendo, procuramos averiguar se haviam diferenciações entre os cativos negociados e o perfil dos encontrados na região (em dados gerais de divisão entre os sexos, principalmente) e, posteriormente, entre os transferidos em diferentes tipos de negociação, o que poderia nos informar sobre os elementos de escolha envolvidos nessas transações.

Através das notas, observamos como o perfil dos escravos comercializados na região de Alegrete não fugiu muito daquele visto na população cativa encontrada na região. Do total de escravos negociados, 54,68% eram do sexo masculino e 80% dos escravos vendidos tinham menos de 30 anos de idade, com a maioria deles entre 15 e 29 anos (42,42%). Ou seja, não observamos a seleção de um perfil de escravos para a compra que se diferenciasse muito daquele já encontrado na população.⁶³

Contudo, quando analisamos esse perfil à luz do tipo de comércio em que estavam engajados, observamos algumas mudanças. No comércio local, 55% dos escravos negociados eram do sexo masculino. Já quando analisamos as transferências ocorridas com outros municípios da província, os homens somaram 62% dos transferidos. Os dois escravos negociados com um senhor da Bahia fornecem uma amostragem muito reduzida do comércio entre as províncias, tendo Maria, uma escrava de 6 anos de idade, entrado na província em 1866, enquanto Basílio, um cativo de idade não informada saiu do Rio

⁶³ Lembrando que a referência usada para a população escrava local foi a anotada na Matrícula Especial de Escravos de 1872-1873, que parece registrar com maior precisão essa população. Essa é uma referência discutível em termos de momento captado, e pode mesmo ser questionada quanto a sua fidelidade, mas parece ser uma referência confiável para essa população em um instante importante do período analisado.

Grande do Sul em 1865.⁶⁴ Apesar dessa pequena amostragem do comércio interprovincial, fica esboçada por esses dados das transferências intraprovinciais uma relação entre a distância da negociação do escravo e uma maior seleção de seu perfil, que será verificada também para as outras localidades em estudo.

Quanto às profissões declaradas para esses indivíduos negociados, observamos anteriormente que o emprego dessa mão de obra na pecuária ficou registrado nessa fonte como venda de cativos campeiros, ocupação mais citada para os escravos negociados em Alegrete (apesar de termos essa informação para uma base bastante reduzida de casos).

Sobre a movimentação desse mercado de trabalho, cabe salientar que dos onze campeiros negociados, somente um foi trazido para Alegrete, três foram vendidos para fora do município e sete foram comercializados localmente. Novamente, seguindo o que ficou registrado nessa fonte, para um número pequeno de casos, verificamos a ocorrência de uma perda de mão de obra especializada nas lides campeiras, que pode ser vista como significativa em termos representativos para o grupo levantado (2 escravos ou 18% desses 11 profissionais negociados), mas não absolutos.

A venda de cativos em Cruz Alta seguiu de perto o padrão da população escrava, apresentando a negociação de 52% de homens frente a 48% de mulheres; uma participação feminina um pouco acima daquela encontrada na população local, indicando novamente a baixa seleção sexual das compras dentro de um mesmo município. E mais uma vez observamos o predomínio de negócios com cativos jovens, com 42,8% dos escravos vendidos tendo de 15 a 29 anos, e 36,5% deles de 1 a 14 anos. Embora a amostragem seja bastante pequena, todos os quatro escravos vendidos para fora da província eram homens entre 8 e 23 anos de idade.

Como apontado anteriormente, o quadro de ocupações dos escravos mais uma vez mostrou a presença significativa de cativos ligados à produção pecuária desenvolvida na região. Infelizmente, temos informações sobre a ocupação profissional de poucos cativos, 73 dos 549 negociados. Desses, 35,6% foram declarados “campeiros”, 30,1% “cozinheiros”, 11% de “serviços domésticos” e 6,8% de “lavradores”. Todos os

⁶⁴ 2º Tabelionato de Alegrete, Livro 2, p. 34v-36; 2º Tabelionato de Alegrete, Livro 4, p. 45v-48v, respectivamente. APERS.

“campeiros” eram do sexo masculino, enquanto as mulheres formaram a maioria dos “cozinheiros”. Dois escravos pedreiros, um alfaiate, uma engomadeira, um sapateiro e um ferreiro completam o quadro de profissionais comercializados.

Em Pelotas, como apontado anteriormente, o perfil de cativos negociados foi diferente daquele observado em outras localidades. Chamou nossa atenção a concentração de negócios com escravos do sexo masculino, que representaram 88% dos negociados, compondo uma participação no mercado de cativos ainda maior do que a presença na população, que já era grande em comparação ao restante da província.

Outro ponto importante de ser notado é que, ao contrário de outras localidades, em Pelotas os escravos mais negociados foram adultos mais velhos, que tinham entre 30 e 44 anos de idade. E em seguida, o grupo mais negociado foi aquele de maiores de 45 anos, o que nos faz pensar na questão da idade produtiva dessa população e seu emprego. Uma queda elevada no preço de escravos mais velhos, que talvez pudesse explicar sua compra mais expressiva (por serem mais baratos), não foi verificada. O preço médio desse grupo maior de 45 anos foi praticamente igual ao verificado para os cativos de 15 a 29 anos negociados, o que nos faz pensar em outra hipótese: a valorização da experiência ou especialização profissional dos escravos mais velhos.

A presença expressiva de cativos mais idosos talvez se explique pelo formato adotado por algumas das negociações. Foi frequente em Pelotas a negociação de grandes grupos de escravos, muito deles vendidos junto com os estabelecimentos nos quais eram trabalhadores. Assim, a venda de uma charqueada completa, inclusive com os seus trabalhadores, diminuiria as chances de uma seleção etária mais minuciosa dos cativos negociados, e envolveria a aquisição de trabalhadores já especializados em determinadas ocupações. A pesquisa de Jonas Vargas reforça alguns desses pontos e demonstra, de forma bastante clara, a dinâmica de muitas dessas vendas, utilizando-se de listas nominativas e conhecimento da região para complementar a discussão das notas e procurações e ter uma melhor compreensão da dinâmica do comércio escravo em Pelotas. Segundo o autor, boa parte dessas transferências foi realizada entre charqueadores, com os de menor porte vendendo charqueadas e cativos aos mais ricos, ou com esse grupo de grandes proprietários

adquirindo escravos no espaço urbano da cidade.⁶⁵ Isso nos ajuda a entender o formato das transferências em Pelotas, e uma concentração dessa propriedade, mas só isso não explica a valorização dos escravos mais idosos ou sua pequena depreciação frente a cativos mais jovens.

Como já apontamos, um outro caminho para explicar essa questão está na ocupação profissional. Novamente, Pelotas se destaca, trazendo dados de ocupação para 58% dos escravos negociados. Dos 145 cativos para os quais temos informações, mais da metade deles foram classificados em duas ocupações, sendo 25,5% deles apontados como carneadores e outros 25,5% como serventes. Campeiros somaram 8,3% dos negociados, sendo seguidos por lavradores, que representaram 6,2%. Diversas outras ocupações foram citadas, de marinheiros a oleiros, sendo várias delas ligadas às charqueadas, como salgador, tripeiro e graxeiro. No que se refere à explicação da valorização dos escravos mais idosos, observamos que grande parte desse grupo possuía uma ocupação definida, o que ajudaria a explicar seu valor. Desse grupo, 27,5% dos cativos foram descritos como serventes e 21,6% como carneadores, sendo ainda citados salgadores e graxeiros, mais ligados às charqueadas, e diversas outras profissões, como lavradores, marinheiros, carpinteiros e oleiros, o que nos ajuda a entender seu valor. Não podemos descartar que o próprio formato diferenciado dessas negociações pode ter interferido na definição de preços, como veremos a seguir.

Na capital gaúcha, o perfil dos escravos negociados não fugiu muito daquele encontrado na matrícula de 1872-73, pelo menos quanto à distribuição entre os sexos, seguindo um padrão já observado anteriormente. Entre os cativos comprados e vendidos em Porto Alegre, os homens representaram 50,9% dos negociados; a participação das escravas comercializadas foi um pouco superior a sua participação na população total, mas que não chegou a caracterizar uma escolha por determinado sexo muito diferente do que era encontrado naquela população.

Em Porto Alegre, a maior parte dos negociados estava na faixa dos 15 a 29 anos, que somaram 45% dos transferidos. Em seguida, cativos mais experientes de 35 a 44 anos ocuparam a preferência dos negócios, respondendo por 23,8% das transações. Escravos

⁶⁵ VARGAS, Jonas. Op. Cit. Uma versão anterior deste texto está disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/vencontro/pdf/VARGAS,%20Jonas.pdf> (acessado em 07/11/2011).

jovens, de até 14 anos, somaram 19,9%. Observamos assim uma preferência por escravos adultos, mais do que por jovens, nesse mercado.

As ocupações profissionais foram informadas para menos da metade dos escravos negociados e revelaram uma grande variedade de profissões. Na capital gaúcha foram citadas 27 ocupações para os 1.739 cativos comercializados. A maior parte deles foi descrita como empregados domésticos (15,6% do total), seguidos pelos lavradores (6,9%), cozinheiros (3,7%) e também campeiros (2,9%). Pedreiros, costureiras, marinheiros, sapateiros, carpinteiros e lavadeiras foram outras das muitas profissões citadas para os escravos negociados.

Quando analisamos o perfil dos escravos negociados em Rio Grande, notamos a opção por escravos do sexo masculino, que somaram 57,4% do negociado, percentual aproximadamente 3,4% maior do que sua participação na população local (segundo a Matrícula de 1872-73). A faixa etária dos cativos negociados indicava uma preferência por jovens adultos, entre 15 e 29 anos, que corresponderam a 33% dos negociados. Depois, os adultos mais experientes, entre 30 e 44 anos, formaram o segundo grupo mais negociado. E em seguida, cativos de até 14 anos somaram 21,2% dos negociados, frente a 16,3% daqueles com mais de 45 anos.

As ocupações mais encontradas para os cativos transacionados foram a de serviço doméstico, com 26,7%, seguida por campeiros (4,9%) e carneadores (4,7%), mostrando a importância da economia pecuarista e charqueadora e o emprego de cativos nela. Ainda se destacaram os escravos empregados como marinheiros, que somaram 4,5% dos negociados.

Entre os escravos negociados em Desterro, chamou a atenção que a maioria das transações envolveu cativas, que foram 60,5% daqueles transferidos. Essa participação superou em quase 11,5% sua presença na população local, indicando que os senhores residentes em Desterro, em algum momento, optaram por adquirir cativas mais do que escravos do sexo masculino.

Essa opção por adquirir mulheres talvez possa ser explicada pela diferença de preços entre os escravos de sexo distinto e pela procura por escravos mais baratos. Para tanto, cabe uma análise dos preços dos cativos. Em geral, o preço das mulheres era inferior ao dos homens. Dessa forma, podemos supor que para executar uma mesma função, que

não exigisse tanto da parte física, a compra de mulheres, por um preço mais baixo, poderia ser uma opção vista como vantajosa por muitos senhores catarinenses. É interessante notar que o comportamento do preço dos homens e mulheres teve uma evolução diferenciada. Enquanto o preço dos homens foi mais elevado na década de 1870, menos para a faixa dos cativos entre 30 e 44 anos (mais elevada na década de 1860), a valorização das mulheres foi diferente. Em geral, as escravas foram mais valiosas na década de 1860 que na seguinte, menos para a faixa daquelas menores de 15 anos. Nesse caso, imaginamos que a Lei do Ventre Livre pode ter tido impacto significativo nessa questão.

Grupos de escravos negociados

Outro ponto a ser destacado, quando analisamos as transferências de escravos, diz respeito aos grupos negociados em cada venda. Ou seja, descobriremos se as compras e vendas realizadas em uma determinada região incidiam, geralmente, sobre indivíduos, pequenos ou grandes grupos, nos quais podiam ser transferidos dezenas de cativos em uma mesma transação. Compreender essa questão é importante porque nos ajuda a entender como os vendedores e compradores de cativos participavam desse mercado: apenas pontualmente, vendendo ou comprando escravos conforme necessidades específicas (ou conforme a relação com os cativos se deteriorava, nos casos observados de escravos que pediam para ser vendidos); ou em participações mais robustas, envolvendo grupos de cativos, muitas vezes ligados também à transferência de uma propriedade onde eles já exerciam suas atividades (caso de estabelecimentos de charqueadas, propriedades rurais e mesmo barcos).

Ainda sobre a análise dos grupos de escravos transferidos, um ponto a ser destacado é a comercialização de famílias escravas. Apesar de muitas vezes não haver registro oficial, casamentos e famílias escravas foram presença recorrente na escravidão brasileira em todas as regiões.⁶⁶ A pressão exercida pelos cativos para preservar esses laços passava pela

⁶⁶ Ver, entre outros: SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SILVA, Denize. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-

negociação direta com seus senhores, pela tentativa de ganhar certos contextos de autonomia e desenvolvimento/manutenção de um espaço privado para a vida familiar. Pela perspectiva senhorial, o reconhecimento desse “direito” servia ao mesmo tempo como válvula de escape para as agruras da vida cotidiana dos escravos e também como fonte de ameaça contra os mesmos. Ao mesmo tempo em que os cativos lutaram por formar e preservar suas famílias, desenvolvendo uma vida mais plena, a possibilidade dessa ser separada devido à venda de seus membros foi uma causa de temor constante na vida dessas pessoas.

Assim, formas mais extremas de resistência à venda não soaram estranhas. No caso de Desterro, por exemplo, temos o registro de pelo menos um ato de desespero de um cativo ao saber de sua venda para fora da província (e possível separação de família e amigos). Somente a partir desse tipo de dado podemos realizar uma leitura mais completa de uma situação como a encontrada no jornal *O Conservador*, de Desterro, em 20 de dezembro de 1873:

Tentativa de Suicídio – Pretendera suicidar-se ontem na ocasião de embarcar para o Rio de Janeiro, um crioulo do negociante Jorge de Souza Conceição.

Motivou este ato de loucura, segundo consta, o engano de que se serviram para ele embarcar, persuadindo-lhe que ia para Canasvieiras, o que dando logo por isso se lançou ao mar, sendo salvo pela tripulação do bote com muita dificuldade.

A lei de emancipação devia ser mais benigna, em favor desses infelizes; às vezes o amor a ganância de obter-se na corte um alto preço, faz desprezar e entorpecer os sentidos de humanidade, obrigando-se assim a esta classe desfavorecida a abandonar afeições caras; e até o amor do torrão em que nasceram que pode nela ser um sentimento muito natural.

A lei de 28 de Setembro ainda não preveniu todas as eventualidades desta ordem, mas a sabedoria do governo imperial em que tanto confiamos há de dar a seu tempo remédio a estes males.⁶⁷

Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2004. GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Ser “ingênuo em Desterro/SC: a lei de 1871: o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2005.

⁶⁷ Universidade Federal de Santa Catarina/ Biblioteca Universitária (UFSC/BU). *O Conservador*, n. 91, 20 de dezembro de 1873.

Segundo o autor, o cativo em questão, desesperado com a situação, procurou interferir no curso que tomava a sua vida através do suicídio, forma mais extrema de tentar definir o futuro de sua existência. Não sabemos se o caso foi mesmo uma tentativa de suicídio ou fuga desesperada e mal sucedida, mas essa ocorrência e sua narrativa apontam para algumas questões importantes. Ela reafirma a possibilidade de resistência por parte do escravo a uma transferência para longe, pois a ocultação do verdadeiro destino (com o subterfúgio de informar ao cativo que o seu destino seria uma freguesia ao norte da Ilha de Santa Catarina) mostra a precaução dos vendedores envolvidos em evitar problemas. Por outro lado, essa mentira é reveladora por si, ao mostrar que o cativo estaria disposto a manter-se disciplinado e aceitar a sua transferência dentro de certos limites.

Casos de reação à separação dos familiares aparecem na bibliografia norte americana sobre o comércio de escravos. Em um caso específico, de venda de escravos em um leilão, Walter Johnson relata a tentativa do escravo em garantir que sua transferência fosse acompanhada da de sua esposa, propagandeando não apenas as suas habilidades, mas também as de sua família, destacando a complementaridade de suas capacidades e a vantagem que seria adquirir todos juntos e manter unida sua família.⁶⁸

A grande maioria dos escravos comprados e vendidos em Alegrete foi negociada individualmente (86,3% dos negociados). Quando as negociações englobavam mais de um escravo tratavam geralmente de famílias escravas, especialmente mães com seus filhos menores. Isso de certa forma mostra uma escala mais tímida dessas transferências, sem grandes grupos sendo negociados. O mesmo foi observado para Cruz Alta, onde 76,3% dos cativos foram negociados individualmente. Famílias foram encontradas, mas temos também a venda de grupos maiores, de até seis indivíduos, que foram comercializados em quatro oportunidades.

O comércio de escravos em Pelotas teve característica singular em relação às demais localidades também no que se refere aos grupos de cativos transferidos. Enquanto em Alegrete e Cruz Alta as transações de apenas um cativo representavam os negócios mais frequentes e a forma como mais se negociava escravos, em Pelotas ela também foi a mais

⁶⁸ JOHNSON, Walter. *Soul by soul*. Op. Cit., p. 181.

usual, mas foi responsável apenas por 12% dos escravos comercializados. A comercialização de propriedades produtivas, de charqueadas, juntamente com os cativos que nela trabalharam foi realizada em alguns momentos e promoveu a transferência de grande número de escravos em uma mesma ocasião. Esse foi o caso da negociação de um estabelecimento de charqueada vendida por Cipriano Rodrigues Barcelos e sua esposa à Cândido Antônio Barcelos & Irmão, em 1862, com o qual foram vendidos também cinquenta e seis escravos que trabalhavam naquela propriedade.⁶⁹ Somente esse negócio foi responsável por 22,4% de todos os escravos comercializados em Pelotas no período estudado. Além dessa negociação de 56 cativos, em outras quatro ocasiões foram negociados 20 ou mais escravos em apenas uma transação.

Contrastando com os dados observados a respeito de Pelotas, também na capital da província a maior parte dos cativos foi negociada individualmente. Em Porto Alegre, 85,9% foram transferidos sozinhos e 8,9% comercializados em duplas. Em comparação com Pelotas, seria interessante pensar até que ponto esse era um comércio muitas vezes de pequenos proprietários (em pelo menos uma das partes), com recursos limitados, mas que viam nessas aquisições a possibilidade de ampliar um negócio ou serviço, multiplicar ganhos com essa força de trabalho ou solucionar uma necessidade específica de mão de obra. E, por outro lado, vender poderia significar ter acesso a um capital para sanar dívidas, sustentar um negócio ou mesmo ampliá-lo. Isso sem falar da possibilidade de venda como resposta a uma demanda dos escravos, à resistência desses ou uma situação disciplinar insustentável, questões recorrentes em muitas dessas vendas. De toda forma, além dessas transferências, encontramos a negociação de poucos grupos de dois, três escravos e duas negociações envolvendo dez cativos ao mesmo tempo, mostrando a presença de senhores de mais posses e/ou proprietários em piores condições.

A predominância de vendas individuais também foi verificada em Rio Grande, mas novamente observamos a presença de grupos maiores sendo negociados. Nessa importante cidade portuária, 69,8% dos cativos foram negociados individualmente, com outros 11,1% sendo negociados em duplas (muitas delas de mães com filhos menores). Grupos de 3 a 4 pessoas também foram negociados com certa frequência, e em uma ocasião tivemos a

⁶⁹ 1º Tabelionato de Pelotas, Livro de Notas n. 9, p.105. APERS.

venda de grupos maiores, de 24 e 30 pessoas, em condições semelhantes a de transferências de charqueadas vistas em Pelotas.

Já em Desterro, encontramos a maior taxa de comércio individual de cativos em todas as localidades selecionadas. Na capital catarinense, 91,2% dos escravos foram vendidos sozinhos, de acordo com a predominância de pequenos proprietários nessa região e revelando o caráter pontual dessas negociações de cativos. O comércio de 2 cativos, em diversas vezes mães com filhos pequenos, também foi frequente (somando 5,2% dos negociados), com a maior transferência registrada correspondente a 4 cativos, ocorrendo uma única vez.

Observamos assim, o predomínio da comercialização de cativos em pequenos grupos, na maioria dos casos individualmente, com a única exceção sendo Pelotas, onde o comércio de grandes grupos foi a forma predominante para a transferência dos cativos.

Preços dos escravos negociados em cada localidade

Em seguida, uma questão que transparece no estudo das notas de transferências de cativos diz respeito ao preço pago pelos mesmos, como já vimos no caso de Campinas. A formação do preço pago pelos cativos tem uma série de problemas ligados à expectativa senhorial quanto ao trabalho futuro desses indivíduos, e mesmo quanto à sua capacidade reprodutiva (pelo menos antes da Lei do Ventre Livre, em 1871). Idade, sexo, condição física e especializações profissionais geralmente aparecem relacionadas à maior ou menor valorização, mas veremos que essa relação não parece ser sempre tão direta ou constante quanto imaginamos. O conhecimento prévio do cativo a ser negociado, a relação com o senhor anterior e os termos da negociação entre as partes parecem exercer um papel bastante decisivo na formação final do preço dos cativos, ainda que não tenhamos acesso direto a essas condições.

Temos poucas informações sobre esse contexto da venda de um cativo específico, mas que nos ajudam a entender as características levadas em consideração na formação dos preços. Em 15 de dezembro de 1860, em Porto Alegre, Antônio Barbosa Madureira adquiriu de Joaquim e Mariano Maria Torres a escrava Bernarda, uma parda sem profissão

declarada, pela quantia de 500\$000 réis.⁷⁰ O preço pago era bastante inferior à média obtida para as cativas dessa faixa etária no período, mas para esse caso específico temos a justificativa. Na própria nota de venda a escrava foi descrita como “muito doente”, sofrendo de sífilis e elefantíase, o que explicaria o baixo preço pago por ela. Fica o questionamento sobre o motivo de Antônio Barbosa querer adquiri-la nessa condição (o que poderia nos indicar um possível conhecimento prévio entre comprador e cativa, ou uma necessidade específica que pudesse ser atendida por essa cativa).

De forma semelhante, por ser descrita como possuindo o “vício de fugir” que a escrava Maria, uma doméstica de 35 anos, foi também vendida por preço inferior à média.⁷¹ No conjunto de cativos comercializados, encontramos diversos exemplos de pessoas descritas como “rendidas”, “viciosas” ou simplesmente “doentes”, que nos informam sobre um contexto geralmente não aparente nas notas de compra e venda, semelhantes àqueles observados nos anúncios de compra e venda publicados nos jornais, como já vimos.

Em todas as localidades analisadas o preço dos cativos parece ter acompanhado de perto o contexto econômico, político e social que atingia a região. Na maior parte dos casos, nossa análise de preços médios de cativos baseou-se em uma primeira seleção de preços de trabalhadores de ambos os sexos, entre 15 e 29 anos de idade, e a partir dela foram construídas as tendências básicas de preço na região e realizado o acompanhamento da valorização de outros perfis.

No caso de Alegrete, por exemplo, existem variáveis quando selecionamos outros perfis etários, mas as tendências verificadas com a evolução do preço médio pago a jovens escravos mostra queda (muito forte no caso dos escravos desse grupo) nos preços em meados da década de 1860, seguida por uma recuperação até o fim dessa década e tendência à queda nas décadas seguintes. Para esse contexto, a crise na pecuária sulina e os efeitos imediatos da Guerra do Paraguai na região (com desorganização da produção e possível fuga de cativos) podem ajudar a explicar essa forte queda no valor dos cativos.

Os maiores preços médios obtidos foram de jovens adultos (15 a 29 anos) de ambos os sexos na década de 1860, 1:047 mil réis. Um ponto que contrasta com a bibliografia

⁷⁰ 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro de Notas 73, p. 128. APERS.

⁷¹ 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro de Notas 80, p. 19v. APERS.

nacional é que as escravas tiveram um preço médio superior ao dos homens, 1:129 mil réis contra 1:025 mil réis. Buscamos uma pista para esclarecer essa valorização nas declarações de profissões das escravas, nas quais encontramos Maria Antônia (23) e Cecília (15) negociadas em 1864 por valores altos para os padrões locais, sendo 2:000 e 1:600 mil réis, respectivamente, tendo como profissões declaradas “oficiais charuteiras”, o que ajuda a explicar sua valorização.⁷² A primeira ainda foi objeto de comércio intraprovincial, tendo sido vendida por um senhor residente em Uruguaiana para D. Deolinda Amaro Ferraz, residente em Alegrete. Contudo, somente essas duas possuíam uma especialização diferenciada, além de outras apontadas como domésticas, sendo que os homens representaram a maior parte dos indicados como especialistas em determinadas funções, o que não nos permite indicar esse fator como resposta à valorização observada.

De toda forma, os preços dos escravos do sexo masculino ainda sofreram uma valorização posterior à queda observada em meados da década de 1860. Para eles, o preço ainda teve certa recuperação até o fim da década de 1860 e o início da seguinte, mostrando a valorização dos escravos na região, fechando a média na década seguinte em 1:000 mil réis. Já o preço das cativas jamais voltou a se aproximar muito do anterior. Para elas, a recuperação de valor foi possivelmente abalada pela Lei do Ventre Livre (com a lei, as mulheres perderam valor de mercado ao deixarem de proporcionar o nascimento de novos escravos aos seus senhores), como aponta Robert Slenes.⁷³ Entretanto, a falta de referências específicas a escravas da faixa etária de 15 a 29 anos, na década seguinte, impediu-nos de observar com maior clareza o impacto da maternidade e da possibilidade de reprodução nessa valorização.

Entretanto, um comentário bastante pertinente a respeito dessa nossa fonte foi feito em um relatório de presidente de província, que trazia anexado ao mesmo outro relatório de dois oficiais encarregados de fiscalizar as mesas de renda e coletorias da província, entre outras coisas (como investigar denúncias de contrabando em determinadas localidades). Entre outras coisas, o relatório encomendado mostrava uma série de irregularidades nos impostos que constituíam renda importante, citando entre eles a meia sisa sobre os escravos

⁷² 2º Tabelionato de Alegrete, livro de notas n. 2, p. 6-7v; p. 9v-11; p. 11-12. Fundo: Tabelionatos. APERS.

⁷³ SLENES, R.. *Brazilian Internal Slave Trade*. Op. Cit., p. 357.

negociados. Os fiscais iniciaram a exposição sobre os prejuízos da Fazenda Provincial com o imposto sobre o charque (de 3% do valor), afirmando que a Praça do Comércio de Rio Grande, que estabelecia o preço, tendia a estabelecer um valor menor para a cobrança do imposto do que para o comércio, resultando em prejuízo da taxaço. Além disso, havia contrabando no lugar denominado ancoradouro da “bóia”, onde navios de maior calado completavam sua carga de charque sem pagar direitos. Sobre a meia sisa o relatoria afirmava que: “conhece-se pela arrecadação desse imposto que uma grande parcela das escrituras são lavradas por menor quantia do que o valor real da venda”.⁷⁴ Estaria aí, claramente, mais um problema para a nossa fonte, que deve ser considerado, mas para o qual não temos como fazer críticas devido ao grande número de documentos (e dessa forma, situações) observados.⁷⁵ Mais uma vez o problema dos registros de época aparece, sendo necessária uma maior discussão com outras fontes para que tenhamos uma precisão maior em relação aos preços pagos pelos cativos (para a qual, infelizmente, não temos o tempo necessário).

No caso de Cruz Alta, também observamos que os preços mais elevados pagos por cativos foram encontrados até meados da década de 1860, especialmente na primeira metade da década. As tendências parecem ter sido as mesmas para a média geral e grupos específicos de cativos: o pico de preços no fim da década de 1850 e início da seguinte, seguido por um longo período de queda. Chamamos a atenção para as principais fortes quedas de preços observadas: em 1860, no fim da década de 1860 e no fim da década de 1870. Essas mesmas quedas podem ser observadas no gráfico de preços da média geral dos cativos e elas são vistas principalmente no preço das mulheres entre 15 e 29 anos, com o

⁷⁴ Relatório com que o excelentíssimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta província, passou a administração da mesma ao ex.mo sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1.o vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1870, p.S1-2. No mesmo relatório, os fiscais buscam apontar soluções para uma melhora na arrecadação, mas para o caso da meia sisa, relatam que não conseguem imaginar um meio de evitar essa infração, visto que os oficiais da coletoria não tinham o direito de exigir a avaliação dos escravos.

⁷⁵ Podemos sugerir, contudo, que uma pesquisa comparativa de preços de cativos de diversas fontes, entre elas anúncios de jornais, notas, execuções testamentárias e inventários, além de alforrias, poderiam nos informar situações diferenciadas de formação de preço, que ajudariam a criticar os registros de algumas dessas fontes. Entretanto, não podemos deixar de observar que a natureza de muitos desses registros, que embasavam impostos e taxaço pelo governo, poderiam estar sendo burlados por intenções de natureza semelhante.

declínio não sendo tão acentuado entre os homens. Contudo, ainda não conseguimos identificar as razões dessa ocorrência.

Os preços desse grupo etário (15 a 29 anos) foram sempre mais elevados do que os demais, variando de uma média de 1:230 mil réis, na década de 1850, e caindo para 1:043 mil réis na década 1860, 952 mil na de 1870 e 638 mil na de 1880. Os outros grupos etários seguiram tendências semelhantes, com exceção dos maiores de 45 anos, cujo valor médio foi mais elevado na década de 1860 e manteve-se nas décadas seguintes.

Uma característica importante é que em diversos grupos etários o preço das mulheres esteve muito próximo ao dos homens e, em alguns casos, foi superior a ele. Nas décadas de 1850 e 1860, as médias das cativas entre 15 e 29 anos de idade foram superiores à dos escravos. A queda verificada no preço das escravas, na década de 1870, parece estar relacionada à Lei do Ventre Livre.

Observamos anteriormente como os preços médios pagos em Pelotas tiveram uma dinâmica diferente das demais quando se comparava o preço pago dependendo das faixas etárias dos cativos. Escravos mais idosos (entre 30 e 44 anos), mas também melhor qualificados, apareceram como os mais valorizados nessa região, um pouco a frente dos idosos (maiores de 45 anos); somente depois aparecem os jovens adultos (entre 15 e 29 anos) que eram geralmente os mais valorizados nas outras localidades. Como também já destacamos, o fato de muitos desses escravos serem vendidos em conjunto com propriedades poderia ainda mascarar os preços dos mesmos.

Já a média dos preços pagos pelos escravos em Porto Alegre acompanhou o padrão observado para os valores dos cativos em outras localidades. Escravos entre 15 e 29 anos eram mais valiosos, tendo um preço médio, para todo o período estudado, de 930 mil réis. Preço médio pouco superior àquele pago aos cativos entre 30 e 44 anos, que foi de 922 mil réis, mas bastante distante daquele conseguido por jovens de até 14 anos, que foi de 692 mil réis. Em praticamente todas as faixas etárias (exceção para os cativos até 14 anos) as maiores médias de preços observadas foram encontradas na década de 1860, ápice da valorização dos escravos.

Em Rio Grande, os maiores preços observados foram novamente os pagos na década de 1860, com uma variação menor dos valores pagos pelos cativos ao longo das

décadas em relação às escravas. Chama a atenção que a maior média de preço observada foi entre as cativas de 15 a 29 anos na década de 1860, 1:247\$930, maior que a média dos escravos de sexo masculino entre 15 a 29 anos, de 1:228\$750 no mesmo período. Essas médias caíram para 1:125 mil e 1:004 mil réis, respectivamente, no início da década seguinte, mantendo a queda nos anos subsequentes. Ainda na década de 1860, foi observada a terceira maior média, de 1:161\$350 paga pelos homens de 30 a 44 anos.

Infelizmente, a concentração dessa fonte nos anos iniciais da década de 1870 nos impediu de observar como o alto valor pago pelas jovens escravas na década de 1860 foi afetado pela Lei do Ventre Livre.

Em Desterro, observamos uma oscilação do preço pago pelos cativos em meados da década de 1860, seguida de sua recuperação até a segunda metade da década seguinte, quando esses valores entram em declínio. Mas essas flutuações não foram uniformes entre os cativos, como veremos a seguir.

Usando a tendência da média de preços para os cativos entre 15 e 29 anos, vamos observar suas flutuações e as diferenças observadas entre os homens e mulheres escravizados. A princípio, percebemos uma acentuada queda de preços após 1865, para ambos os sexos. A partir desse ponto, as linhas de evolução dos preços se separam. A média de preço das escravas jamais recuperou seu valor, caindo lenta e continuamente até a década de 1880. Enquanto isso, o preço dos cativos entra em um movimento de recuperação após essa queda, uma valorização constante, retomando seu valor na década de 1870. De todo modo, as maiores médias de preços encontradas em ambos os sexos foi justamente essa dos escravos entre 15 e 29 anos. Entre os homens, a maior média foi de 952 mil réis na década de 1870, enquanto entre as cativas foi de 836 mil réis na década de 1860.

Os escravos mais valorizados foram também aqueles mais negociados na capital catarinense, com os escravos entre 15 e 29 anos somando 39,2% dos cativos negociados. Em seguida, os adultos mais experientes entre 30 e 44 anos somaram 26,6% das vendas, enquanto os menores de 14 anos representaram 21,1%.

O cruzamento dos dados referentes às idades com aqueles que dizem respeito à ocupação dos cativos foi prejudicado pela baixa frequência desse último. Temos

informações sobre a ocupação de pouco mais de 20% dos escravos negociados em Desterro. A maior parte desses cativos, 10% do total negociado, foi descrita como de serviço de lavoura ou roceiro, o que revela importância dessa atividade na região. Escravos de serviço doméstico e cozinheiros somaram 9% dos negociados, foram ainda observadas as negociações de dois sapateiros (1%), dois jornaleiros (1%) e de um marinheiro, um tamanqueiro e um carpinteiro (0,5% cada).

Procurações e a participação de intermediários e negociantes nas transações

A atuação de procuradores nas transferências realizadas foi outro ponto de interesse da pesquisa. Observamos as relações entre os procuradores, os tipos e sentidos de comércio e também o próprio perfil dos cativos negociados, na esperança de encontrar mais pistas sobre a seleção de determinados escravos em relação a sentidos e tipos de comércio praticados por esses procuradores. Como mencionado anteriormente, parte fundamental das transferências de escravos, especialmente de longo curso, foi executada através de procuradores, comerciantes de cativos ou apenas representantes dos senhores.

Nas compras e vendas em Alegrete, observamos a atuação de 23 procuradores agindo, especialmente, como intermediários de vendedores de cativos, que negociaram, em sua maioria, apenas um cativo. Apenas 4 procuradores negociaram mais vezes, com o máximo de 4 escravos vendidos por José Evaristo dos Anjos.

Quase a totalidade dos escravos trazidos para Alegrete foi de responsabilidade de um procurador encarregado, tanto no comércio intra quanto do único caso interprovincial. Isso foi observado a partir dos dados dos documentos apresentados pelos procuradores no ato da venda de cativos para os compradores residentes em Alegrete. Foram vinte os casos em que isso ocorreu, o que possibilita a identificação dos procuradores ao comércio de escravos em distâncias maiores, apesar de eles estarem presentes também mediando negócios entre moradores de Alegrete.

Para a localidade de Cruz Alta, aproximadamente 74,6% dos escravos foram negociados diretamente por seus senhores, sem a intermediação de nenhum procurador, número próximo ao de cativos que foram comercializados individualmente, 76,3%.

Entretanto, tivemos quatro transações em que seis escravos foram vendidos ao mesmo tempo, correspondendo a 4,4% de homens e mulheres vendidos.

No período estudado, vinte e três procuradores realizaram ou intermediaram a venda de trinta escravos, a maioria deles foi negociada individualmente. Desses procuradores, destacou-se Antônio Veríssimo da Fonseca, responsável por uma transferência de quatro escravos em 1865, não sendo observadas maiores repetições de atuação desses intermediários.

Em Pelotas, cabe observar que em todas essas negociações a figura dos procuradores não foi sequer citada. Vendedores e compradores parecem (pelo menos nos registros) ter negociado diretamente os cativos, não dando espaço para os intermediadores ou comerciantes de escravos nesse mercado predominantemente local registrado pelas notas de compra e venda.

Para Porto Alegre, essa informação mais detalhada sobre a participação de procuradores nas vendas foi explorada para apenas 20,8% dos casos. Para a negociação desses 362 cativos para as quais temos informação, 81,2% foram negociados diretamente por seus senhores, sem intermediadores. Dos demais, 18,0% foram negociados por procuradores dos vendedores e 0,9% por procuradores do comprador ou de ambas as partes. Por essa amostragem, fica clara a participação direta de muitos senhores na negociação de seus cativos na capital gaúcha.

Quanto à participação de procuradores em Rio Grande, nas notas observamos uma presença mais expressiva de intermediários do que a verificada em outras praças. Cerca de metade das vendas tiveram participações de procuradores de uma ou das duas partes, inclusive com 8,5% representando firmas em liquidação, o que nos indica a compra oportuna de cativos em momentos de dificuldade financeira. Esse universo de procuradores mostra, ainda, a maior inserção de Rio Grande nos circuitos comerciais da província e do Império.

Em Desterro, a maioria dos cativos foi negociada diretamente pelos seus senhores e compradores; a venda de 84,5% não contemplou a figura de um procurador. Os 12,5% restantes, ou 47 cativos, foram representados por 38 procuradores, o que indica a grande pulverização de vendas, com muitos procuradores negociando um ou dois cativos, apenas.

Cabe, aqui, o destaque a nomes observados em pesquisa anterior, sobre o comércio de escravos em Desterro.⁷⁶ Apesar de ter sido observada a atuação de nomes como o de João Pinto da Luz, Jacintho Pinto da Luz e João Pombinho da Silva, eles apareceram ligados, nas notas de compra e venda, a poucas transferências de cativos, com participações em uma ou duas transferências cada um. Entre os procuradores apontados pelas notas dos cartórios de Desterro, foi Antônio Ramalho da Silva Xavier o maior intermediário na venda de escravos, responsável pela venda de três cativos, ou 1,4% dos negociados, o que reforça a pequena participação dos procuradores e/ou sua dispersão entre vários negócios, pelo menos através da leitura das notas.

Ao mesmo tempo, destaco a presença de Virgílio José Vilela, procurador do senhor carioca que vendeu um cativo em Desterro, pois sua presença já foi observada em outras praças do Sul do Brasil.

A discussão do uso das procurações nas notas de compra e venda, contudo, não conclui as análises possíveis através desses documentos. Além das procurações usadas para compra e venda, tivemos aquelas que somente deram poderes para essa negociação, sem que tivéssemos a conclusão da negociação. Essas, muitas vezes, foram utilizadas para a venda de escravos em outras regiões, como observamos no caso de Campinas.

Para uma análise mais sistematizada do uso de procurações, separamos esses documentos em dois grupos: as procurações que aparecem junto com as notas, ou seja, aquelas que foram usadas para a realização de uma venda, dadas pelo senhor do escravo para que o procurador vendesse o cativo que foi transferido na nota; e aquelas que foram concedidas em determinadas localidades, de senhores dessas cidades que autorizavam os procuradores a venderem cativos, mas para as quais não temos (em geral) a complementação do negócio. A mesma fonte surge de duas formas diferentes: completando um circuito de transferência, no primeiro caso, e iniciando, encaminhando uma transferência no segundo. Através delas é que procuramos explorar esse mercado de escravos. Ainda sobre as primeiras, as procurações lançadas junto às notas de transferência, usadas para autorizar a venda dos escravos, temos uma informação importante, que é a

⁷⁶ SCHEFFER, Rafael da Cunha. Capítulo 3 e 4. In: *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Dissertação em História apresentado a Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

diferença entre as datas em que esse poder foi concedido e aquela na qual o negócio foi finalmente oficializado. Esse intervalo de tempo, grosso modo, significa o tempo em que o procurador teve o poder de negociar o cativo, o que nos permite explorar o que pode ter acontecido durante esse período de tempo.

Nas procurações lançadas em Alegrete, chamou-nos a atenção a variação entre os intervalos de tempo em que esses poderes foram concedidos e a data da negociação final, ou seja, o período em que o procurador teve poderes para realizar o negócio, provavelmente com o escravo em sua posse. Observamos variações de 2 a 1.170 dias. Nos dois casos em que a venda foi concretizada a mais de 3 anos depois de passada a procuração, os senhores que as concederam eram residentes em Alegrete. O mesmo ocorreu com outros escravos cujo prazo em poder dos procuradores foi bastante estendido, ficando a dúvida se o senhor mantinha a posse do cativo, passava essa ao procurador ou se esse mesmo a repassava para possíveis compradores antes de registrar a transferência.

No caso da venda de Valentim, um cativo de 27 anos, nascido no Rio Grande do Sul, sem profissão indicada e negociado por 1:000 mil réis, não temos maiores indicações do paradeiro do cativo desde que, aproximadamente 1.170 dias antes de sua venda ser registrada no cartório, seu senhor passou uma procuração autorizando a sua negociação por parte de Januário Serafim Soares e José Evaristo dos Anjos. Como o vendedor e o comprador de Valentim eram residentes em Alegrete, podemos sugerir alguns cenários para a sua situação durante esses mais de 3 anos. Como a procuração passava o poder de negociá-lo, imaginamos que o escravo possa ter permanecido em poder de seu senhor, realizando normalmente suas funções enquanto os procuradores tentavam realizar sua venda (talvez ele pudesse mesmo desconhecer essa ação de seu senhor, estando alheio a sua venda até o momento em que foi interrogado/vistoriado por um comprador interessado). De forma semelhante, ele poderia já ter passado uma parte desse período em poder do comprador, sendo testado pelo mesmo antes da realização de uma compra definitiva ou de seu registro oficial.⁷⁷ Um cenário que também não poderia ser descartado é o da tentativa de venda desse escravo em localidades vizinhas, inclusive pela importância do comércio

⁷⁷ Perspectiva e experiência já demonstrada por Sidney Chalhoub. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 52, 72-75.

intraprovincial para Alegrete, como indicado anteriormente. E nessas situações, teria ele viajado junto com os procuradores? Questões como essa ficam em aberto, mas são importantes para mostrar as possibilidades, escolhas e situações em jogo.

No caso do comércio interprovincial, o senhor Manoel Joaquim de Magalhães, da Bahia, passou os poderes para a negociação de sua escrava Maria, de apenas 6 anos de idade, cerca de 250 dias antes de sua venda na Campanha Gaúcha. Nesse caso, pelo menos parte do período em que a escrava esteve sob poder dos dois procuradores certamente se passou no trânsito entre essas regiões e possíveis períodos de tentativas de venda. Os dois procuradores, Francisco Pereira de Souza e Baltazar Pereira de Álvares, receberam poderes para negociar a cativa Maria na Bahia ou qualquer outra província. Não temos o registro, para esse caso, de substabelecimento desses poderes em outras localidades, o que nos daria maiores indícios sobre os prazos e caminhos dessas transferências.⁷⁸

Quanto às procurações para a venda de escravos em outras regiões, pesquisamos onze livros de procurações (existentes a partir de 1874) para localizar esses documentos que permitiam a venda de cativos para outras localidades. Vinte e sete dessas procurações foram encontradas em nossa amostragem, tendo 1875 e 1878 como anos em que essa saída foi mais intensa, caindo a partir dessa última data.

Nas procurações, destacaram-se as posições de Pelotas e Porto Alegre como locais indicados para a negociação dos cativos, podendo o procurador substabelecer os poderes da procuração para outros negociantes. Segundo Robert Slenes, era exatamente esse poder de substabelecer, passar a outros o poder de negociar o escravo, que interligava diferentes redes de negociantes de cativos, o que foi bem demonstrado por um exemplo hipotético de Sidney Chalhoub.⁷⁹ Das procurações para a venda de escravos passadas em Alegrete, 29,6% autorizavam a venda do escravo em Pelotas e 11% indicavam Porto Alegre como local onde o cativo seria comercializado.⁸⁰ Localidades na província do Rio Grande do Sul aparecem como pontos para a venda de outros cativos, sendo que em apenas um caso o Rio

⁷⁸ 2º Tabelionato de Alegrete, Livro 2, p. 34v-36. APERS.

⁷⁹ SLENES, R. Op. Cit. p. 150-158; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 43-44.

⁸⁰ À indicação de uma cidade para o negócio, geralmente se seguiam as expressões “ou outro ponto do Império”, ou “qualquer lugar do Império” permitindo ao comerciante inserir o escravo em redes maiores de transferências, além de seu alcance.

de Janeiro foi indicado como destino do cativo cuja venda foi autorizada. Uma questão importante a ser destacada, referente ao debate sobre a saída de escravos da província motivada pela crise das charqueadas, é que, segundo as procurações, esse movimento parece ter se tornado mais intenso entre 1875 e 1878 (lembrando que temos dados sobre procurações em Alegrete entre 1874 e 1884).

Cabe ressaltar a mudança de perfil entre os escravos com procurações para sua venda em outras localidades e aqueles comercializados localmente. No grupo das procurações, 80% dos escravos tinham entre 15 e 29 anos e os homens somaram 59,3% das vendas que estavam autorizadas. Isso indica uma maior seleção etária para os escravos que tiveram sua negociação autorizada para outras regiões em relação àqueles comercializados localmente, mas não uma escolha sexual tão apurada.

Apesar da importância dessas procurações, da verificação da seleção etária e sexual para a saída de cativos e da importância de certas praças, como Porto Alegre e Pelotas, observamos como a autorização para a venda de 29 escravos para fora do município representava um número bastante reduzido para explicar uma expressiva queda do número de escravos. A amostragem recolhida, apesar de limitada quanto ao tempo, acompanhou um período que deveria ter sido de constantes transferências, sendo essas procurações os instrumentos mais usados para autorizar a saída de cativos. Entretanto, a pesquisa nessa fonte não nos revelou indícios de uma intensa saída de escravos. Não que essa não possa ter acontecido, mas talvez tenhamos que buscar essa explicação em outras fontes, ou mesmo uma outra explicação.

Para o estudo das procurações em Cruz Alta, infelizmente, localizamos apenas um livro de procurações, o que deixa nossa amostragem bastante reduzida. Somadas a esses documentos transcritos nos livros de notas e usadas para a venda de escravos em Cruz Alta, foram localizadas apenas 22 procurações que autorizaram a comercialização de 28 escravos.

Do total de procurações, oito autorizaram vendas (a entrada) de treze cativos para a cidade de Cruz Alta, entre 1865 e 1868. Entre elas, encontramos a procuração que Carlos Cristina Rile, cuja residência não foi informada, passou em onze de março de 1865 para que Antônio Veríssimo da Fonseca vendesse, em Cruz Alta, os escravos Adão (5 anos),

Benta (3 anos), Eva (18 anos) e seu filho Benedito (3 anos). Quatorze dias depois, em 23 de março de 1865, o procurador realizou a venda desses quatro cativos para João Pereira da Motta por dois contos de réis.⁸¹

Os prazos observados entre a outorga da procuração e a venda dos treze escravos negociados através desses documentos em Cruz Alta variaram de 2 a 696 dias. O intervalo maior foi observado na comercialização do escravo David, de 50 anos de idade, cujo senhor era morador na província de Santa Catarina. Mas não acreditamos que o fato de o senhor ser residente em Santa Catarina explique sozinho esse grande prazo entre a outorga da procuração e a venda, pois Tereza, uma cativa de 17 anos cujo senhor era morador na província de Minas Gerais, foi negociada aproximadamente 150 dias após a concessão da procuração.⁸² De toda forma, esses casos ajudaram a elevar a média do intervalo de tempo entre a concessão do poder e a venda dos cativos para 130 dias.

Por outro lado, anotados entre 1875 e 1877 no livro de procurações, encontramos 15 documentos que autorizavam a venda de 15 escravos e indicavam a colocação desses no mercado de escravos da província e nacional. Das procurações concedidas, 3, ou 20%, indicavam Porto Alegre como praça para a execução da venda, ou entreposto de negociação dos cativos. Santa Maria foi citada em 2, ou 13,3% das procurações, mesma proporção da citação “nesta Província”. Chama a atenção a citação da província de São Paulo como destino para a negociação de 6, ou 40% dos escravos, o que revela a inserção de Cruz Alta no comércio interprovincial de cativos e indica sua relação direta com um mercado importador de cativos, sem necessidade de intermediação das localidades no litoral (como observamos também na venda de escravos desta localidade para a cidade paulista de Sorocaba). Isso pode nos sugerir, inclusive, a transferência desses cativos por meio terrestre, pelo caminho das tropas, sem a interferência dos entrepostos litorâneos. Contudo, ainda nos faltam mais elementos para concluirmos essa questão.⁸³

⁸¹ 1º Tabelionato de Cruz Alta, Livro de Notas n. 12, p. 41-42. APERS.

⁸² 1º Tabelionato de Cruz Alta, Livro de Notas n. 13, p. 155-157v. APERS.

⁸³ Hipótese já levantada por Robert Slenes. SLENES, R. *Brazilian Internal Slave Trade*. Op. Cit., p. 332. Fortalecendo a hipótese sobre a ligação entre Cruz Alta e a província de São Paulo, a venda de diversos escravos dessa localidade foi verificada nos livros de notas da cidade paulista de Campinas, onde 54 cativos matriculados em Cruz Alta foram negociados em fins da década de 1870 (número superior ao de qualquer

Outro ponto de destaque nas procurações lavradas em Cruz Alta foi o perfil diferenciado dos escravos observado nesses documentos. Novamente, ocorreu uma seleção para vender escravos para fora do município com um perfil diferente daqueles que eram comercializados localmente. Em Cruz Alta, todas as concessões tiveram como objeto escravos menores de 30 anos, sendo que 73,3% deles tinham entre 15 e 29 anos de idade. Além disso, 66,7% desses escravos eram homens. Levando em conta a população local e as vendas realizadas dentro do próprio município, percebemos que os homens mais jovens e os escravos mais valiosos eram aqueles vendidos, preferencialmente, para fora da cidade.

Dentro do movimento de saída de escravos, destacou-se a figura de Agostinho Pereira de Almeida, que apareceu como procurador responsável para negociar 33,3% dos escravos. Agostinho foi um de três procuradores designados para vender um escravo na província de São Paulo, tendo como parceiros (os outros procuradores designados no mesmo documento) José Firmino Capello, em quatro procurações, Virgílio Xavier da Silva, em três ocasiões e Francisco Eugênio Correa, Pedro Vaz de Almeida e João Carlos Hungria, em uma oportunidade. Essa repetição de nomes parece indicar uma rede de negociantes já estabelecida, com alguns pontos da rede de contatos ainda em negociação ou experiência. Reforçando a atuação desse senhor no mercado interno está o fato de que todas essas procurações que o envolviam tinham como objetivo negociar jovens trabalhadores masculinos, de 13 a 24 anos.

Como também aponta a pesquisa de Jonas Vargas sobre Pelotas, apesar da venda de escravos dessa localidade para outras regiões quase não aparecer nas notas de transferência (e de nenhuma compra local envolver a figura de um procurador), o instrumento da procuração que concedia poderes para vender escravos foi bastante utilizado na região para permitir a saída desses.⁸⁴ O que aponta mais uma vez a natureza diversa e complementar dessas fontes (notas e procurações). Na amostragem de procurações concedidas em Pelotas, localizamos 364 documentos entre 1874 e 1884, concentrados de 1874 a 1877, que autorizaram a negociação de 406 escravos.

outra localidade do Rio Grande do Sul citada). 1º Tabelionato de Campinas, Livros de Notas nº 68, 68A, 71, 72, 73, 74, 75, 76, entre 1876 e 1879.

⁸⁴ VARGAS, Jonas. Op. Cit.

A princípio chamou nossa atenção o grande número de documentos que superaram, com folga, as notas de transações locais. O impulso que resultou na concentração da outorga desses poderes entre 1875 e 1877 também pode ser questionado. O exame da direção dessas procurações, da praça onde os outorgados foram autorizados a negociar os cativos, fornece pistas importantes para entendermos esse movimento. E os registros encontrados em Pelotas nos ajudam, pois trazem essa indicação para a quase totalidade das procurações ali registradas.

As localidades nas quais os procuradores foram autorizados a vender os cativos revelam uma participação pouco significativa de municípios gaúchos. Pelotas, seguida às vezes pela expressão “e neste Império”, foi indicada como lugar para a negociação de 10% dos escravos. Entretanto, a falta de referência a essas procurações nas notas localizadas nos sugere que essas negociações talvez não tenham ocorrido nessa cidade. Outras cidades da província, ou a própria província do Rio Grande do Sul, foram apontadas como local para a comercialização de 14,1% dos cativos, com destaque para as cidades de Rio Grande (4,4%) e Porto Alegre (2%). Citações a Alegrete, Bagé e Santa Maria mostram as redes regionais de comercialização e uma possível interiorização de parte dos escravos vendidos por Pelotas.

Há certa indefinição para o significado de grande parcela das procurações restantes. Em muitos desses documentos foi indicada a concessão do poder de negociar um cativo “neste Império” ou “em todo o Império”. Não fica claro se a negociação foi realizada na província ou em outras regiões do Império, e acreditamos que essa indefinição possa ter sido motivada pelos próprios procuradores/negociantes, a fim de proporcionar uma flexibilidade para a comercialização. Sendo assim, entendemos que a opção pelo termo “neste Império” represente, na grande maioria dos casos, uma introdução do cativo no mercado nacional de escravos, uma vez que “nesta província” também era um termo conhecido e empregado em outros casos.

Em relação à previsão de participação desses escravos no comércio interprovincial, o Rio de Janeiro surgiu como o grande entreposto de negociação citado em 30,3% dos casos. Minas Gerais e São Paulo também foram citados, mas apenas em um ou dois casos. Além desses, mais de 40% dos cativos tiveram suas vendas autorizadas “neste Império”, o

que indicava sua introdução no mercado nacional de cativos. Dessa forma, destaca-se a saída de escravos de Pelotas em direção ao Rio de Janeiro, com maior intensidade em meados da década de 1870. Provavelmente, esses cativos eram enviados através das linhas regulares de vapor estabelecidas no litoral brasileiro, que saíam do porto de Rio Grande para o Rio de Janeiro e de lá eram negociados para outras regiões.

A inserção desses indivíduos no mercado nacional de escravos traz consigo a presença de comerciantes intermediando as negociações. Nas procurações concedidas em Pelotas, identificamos alguns nomes que aparecem repetidas vezes como procuradores, alguns deles apontados como firmas sediadas no Rio de Janeiro. A maior participação nessas transferências foi da firma Bastos, Souza & Companhia, estabelecida no Rio de Janeiro, responsável pela comercialização de 22,2% dos escravos. Do Rio de Janeiro, também encontramos Leivas, Saraiva & Cia, responsável pela transferência de 4,9% dos indivíduos, e muitos outros procuradores e firmas atuando em poucas vendas. Destacamos ainda a figura de Angelino Soveral, morador de Pelotas, que foi indicado como procurador para 8,3% dos escravos (e que, posteriormente, aparece vendendo escravos na cidade de Campinas, como vimos anteriormente).

Ressaltamos, novamente, o perfil diferenciado desses escravos enviados para fora através das procurações – mais jovens (60% deles com 15 a 29 anos) que os comercializados localmente. Além disso, destacamos também que apesar de termos observado o envio de pouco menos de 300 indivíduos para o Sudeste a partir desse município, não podemos associar esse dado diretamente à decadência de determinada produção, como mostra a pesquisa de Jonas Vargas.⁸⁵

A saída de cativos ou a introdução de escravos de Porto Alegre no mercado nacional, como mencionado anteriormente, deve ser vista através da concessão de procurações para a negociação desses trabalhadores. Para a capital gaúcha, levantamos uma amostragem de 111 procurações em que foram autorizadas as vendas de 130 escravos, entre outubro de 1874 e novembro de 1875.

Nossa curta amostragem nos impediu de verificar flutuações da concessão das procurações ao longo do tempo, mas revelou uma tendência à ampliação desses

⁸⁵ VARGAS, Jonas. Op. Cit.

documentos ao longo do ano pesquisado. No entanto, a amostragem nos revela, novamente, diferenças entre esse grupo de cativos e aqueles vendidos em Porto Alegre.

O perfil dos escravos, objetos das procurações, diferiu em algumas características tanto daquele encontrado na população de Porto Alegre quanto dos negociados localmente, observados nos livros de notas. Entre os escravos cuja negociação foi autorizada, 60% deles eram do sexo masculino, significativamente superior à representação desses na população cativa (52%) e ainda maior que sua presença nas transações locais (50,9%).

Entretanto, as idades observadas, tanto dos escravos negociados localmente, quanto daqueles arrolados nas procurações foram muito semelhantes. Observamos apenas uma participação um pouco mais destacada de jovens de até 14 anos, que na concessão de procurações aparece empatada em segundo lugar na preferência dos negócios com os cativos entre 30 e 44 anos (com 22,4% das concessões).

Essas diferenças de faixa etária podem ter sido motivadas pelo local em que esses escravos seriam negociados. Observamos que 79,2% dos cativos tinham como local indicado para sua comercialização o Rio de Janeiro, o que revela a forte inserção dos escravos da região de Porto Alegre no mercado nacional de escravos. Somente 20% das procurações indicavam a negociação dos cativos na própria província do Rio Grande do Sul, sendo citadas as cidades de Porto Alegre em 15,4% dos documentos e Rio Grande em 2,3% deles.

Entre os procuradores indicados nesses documentos, destacou-se a presença de Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães, do Rio de Janeiro, que apareceu como procurador indicado para a venda de 25 escravos ou 20,1% de todos os cativos da amostra. Em diversas dessas ocasiões, contudo, Faustino não agiu sozinho e sim em parceria com outros procuradores cujos nomes também constavam nas procurações. Em quatorze oportunidades, o nome de Faustino teve como companhia o de José Laborim Ferreira. Já todas as participações de José Laborim, nesse mercado, foram relacionadas a Faustino e responderam a 11,6% de todos os cativos.⁸⁶

⁸⁶ Apesar de serem os mesmos escravos os negociados por Laborim e Faustino, optamos por contabilizar a participação dos dois em separado por que em diversas ocasiões tivemos a participação de mais de um procurador responsável pela venda de um escravo. Assim, entendemos que seria mais produtivo contabilizar as participações por escravo, o que resulta em mais de um procurador por negociação, pois estamos

Além deles, encontramos outros procuradores que tiveram uma participação de destaque nessas operações, todos eles residentes no Rio de Janeiro. A firma Figueiredo & Cia foi encarregada da venda de 8,5% dos cativos, e outras firmas, como a Carregal & Bastos e a Vaz Teixeira & Pinto, tornaram-se ambas responsáveis pelas negociações de 7,7% dos escravos. Através dessas procurações, foi possível observar como a região de Porto Alegre (sua área urbana e rural próxima) perdeu um expressivo número de cativos para o mercado interno no espaço de um ano. Ao mesmo tempo, o mercado interno de cativos de Porto Alegre também se mostrou muito ativo durante todo o período estudado, sendo constantes as aquisições e vendas de trabalhadores escravizados.

Para a cidade de Rio Grande foram levantadas 143 procurações que autorizavam a venda de 195 escravos. Esses documentos de nossa amostragem foram produzidos entre 1856 e 1881, concentrados em início e meados de 1860 e na segunda metade da década de 1870. Isso tanto para as procurações que foram passadas por senhores de Rio Grande, para a venda de seus cativos na cidade ou fora dela, quanto por senhores de outras cidades que venderam seus escravos através de procuradores naquela praça, para as quais temos cópias dos documentos utilizados. Para nossa análise dividimos essas procurações em dois grupos: o de escrituras lançadas, usadas para a venda de escravos para senhores em Rio Grande; e o de escrituras passadas, concedidas por senhores dessa cidade para a venda de escravos em outras localidades. As análises desses dois tipos nos permitem entender os caminhos de entradas e saídas de cativos.

Em correspondência ao que foi observado nas notas de compra e venda, as escrituras lançadas em Rio Grande (usadas nas vendas na cidade, na entrada de cativos) foram mais intensas na década de 1860. E nelas podemos observar a entrada de cativos de diversas regiões brasileiras. Ao pesquisar sobre o local de residência dos vendedores de cativos, dois aspectos nos chamaram a atenção. O primeiro foi a presença de 25% de escravos vindos de outras províncias brasileiras no grupo negociado através de procurações, o que indica, mais uma vez, como seu uso estava fortemente ligado às transferências regionais e, principalmente, ao comércio de longo curso de cativos. O Rio de Janeiro

preocupados exatamente com essa participação. Dessa forma, os totais das participações dos procuradores vão somar mais de 100%.

apareceu como o principal fornecedor de cativos para a região, com 15 cativos ou 13,7% de todos os escravos negociados através de procurações lançadas em Rio Grande. Pernambuco, Santa Catarina e Bahia apareceram também como fornecedores, com senhores residentes em seus territórios tendo vendido 6, 5 e 4 escravos para senhores de Rio Grande, respectivamente.

O segundo fator que nos chamou a atenção foi a forte presença de senhores residentes em Porto Alegre como fornecedores de cativos para Rio Grande. A capital gaúcha foi a cidade mais citada como residência de senhores que negociaram naquela praça. 31 cativos, ou 24% do total vendido, tinha seus senhores moradores da capital. Pelotas e Jaguarão, localidades próximas, com 5 e 4 escravos (3,9% e 3,1%), respectivamente, também se destacaram entre os fornecedores de cativos em Rio Grande.

Um número elevado de procuradores foi responsável por trazer tantos escravos para essa cidade gaúcha. Narcizo José Ferreira e João da Silva Rios foram os intermediários mais destacados, cada um deles sendo responsável pela transferência de seis cativos (ou 4,7%). Depois deles, Tigre & Irmão e Antônio José da Silva negociaram 4 cativos cada um (ou 3,1% do total); as demais transações foram pulverizadas por outros setenta procuradores.

A população cativa vendida através dessas procurações tinha um perfil diferente daquela comercializada localmente. Em sua maioria, as procurações deram poderes para a negociação de mulheres (51,6% dos negociados) e especialmente de escravos mais experientes, com 40% deles entre 30 e 44 anos.

Observamos uma série de diferenças em relação às procurações passadas por senhores de Rio Grande, que autorizavam a comercialização de cativos em outras praças. A começar por sua própria distribuição, concentrada na década de 1870, em especial no pós 1875.

Além disso, a maior parte das procurações dava poderes para a negociação de cativos dentro da província do Rio Grande do Sul, o que diferenciou o caso do Rio Grande de algumas das localidades estudadas. Contudo, observamos que uma única procuração para a venda de vinte e seis escravos citou a província gaúcha como local para a venda dos cativos, que representavam 39,4% de todo o grupo e mascara nossos números, de certa

forma. Apesar de sua importância pelo volume negociado, esse caso não foi representativo do conjunto de procurações. Nessas, o Rio de Janeiro continua sendo a cidade mais citada como destino da negociação de 18,2% dos escravos. Somente uma outra província, a de São Paulo, foi citada, com 7,5% dos cativos negociados em terras paulistas, em Campinas, Santos ou São Paulo.

Entre os procuradores responsáveis por essas saídas, destacou-se Miguel Fernandes Moreira, que foi outorgado para a transferência dos vinte e seis escravos citados anteriormente, que eram de propriedade de Joaquim do Nascimento Alves Nóbrega.⁸⁷ A venda desses escravos, autorizada para a província do Rio Grande do Sul, correspondeu a 39,4% de todas as saídas de escravos realizadas através de procurações. Após essa procuração, em 1877, Miguel Fernandes não voltou a ser citado como procurador em outras ocasiões, o que sugere não uma carreira como comerciante de cativos, mas talvez como advogado responsável por uma transação específica.

José dos Santos Lontra, responsável pela transferência de seis escravos (ou 9,1% do total) e Manoel da Cunha Pereira, por quatro cativos (6,1%) foram os dois outros mais citados. Não temos informações sobre o local de residência de Lontra ou de Pereira, e ambos foram citados em apenas uma procuração que autorizava a venda dos cativos. Dessa forma, não conseguimos observar a presença de comerciantes ou casas comerciais de Rio Grande ou de outras praças agindo na transferência de escravos nessa localidade, apesar da direção de saída deles ser reconhecida, dada a importância da citação de Rio de Janeiro e São Paulo.

O perfil dos escravos cujas vendas foram autorizadas através desses documentos e foram feitas para o mercado interprovincial revela, novamente, a preferência por jovens trabalhadores masculinos. Os homens representaram 72,7% dos escravos; jovens entre 15 e 29 anos somaram 43,3%, seguidos pelos 30,8% maiores de 30 e menores de 44 anos.

Na capital catarinense foram localizadas 98 procurações que autorizavam a venda de 102 escravos. Observamos uma concentração desses documentos na década de 1870, especialmente em sua segunda metade e no início da década de 1880. A segunda metade de 1870 é referida pela historiografia como ápice das transferências regionais de escravos em

⁸⁷ 2º Tabelionato de Rio Grande, Livro n. 23, p. 29-29v. APERS.

todo o país.⁸⁸ Para verificar a introdução desses cativos no mercado nacional, pesquisamos para quais praças suas vendas foram autorizadas.

Faltam-nos informações sobre o destino de mais da metade dos escravos cuja venda foi autorizada, o que atrapalha nossa análise. Entretanto, os dados presentes para o restante dos cativos nos oferecem uma série de indicações. A importância do comércio local de escravos ainda marca sua relevância nas procurações, estando presente como indicação para a venda de 17,4% dos cativos. Itajaí, Laguna, São José e Tubarão, municípios no litoral (ou faixa litorânea) catarinense, também marcaram sua presença, com o comércio intraprovincial sendo indicado como destino de 5,9% dos escravos.

Para além do comércio intraprovincial, duas cidades de outras províncias foram citadas como locais para a negociação de cativos: Rio de Janeiro e Campinas. A capital do Império foi, inclusive, a cidade mais citada nas procurações, sendo apontada como destino (ou um dos destinos) de 28% dos escravos. A cidade paulista de Campinas, ao mesmo tempo, foi citada para apenas 4,6% dos cativos. Entretanto, muitos dos nomes de comerciantes conhecidos nessa cidade do interior paulista⁸⁹ estavam presentes nessas procurações e seu local de residência deixou de ser citado, o que causou um sub-registro dessa cidade. De toda forma, a importância do comércio interprovincial está clara, com a indicação de que 32,6% dos escravos poderiam ser nele inseridos.

O perfil dos escravos arrolados nessas procurações diferenciou-se tanto da população local quanto daqueles comercializados localmente. Os escravos formaram a maior parte desse grupo, somando 58,5% dos cativos que tiveram sua venda autorizada, frente a 41,5% de cativas, que foram a maioria entre os comercializados localmente. Além disso, o perfil etário dessa população também foi diferenciado, com os escravos de 15 a 29 anos somando 68,5% do grupo negociado através de procurações. A eles somaram-se os menores de 14 anos, com 17,8%, mostrando uma clara preferência por escravos jovens

⁸⁸ SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 329-331.

⁸⁹ Uma lista parcial desses envolvidos com o comércio de escravos em Campinas pode ser conferida em: SCHEFFER, Rafael da Cunha. *A conturbada venda de Cândido: libelo cível de devolução de escravo e ação de um comerciante no oeste paulista (1877)*. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cezar (Org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

nessas transferências interprovinciais, ao contrário do que foi observado no comércio local, onde essa preferência não foi tão grande e escravos entre 30 e 44 anos encontraram um grande mercado.

E realizando a inserção desses indivíduos no mercado nacional de escravos, identificamos diversas pessoas ligadas à transferência de cativos. O procurador que mais se destacou nesses documentos foi Manoel Antônio Victorino de Menezes, que esteve envolvido na transferência de 47,7% dos escravos. Nos documentos em que foi citado, Victorino geralmente apareceu ligado a outros negociantes, adiantando os nomes de outros procuradores que iriam negociar os cativos em outras praças, como o Rio de Janeiro e Campinas. Entre eles, encontramos Frederico de Freitas Noronha, sempre ligado à figura de Victorino e encarregado de negociar os escravos no Rio de Janeiro em diversos desses documentos e apontado nas procurações de 44,2% dos escravos; Manoel Jorge Graça, identificado como morador em Campinas, com 15,1% e Aureliano de Souza Monteiro, também identificado como morador em Campinas, outorgado para 31,4% dos cativos. Esses dois últimos não foram citados em nenhuma procuração que não envolvesse Victorino e Frederico foi outorgado em apenas uma ocasião sem ele. Além deles, destacamos ainda a firma Carregal & Bastos, do Rio de Janeiro, que também foi citada em diversos documentos e em outras localidades pesquisadas, sendo responsável pela transferência de 5,8% dos cativos.

Finalmente, um ponto a ser destacado é que em Desterro conseguimos um retorno quando analisamos o período do ano em que ocorreram as outorgas dessas procurações. Ao anotar os meses em que houve a transferência dos poderes para vender os escravos, observamos a concentração das outorgas entre os meses de dezembro a abril, período que concentrou 54,8% das concessões de procurações.

Apesar de encontrarmos uma série de lacunas na documentação analisada, observamos que ao somarmos saídas observadas através das procurações com os dados das notas de compra e venda, temos um movimento, para quase todas as localidades, de expressiva saída de escravos. Apenas Cruz Alta parece não se encaixar nessa situação, devido mais à falta de fontes (de outros livros de procurações além do único encontrado) e

de pesquisa complementar (nos próprios livros de notas) do que, necessariamente, a uma situação real diferenciada (visto, inclusive, a grande presença de escravos dessa localidade em Campinas).

A somatória de duas fontes diferentes é sempre complicada e passível de crítica. Sabemos que ao contrário das notas, que informam de fato sobre uma transferência, as procurações apontam somente para a sua possibilidade. Contudo, como esperamos que tenha ficado claro no capítulo anterior e ao longo deste, essa possibilidade e o uso dessas procurações estiveram intimamente ligados com as transferências de longo curso realizadas, com o modo como os cativos foram transferidos além dos limites municipais e provinciais.

Desse modo, e somente através da análise conjunta de notas e procurações, conseguimos verificar de maneira mais direta a inserção dos escravos do Sul do Brasil no mercado nacional de cativos, e apreender parte de um movimento de evasão dos escravos que ficaria oculto apenas com a análise das notas de transferências. As procurações, cujo banco de dados é bastante incompleto se comparado àquele realizado para as notas⁹⁰, trazem indícios de diversos caminhos pelos quais os escravos dessa região eram enviados e integrados nos circuitos comerciais do Império e auxiliam também na identificação das pessoas responsáveis por essas negociações. Como já apontado, analisamos com mais profundidade essas questões no Capítulo 3, dedicado aos comerciantes de cativos e sua organização.

Ainda quanto ao movimento de saída de escravos das duas províncias, outras fontes puderam ser utilizadas para a melhor compreensão dessas transferências, de suas intensidades e da percepção por parte das sociedades locais. Além das discussões pontuais em jornais, exploramos a cobrança de tributos sobre a exportação de cativos por parte dos governos provinciais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

⁹⁰ Como mencionado anteriormente, enquanto as notas de compra e venda de cativos disponíveis para o Rio Grande do Sul foram fichadas no projeto “documentos da escravidão”, de autoria do Arquivo Público daquele Estado, o banco de procurações foi montado através da leitura dos “livros de procurações” existentes nas cidades selecionadas após 1874 (sendo que em Cruz Alta, por exemplo, encontramos apenas um desses livros). Não analisamos as procurações existentes antes desse período, em outros livros, dado o volume dessa documentação e nosso tempo escasso.

Impostos de exportação de escravos

Uma fonte diretamente ligada à saída de escravos, ou melhor, à percepção desse movimento e a uma reação ao mesmo, foram os impostos provinciais sobre a exportação de cativos, que se tornaram realidade em uma série de províncias brasileiras no pós-1850, como apontou Evaldo Cabral de Mello.⁹¹ Com o avanço das transferências interprovinciais e a ameaça de “perda de braços” para setores mais dinâmicos da economia, já em meados da década de 1850 buscou-se, além dos impostos provinciais, outras medidas para impedir essas transferências. Uma proposta de proibição do comércio interprovincial de cativos chegou a ser posta em discussão por João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe, em 1854, sendo seguida em 1858 pela proposta de “localização do escravo, de outro parlamentar baiano, José Augusto Chaves, que pretendia prender o escravo aos municípios nos quais residiam. Nenhuma das duas propostas prosperou.⁹² Nas províncias do Sul, medidas que recaíram sobre a saída de escravos também são conhecidas.

Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, taxas que anteriormente recaíam sobre a importação de cativos para as províncias foram revertidas ao longo da década de 1850 ou passaram a ser complementadas por taxações também das exportações. A Assembleia Provincial de Santa Catarina reverteu seu imposto sobre a entrada de cativos na província em uma taxa sobre a saída/exportação dos mesmos, ainda no início da década de 1850.⁹³ A leitura das falas e relatórios dos presidentes da província de Santa Catarina nos indica que essa foi uma resposta à percepção de que a direção do comércio de escravos havia sido modificada, com a diminuição progressiva da entrada dos mesmos e a perspectiva de que o movimento de saída deles deveria ser ampliado nos anos seguintes. Temos, assim, a intenção de “proteger” os senhores de escravos da província dessa possível drenagem de mão de obra que se vislumbrava, ou somente de aproveitar esse movimento como uma

⁹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império*. 1871-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 38.

⁹² Idem, p. 38.

⁹³ Fala que o presidente da província de Santa Catarina, o Exm. Sr. Dr. João José Coutinho, dirigiu á Assembleia Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura de sua sessão ordinária em o 1º de março de 1853. Cidade do Desterro, Typ. do Conservador, 1853, p. 22.

nova fonte de renda para as províncias. Aliás, a natureza dessa taxa, dividida entre esses dois pólos, parece ter sido uma constante, como veremos mais adiante.

Um reflexo das preocupações com o movimento da população escrava pode ser observada na fala de um presidente da província do Rio Grande do Sul. Em 1853, o presidente João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, ao tratar da renda da província, teceu comentários sobre a taxa de 32\$000 réis sobre cada escravo que se introduzisse na província. Segundo ele, criada em 1851, essa taxa havia rendido 4:608\$000 nesse primeiro ano e decrescido para 704\$000 réis em 1852. A explicação sugerida por ele para a diminuição na importação de escravos se dava pelo seu elevado valor nos mercados do norte, com a cessação do tráfico.⁹⁴ No ano seguinte, a mesma quantia foi arrecadada por esta taxa, o que demonstra a manutenção de uma reduzida entrada de cativos na província.⁹⁵ Segundo essa cobrança (e podemos sempre desconfiar de sonegação e sub-registro, mas não temos como mensurá-los), em 1851 teriam entrado 144 cativos na província, sendo que nos dois anos seguintes essa importação foi reduzida a 22 escravos por ano, uma redução bastante visível. Um ponto interessante, que esboça a preocupação com o futuro da mão de obra na província, é a afirmação de Jerônimo Francisco Coelho, presidente da província em 1856, que afirma que essa taxa tinha como finalidade levantar recursos para uso em projetos de colonização.⁹⁶

O imposto sobre a introdução de escravos no Rio Grande do Sul parece ter sido mantido por boa parte da segunda metade do século XIX, apesar de suas baixas por longo tempo. No exercício 1859-1860, por exemplo, foram arrecadados pouco mais de 400 mil réis, o equivalente à entrada de 13 ou 14 escravos. Ao longo da década de 1850, o valor arrecadado pelo imposto explicitou a entrada na província de aproximadamente 235

⁹⁴ Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853, p. 49.

⁹⁵ Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854, p. 60.

⁹⁶ Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jerônimo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856, p. 115.

escravos.⁹⁷ Podemos considerar esse um valor mínimo, casos nos quais os senhores optaram por legalizar a entrada de seus cativos (ou que a fiscalização pública os tenha deixado sem escolha). Isso mostra a contínua busca por escravos, mesmo em uma província que não vivia um momento econômico significativamente positivo. Como vimos através das notas, até a década de 1860 ainda ocorre a introdução de escravos de outras províncias no Rio Grande do Sul.

O interesse pela aquisição de cativos aparece também no desdobramento de outro tema discutido no início da década de 1850: a fiscalização de desembarques ilegais de escravos africanos. No relatório de 1854, o presidente Cansansão de Sinimbu afirmou que a província continuava engajada na repressão ao tráfico de africanos e que, após o desembarque em Tramandaí, em 11 de abril de 1852, não se teve mais notícias de desembarques ilegais, tendo a presidência tomado medidas no sentido de vigiar e combater esse crime.⁹⁸ Ou seja, o interesse pela mão de obra escrava claramente continuava, mas a alta de preço desses no mercado interno diminuiria a entrada dos mesmos na província.

Também em Santa Catarina a mão de obra escrava foi tema de debates políticos no início dos anos 1850. O presidente da província João José Coutinho, em sua fala dirigida à Assembleia Legislativa no início de 1853, declarou que apesar de ter crescido em área ocupada, a lavoura catarinense continuava presa aos mesmos métodos de cultivo, sem levar em conta os aperfeiçoamentos de técnicas e tecnologias que auxiliariam os braços humanos na produção. Segundo ele, “os nossos lavradores não se querem apartar da prática de seus maiores [antecessores], e com indiferença olham para as máquinas e novos inventos (...)”.⁹⁹ Relata que foram desenvolvidas máquinas de fornecer farinha, que era o principal

⁹⁷ O número de escravos é baseado no valor cobrado por escravo importado, que era fixado por lei. Os números de arrecadação foram apresentados nos seguintes relatórios: Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853, p. 49; Documentos anexos ao relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, Mapa SN; Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863, Mapa SN.

⁹⁸ *Idem*, p. 16.

⁹⁹ Falla que o presidente da província de Santa Catharina, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1853. Cidade do Desterro, Typ. do Conservador, 1853, p. 25.

produto de exportação da província (para o restante do Império), mas que até aquele momento só duas dessas máquinas haviam sido estabelecidas na região. “Não é o custo dessa máquina a causa de sua não vulgarização, por que importando ela de 400\$ a 500\$ réis, e suprimindo o trabalho de quatro homens preferem alguns lavradores comprarem escravos a 700\$ e a 800\$ réis não obstante o risco de moléstias, fugas, e mortes e outros que a prudência manda calar. Tanto neles podem os antigos hábitos.”¹⁰⁰

Essa percepção do presidente da província, em 1853, reforça a presença de elementos que consideramos fundamental para entendermos a opção pela aquisição de cativos, mesmo em um momento no qual a compra desses passaria a ser vista como antieconômica. Os “antigos hábitos”, costumes, modos de agir e pensar dos proprietários catarinenses é que informariam a sua opção pela compra de escravos, mesmo quando essa escolha poderia ser vista como desvantajosa, como relata o presidente da província.

O interesse nos trabalhadores escravos logo deu origem a uma tentativa de proteger o “estoque” de mão de obra cativa catarinense. A implantação do imposto de exportação de escravos em Santa Catarina deu-se também na década de 1850, sendo que em 1855 essa taxa havia sido ampliada para 120 mil réis¹⁰¹. Segundo o discurso do presidente da província em 1853, João José Coutinho, esse aumento seria necessário para acompanhar a elevação que se observava no preço dos cativos, se a intenção, por traz da taxa, fosse a de deter ou diminuir, através de sua cobrança, o fluxo de saída de escravos da província. Mesmo com finalidade apenas fiscal (de arrecadação), outra utilidade apontada pelo presidente, esse aumento já seria possível. E esse é um ponto fundamental: para os próprios políticos que governavam a província, a finalidade dessa taxação era questionável; seus efeitos para diminuir a saída de cativos foram sempre duvidosos ou insuficientes e ela foi completamente aceita somente como forma de aumentar a arrecadação provincial.

Em 1869, a própria aplicação do montante arrecadado foi questionada. Uma assembleia provincial majoritariamente conservadora aprovou um projeto que destinava

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Comparativo de arrecadação de impostos (Mappa D) anexo à Falla que o presidente da província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirige á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.º de março de 1859.

essa taxação a um fundo de emancipação de cativos da província.¹⁰² Entretanto, apenas um ano depois essa decisão foi revista por uma assembleia liberal preocupada com o acúmulo de deficits nos cofres provinciais que acabou por destinar novamente essa taxa ao tesouro da província, sem vinculá-la à emancipação.

A dúvida sobre o uso e a finalidade do recurso ainda estava presente em 1877. Nesse ano, o parecer da comissão de fazenda e orçamento da Assembleia Provincial questionava se a própria “saída dos escravos da província é um mal ou um bem”, mas, mesmo assim, decidia aumentar o imposto devido à situação “pouco próspera” que as finanças provinciais atravessavam.¹⁰³ É interessante notar a indefinição da comissão da Assembleia quanto ao significado da saída de escravos, se era benéfica ou prejudicial à província, ao afirmar que a discussão sobre a necessidade da mão de obra escrava e sua importância para a economia catarinense ainda não estavam definidas entre os deputados provinciais nos anos finais da década de 1870. Mas, de toda forma, observamos como a função de completar a arrecadação provincial, mais do que necessariamente deter ou dificultar a saída de escravos, continuou a aparecer constantemente ligada às discussões em torno dessa taxação, mostrando uma preocupação além do comércio de cativos que parece ter sido fundamental para a conservação desse mesmo tributo ao longo dos anos.

Voltando à discussão sobre o imposto de exportação de cativos, a fórmula de arrecadação desse imposto pode ser melhor observada através de um conflito que envolveu essa cobrança em 1870. Nesse ano, o delegado de São Francisco do Sul (cidade portuária situada no litoral norte da província de Santa Catarina) queixou-se em ofício ao presidente da província sobre a atuação do coletor de impostos daquele município. Segundo o delegado, ele mesmo teve que recolher o imposto de saída do escravo Bazílio, para poder despachar o passaporte para que o cativo deixasse a província. Em ofício posterior, o coletor afirmou que se recusara a receber a taxa por que haveria irregularidades na situação

¹⁰² Fundos de Emancipação foram formas comuns de ação visando à libertação de cativos respeitando os ditames das regras escravistas vigentes na sociedade brasileira. Eram normalmente constituídos pelo Estado, imperial ou provinciais, realizando a compra da liberdade de cativos que eram classificados em listas com a anuência de seus senhores. Foi estabelecido e regulado um fundo nacional através da lei de 1871, mas as províncias continuaram a ter fundos próprios. Para maiores informações: DAUWE, Fabiano. Op. Cit..

¹⁰³ O Conservador, n. 418, 21 de abril de 1877.

do cativo, apontando em seguida a omissão, ou mesmo cumplicidade, do delegado para com a situação.¹⁰⁴

Pelo que pudemos apreender do caso, Antônio Lopez de Souza, senhor do crioulo Bazílio, resolveu vendê-lo porque estava descontente com a sua ociosidade. Para esse fim, Antônio passou uma procuração ao negociante Caldeira para que negociasse o cativo no Rio de Janeiro. Contudo, ao ficar sabendo que seria vendido, Bazílio teria se revoltado e acabado preso. Procurando controlá-lo melhor, seu senhor teria deixado Bazílio na casa de Caldeira até seu embarque. Ainda segundo o relato, nesse momento Antônio teria pedido e recebido um adiantamento de Caldeira pela venda do escravo. Ao que parece, uma recorrência do que já observamos no comércio de cativos. Contudo, ao tentar retirar o passaporte para a viagem do escravo, Antônio foi surpreendido pelo coletor, que negou o passaporte. Segundo o coletor, Antônio já havia vendido o escravo a Caldeira e, portanto, devia a meia sisa sobre o escravo (o imposto sobre a transferência do cativo).¹⁰⁵

Foi nesse momento que o delegado de São Francisco do Sul acabou por tomar partido e agir para dar uma solução à situação. Ele mesmo arrecadou o imposto de exportação e emitiu o passaporte para a viagem de Bazílio para o Rio de Janeiro, onde ele seria negociado pela Portella & Cia. Na atuação do delegado não houve a menor preocupação com a cobrança da meia sisa, desejada pelo coletor.

No desenvolvimento desse caso, o coletor de impostos de São Francisco do Sul acusou, em seguida, o comerciante Caldeira de um caso anterior de sonegação. Segundo o coletor, pouco tempo antes, o comerciante havia comprado o escravo Luiz, de propriedade do senhor Henrique Dettmer e não tinha pago nem a meia sisa, nem o imposto de exportação do escravo da província. De alguma forma, o assunto chegou aos ouvidos do vendedor, que escreveu também ao presidente da província explicando sua versão da história. Henrique Dettmer contou uma história interessante ao mostrar elementos de uma justificativa senhorial para a venda de cativos. Não estamos alegando que ele inventou uma justificativa ou algo do tipo, pois não temos como discutir essa questão com precisão, mas

¹⁰⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). Catálogo Seletivo de Documentos Referentes à Escravidão. Ofícios dos Delegados de Polícia para o Presidente de Província. 1870/1883, p. 3.

¹⁰⁵ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). Catálogo Seletivo de Documentos Referentes à Escravidão. Ofícios dos Delegados de Polícia para o Presidente de Província. 1870/1883, p. 5.

apenas afirmando que os elementos e o discurso utilizados por ele são recorrentes em falas senhoriais.

Dettmer afirmou que havia adquirido o escravo Luiz e o ensinado o ofício de sapateiro, tendo tratado sempre o dito cativo com estima e apreço, “como um filho”, segundo o vendedor. Ainda de acordo com sua narrativa, Henrique Dettmer teria se incomodado quando Luiz passou a cometer “pequenas rebeldias”, até que certo dia acabou tendo que “se engalfinhar” com ele quando esse reagiu a uma reprimenda. A partir desse ponto, Dettmer argumenta que não desejava o ter mais em sua casa, nem mesmo ter de corrigi-lo. Assim, teria entregado Luiz ao senhor Antônio Francisco Caldeira, que, segundo o senhor do cativo, poderia tê-lo a bordo de sua embarcação ou vendê-lo, conforme fosse do interesse de Caldeira. Este acabou negociando o cativo no Rio de Janeiro, através da Portella & Cia. Ao realizar o negócio, ainda segundo Henrique Dettmer, ele e Caldeira tentaram pagar a taxa de exportação do cativo, no que encontraram a negativa do coletor, que exigia também a meia sisa de transferência do cativo entre Dettmer e o comerciante Caldeira.¹⁰⁶

Não temos a conclusão do caso, o resultado do confronto entre o coletor e o delegado de São Francisco do Sul, mas a análise desse documento lança algumas informações sobre o comércio de cativos e sua taxação. Nas situações levantadas, observamos problemas de relacionamento entre senhores e cativos influenciando na decisão pela venda ou, pelo menos, justificando a decisão através dessa afirmação, ao mesmo tempo em que os senhores procuravam reforçar que eram bons senhores. Chama atenção também a decisão do escravo Bazílio de reagir violentamente ao saber de sua venda. Ao mesmo tempo, temos a situação de Luiz, deixado sob os cuidados do comerciante Caldeira e com seu futuro indefinido. Teria ele tido a chance de negociar seu futuro com o comerciante, ou sua negociação já estava traçada desde o início?

O caso mostra a necessidade de pagamento dessa taxa de exportação para a concessão do passaporte para a viagem do escravo, o que, de certa forma, garantia algum controle por parte do governo para o pagamento dessas taxas. A cobrança regular da taxa de

¹⁰⁶ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). Catálogo Seletivo de Documentos Referentes à Escravidão. Ofícios dos Delegados de Polícia para o Presidente de Província. 1870/1883.

exportação de escravos pode ser observada também em alguns casos em que localizamos não só sua cobrança, mas a restituição do pagamento a senhores que a haviam pago e, posteriormente, provaram que não exportaram os escravos que foram objetos de tais taxas, como parece ter sido o caso do proprietário Manoel Maria da Roza. Esse senhor matriculou seu cativo Victorino como marinheiro em um palhabote nacional, *Alberto*, mas o dito cativo não retornou da viagem e o motivo disso não foi indicado por seu senhor. Fica entendido, pelo documento, que devido ao escravo não haver retornado, e o senhor não ter justificado, Victorino foi tomado como vendido para outra parte do país. Desse modo, Manoel Maria da Roza teve de pagar a taxa pela exportação do mesmo. Isso ocorreu em junho de 1864. Em fevereiro do ano seguinte, porém, o proprietário provou que o mesmo cativo havia fugido da embarcação no Rio de Janeiro, tendo sido recapturado somente naquele momento e enviado de volta ao Rio Grande. Por isso, o diretor da Mesa de Rendas pediu que fossem restituídos a Manoel Maria os 50 mil réis que ele havia pago em junho do ano anterior.¹⁰⁷

Essas situações esclarecem um pouco o funcionamento da cobrança dessa taxa de exportação, ainda que não totalmente. A princípio, parece que a mesma podia ser paga no envio do escravo para o comércio ou caso não retornasse de outra província antes de 6 meses. A própria lei de cobrança estabelecia o período de 6 meses como tempo em que o escravo poderia circular fora da província sem ser considerado vendido. Quando o retorno não ocorria ou não era justificado, os senhores deviam pagar a taxa de exportação. Isso se o escravo tivesse obtido o passaporte que o permitiria trafegar para outra província sob a alegação de que iria exercer alguma atividade temporária (como o caso do marinheiro), pois se a transferência para outro senhor fosse a finalidade da viagem, a taxa já seria paga quando o cativo obtivesse o passaporte, como fica claro no caso de São Francisco do Sul.

Com o objetivo de obter mais dados sobre esse movimento de saída de cativos das províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos debruçamos sobre os números obtidos a partir dos impostos de exportação de escravos praticados nessas duas províncias. Ampliamos o nosso foco das seis localidades selecionadas para o campo provincial, pois

¹⁰⁷ Ofício de 23 de fevereiro de 1865. Fundo: Fazenda – Correspondência órgão fazendário. Maço 492, Mesa de Renda de Rio Grande – Ofícios. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS).

não temos dados recorrentes sobre números locais desse imposto. Nosso objetivo nesse momento foi compreender as tendências observadas nesses impostos e de que maneira relacioná-las com o que observamos nos municípios em foco.

A obtenção e montagem desses dados foi focada nos relatórios de presidentes de província, que muitas vezes traziam resumos de arrecadações e orçamentos dos últimos anos. Essa foi a fonte mais prática para a realização da pesquisa desses dados, visto que muitas vezes a informação da própria fonte (Fazendas Provinciais) encontra-se dispersa ou pouco organizada em arquivos (especialmente no caso de Santa Catarina). A partir dos fragmentos de informação encontrados nos relatórios, construímos séries de cobranças e calculamos o volume de escravos que tiveram suas vendas para outras províncias registradas através desse imposto de exportação.

Os dados sobre a cobrança desse imposto de exportação de cativos são apresentados de forma bastante fragmentada nos relatórios dos presidentes de província. Faltam informações mais precisas e regulares para criarmos uma base de dados para todo o período, mas a informação fragmentada já nos permite procurar estabelecer linhas de tendências. Além disso, muitos dos relatórios possuem apenas entradas mais gerais ou totais, mostrando os valores recolhidos com exportação e importação, rendas especiais e outros, sem especificar que tributos formavam cada rubrica e quanto foi arrecadado por cada um deles. De toda forma, exploramos as informações contidas nessa fonte, iniciando com a análise dos dados do imposto de exportação obtidos para a província de Santa Catarina.

Em seu relatório de 1861, o presidente da província de Santa Catarina, Francisco de Araújo Brusque, afirmava que “continua a diminuir a população escrava em consequência de sua remessa para fora da província”, apresentando em seguida os dados da Secretaria de Polícia sobre essas saídas, que informavam o despacho para fora da província de 37 cativos no ano de 1860.¹⁰⁸ No mesmo relatório, o presidente observou que o comércio da província teve um bom rendimento naquele ano, com as exportações sendo mais valiosas que as importações por 364 contos de réis, devido principalmente ao alto preço pago naquele ano

¹⁰⁸ Relatório do presidente da província de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 10.a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861, p. 4.

pelos gêneros produzidos em Santa Catarina.¹⁰⁹ Ou seja, segundo o presidente, mesmo em um ano bom para o comércio (e logo para a produção) catarinense, houve diminuição no número de escravos pela exportação desses para outra província. Mais do que os números apresentados, contudo, o relatório do presidente da província de Santa Catarina é importante pelo enfoque que apresenta sobre a questão da conservação de escravos na província.

Observamos que o número de escravos saídos da província não foi tão elevado. Mesmo assim, o presidente Brusque teve atenção aos mesmos e julgou que essas saídas eram a razão da diminuição da escravidão na região. Em nenhum momento ele indicou os números de importação de cativos, ou se essas ocorreram, e nem mesmo a relação dos escravos nascidos e outros perdidos por morte ou alforria. Temos, assim, a associação da queda no número de cativos (não comprovada por fontes como censos ou mapas de população, diga-se de passagem) a um fator pré-determinado, que detinha a atenção do governo desde o estabelecimento da taxa de exportação desses cativos. E talvez seja essa percepção que explique a elevação desse mesmo imposto, observada no relatório 1861, passando a ser cobrada a taxa de 200 mil réis por cativo exportado da província.¹¹⁰

Em relatório do ano de 1860, o acompanhamento das entradas e saídas de pessoas pelo porto de Desterro, em 1859, revelou outro cenário. Segundo o relatório, ao longo de todo o ano de 1860 teriam entrado na capital catarinense 120 escravos, enquanto saíram 112.¹¹¹ Em um primeiro momento, chama atenção o elevado número de escravos entrados e saídos da província. Acreditamos, contudo, que isso seja fruto dessa fonte, que contabiliza todas as pessoas entradas e saídas da província. Nesse conjunto, temos escravos que acompanharam seus senhores em viagens, podemos ter também os cativos que trabalhavam nas embarcações, além daqueles comprados e vendidos da/para a província. De toda forma, chama a atenção a vantagem em favor da entrada de cativos em Santa Catarina, o que

¹⁰⁹ Idem, p. 14.

¹¹⁰ Relatório do presidente da província de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 10.a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861, Mapa SN (informações relativas ao primeiro semestre de 1861).

¹¹¹ Relatório do presidente da província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1a sessão da 10a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860, Mapa SN.

contraria a expectativa observada nos discursos dos presidentes de província. Como apontamos, devemos criticar melhor essa fonte, observar mais precisamente o que ela media verdadeiramente. De qualquer modo, fica lançado um alerta para compreendermos que esse movimento talvez não tenha sido tão uniforme como aquele que fica aparente nos relatórios e falas dos presidentes de província.

Os resultados do ano de 1861, apresentados no relatório de 1862, indicam uma diminuição expressiva nos valores exportados pela província (o que resultou em um déficit comercial de cerca de 347 contos de réis naquele ano), diretamente ligados à desvalorização desses gêneros no mercado nacional e uma menor procura pelos mesmos por parte de outras províncias.¹¹² Esse vai ser um problema constante da economia de Santa Catarina, que cultivava principalmente produtos alimentícios largamente produzidos em outras regiões do Brasil, contando com expansão em sua exportação somente em momentos de crise de produção e desabastecimento nessas outras regiões.¹¹³

Se continuarmos discutindo apenas o movimento dos portos, no relatório de 1864 temos a informação de que entraram por esses portos 79 e saíram 87 cativos.¹¹⁴ Novamente, não temos precisão de quem são essas pessoas, e se o número incluiu pessoas em trânsito, marinheiros ou apenas passageiros entrados e saídos. Os números de marinheiros entrados e saídos já mostraram, em anos anteriores, diferenças entre os que chegam e saem, sem explicar o que isso significa. Podemos imaginar que parte desses marinheiros poderia ser de escravos de senhores residentes em Desterro ou Santa Catarina, que teriam seus navios baseados nessa região, sendo que o retorno desses cativos e sua permanência antes de uma nova saída poderiam estar sendo representadas nessa fonte, mascarando esses números.

Nesse mesmo relatório, o presidente declara que “a baixa da receita deu-se em proporção mais forte nos direitos de 6% de exportação dos gêneros de lavoura, no imposto de animais que passam pela barreira do – Passa Dois – em Lages, na décima de heranças e

¹¹² Relatório do presidente da província de Santa Catharina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 11.a legislatura. Santa Catharina, Typ. Desterrense de J.J. Lopes, 1862, p. 18-20.

¹¹³ HUBENER, Laura. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981.

¹¹⁴ Relatório do vice presidente da província de Santa Catharina, o commendador Francisco José d'Oliveira, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 12.a Legislatura. Santa Catharina, Typ. Catharinense de F.V. Avila & C.a, 1864, p. 10.

legados, na meia sisa por venda de escravos.¹¹⁵ A diminuição da atividade econômica em diversos setores resultou, também, na diminuição das compras e vendas de cativos, pelo menos dentro da província de Santa Catarina. Mas retornemos agora para o imposto de exportação de cativos, após um longo trecho sem citação a esse nos relatórios e falas dos presidentes de província.

A próxima citação a esse imposto de exportação em Santa Catarina veio somente no relatório do presidente Guilherme Cordeiro Cintra, em 1872, no qual o presidente declara que o imposto de saída de escravos passou a ser revertido para o benefício dos hospitais da província, que se encontravam em difícil situação.¹¹⁶ No ano de 1871-1872, foram revertidos aos cofres provinciais cerca de 6 contos de réis (o que representaria a saída de cerca de 30 escravos com a manutenção do valor de 200 mil réis pago pela saída de cada um deles).¹¹⁷

No discurso dirigido à Assembleia Legislativa em 1875, somos informados pelo presidente João Thomé da Silva de que a arrecadação desse imposto atingiu a quantia de 7:094 no exercício 1874-1875, relatando a saída de aproximadamente 35 escravos.¹¹⁸ Um dado de impostos recolhidos em uma demonstração da receita e despesa da província de Santa Catarina, no 1º trimestre de 1876, mostra a arrecadação de 5:400 mil réis nesse período, relativa à taxa de exportação de escravos.¹¹⁹ Não fica claro o valor desse imposto, que poderia ter sido alterado. Se mantivesse a mesma taxa de cobrança, teríamos o envio de 27 escravos somente nos três primeiros meses de 1876, o que mostraria uma elevação considerável nesse movimento de saída.

No final da década de 1870, temos nova modificação na situação econômica da província. No discurso que fez na Assembleia Provincial de 1880, o presidente Antônio de Almeida Oliveira destacou que “durante quase três anos cresceu pouco a renda da província

¹¹⁵ Idem, p. 45.

¹¹⁶ Relatório apresentado ao exm. Sr. 3º Vice-presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Ignácio Accioli de Almeida, pelo 1º Vice-presidente Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra no ato de passar-lhe a administração da mesma província, em 15 de junho de 1872. Tipografia Dr J. J. Lopes, Rua da Trindade n. 2. 1872, p. 14.

¹¹⁷ Idem, p. 25-26.

¹¹⁸ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1875, p. 110.

¹¹⁹ RELATORIO 1876, p. 41.

e esse mesmo pequeno aumento havido deve-se à circunstancia extraordinária como a seca do norte que, determinando maior procura de farinha fez subir o preço desse produto.”¹²⁰ O fato de a seca ser a responsável pelo aumento das exportações da província foi reforçada também na fala do presidente Antônio Gonçalves Chaves, em 1882.¹²¹ É possível que essa melhora temporária na situação possa ter interferido na saída de escravos de Santa Catarina, mas a elevação observada na exportação de cativos em 1876, com a saída de 27 deles apenas em um trimestre, apontaria para um movimento de intensificação desse comércio. Contudo, não temos mais dados para corroborar essa discussão.

A próxima informação disponível sobre a saída de escravos foi novamente apresentada em relação à movimentação de marinheiros e passageiros nos portos da província, já no ano de 1881. Em sua fala para a Assembleia em 1881, o presidente João Rodrigues Chaves relatou que a movimentação do porto apresentava uma entrada de 15 escravos e a saída de 58, apresentando um movimento bastante claro de saída de cativos, se é que podemos confiar nessa estatística (especialmente porque não temos clareza de como esta era organizada).¹²²

No discurso do presidente Antônio Gonçalves Chaves, em 1882, fica claro que o comércio de cativos entre as províncias estava decaindo, visto que no segundo semestre de 1881 a importância arrecadada foi de somente um conto de réis, ou o equivalente à saída de apenas 5 escravos.¹²³ No semestre seguinte, de janeiro a junho de 1882, somente 400 mil réis foram arrecadados. Nesse momento, a taxa anunciada era de 200 mil réis por cada cativo saído da província e 100 mil réis para cada cativa exportada.¹²⁴ A diferença entre as taxas pagas por homens e mulheres, quando temos somente o volume total arrecadado,

¹²⁰ Falla com que o exm.o snr. doutor Antonio de Almeida Oliveira, abriu a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 2 de janeiro de 1880. Cidade do Desterro, Typ. e Lith. de Alex. Margarida, 1880, p. 36.

¹²¹ Falla com que o exm. sñr. doutor Antonio Gonçalves Chaves abriu a primeira sessão da vigésima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 6 de outubro de 1882. Cidade do Desterro, Typ. de José J. Lopes, 1882, p. A-66.

¹²² Falla com que o exm.o sñr. doutor João Rodrigues Chaves abriu a segunda sessão da vigésima segunda legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 2 de fevereiro de 1881. Cidade do Desterro, Typ. e Lith. de Alex. Margarida, 1881, p. A-72.

¹²³ Falla com que o exm. sñr. doutor Antonio Gonçalves Chaves abriu a primeira sessão da vigésima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 6 de outubro de 1882. Cidade do Desterro, Typ. de José J. Lopes, 1882, Mapa SN.

¹²⁴ Idem, Mapa SN (2).

mascara o número de escravos realmente saídos da província, pois não sabemos a divisão sexual e logo o número total deles. De toda forma, eles nos fornecem um número mínimo de cativos exportados bastante confiável, se contarmos apenas os homens.

A fala do presidente Gama Rosa à Assembleia Provincial, em 1884, deixa ainda mais clara a decadência desse comércio de exportação de escravos na década de 1880, ao relatar a queda e pequena arrecadação desse imposto (em uma resposta às taxas de importação das províncias compradoras de cativos, ao que tudo indica. Não temos uma outra discussão de proibição de saída de escravos após 1877 e nem mesmo a indicação de uma mudança brusca nesse tema na província).¹²⁵ A queda e interrupção no comércio interprovincial de cativos foi confirmada no Relatório apresentado pelo presidente Manoel Pinto de Lemos no ano seguinte. Apesar de ter sua arrecadação orçada em dois contos de réis, o presidente informa que o imposto (agora de 100 mil réis para homens e 50 mil para mulheres) não havia trazido nenhuma receita para a província.¹²⁶

A queda na arrecadação desse imposto foi melhor demonstrada no relatório de 1886, através de uma comparação trienal dos valores obtidos. De 600 mil réis arrecadados no exercício 1882-1883 (variando por pessoa entre 100 mil para homens e 50 mil para as mulheres, representando o total a saída de 6 até 12 pessoas), esse valor se restringiu a 100 mil réis em 1883-1884 (saída de 1 ou 2 pessoas), não tendo sido arrecadado no ano seguinte.¹²⁷

A diminuição na população escrava da província já parecia bastante clara para seus governantes nesse momento. A introdução de um imposto de 3 mil réis sobre os escravos não sujeitos a taxa geral indicava que existiriam, pelos registros, 9.161 escravos na província, mas que já haviam reclamações de senhores sobre óbitos, manumissões ou

¹²⁵ Falla com que o exm. sr. dr. Francisco Luiz da Gama Roza abriu a primeira sessão da vigesima quinta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 5 de fevereiro de 1884. Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1884, Mapa SN. Sabemos que se tratava de uma escrava porque foi cobrado apenas 100\$000 réis para a saída do cativo, o que representava a taxa para as cativas, como já apontado.

¹²⁶ Relatório com que ao exm. sr. coronel Manoel Pinto de Lemos, 1.º vice presidente, passou a administração da provincia de Santa Catharina, o dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885. Cidade do Desterro, Typ. do "Jornal do Commercio," 1885, Mapa 12.

¹²⁷ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da provincia de Santa Catharina na 1ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente, dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886. Desterro, Typ. do Conservador, 1886, Mapa SN.

vendas de alguns desses (60 reclamações).¹²⁸ Esse mesmo alerta sobre os números oficiais de escravos, ou seja, de que o número estavam além da população real de escravos devido à falta de comunicação de mortes e manumissões à coletoria, aparece também em uma discussão sobre a população escrava existente na província em 1885.¹²⁹ Dos 8.261 escravos que existiriam na província, a divisão entre os sexos mostrava que os homens ainda constituíam a maior parte dessa população (aproximadamente de 54%).¹³⁰ Levando em consideração que eles foram a maioria daqueles negociados entre as províncias, acreditamos que taxas de mortalidade e de alforrias diferenciadas possam explicar essa presença maior e contínua, visto que mesmo na matrícula de 1872-73 seu número não representava grande diferença com relação às mulheres.

O quadro montado pela exposição do presidente da província de Santa Catarina em 1885 ainda nos mostra a população cativa por município, no qual encontramos algumas evoluções diferenciadas. Desterro, que contava com uma população escrava de 927 pessoas (com cerca de dois terços dessas sendo matriculadas no interior da Ilha de Santa Catarina e não na sede do município), perdeu um número muito maior de escravos do que Laguna (na época com população de 1.908 cativos) ou mesmo Lages (com 1.198 escravos).¹³¹ E esse é um ponto importante e que já vimos anteriormente. Verificamos que a diferença entre os números de escravos comercializados para cada município selecionado envolvia não somente a questão das fontes disponíveis, mas também diferentes dinâmicas de comercialização de cativos e de introdução desses em um mercado nacional, além de temas como mortalidade e política de alforria variados, para não entrarmos em discussões ainda

¹²⁸ Falla com que o exm. sr. dr. Francisco Luiz da Gama Roza abriu a primeira sessão da vigésima quinta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 5 de fevereiro de 1884. Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1884, p. A-41.

¹²⁹ Relatório com que ao exm. sr. coronel Manoel Pinto de Lemos, 1.º vice presidente, passou a administração da provincia de Santa Catharina, o dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885. Cidade do Desterro, Typ. do "Jornal do Commercio," 1885, p. 33- 34.

¹³⁰ Idem. Os números apresentados no relatório tem problemas quanto à valores incorretos de soma de populações.

¹³¹ Relatório com que ao exm. sr. coronel Manoel Pinto de Lemos, 1.º vice presidente, passou a administração da provincia de Santa Catharina, o dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885. Cidade do Desterro, Typ. do "Jornal do Commercio," 1885, p. 33- 34.

maiores nesse texto.¹³² Isso se verifica quando comparamos as evoluções da população escrava nessas diferentes localidades ao longo da segunda metade do século XIX.

Outro dado importante presente no relatório do presidente Manoel Pinto de Lemos diz respeito ao tamanho das posses de escravos observadas em Santa Catarina em meados da década de 1880. Segundo ele, o trabalho de acompanhamento da evolução da população escrava que estava sendo realizado nas alfândegas (questionando senhores sobre libertações e mortes de escravos) havia apontado que “o maior possuidor de escravos em toda a província não conta mais de 15; na capital só dois senhores possuem 6, e todos os mais em geral 1 ou 2.”¹³³ Outro dado importante do relatório foi a matrícula, até 1873, de 15.204 escravos e que teriam entrado mais 151 cativos após esse período.¹³⁴ Esse último número reforça a ideia de que a província de Santa Catarina, como um todo, não pode ser considerada uma importadora de escravos. A entrada de 151 pessoas ao longo de mais de uma década, especialmente quando as transferências no mercado nacional de escravos estiveram em seu ápice, frente a uma diminuição da população cativa da região de mais de 7 mil pessoas (segundo um número que ainda tratava como escravos pessoas que já haviam abandonado essa condição), revela perda dessa população ao longo do tempo, por morte, alforrias ou exportação que não pode ser negada. Além disso, o registro de entradas pode ser somente de matrículas fora do prazo ou trânsito entre municípios vizinhos em províncias diferentes. A exata intensidade das forças que compõem esse movimento de diminuição, contudo, permanecem de difícil definição devido à fragmentação das fontes e nossa incapacidade de seguir todos os movimentos dessa população, devido à própria limitação dos registros, além de suas lacunas, como já destacamos.

De toda forma, através da análise do imposto sobre a exportação de escravos para fora da província, conseguimos comprovar o registro do envio de 143 cativos para fora de

¹³² A diversidade de alcance da alforria, as diferentes taxas de mortalidade e as variadas situações dentro da ordem escravista, de um modo geral, já foram amplamente discutidas pela historiografia. Cabe aqui apenas salientar que não esquecemos o papel fundamental desses índices para a diminuição da população escrava no Sul do Brasil, apesar da presente pesquisa não pretender qualificar essas participações.

¹³³ Relatório com que ao exm. sr. coronel Manoel Pinto de Lemos, 1.º vice presidente, passou a administração da província de Santa Catharina, o dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885. Cidade do Desterro, Typ. do "Jornal do Commercio," 1885, p. 34.

¹³⁴ Idem.

Santa Catarina durante o período estudado.¹³⁵ A excessiva fragmentação das fontes, especialmente na década de 1870, quando esse comércio se intensificava, prejudicou o melhor entendimento desse fluxo. Além disso, optamos por contabilizar esses registros a partir de seu número mínimo, quando haviam divergências entre valores cobrados por cativos de sexos diferentes. Mesmo assim, o número de registros encontrados está bastante abaixo da diminuição da população escrava verificada, o que sugere a contribuição da exportação de cativos para a redução da escravidão em Santa Catarina, mas que não deve ser vista como predominante.

A análise dos registros do imposto de exportação de escravos em vigor na província de São Pedro do Rio Grande do Sul traz problemas semelhantes aos encontrados em Santa Catarina, especialmente quanto à fragmentação das fontes. Começamos essa análise, entretanto, por uma discussão de acesso à propriedade cativa.

Na história oficial do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a existência e o desenvolvimento das colônias de imigrantes europeus teria provido essas regiões de um exemplo mais avançado de relações de trabalho e desenvolvimento econômico do que o observado no restante do Brasil, especialmente devido a uma cultura diferenciada por parte dessas populações de imigrantes. Contudo, o que se observa quando analisamos mapas populacionais e discussões sobre essas colônias em meados do século XIX é a utilização de várias práticas propagadas pela população nativa, inclusive o uso de mão de obra escrava nessas regiões. Foi para defender um modelo de colonização que deveria ser diferente desse, que os presidentes de província do Rio Grande do Sul e seus deputados resolveram agir e criar uma lei (nº 183, de 18 de outubro de 1850) que proibisse a introdução de escravos nas colônias, que segundo o relatório do presidente Patrício Correa da Camara, foi bem recebida pelos colonos: “Nem podia deixar de ser este o resultado, porque é sabido que o homem livre não se sujeita a trabalhar com o escravo, que o rebaixa, e avilta. A presença dos escravos nas colônias foi argumento de que tiravam vantagem os antagonistas na

¹³⁵ Nesse ponto, cabe observar que essas 143 exportações foram um número mínimo, visto através de indícios bastante esparsos.

Alemanha de emigração para o Brasil.”¹³⁶ Veja que essa opinião parece muito mais ligada aos desejos do presidente e a suas concepções, e também ao fim dos obstáculos a essa colonização, do que necessariamente à opinião dos próprios colonos que, afinal, compraram escravos enquanto isso foi possível. Destacamos isso, pois a presença escrava foi oficialmente verificada não apenas na colônia de São Leopoldo, mas também nas de Três Forquilhas e Torres, como indicou o mesmo relatório.¹³⁷

Como apontamos anteriormente, estava em vigor na província gaúcha no início dos anos 1850 um imposto sobre a introdução de cativos na região. A respeito da taxa de 32 mil réis cobrada pela introdução de escravos na província, o presidente apontou que “rendeu em 1854 224\$; em 1855 672\$; e em 1856 512\$. (...) Decresceu este imposto no último ano, por que é sabido que houve afluência de exportação de escravos, e não de importação, o que obrigou a tomar medidas a tal respeito na lei do orçamento em vigor.”¹³⁸ Temos, assim, a entrada aproximada, através do cálculo do imposto, de 7, 21 e 16 trabalhadores escravizados em cada um dos anos, respectivamente. A entrada desses 51 cativos em meados da década de 1850 mostra que a província, como um todo, ainda era capaz de atrair essa mão de obra e a buscava no mercado nacional.

Nos documentos anexos ao relatório do presidente Ângelo Moniz da Silva Ferraz, de 1858, encontramos uma primeira série de dados sobre o imposto de exportação de cativos que já vigorava nesse momento. Segundo o que foi apresentado nesse relatório, percebemos como esse imposto de 50 mil réis sobre escravos exportados da província, por mar ou terra, não teve valores arrecadados entre 1852 e 1856, mas foram recolhidos 16 contos e 100 mil réis no exercício de 1857, o que equivaleria ao envio de 322 cativos para

¹³⁶ Relatório do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1851. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851, p. 9.

¹³⁷ Idem, Mapa SN e p. 10, respectivamente. O número de escravos na maior colônia da província naquele momento, a de São Leopoldo, foi calculado em 288 indivíduos para uma população de 10.273 colonos. O relatório apresenta ainda o número de brasileiros que vivia nessa região de cerca de 4 mil pessoas. Podemos entender que parte desses escravos poderia ser de propriedade desses brasileiros, mas isso não justificaria a criação de uma lei para proibir a compra de escravos pelos colonos.

¹³⁸ Relatório do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857, p. 69.

fora da província, apenas nesse exercício.¹³⁹ A percepção desse grande fluxo de saída de escravos, através desse registro, deve ter alertado ainda mais as autoridades que já observavam esse movimento (o que justificou a criação do imposto). E essa percepção da saída de escravos e sua importância é significativa na medida em que se conecta a outras discussões sobre a economia provincial, seu estado, problemas e perspectivas futuras.

É interessante como o discurso de falta de braços nas charqueadas já aparecia na segunda metade da década de 1850. O Presidente Ângelo Moniz da Silva Ferraz, em seu relatório do ano de 1858, ao tratar do estado da indústria do charque, descreve que “a falta de braços tende a quebrantar as forças desta indústria.”¹⁴⁰ Ele ainda se refere a outros motivos para essa crise. Segundo ele, a concorrência estrangeira também é fatal para essa indústria. As charqueadas dos municípios do Triunfo e capital esmoreceram em seus trabalhos pela concorrência com as de Pelotas, e além disso “pessoas entendidas opinavam a cerca de um decênio que esta indústria decaia a olhos vistos, e pressagiavam seu [ilegível, parece ser declínio] logo que a paz e a tranquilidade reinasse por 6 anos no Estado vizinho.”¹⁴¹ Continua ainda argumentando que “não se realizaram todavia estes cálculos; nem se pode ainda ao presente garanti-los; o que me parece porém incontestável é que pelos altos preços por que se compram os gados, o charqueador que tentar ou seguir esta indústria não poderá prosperar.” Vê assim um alto preço na rezes e uma valorização nos campos, fazendo com que o gado seja comprado a altos preços (especialmente devido à concorrência com os charqueadores/saladeros uruguaios), o que diminui o lucro ou impõe prejuízo aos produtores brasileiros.¹⁴²

O problema da falta de mão de obra cativa foi novamente levantado no relatório do presidente Joaquim Antão Fernandes Leão, de 1859. Falando das potencialidades da

¹³⁹ Documentos anexos ao relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, Mapa SN.

¹⁴⁰ Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, p. 39-40.

¹⁴¹ Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, p. 39-40.

¹⁴² Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, p. 39-40.

agricultura em uma província fértil, o presidente declarou a necessidade de máquinas e instrumentos que facilitem o trabalho humano, visto que na província faltam braços escravos.¹⁴³

A visão da falta de braços não apareceu com destaque no relatório de 1860, pois o presidente da província, vendo a recuperação econômica da mesma pela elevação do preço dos bens produzidos, minimizou o problema de exportação dos cativos: “O imposto criado em 1857 de 50\$000 réis sobre o escravo exportado, e que nesse mesmo ano rendeu 16:100\$000, e em 1858 12:650\$000 réis, produziu apenas neste exercício de 1859 a 1860 a quantia de 2:400\$000 réis. Este imposto quando não desapareça, tem de ficar muito reduzido.”¹⁴⁴ Acompanhando os valores arrecadados, observamos uma diminuição dessas saídas de 322 cativos, no primeiro ano, para 253 e somente 48 nos exercícios seguintes. A elevada saída de trabalhadores escravizados ocorrida nos primeiros anos parecia assim minimizada pela boa condição econômica da província.

Cabe aqui salientar que podemos estar observando uma outra ocorrência além da diminuição na saída de cativos. Como já destacamos, esse registro nos mostra apenas as saídas para as quais foram pagos os direitos de exportação dos cativos. Podemos imaginar que havia muitos comerciantes que tentaram a evasão dessas taxas, e que isso colocaria muitas exportações de cativos no terreno da ilegalidade e fora das fontes oficiais. Entretanto, não temos nenhuma discussão oficial ou denúncia a esse respeito, o que nos faz entender que se isso ocorreu foi para uma parcela menor desse movimento de saída, que não chegou a atrair uma grande atenção dos órgãos oficiais.

A diminuição do movimento de exportação de cativos, em parte, se confirmou no relatório 1862, do mesmo presidente Joaquim Antão Fernandes Leão. Nesse documento, o presidente declarou que no exercício 1860-1861 foram arrecadados apenas 850 mil réis

¹⁴³ Relatório apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2.a sessão da 8.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859, p. 75.

¹⁴⁴ Relatório apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860, S4-5.

com essa taxaço, ou o equivalente a apenas 17 cativos.¹⁴⁵ Nos anos seguintes, a arrecadaço dessa taxa continuou em baixa, mas recuperou em parte o seu valor, somando 1:250\$000 réis em 1861-1862 e representando a saída de 25 cativos.¹⁴⁶ No exercício seguinte, 1862-1863, alcança 1:000\$000 réis, ou a saída de 20 escravos.¹⁴⁷

A partir desse momento, temos uma quebra na sequência dessa informação. A organização militar da província e sua ordem social passaram a ser os temas principais de diversos relatórios, devido ao desenvolvimento da Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870. Uma questão recorrente era a intromissão de brasileiros nas questões internas do Uruguai, atitude que alguns presidentes buscaram combater, seguindo ordens do governo, mas que parecem ter-se mantido durante todo o período estudado.

Sobre a saída de escravos, voltamos a ter algumas informações somente na década de 1870. Em sua Falla à Assembleia de 1872, o presidente da província Jerônimo Martiniano Figueira de Mello afirmou que entre os impostos que tiveram queda na arrecadaço, em comparação a exercícios anteriores, estaria o imposto de 200\$000 réis sobre a exportação de escravos.¹⁴⁸ Infelizmente, o presidente não nos deu maiores detalhes sobre os valores arrecadados. Cabe ainda salientar que nesse mesmo documento, o presidente trata da promulgação da Lei do Ventre Livre e sua recepço no Império, segundo ele, sem perturbaço da paz, o que mostraria a preparação do povo brasileiro para isso.¹⁴⁹

Na Falla de 1875, temos uma informação que se coloca na contramão do que vínhamos observando. O imposto de 200\$000 réis sobre a importação de escravos tivera

¹⁴⁵ Relatório com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao exm. sr. vice-presidente, commendador Patricio Correa da Camara. Porto Alegre, Typ. do Jornal--A Ordem, 1861. Bound with item no. 892, Mapa 1.

¹⁴⁶ Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863, Mapa SN.

¹⁴⁷ Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1864, Mapa SN.

¹⁴⁸ Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, em a segunda sessão da 14.a legislatura. Porto-Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1872, p. 59.

¹⁴⁹ Idem, p. 64.

uma receita de 5:600\$000 réis, o equivalente à entrada de 28 cativos naquele ano, mas não há dados sobre valores para a exportação dos mesmos.¹⁵⁰

Somente em 1879, voltamos a encontrar informações sobre a saída de cativos. Em um quadro de demonstração da receita da província do ano anterior, exercício 1878-1879, observamos que havia sido arrecadada, no imposto de “6% sobre o valor dos escravos que saírem da província e se destinarem à venda, sendo esse valor fixado em 1:000\$000”, a quantia de 9:420\$000 réis.¹⁵¹ Na prática, esse imposto seria de 60\$000 réis sobre todos os escravos vendidos para fora da província. Não sabemos por que motivo houve essa mudança na formulação do imposto. O que destacamos é que esse valor seria o correspondente a 157 saídas nesse ano fiscal de julho de 1878 a junho de 1879.

Nova informação foi dada para os segundos semestres de 1879 e 1880 (primeiros dos exercícios 1879-1880 e 1880-1881). Nesses semestres, foram arrecadados 8:500\$000 réis apenas no primeiro semestre do exercício 1879-1880, contra 12:750\$000 réis no primeiro semestre de 1880-1881, de uma taxa de 500\$000 réis sobre escravo introduzido na província e 250\$000 sobre aquele exportado.¹⁵² Essas quantias seriam equivalentes a 34 e 51 cativos, respectivamente, caso todos os impostos tivessem sido cobrados de escravos enviados para fora da província. Como uma das causas para a diminuição de arrecadação de 1879-1880 frente aos anos anteriores, o presidente sugere que “Finalmente, a diminuição da renda proveniente da transmissão de escravos, em consequência do menor número de transações sobre essa espécie de propriedade, o que em parte se acha de acordo com as vistas do poder legislativo, quando elevou a 250\$000 e a 500\$000 os impostos sobre escravos introduzidos ou vendidos para fora da província.”¹⁵³

O imposto sobre a exportação de escravos teve suas últimas arrecadações nos anos iniciais da década de 1880. No ano fiscal de 1881-1882, a arrecadação desse tributo somou

¹⁵⁰ Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. João Pedro Carvalho de Moraes, na sessão extraordinaria em 7 de janeiro de 1875. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1875, Mapa SN.

¹⁵¹ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores no dia 19 de julho de 1879. Typ. da Livraria Americana. Pelotas, 1880, Mapa 1.

¹⁵² Relatório 1881, Mapa SN.

¹⁵³ Relatório 1881, p. 71.

apenas 250\$000 réis, o equivalente à exportação de somente um cativo.¹⁵⁴ Uma outra saída de escravo foi observada no segundo semestre de 1882 (1º semestre do ano fiscal 1882-1883), quando foi novamente arrecadada a quantia de 250\$000 réis.¹⁵⁵ O resultado negativo dessa taxa foi avaliado pelo presidente em sua fala na Assembleia no ano seguinte, quando relatou as diferenças entre as receitas orçadas e aquelas realmente arrecadadas. No imposto de exportação de escravos, encontrou falta de receita, alegando que “a renda proveniente dos impostos sobre o comércio de escravos não podia deixar de ressentir-se do caráter proibitivo das respectivas taxas.”¹⁵⁶

O fim desse imposto, na prática, foi confirmado com a não arrecadação dessa taxa nos primeiros semestres dos anos fiscais de 1884-1885 e 1885-1886¹⁵⁷, constituindo um período de mais de três anos sem o registro de pagamento, com seu último registro ocorrido no segundo semestre de 1882 (1º semestre do ano fiscal 1882-1883). Desde 1881-1882 houve apenas o registro de duas saídas de escravos para os quais foi pago o imposto de exportação.

Como já apontamos para o caso catarinense, as lacunas na documentação causam uma série de problemas para nossa análise da situação. Uma pesquisa aprofundada sobre esses tributos, e de certa forma sobre todo o material relacionado à tributação sobre a escravidão e sua arrecadação, certamente traria um grande benefício a nossa discussão sobre o trabalho cativo nessas províncias. Sem tempo para a realizarmos, propomos que ela seja feita futuramente. Retornando à discussão proposta, quanto ao imposto de exportação de escravos na província do Rio Grande do Sul, podemos relacionar uma série de informações apesar da fragmentação dos registros dessa fonte.

¹⁵⁴ Relatório apresentado por Exmo. Sr. Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos ao passar a administração dessa província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 9 de setembro de 1882 ao Exmo. Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 1º Vice presidente. Porto Alegre, Typ. do Mercante, rua General Camara, 19, 1882, Mapa 1.

¹⁵⁵ Falla dirigida a Assembléa Legislativa pelo presidente, conselheiro José Antonio de Souza Lima, na 1ª sessão da 21ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Commercio [sic] 1883, Mapa SN.

¹⁵⁶ Falla dirigida a Assembléa Legislativa pelo presidente, conselheiro José Antonio de Souza Lima, na 1ª sessão da 21ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Commercio [sic] 1883, p. 42.

¹⁵⁷ Falla apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo presidente da provincia, o exm. sr. desembargador Henrique Pereira de Lucena, ao instalar-se a 2ª sessão da 21ª legislatura em 7 de março de 1886. Porto Alegre, Officinas Typographicas do Conservador, 1887, Mapa 1.

Somando-se todos os registros ou possíveis registros¹⁵⁸ para a exportação de escravos apresentados nos relatórios de presidentes de província gaúcha, temos um número de saídas de 929 cativos exportados em todo o período estudado. Algo que chama a atenção nesse imposto, especialmente quando comparado ao que foi analisado em Santa Catarina, diz respeito ao grande volume de cativos exportados em alguns anos. Quantidades superiores a cem escravos exportados foram encontradas em três momentos segundo nosso registro fragmentado, tendo seu momento de maior importância em 1857-1858. Não podemos descartar a possibilidade de encontrarmos valores semelhantes ou mesmo superiores na década de 1870, pois o único registro dessa década, de 1878-1879, mostra a saída de 157 cativos. Assim, observamos uma saída bastante volumosa de escravos em diversos anos, o que destaca a inserção desses cativos gaúchos no mercado nacional e reforça a ideia de perda dessa mão de obra para outras regiões, podendo esta ser bem maior do que a declarada nesses registros, tanto pelas lacunas quanto pelo próprio sub-registro ou burla do imposto. Entretanto, o volume preciso da perda não pode ser precisamente calculado, não podendo dessa forma servir como explicação única para o declínio escravo na região.

Projeto de proibição da saída de escravos em Santa Catarina

O impacto da saída de escravos nas províncias do Sul, como mostra a própria constituição desse imposto de exportação, foi considerado relevante por seus contemporâneos nas duas províncias analisadas. Entretanto, como destacamos anteriormente, a percepção dessa relevância não pode ser tomada como uma medida precisa da importância que esse comércio teve para o esvaziamento da escravidão na região.

¹⁵⁸ Os “possíveis registros” são apontados dessa forma, pois a partir do ano fiscal de 1879-1880, o registro do total arrecadado pelo imposto passa a incluir entradas e saídas de escravos (taxas de 500 mil para importação e 250 mil para exportação). Não temos como separá-las e procuramos destacar o número de escravos que poderiam estar sendo exportados (no caso de 1881-1882 e 1882-1883, a arrecadação de apenas 250\$000 réis em cada exercício prova que houve apenas taxas de exportação de cativos). No total, a exportação de parte dos 85 escravos registrados como saídos entre 1879-1880 e 1880-1881 poderia ser questionada. Entretanto, o grande número de lacunas nos registros nos permite acreditar que mesmo com essas saídas “possíveis”, o número de 929 escravos exportados que apresentamos foi bastante inferior aos cativos realmente enviados para fora da província.

Restrições à saída de cativos mediante a taxaçoão dessa exportaçoão foram medidas largamente utilizadas por diversas províncias brasileiras, mas a proibiçoão direta desse comércio também foi debatida em vários momentos.

Como apontou Evaldo Cabral de Mello, já na década de 1850, a proibiçoão do comércio de escravos entre as províncias foi debatida na Câmara dos Deputados, mas a proposta foi rejeitada, como o foram outras tentativas posteriores, feitas na maioria das vezes por representantes de regiões exportadoras, nas duas primeiras décadas após o fim do tráfico atlântico de cativos.¹⁵⁹ O receio de perderem mão de obra e assim prejudicar a produção local apareceu em vários momentos dessa discussão para justificar as medidas propostas. A discussão sobre a proibiçoão não esteve fora das opções apresentadas no Sul, apesar dessa questão ter surgido mais tarde.

Em 1876, acompanhamos no jornal “O Conservador” a publicação das atas de discussão da Assembleia Provincial de Santa Catarina, e entre os temas debatidos encontramos uma proposta de proibiçoão da exportaçoão de cativos para outras províncias do Império.¹⁶⁰ Apresentada na sessão de 28 de março de 1876 da Assembleia, o deputado Pinheiro defendeu seu projeto de proibiçoão baseado em dois problemas fundamentais: a falta de trabalhadores rurais na província, que estaria causando a “prostraçoão” da agricultura catarinense; e os “distúrbios” que esse comércio estaria causando à ordem pública e disciplinar dos cativos da província.

O deputado apresentou na discussão uma visão bastante pejorativa das pessoas responsáveis por essas transferências, ressaltando para a reprovaçoão desse comércio o lado humano dessas exportaçoões:

Infelizmente, Sr. Presidente, ainda há especuladores que fazem comércio com carne humana, comércio que nem é honroso, nem humanitário para quem dele usa. Não é honroso, Sr. Presidente, por que esses especuladores procuram sempre iludir as repartiçoões fiscais, em prejuízo de nossas rendas; não é humanitário porque com ele,

¹⁵⁹ Um balanço dessa discussão foi apresentado pelo autor. MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império*. Op. Cit., p. 36-43.

¹⁶⁰ Buscamos as atas dos debates da Assembleia diretamente nessa instituição, através do seu Centro de Memória, mas fomos informados que na instituição não haviam restado registros das atas de sessões do ano em questão, assim como de muitos outros anos. Dessa forma, nossa cobertura da questão ficou limitada ao registro nos jornais. O Conservador, n. 321, de 12/04/1876 (BPE/SC).

separam-se os filhos dos pais, os irmãos dos irmãos, entes que na família são bem caros; separação Sr. Presidente, que muitas vezes equivale a morte, porque esses entes jamais se avistam.¹⁶¹

Descrevendo a recorrência de práticas ilegais e a tragédia humana envolvida, o deputado Pinheiro desqualificou o caráter dos negociantes e especuladores nessas transferências. Além disso, e o que foi de maior interesse para a discussão proposta, o deputado anunciou o que ele considerava como práticas recorrentes na ação desses comerciantes. Segundo ele, anúncios nos jornais locais prometiam gratificações a quem agenciasse a compra de cativos, indicando ainda aos vendedores que parte do pagamento poderia ser feita em ouro, “como que se outra qualquer moeda de nosso país não tivesse o mesmo valor”, destacava o deputado. Ainda segundo Pinheiro, os agentes encarregados de adquirir cativos no interior usavam como estratégia a “sedução” dos escravos, que começavam a desagradar seus senhores “tornando-se malandros e insubordinados, de modo que os senhores para não se incomodarem mais com os escravos, visto que eles não lhes querem mais obedecer, vêm-se na necessidade de os vender”.¹⁶²

Em seguida, o parlamentar se referiu a um caso semelhante, ocorrido com um velho lavrador conhecido seu, proprietário de um sítio e alguns escravos que produziam alimentos não só para o consumo, mas também para a venda. Os leais cativos desse senhor (caracterizado como um proprietário que “os tratava mais como filhos do que como escravos”, segundo o deputado) teriam se tornado insubordinados de uma hora para outra, atentando contra a disciplina e mesmo contra a pessoa de seu senhor, tudo por causa de agentes de negociantes de cativos que haviam aparecido na região em tempos recentes. A fala do parlamentar apresenta diversos discursos senhoriais tradicionais ligados ao escravismo. Chama a atenção, especialmente, o contraste entre os “bons senhores”, como o lavrador que ele destacou, e os envolvidos no “tráfico” ou contrabando” de “carne humana”, como se a propriedade e a comercialização dos escravos não estivessem diretamente ligadas.

¹⁶¹ O Conservador, n. 321, de 12/04/1876 (BPE/SC).

¹⁶² O Conservador, n. 321, de 12/04/1876 (BPE/SC).

De uma maneira bastante direta, uma parte da recriminação do parlamentar pareceu responder a anúncios de compra de cativos publicados nos jornais de Desterro em anos anteriores. Manoel Antônio Victorino de Menezes, um dos grandes comerciantes de escravos da capital catarinense, manteve anúncios constantes nesses periódicos indicando que adquiriria escravos na região, para posterior envio deles para o Sudeste. Em alguns desses, Menezes anunciava que pagava os melhores preços da praça, indicando também que poderia realizar parte do pagamento em ouro, se fosse de preferência do vendedor¹⁶³, e que pagaria bem a quem agenciasse (intermediasse) a compra de cativos.¹⁶⁴ Como vimos anteriormente, esses foram elementos referidos na discussão do projeto de proibição, discutido pelo deputado Pinheiro, como responsáveis pela deterioração da ordem e disciplina escravistas na região, segundo o mesmo. A citação pelo deputado de algo propagado pelo comerciante faz acreditar que essas tenham sido realmente práticas recorrentes para o funcionamento cotidiano das transferências de escravos, especialmente para o mercado interno de cativos.

Assim, usando de uma série de imagens senhoriais da escravidão que estavam disseminadas nessa sociedade, além de uma caracterização negativa da prática dos comerciantes de escravos, o deputado Pinheiro pediu a aprovação da lei que impedia a exportação de cativos. Apesar de não termos encontrado o resultado direto da votação, e apesar das diversas manifestações de apoio que aparecem declaradas na descrição do discurso do parlamentar, o projeto proposto não parece ter sido aprovado. Além da continuidade do comércio, observado através da taxaço da exportação de cativos, a não aprovação dessa lei pode ser deduzida pela não menço dela nos relatórios do presidente de província. De toda forma, ela nos informa sobre o debate em torno da questão, e também sobre uma série de visões e práticas ligadas à transferência de cativos e seu contexto.

Considerações sobre o comércio de escravos no Sul do Brasil

¹⁶³ UFSC/BU. O Conservador, n. 297, 5 de janeiro de 1876.

¹⁶⁴ UFSC/BU. O Despertador, n. 1217, 13 de outubro de 1874.

Nossa análise do comércio de escravos nas províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina mostrou uma diversidade de cenários nas seis localidades estudadas, com características ímpares em cada região, ao mesmo tempo em que certos padrões foram repetidos. Diversas características e elementos desse mercado nas províncias, levantados pela pesquisa, ainda não foram devidamente debatidos devido às restrições de tempo da presente tese, mas achamos importantes lançá-los à discussão.

Em primeiro lugar, cabe destacar o universo dessas transferências frente à população cativa dos municípios selecionados. Em uma população total de 31.940 escravos nas seis localidades, segundo a matrícula de 1872-73 (e também sua atualização de 1877, para Desterro), 3.374 indivíduos foram negociados através de notas de compra e venda em algum momento (ou mais de um), na segunda metade do século XIX. Soma-se a esses parte dos 892 cativos que tiveram suas vendas autorizadas através de procurações (pois a venda de muitos desses foi concretizada fora da região). Dessa forma, acreditamos que a venda, da mesma forma que a alforria, não deveria ser vista como uma ocasião marginal na vida dos cativos; podemos entendê-las como um fenômeno relativamente corriqueiro, como um problema recorrente, que quando não os atingiu diretamente, afetou, provavelmente, seus familiares, amigos ou mesmo conhecidos.

Quanto à questão de fundo, a importância do comércio de cativos para a decadência da escravidão nessas províncias, a presente pesquisa reforça sua importância para as décadas finais da escravidão na região, apesar de relativizar seu papel como força preponderante para a diminuição no número de cativos. Através da análise das notas e procurações exploradas, que deveriam registrar as vendas e suas autorizações, chegamos a um número comprovado de saídas de escravos para os seis municípios de 452 indivíduos, no período caracterizado como de maior intensidade do comércio interprovincial. É claro que os números de saídas foram muitos superiores a esse, tanto pelo que já foi encontrado¹⁶⁵, quanto pelas lacunas na documentação (especialmente as muitas procurações

¹⁶⁵ Um exemplo da grande presença de escravos saídos do Rio Grande do Sul e encontrados no Sudeste pode ser encontrado em: SLENES, R. *Brazilian Internal Slave Trade*. Op. Cit., p. 332; e SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Escravos do Sul vendidos em Campinas*. Texto apresentado no **IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, disponível no link: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/RafaeldaCunhaScheffer.pdf> (acessado em 10/07/2011).

dispersas em livros de notas e de registros gerais) e mesmo de registros. Dessa forma, foi necessário incluir a pesquisa do imposto de exportação de cativos para que pudéssemos ter uma visão mais ampla desse movimento de saída, o que nos permitiu verificar a exportação de mais de mil cativos nas duas províncias (em sua maioria do Rio Grande do Sul). Apesar do número ainda não explicar devidamente a diminuição dos cativos devido ao envio para outras províncias, ajuda em sua quantificação.

Apesar de sua importância, reforçamos a crítica sobre a explicação do comércio de escravos como um fator fundamental para a decadência do número de escravos, até pela dificuldade de mensurá-lo. Novos esforços ainda devem ser realizados para que possamos perceber de forma mais clara a dimensão dos escravos vendidos para fora das províncias do extremo Sul do Brasil, mas parece claro que essa saída de cativos impactou toda a sociedade regional (em maior ou menor intensidade), diversos ramos de atividade (visto a própria dispersão da mão de obra cativa em variadas ocupações) e, assim, toda a organização escravista regional.

Contudo, esse impacto não parece ter atingido todos os indivíduos da região da mesma forma. Segundo os dados de matrículas dos escravos do Sul negociados em Campinas, grande parte dos atingidos por esse comércio pertencia, aparentemente, a pequenos ou médios proprietários de escravos. Dos cativos anteriormente matriculados no Sul, para os quais temos informações, 20,5% deles foram apontados como o escravo número 1 na relação de seus senhores (ou talvez o único dessa). Cativos matriculados entre o número 2 e 5 da relação de um dado senhor representaram 49,9% de todos os anteriormente registrados no Sul vendidos em Campinas. Apesar da recorrência de pequenos grupos de cativos na maior parte do Sul, o fato de 70,4% dos negociados em Campinas serem matriculados como os cinco únicos ou primeiros da relação de seus senhores pode indicar a preponderância da venda de escravos de pequenos plantéis para outras regiões.¹⁶⁶ Dessa forma, fica também reforçada a ideia de que os grandes proprietários de cativos do Sul do Brasil mantiveram suas posses de maneira mais intensa

¹⁶⁶ Completando essa discussão: 17,3% dos escravos foram matriculados entre o 6º e 10º cativo da relação de seus senhores; e 4,3% deles matriculados com números acima do 10º; não temos essa informação para 7,4% dos indivíduos.

que os pequenos possuidores, devido a uma opção consciente desses ou mesmo a uma perspectiva de falta de opções.

Infelizmente, as procurações que autorizavam a venda dos escravos do Sul em outras regiões raramente traziam dados completos sobre suas matrículas, o que nos permitiria confirmar a maior presença de cativos de pequenas propriedades entre os enviados para venda fora da província.

Além disso, como ameaça ou realidade, a venda para fora da província atingiu diretamente todos os cativos da região. De maneira alguma o número dessas transferências, ou seu impacto sobre os escravos vendidos ou deixados para trás, sobre as atividades e sociedades em que viviam, deve ser minimizado ou deixado de lado; sua importância precisa ser melhor estudada e relacionada a outras formas de “saídas” da escravidão, como alforrias, fugas e mortalidade.

Por outro lado, em toda a discussão precisamos estar atentos às diversidades regionais. Até a década de 1860, alguns dos municípios gaúchos ainda ganharam escravos através do comércio, principalmente o intraprovincial, mas também de outras províncias brasileiras. A década de 1860 aparece como um momento de aquecimento nesse mercado, com a ocorrência de muitas compras e vendas na província. Somente na década de 1870, e principalmente na segunda metade dela, é que podemos observar um movimento mais robusto de venda (ou perda) de escravos para outras províncias brasileiras, especialmente para as lavouras cafeeiras do Sudeste. Mas mesmo assim sua intensidade parece ser diferenciada, dependendo da região. E não atingiu todos os senhores de um mesmo município de forma idêntica.

A indicação de que o comércio de escravos drenou braços da província é insuficiente por diversos motivos, principalmente devido à falta de mais estudos que quantifiquem essas saídas e demonstrem seu real impacto no número de cativos na província, visto que essa afirmação é muitas vezes baseada em impressões de contemporâneos ou em número de “perdas” (que podem incluir falecimentos e alforrias). Além disso, para qualificar o impacto dessas saídas sobre essa população escrava, também é necessário perceber de que localidades e de quais ocupações saíram esses escravos, visto que o comércio de cativos atingiu diferentes áreas, tipos de produção e tamanhos de

propriedades com intensidades variáveis, como indicam as pesquisas de Herbert Klein, Robert Slenes e as de Jonas Vargas e Thiago Araújo para o próprio Rio Grande do Sul.¹⁶⁷

Em todas as localidades selecionadas, a década de 1860 mostrou-se um período de grande atividade de compra e venda de cativos, especialmente em sua primeira metade. Esse pico de atividade poderia ser lido como uma fase de venda de escravos por parte de seus senhores, ou seja, uma fase de decadência da escravidão na região. Entretanto, as notas de compra e venda de cativos, principais fontes consultadas, são melhores para detectar vendas locais ou a entrada de cativos do que a saída dos mesmos, como já apontamos. Uma região em declínio tenderia a vender para outras localidades, e não entre senhores da mesma região, o que resultaria em registros das vendas em outras áreas. Além disso, um sinal evidente do aquecimento do mercado de cativos no Rio Grande do Sul na década de 1860 foi o elevado preço então obtido (quando pensamos em termos regionais), em contraste com os demais períodos.

Em quase todas as séries, os preços pagos pelos escravos na década de 1860 estavam entre os mais elevados, com uma única exceção. Em Cruz Alta, o preço médio pago por escravos de 15 a 29 anos foi superior na década de 1850 (1:230\$000 réis contra 1:043\$000 réis na década seguinte). Nas demais localidades, para quase todos os grupos etários, os preços médios pagos pelos cativos entre 1860 e 1869 não foram igualados. Como tendência geral, esse preço entrou em queda na década de 1860, tendo se recuperado no seu decurso ou mesmo nos anos 1870 em algumas localidades, mas sem alcançar o mesmo nível médio de antes.

O preço médio pago pelos cativos variou de cidade em cidade e ao longo do tempo por motivações que ainda não compreendemos completamente. Influências comuns, como o bom estado da economia pecuarista/charqueadora no início dos anos 1860 e a Guerra do Paraguai, atingiram todas as localidades, mas de modo diferenciado, assim como outras

¹⁶⁷ KLEIN, Herbert S.. The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971); SLENES, Robert. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888*. In: COSTA, Iraci (org.) **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986; ARAÚJO, Thiago. Op. Cit.; VARGAS, Jonas. Op. Cit..

flutuações de contexto mais ligadas a cada localidade. De toda forma, as maiores médias encontradas na província não passaram da casa do 1:200\$000 réis, em Rio Grande. Já em Alegrete, os preços máximos flutuaram entre 1:000\$000 e 1:100\$000 réis, e a média máxima observada em Porto Alegre foi de 930\$000 réis.

Quando comparados com os preços praticados em outras regiões brasileiras, especialmente São Paulo, observamos que o valor médio do escravo no Rio Grande do Sul estava bastante desvalorizado. Na década de 1870, na região de Campinas (onde a cultura cafeeira estava em expansão) senhores pagaram um preço médio de 1:776\$000 réis por cativos entre 15 e 29 anos¹⁶⁸. Compreendemos, desta forma, o interesse de comerciantes e firmas estabelecidas na província e em outras praças (especialmente no Rio de Janeiro) em tratarem da transferência desses cativos para outras regiões.

Aliás, a questão do preço pago pelos escravos nessas seis localidades tem outra característica ímpar. Em Rio Grande, contradizendo uma característica bastante repetitiva no universo escravista das Américas, o preço médio pago pelas mulheres escravizadas na década de 1860 (1:247\$000 réis), foi um pouco superior a média paga pelos homens (1:228\$000) da mesma faixa etária (15 a 29 anos). De forma semelhante, a média de preço obtida para as escravas entre 15 e 29 anos em Alegrete (1:047\$000 réis), durante a década de 1860, foi pouco superior aquela encontrada para os homens (1:025\$000). Em outras faixas etárias e outros períodos de tempo, contudo, manteve-se a tendência a um valor mais elevado dos cativos do sexo masculino.

Através da análise das notas e especialmente das procurações, observamos diferentes mecanismos de seleção dos cativos que eram transferidos no comércio interprovincial, intraprovincial e local. As transferências para fora da província visaram muito mais uma população masculina jovem, enquanto o comércio dentro da província e aquele feito nas próprias localidades esteve mais próximo do perfil observado para a população escrava encontrada em cada localidade.

O comércio local e com cidades próximas esteve presente em todas as regiões, com intensidades variadas, apesar de nossas conclusões sobre algumas localidades terem muitos problemas, devido à própria limitação apresentada por nossas fontes e pesquisa (muitas

¹⁶⁸ 2º Tabelionato de Campinas, Livros de notas n. 15-20.

vezes não conseguimos informações mais precisas sobre a residência de vendedores e compradores dos cativos).

Outro ponto a ser destacado, especialmente quando pensamos além do comércio local de cativos, é a importância de entrepostos comerciais como Porto Alegre, para a província, e o Rio de Janeiro. Em todas as localidades pesquisadas encontramos cativos que foram comprados de ou suas vendas foram autorizadas para um desses entrepostos. Especialmente quando tratamos das entradas e saídas de cativos através do comércio interprovincial, o Rio de Janeiro se mostrou a praça preferencial para a negociação desses, e o local de residência de muitos dos procuradores, pessoas físicas ou firmas, encarregados das vendas. Em especial as cidades mais próximas do litoral, Desterro, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, apresentaram fortes ligações com comerciantes radicados na Corte.

Por outro lado, Alegrete e Cruz Alta, no interior da província, construíram suas ligações de forma diferenciada. Alegrete, devido a suas ligações diretas com as charqueadas, apresentou forte ligação com Pelotas, mas também com a capital da província. Por outro lado, Cruz Alta destacou-se por sua conexão direta com a província de São Paulo, o que fortalece a ideia da transferência por terra de cativos, juntamente com o transporte de tropas.

A atuação de comerciantes, pessoas ou firmas que foram responsáveis pela transferência de cativos, pode ser observada através das procurações. Seguindo o que propôs Robert Slenes, definimos os comerciantes de escravos como pessoas encarregadas por mais de uma vez da transferência de cativos, a fim de diferenciá-los de advogados ou procuradores que intermediaram apenas uma transação.¹⁶⁹ Nossa amostragem, baseada em livros de procurações que começaram a existir na década de 1870 e em registros esparsos em outros livros (menos consultados) acabou por dirigir nossas respostas, de certa forma. Observamos através deles uma ampliação dessas procurações em meados da década de 1870, especialmente para fora da província.

Não conseguimos identificar, nas procurações lançadas para a venda de escravos no Rio Grande do Sul, pessoas ligadas ao comércio intraprovincial e nem mesmo aquelas

¹⁶⁹ SLENES, Robert W. Appendix A. In: *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976, p. 594-686.

responsáveis por trazer escravos para a região, provavelmente devido à estreita margem de nossa amostragem. Contudo, identificamos diversos comerciantes e firmas que se dedicaram à exportação de escravos dessas seis localidades.

Em sua maioria, eram eles residentes em outros pontos do país, especialmente no Rio de Janeiro e, sem dúvida, estiveram presentes com variada frequência em todas as localidades. As procurações mostraram-se ferramentas chave para a atuação desses comerciantes, por permitir menores custos de aquisição dos cativos. Muitos desses documentos arrolam uma série de comerciantes, residentes em diferentes praças, o que nos leva a pensar em redes comerciais desenvolvidas para facilitar a transferência desses cativos em diversos pontos do país. Redes essas que podiam se repetir ao longo do tempo, como foi observado para o caso de Victorino de Menezes, em Desterro; ou que passaram por frequentes mudanças, como a de Agostinho Pereira de Almeida, em Cruz Alta.

Capítulo 3 – Comerciantes de escravos

Os corretores de escravos examinavam, à plena luz do sol, os negros e moleques que ali estavam para serem vendidos; revistavam-lhes os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas sobre perguntas, batiam-lhes com a biqueira do chapéu nos ombros e nas costas, experimentando-lhes o vigor da musculatura, como se tivessem a comprar cavalos.¹

O exame e a avaliação dos escravos, durante sua negociação e o posterior embarque para outras localidades, retratado por Aluísio Azevedo em *O Mulato*, faziam parte de um universo mais amplo de análises que esteve por trás de cada negociação observada nos capítulos anteriores. Cabe salientar que a própria introdução da cena retratada na epígrafe acima, em uma passagem na qual Aluísio de Azevedo descreve o porto de São Luís do Maranhão, revela a importância e recorrência desse comércio. Tal descrição, possivelmente, não causou estranheza aos leitores acostumados às cenas da sociedade escravista brasileira e, sim, serviu para situar ou relembrar as relações cotidianas de então.

A compra e venda de escravos era uma cena corriqueira também na Campinas do século XIX tanto quanto em outras cidades brasileiras da época. A negociação de cativos fazia parte do cotidiano dessa localidade. Relembrando a “memória de Campinas”, moradores locais apontavam nos jornais locais, em 1892, esse tipo de cena como uma das que caracterizavam a cidade antiga (naquele momento já vista como “atrasada”): entre as paradas da guarda nacional, as tropas que levavam o café para Santos, os anúncios de rua de espetáculos e as quermesses, destacavam também as “exposições de escravos à venda”.² Eram todas cenas de um passado ainda recente que muitos moradores procuravam reformular, destacando, em suas narrativas as mudanças, a civilização e o progresso que, no

¹ AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 13ª ed. São Paulo: Ática, 1996, p. 16. Essa obra foi originalmente publicada em 1881.

² AMARAL, Leopoldo. “Campinas”. In: CARDONA, Francisco; ROCHA, José (org.). *Almanach de Campinas Literário e Estatístico, 1892*. Campinas: Typ. Cardona, 1892. P. 167-169. Apud: LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*: Campinas 1850-1900. São Paulo: USP, 1996, p. 21.

fim do século XIX, caracterizariam Campinas. Ao mesmo tempo, as falas que reforçavam o progresso, destacavam a importância e recorrência da prática de avaliação dos cativos.³

Da intenção de adquirir cativos, para ampliar ou manter uma força de trabalho, até a escolha de um perfil (ou entre os perfis oferecidos) para a compra, as opções de escolha de trabalhadores escravos eram feitas nos termos de uma sociedade escravista, que via como legítimo o uso e a propriedade desses trabalhadores.⁴ A necessidade ou procura por esses indivíduos, como vimos anteriormente, mobilizou grandes recursos senhoriais e atraiu pessoas de todas as regiões do Brasil para áreas economicamente mais dinâmicas. Para suprir essa demanda, vislumbrando, aí, uma oportunidade para bons negócios, negociantes de diversos cantos do Império tornaram-se intermediários nas transferências de cativos, o que possibilitou o fluxo de cativos entre localidades, províncias ou regiões brasileiras distintas (às vezes mesmo entre setores diferentes da economia na mesma região).

Como objeto de interesse dos senhores, os cativos também eram concebidos e tratados por comerciantes como uma mercadoria valiosa, de risco, mas que poderia trazer grandes possibilidades de lucro. A figura do comerciante de cativos, sua organização, suas estratégias de ação e sua posição na sociedade para o comércio atlântico de cativos já foram bastante discutidas. Em obras como *Em Costas Negras*, *O Infame Comércio* e *De Costa a Costa*, entre outras⁵, os agentes e a estrutura montada para a introdução de escravos africanos no Brasil foi fartamente discutida. Para a região Sul, a pesquisa de Gabriel Berute

³ LAPA, Roberto do Amaral. Op. Cit., p. 21.

⁴ Apesar das constantes críticas feitas à escravidão na segunda metade do século XIX (mas já correntes em momentos anteriores), senhores continuaram a usar e adquirir escravos até os últimos anos da escravidão no Brasil. A opção pela compra e seleção do escravo a ser adquirido, dentro dessa ordem, passava por uma série de escolhas senhoriais, que iniciava com as necessidades do senhor (não só econômicas, mas também sociais) e passava por considerações sobre a capacidade de trabalho e valor do cativo (que envolvem perfil, especialização profissional e retorno em trabalho do capital investido, resultando na estimativa do preço válido a ser pago), sobre as expectativas senhoriais com o emprego desses escravos, o que influía diretamente em suas opções. Destacamos, novamente, a interpretação de que esse era um sistema que tinha sua racionalidade própria, um conjunto de regras e ideias compartilhadas (e talvez manipuladas) não apenas pelos senhores, mas pelos comerciantes e os próprios cativos (compartilhado, para os cativos, não com o significado estrito de aceitação, mas sim de compreensão, de entendimento das regras, o que os permitia agir e manipular expectativas senhoriais, por exemplo).

⁵ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997; RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000; entre outros.

descreveu as formas de introdução de africanos, na maioria das vezes, através de intermediários no Rio de Janeiro, mas, em alguns momentos, através do comércio direto com a África.⁶

Comerciantes de grosso trato ou participantes pontuais, esses negociantes tinham contatos e, muitas vezes, agentes dos dois lados do Atlântico, negociando outras mercadorias nas idas e vindas dos navios ou transacionando exclusivamente com cativos. Alguns desses comerciantes estavam entre os mais ricos indivíduos do país, e o negócio envolvia ainda investimentos de muitos participantes indiretos. O crédito e as mercadorias brasileiras eram a moeda de troca dos mercadores de escravos africanos, garantindo o suprimento de mão de obra para o Brasil por séculos.

Para os comerciantes que transferiam os cativos dentro do mercado brasileiro, contudo, faltam ainda maiores estudos. Como será observado adiante, Robert Slenes procurou identificá-los e observar seu modo de atuação na cidade de Campinas; os métodos desse autor serviram de base para a presente discussão. Para outras localidades, Erivaldo Fagundes Neves⁷ e Camila Flausino⁸ mostraram a participação de negociantes e firmas intermediando essas negociações, iniciando um debate que pretendemos progredir.

Identificação de comerciantes de escravos e sua importância em Campinas

Nos capítulos anteriores, observamos a atuação de uma série de indivíduos que intermediaram a compra e venda de cativos nas regiões observadas. Neste capítulo, concentramo-nos em identificar essas pessoas e observar seus padrões de atuação, suas ligações, com a intenção de lançar luz sobre as redes de transferências de cativos e sua organização.

⁶ BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c.1825*. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

⁷ NEVES, Erivaldo Fagundes. "Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista". *Afro-Ásia*, 24 (2000).

⁸ FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

Para a identificação desses indivíduos, usamos o método já discutido por Robert Slenes em sua tese, que consiste no reconhecimento de comerciantes de escravos como pessoas que comercializaram, através de procurações, mais de quatro cativos, em mais de uma participação no mercado e em diferentes anos.⁹ Procuramos diferenciar e eliminar os casos de senhores que negociavam seus próprios escravos e também de procuradores, familiares ou advogados que agiram como intermediários em uma única transação, o que não os caracterizaria como “comerciantes”. Assim, examinamos as notas de compra e venda e as procurações em busca da atuação desses indivíduos. Traços de suas atividades também foram alvo de buscas nos periódicos de algumas cidades, tanto através de anúncios quanto da discussão da atividade, a fim de observar a participação e interação do comerciante na sociedade local e a compreensão de suas atividades nas sociedades das quais eram parte.

Depois de identificados, definimos padrões de atuação desses negociantes e procuramos caracterizar diferentes formas de participação nesse tipo de negócio bem como os traços de organização das redes de transferências de cativos. Assim, procuramos compreender como ocorreram concretamente as conexões que permitiram a transferência de milhares de escravos entre as províncias e regiões brasileiras.

Além da atuação dos indivíduos como comerciantes de cativos, exploramos, ainda, outras atividades de algumas das pessoas identificadas, com a intenção de averiguar outros negócios e obter maiores informações sobre suas vidas e opções de ação econômica. Para tanto, analisamos outras citações a esses negociantes em notas e procurações, além da busca de processos e inquéritos que os tenham envolvido na região de Campinas e no Sul do Brasil. Processos cíveis, criminais e inventários foram localizados no Arquivo Público

⁹ Esse recorte de número se dá em uma tentativa de isolar negociantes de escravos, evitando assim pessoas que negociaram um pequeno número de cativos e em apenas uma ocasião, o que poderia indicar uma presença apenas episódica nesse mercado. O foco nas transações com o uso de procurações se explica também por este motivo, na tentativa de separar os comerciantes dos senhores que vendiam seus próprios cativos. Baseamos esse método de análise no estudo realizado por Slenes para Campinas, o primeiro trabalho a usar o método proposto, ou seja, a escolha das transações com mais de "x" escravos para identificar os comerciantes, partindo dessas para medir o tempo entre suas viagens para Campinas, e com isso identificar os "especialistas" em escravos de determinadas regiões. SLENES, Robert W. Appendix A. In: "The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888". Op. Cit., p. 594-686.

do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, além daqueles encontrados no Centro de Memória da Unicamp.

Para identificar as pessoas envolvidas na negociação de cativos, retornamos à análise das notas de compra e venda e das procurações que autorizavam essas negociações. Em um primeiro momento, vamos aos nomes que apareceram nas notas de transferência de cativos.

Primeiramente, focaremos sobre quem foram as pessoas que: negociaram escravos através de procurações (separando-as, dessa forma, de senhores que negociaram seus próprios cativos), apareceram no mercado em mais de uma oportunidade (ou seja, não realizaram a venda de apenas um grupo de cativos, o que possibilita separar possíveis negociantes de pessoas, advogados ou familiares que podem ter intermediado uma negociação em um momento dado) e intermediaram a transferência de mais de quatro cativos (novamente, com a finalidade de filtrar a presença de intermediários que não poderiam ser identificados como comerciantes, mesmo que de pequena monta).

Durante a análise das notas, selecionamos apenas os casos em que ocorreram procuradores, do vendedor ou de ambas as partes, e também de pessoas que agiram como senhores e procuradores de outros na mesma transação. Esse procedimento nos trouxe uma lista de pessoas envolvidas na transferência de 1.768 escravos em Campinas, nos períodos analisados.

Em seguida, retiramos dessa listagem aqueles envolvidos em transferências de menos de quatro cativos e/ou em apenas uma negociação, reduzindo o número de cativos transferidos por esse grupo para 1.226. A listagem abaixo indica a participação de cada um dos supostos comerciantes, sendo construída através das citações a seus nomes como procuradores encarregados da transferência nas notas de compra e venda de cativos em Campinas:

Tabela 27 - Nome do Procurador nas Notas de Transferências de Cativos, Selecionados.*

	Frequência	Porcentagem
Affonso Henrique de Vasconcellos	21	1,7

Angelino Soveral	33	2,7
Antônio Bueno de Araújo Leite	19	1,5
Antônio de Araújo Almeida	55	4,5
Antônio Furtado de Mendonça	10	,8
Antônio Joaquim Soares Franco	20	1,6
Antônio José de Mello	64	5,2
Balthazar da Silva Carneiro	6	,5
Barão de Atibaia	7	,6
Barão de Atibaia e João Ataliba Nogueira	88	7,2
Barão de Três Rios	13	1,1
Bartholomeu Rodrigues Funchal	4	,3
Benjamim do Rego Monteiro	26	2,1
Bento Quirino dos Santos	2	,2
Candido Augusto da Costa Braga	5	,4
Eduardo da Costa Passos	123	10,0
Francisco Eugênio Correa	4	,3
Guilherme Negrão & Cia	14	1,2
Januário Bento Gonçalves Pereira	34	2,8
João Baptista Pereira Camacho	5	,4
João Carlos Hungria	62	5,1
João de Barros Silva	7	,6
João Egydio de Souza Aranha	5	,4
João Mourthé	356	29,0
Joaquim José Vieira de Carvalho	44	3,6
Joaquim Quirino dos Santos	14	1,2
José Baptista Pereira Camacho	1	,1
José de Souza Mendes	4	,3
José Gabriel da Silva Lima	15	1,2
José Henry White	5	,4

José Justino Gomes de Azevedo	4	,3
Justino Gomes de Azevedo	1	,1
Leandro Antônio dos Santos	20	1,6
Leivas Saraiva & Cia	1	,1
Lino Plácido Soares	22	1,8
Manoel Antônio Victorino de Menezes	15	1,2
Manoel Clementino de Carvalho	11	,9
Manoel Francisco Mendes	4	,3
Manoel Jorge Graça	16	1,3
Manoel Thomaz Fragoso	2	,2
Miguel José Filgueiras	11	,9
Paulino Ayres do Amaral	2	,2
Romão Teixeira Leomil	10	,8
Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho	27	2,2
Valencio Augusto Teixeira Leomil Junior	6	,5
Vicente de Sá Rocha	14	1,1
Total**	1226	100,0

Fonte: Livros de Notas do 1º e 2º Tabelionatos de Notas de Campinas.

* A seleção aplicada a esta lista de procuradores citados nas notas de compra e venda foi aquela explicada nos parágrafos anteriores; **O número total é menor que a soma das vendas individuais, pois contamos duas vezes os casos de escravos vendidos em conjunto por mais de um comerciante listado.

A importância do grupo de pessoas acima identificadas para o comércio de escravos em Campinas pode ser entendida quando levamos em consideração que esses 45 indivíduos ou firmas foram os intermediários na transferência de 1.226 escravos, ou 51,0% de todos os escravos comercializados em Campinas, durante o período estudado. Isso implica na concentração dessas trocas na mão de poucos atravessadores, que agiram autorizados pelos senhores originais dos cativos negociados.

Além disso, observamos, entre esses indivíduos, diferentes níveis de participação no mercado de escravos de Campinas, o que indica uma concentração ainda maior dessa participação. Dos 45 intermediários dessas negociações, verificamos que os cinco maiores procuradores negociaram 57,1% dos cativos vendidos através de procurações. Esse grupo

dos cinco maiores negociantes, cada um deles tendo negociado mais de 5,0% do grupo de cativos vendido por procurações, era formado por João Mourthé, Eduardo da Costa Passos, Barão de Atibaia (Joaquim Antônio de Arruda)¹⁰, Antônio José de Mello e João Carlos Hungria. Mesmo entre eles, verificamos a discrepância de participações; João Mourthé teve um grande destaque, seguido por Eduardo da Costa Passos. Posteriormente, vamos apresentar a análise mais detalhada de algumas dessas figuras, a partir de suas participações nesse e em outros negócios, através de processos cíveis e criminais, em notas de compra e venda e procurações.

Entretanto, apesar da forte concentração dessas transferências nas mãos de poucos procuradores, a participação de numerosos intermediários menores pôde ser verificada nas notas de compra e venda, apesar da exclusão desse grupo de intermediários de apenas uma transferência. Isso reforça a ideia da participação de um grande número de “comerciantes eventuais” de escravos; pessoas que observaram uma oportunidade de lucros e realizaram a venda de cativos sem uma especialização para essas negociações. Esse grupo, inclusive, pode ter aproveitado contatos comerciais anteriores, ligados a outras mercadorias, para realizar essas transferências.

De toda forma, a forte participação do grupo identificado como de negociantes de escravos nas transferências realizadas em Campinas revela sua importância e a necessidade de entendermos melhor a sua atuação. Assim sendo, analisamos a ligação desses procuradores com o abastecimento de mão de obra na região de Campinas, com os comércios intra e interprovincial de escravos, o que pode ser observado nas indicações de sentido e tipo de comércio em que esses negociantes de escravos estiveram envolvidos, como se verá abaixo.

No que tange ao sentido de comércio em que esse grupo de procuradores atuou, a seguinte tabela demonstra sua importância para o suprimento da demanda de braços local:

Tabela 28 – Negociantes - Sentido do Comércio dos Escravos

¹⁰ Joaquim Antônio de Arruda, barão de Atibaia, *Genealogia Paulistana*. V. 4.º p. 148: Joaquim Antônio de Arruda, barão de Atibaia, casou-se em 1841 na vila de S. Carlos com Gertrudes Leopoldina Soares, baronesa de Atibaia, filha do capitão Joaquim José Soares de Carvalho e de Maria Felicíssima de Abreu (disponível no link: http://buratto.org/paulistana/ABotelhos_4.htm acessado em 31/10/2011).

	Escravos	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Entrada	628	51,2	51,2
Saída	3	,2	51,5
Local	164	13,4	64,8
n/i	59	4,8	69,7
Redistribuição	372	30,3	100,0
Total	1226	100,0	

Fonte: Livros de Notas do 1º e 2º Tabelionatos de Notas de Campinas.

A importância desse grupo de intermediários fica clara ao observarmos que 81,5% dos escravos, por eles negociados, foram trazidos para Campinas e região, marcando a entrada de 1.000 cativos através das transferências por eles concluídas (somadas as entradas e redistribuições). Esse número representa 74,0% dos 1.358 escravos que foram introduzidos na região entre 1864 e 1882 (novamente somando entradas e redistribuições). O mesmo cálculo, baseado apenas nas entradas de escravos, indica um número um pouco diferente e inferior. As 628 entradas de escravos intermediadas por esse grupo de negociantes representariam 68% das 930 entradas de escravos ocorridas no período, o que mostra, indiretamente, a importância ainda maior desses negociantes para as redistribuições ocorridas no período. Somente para as redistribuições de escravos registradas (ou seja, vendas de escravos que foram registradas em Campinas para senhores de outras localidades, sendo Campinas um entreposto para essa negociação), os 372 escravos negociados por esse grupo de procuradores somaram 87% de todos aqueles comercializados por esse tipo de transação, o que aproxima mais uma vez esse negócio às transferências realizadas por comerciantes de cativos. Além disso, a grande importância na redistribuição de cativos para a região, ou seja, a entrada de escravos em Campinas e sua venda para outros municípios paulistas, reforçam o papel dessa cidade como um entreposto importante para o mercado de escravos.¹¹

¹¹ Reforço essa questão, pois compreender que Campinas foi um importante centro de distribuição de escravos na segunda metade do século XIX enfatiza a importância de estudarmos as transferências de cativos registradas em seu território. Isso porque Campinas não parece ser importante apenas para o estudo da entrada de escravos em sua área e municípios vizinhos (quando eram fronteiras de expansão agrícola e da escravidão), mas também como fonte de cativos, através da redistribuição, para territórios mais distantes que importavam cativos nessa segunda metade do século, em momentos posteriores da expansão cafeeira.

A inserção de escravos na província fica ainda mais clara quando observamos o tipo de comércio realizado pelos negociantes:

Tabela 29 – Negociantes - Tipo de Comércio

	Escravos	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Interprovincial	916	74,7	74,7
Intraprovincial	86	7,0	81,7
Local	164	13,4	95,1
n/i	60	4,9	100,0
Total	1226	100,0	

Fonte: Livros de Notas do 1º e 2º Tabelionatos de Notas de Campinas.

Os 45 indivíduos identificados como negociantes de escravos teriam sido responsáveis pela negociação de 916 indivíduos, através do comércio interprovincial, todos eles entrando na região de Campinas por esse tipo de comércio. Levando-se em consideração que em todas as notas de transferências de escravos 1.115 pessoas foram introduzidas na região através do comércio interprovincial, podemos concluir que os 45 negociantes foram os principais responsáveis por essas inserções (para 82% dos negociados neste tipo de comércio) e concentraram, ainda, a tarefa de suprir esse mercado de cativos a partir de outras províncias brasileiras.

Em resumo, os dados coletados em dezenas de livros de notas, em dois tabelionatos de Campinas, revelam um papel de destaque para pessoas identificadas como comerciantes de escravos para o suprimento dessa mão de obra na região, na segunda metade do século XIX. Esses 45 indivíduos teriam sido agentes e organizadores da transferência da maior parte dos escravos entrados e redistribuídos a partir de Campinas, especialmente daqueles que vinham de distâncias maiores, do comércio interprovincial de trabalhadores escravizados.

Perfil dos escravos negociados por comerciantes

Com base nas negociações realizadas por pessoas apontadas como comerciantes de escravos, avançamos, agora, para discutir o perfil dos cativos negociados por esses indivíduos. Para tanto, buscamos identificar os processos de seleção de determinadas características nessa população transferida. O perfil dos escravos transferidos por esse grupo de negociantes esteve em conformidade, segundo a historiografia, ao sentido e tipo de comércio nos quais esses comerciantes mais se envolveram. Dos cativos negociados por esse grupo de procuradores, 79,3% eram do sexo masculino e 67,6% tinham entre 15 e 29 anos (sendo que todos os menores de 29 anos representaram 86,4% dos indivíduos transferidos por esse grupo).¹² A preferência desses negociantes pela transferência de jovens cativos do sexo masculino pode ser melhor verificado quando comparamos essas opções àquelas observadas no comércio de escravos de Campinas como um todo. Neste, os homens somaram 72,8% dos negociados e os indivíduos entre 15 e 29 anos foram os mais negociados em 60,5% dos casos (seriam 79,1%, caso somássemos todos os menores de 29 anos).¹³

Percebemos, desta forma, uma preferência significativa por escravos mais jovens e do sexo masculino, que seriam também os principais alvos do comércio interprovincial, atividade na qual a maior parte desses negociantes atuou. Além da preferência dos compradores por escravos com maior capacidade física para o serviço de roça, o engajamento desses comerciantes na introdução desse perfil de escravos também poderia ter relação com os maiores preços pagos por eles. Essa é uma questão levantada por Herman Freudenberger e Jonathan Pritchett, que afirmam que os maiores custos e riscos do comércio de escravos de longo curso acabariam fazendo com que os negociantes focassem as transferências naqueles escravos com os quais poderiam obter maiores lucros.¹⁴ Ou seja, além de uma opção dos compradores, teríamos os próprios negociantes optando por investir

¹² A opção por jovens trabalhadores do sexo masculino condizia com aqueles predominantemente transferidos pelo comércio interprovincial (tipo de comércio mais praticado por esses comerciantes), segundo CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 192-193.

¹³ Por esses números, as diferenças não parecem ser tão grandes entre os escravos negociados por comerciantes e os gerais, mas os números gerais foram por si só fortemente influenciados pelo comércio praticado pelos procuradores. Retirando a participação dos procuradores dos números gerais, encontramos um percentual de presença de 66,7% de homens entre os negociados e de 56,0% de cativos entre 15 e 29 anos (72,6% de menores de 30 anos).

¹⁴ FREUDENBERGER, Herman; PRITCHETT, Jonathan B. "The Domestic United States Slave Trade: New Evidence." *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 21, No. 3. (Winter, 1991), p. 447-477.

no deslocamento de escravos de maior valor, visto que uma maior diferença de preços (e, portanto, de lucro) poderia ser alcançada. Podemos verificar essa questão pela média de preço dos escravos negociados por esse grupo e aquele verificado para todas as relações em Campinas.

Analisando os preços médios individuais dos escravos negociados por esses 45 procuradores identificados como negociantes, temos uma média de preço de 1:692\$670 réis, contra uma média geral, para os escravos negociados em Campinas, de 1:583\$260 réis. Essa diferença pode indicar que os comerciantes de escravos concentravam-se nos negócios de cativos mais valiosos. Mas vamos analisar, agora, as diferenças de valores praticadas por escravos de perfil semelhante no Sul e em Campinas para checar essa hipótese, observando o quanto esses comerciantes podiam lucrar com essas diferenças de valores já observadas nos capítulos anteriores.

A opção por negociar diferentes perfis de cativos, dependendo das expectativas com sua maior valorização, será observada à luz da comparação entre casos de vendas no Sul e em Campinas. Vemos, por exemplo, o caso de Manoel, um lavrador de 23 anos matriculado em São José, Santa Catarina. Sendo escravo de Antônio Viera de Souza, Manoel foi vendido em Campinas pelo comerciante Manoel Antônio Victorino de Menezes para Manoel Carlos Aranha, dessa cidade, em 26 de fevereiro de 1876, pela quantia de 2:150\$000 réis.¹⁵ Um escravo com perfil semelhante (lavrador, solteiro, de 22 anos) foi comercializado em Desterro, no ano de 1878, por 1:400\$000 réis.¹⁶ Em Porto Alegre, encontramos uma diferença ainda maior na venda de um escravo de 23 anos, em 1877, por 1:100\$000 réis.¹⁷ Nos casos acima, a diferença de preços entre escravos com esse mesmo perfil (homens jovens, de 22 ou 23 anos, lavradores), na mesma época (1876 no caso de Campinas, 1877 nos municípios do Sul), mas em regiões diferentes do país (áreas importadoras e exportadoras), foi na média de 900\$000 réis. Em valores absolutos, as diferenças foram de 750\$000 réis no primeiro caso e 1:050\$000 no segundo, o que representava uma valorização desse perfil entre 53,57% e 95,45% maior em Campinas do que no Sul.

¹⁵ 1º Tabelionato de Notas de Campinas, Livro 68A, p. 27-27v.

¹⁶ Cartório Kotzias, Livro 09, p. 6-6v.

¹⁷ 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 91, p. 68v-69. APERS.

Vejamos o caso de outros perfis para compararmos essa valorização. Faremos o mesmo tipo de aproximação para os escravos entre 30 e 44 anos. Adão, um lavrador de 39 anos cujo antigo senhor era residente em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, foi vendido em Campinas, em 21 de maio de 1877, por Antônio José de Mello para Libanio & Azevedo, pela quantia de 1:500\$000 réis.¹⁸ Em novembro de 1878, o escravo Delfino, campeiro de 38 anos, foi vendido em Porto Alegre por 800\$000 réis¹⁹, enquanto em Desterro, o lavrador Francisco de 40 anos foi vendido em 1880 por 1:000\$000 réis.²⁰ As diferenças absolutas de 700\$000 e 500\$000 réis representaram uma maior valorização em Campinas de 87,5% e 50,0% sobre esses escravos de aproximadamente 40 anos de idade. Para esses grupos, não vemos uma diferenciação tão elevada nas valorizações conseguidas, mantendo-se um padrão elevado de possíveis lucros com as vendas de cativos entre 15 e 29 anos e de 30 a 44 anos.

As diferenças calculadas para os menores de 14 anos foram ainda maiores (novamente tendo como base a década de 1870). Paulo, um gaúcho de 12 anos, foi vendido em Campinas, em 1876, por 2:200\$000 réis²¹, enquanto o também gaúcho João, de 11 anos, foi comercializado em Porto Alegre por 1:200\$000 réis e o catarinense José, também de 11 anos, por 700\$000 réis, em 1877 e 1879, respectivamente.²² As diferenças de valores nesses casos alcançaram 83,33% e 214,28%, mostrando uma possibilidade ainda maior de ganhos com os cativos de menor idade. E nesse ponto a transferência desses escravos menores e sua recorrência trazem novamente a questão do desrespeito à proibição da separação da família escrava, mas também a busca, no fim dos anos 1870, por um trabalhador que ainda pudesse ser explorado por longos anos, o que deve ter sido fundamental para a valorização das crianças cativas no fim desta década.

Para os cativos maiores de 45 anos, não encontramos casos de escravos com origem no Sul sendo negociados em Campinas. Outros casos, porém, nos mostram a diferença de valores praticada. Em 1876, o africano Manoel, de 48 anos, foi vendido por 1:800\$000

¹⁸ 1º Tabelionato de Campinas, Livro 70, p. 28v-29.

¹⁹ 3º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 1, p. 68v.

²⁰ Cartório da Trindade, Livro 11, p. 21-21v.

²¹ 1º Tabelionato de Campinas, Livro 68A, p. 39v-40.

²² 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 91, p. 99-99v. APERS. Cartório Kotzias, Livro 09, p. 25-25v.

réis.²³ Em Desterro e Porto Alegre encontramos cativos de perfis semelhantes sendo vendidos por 500\$000 réis, o que demonstraria uma diferença de 260% entre os preços praticados nas duas regiões.²⁴ Apesar da grande diferença, a transferência desses cativos idosos não foi das mais recorrentes. Isso talvez se devesse à desconfiança dos compradores sobre a capacidade e disposição para o trabalho desses cativos, mas também a acordos e resistências impostas por essa população, que, possivelmente, possuía maiores e mais fortes laços com suas comunidades de origem.²⁵

Se pensarmos que o transporte e a manutenção de um cativo tinham preços relativamente fixos (preço de passagens por navio e trem, além de alimentação), torna-se evidente como a escolha por cativos para os quais as margens de retorno fossem mais elevadas era uma opção interessante para os comerciantes. Entretanto, como o arco de valorização atingia grande parte dos cativos, e as diferenças dessa valorização eram relativamente próximas, a seleção etária e sexual dos escravos negociados parece ter sido mais diretamente relacionada à procura dos senhores campinenses.²⁶ Desse modo, a maior facilidade de vendas dos escravos jovens no mercado nacional (no caso, o de Campinas) deve ter sido determinante para os comerciantes optarem por esse perfil, somada às possibilidades de grandes lucros com essas transferências.

Além disso, questões de ordem prática para o deslocamento desses cativos também podem ter sido consideradas. Cativos jovens e em boas condições de saúde tendiam (podemos imaginar) a percorrer, em melhores condições, os deslocamentos entre as localidades. Apesar de muitas das viagens de maior monta serem realizadas por navio ou trem, não podemos desconsiderar a existência de trechos curtos, ou mesmo longos, realizados a pé, exigindo longas marchas dos escravos. Havia, também, transferências por terra, como entre o sertão da Bahia e o Sudeste e a utilização do caminho das tropas como

²³ 1º Tabelionato de Campinas, Livro 68, p. 4v-5.

²⁴ Cartório Kotzias, Livro 09, p. 12-13, e 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 91, p. 141v-142v.

²⁵ Lembramos da questão do conhecimento prévio dos escravos em muitos casos de vendas locais, como foi o caso do africano Manoel. Conhecer os cativos levaria a sua maior valorização (ou desvalorização, no caso de cativos “viciosos”), na medida em que as expectativas senhoriais podiam ser melhor relacionadas com a realidade.

²⁶ Por uma questão de tempo e complexidade de análise, evitamos incluir nessa discussão de preços a trajetória e comparação de preços das cativas e sua problemática, e também uma discussão de seleção que os senhores faziam para a venda dos seus escravos.

rota de comércio de cativos.²⁷ Assim, o perfil da população negociada pelos comerciantes de escravos em Campinas tendeu a se aproximar daquele tradicionalmente apontado como usual para as transferências entre províncias: jovens trabalhadores do sexo masculino.

Padrão de atuação dos comerciantes de cativos

Um outro ponto a ser discutido diz respeito ao padrão de atuação dos negociantes. Através de informações extraídas das notas e procurações que autorizaram a venda de escravos em Campinas e no Sul do Brasil, exploramos possíveis modos de ação dos comerciantes de escravos que atuaram no interior paulista. Utilizando também os dados de jornais locais, pesquisamos as rotas e estruturas necessárias para esse comércio, especialmente aquele realizado entre as províncias brasileiras.

Manoel Antônio Victorino de Menezes, indivíduo analisado em pesquisa anterior, foi-nos bastante útil por apresentar uma linha geral de ação nesse mercado²⁸. Natural da província do Rio de Janeiro, Victorino mudou-se para Desterro (atual Florianópolis) no final da década de 1860, anunciando nos jornais locais que comprava escravos na região para revendê-los no Sudeste.

Escravos

Quem tiver crioulos de 10 à 26, e crioulas de 8 à 14 annos de idade, se os quizer vender por muito bom preço e, sendo sadios e vistosos, dirija-se ao Largo da Praça n. 24, sobrado, aonde se comprão estes escravos para seguirem para o Rio de Janeiro.

Victorino de Menezes.²⁹

Nas notas de transferência de cativos de Campinas, seu nome apareceu nos registros ligado, diretamente, à transferência de 24 cativos. No entanto, uma análise prévia das

²⁷ Erivaldo Neves aponta o predomínio das transferências por terra realizadas entre Caetité, no interior da Bahia e o Sudeste. NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000).

²⁸ SCHEFFER, Rafael da Cunha. Capítulo 4 – Victorino de Menezes. In: Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888. Dissertação em História apresentado a Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

²⁹ O Despertador, n 572, de 14 de julho de 1868. BPESC.

procurações mostrou uma presença ainda mais ativa. O nome de Victorino não apareceu na realização de algumas vendas, mas ele foi um dos envolvidos na transferência do cativo, tendo realizado a transmissão de poderes para isso, via procuração.

Observando a origem dos escravos por ele negociados, apontada nos registros cartoriais, conseguimos entender a maneira como ele realizava seus negócios. A quase totalidade dos cativos vendidos por Victorino era proveniente de Santa Catarina, com apenas dois escravos sendo apontados como “crioulos”, o que não impedia que fossem também catarinenses de origem. Todos os cativos por ele negociados foram vendidos em transações interprovinciais, as informações de matrícula dos mesmos (quando disponível) informavam que seus senhores eram residentes em Desterro, ou em localidades próximas no litoral catarinense. Essa restrição de origem nos leva a acreditar que Victorino não comprava escravos em outras localidades a caminho de Campinas.³⁰

Sua destacada atuação em Desterro foi apontada no capítulo anterior, pois Victorino surge como a mais importante figura nas transferências de cativos para fora da província, segundo as procurações levantadas na região. Encontramos alguns desses documentos registrados em Campinas, o que nos fornece algumas ideias de como Victorino realizava seu negócio. Em 18 de junho de 1880, Menezes atuou como procurador na venda de três escravos trazidos de Santa Catarina para um senhor de Amparo.³¹ Seguindo seu nome, encontramos esse comerciante realizando diversas viagens de navio entre a capital catarinense e o Sudeste, muitas vezes acompanhado de cativos para comercialização, como discutiremos melhor mais adiante.

Quanto aos escravos negociados, geralmente as vendas realizadas por Menezes se referiam a grupos de 1 a 9 escravos, que eram repassados em um espaço de três a quatro dias em Campinas. A frequência da atuação de Manoel Antônio Victorino de Menezes desperta algumas questões interessantes. A princípio, suas sequências de venda em poucos

³⁰ Dos escravos negociados por Victorino com dados de matrícula disponíveis, 3 foram matriculados em São José e 1 em São Miguel, localizadas na porção continental contígua à Ilha de Santa Catarina; 6 na Freguesia de Santo Antônio, na própria Desterro; 2 na sede desse município e apenas 1 de um município mais distante, Lages, situado no planalto da Serra Geral. Os números de matrículas disponíveis apontam o predomínio de escravos de pequenos proprietários, com a exceção de dois deles, que foram matriculados como o oitavo e nono cativos da relação de seus senhores.

³¹ 2º Tabelionato de Campinas, Livro de Notas nº 21, p.

dias, com grandes intervalos de tempo entre novas sequências, indicam viagens de venda realizadas em diversas épocas do ano. Através delas, Victorino foi ampliando sua participação no mercado de cativos de Campinas, até a referência a seu nome declinar nessa fonte, vindo mesmo a não ser citado no fim dessa década. Acreditamos, entretanto, que esse declínio pode não representar a saída desse negócio, e, sim, uma mudança de estratégia, com o desenvolvimento de uma rede de parceiros comerciais, como será melhor observado quando analisarmos as procurações.

Um de seus parceiros comerciais mais frequentes, em fins da década de 1870, foi Manuel Jorge Graça. Em diversas procurações para venda de escravos, que Victorino realizou em Desterro, vemos o nome de Manoel Jorge Graça já sendo adiantado, com poderes para negociar os cativos.³² Essa parceria, inclusive, pode ajudar a explicar o declínio do nome de Victorino nas transações registradas nos dois últimos anos analisados. Ao transferir poderes a Jorge Graça, o nome de Victorino desaparece desse registro, apesar de continuar envolvido nessas transações, o que podemos constatar pela continuidade de sua atividade na capital catarinense.

O registro das atividades de Graça, que agiu como último procurador na venda de 16 cativos, revelou que, apesar da parceria com Victorino, ele não se limitava a essa fonte de escravos. Em diversos registros, vemos Graça negociando cativos oriundos de províncias do Nordeste ou do Rio de Janeiro. Para esses cativos de outras fontes, contudo, o negociante não parece ter desenvolvido acordos com outros comerciantes locais ou contatos no Rio de Janeiro, como ele apresentava seguidamente com Victorino.

Residente em Campinas, Graça apareceu em diversos momentos nos registros, sem apresentar uma periodização padronizada, que nos indique algo sobre viagens ou períodos de venda. Negociava, predominantemente, pequenos grupos de até seis escravos, geralmente realizando vendas individuais. Além dessa atividade, o nome de Graça apareceu

³² SCHEFFER, Rafael da Cunha, op. cit., p. 136. Um exemplo dessa transferência de poderes por parte de Victorino de Menezes foi o seguinte: em 7 de janeiro de 1879, em Desterro, João Pombinho da Silva constituiu como seus procuradores, para realizarem a venda de sua escrava Benvinda, os senhores Manoel Antônio Victorino de Menezes, de Desterro (e quem na realidade fez o negócio com o comprador), Frederico de Freitas Noronha, no Rio de Janeiro e Manoel Jorge Graça, em Campinas. O nome dos dois últimos, encarregados da possível venda da escrava nessas cidades, já foi adiantado por Victorino ao realizar a procuração em Desterro, mostrando uma rede já estabelecida de contatos comerciais e parceria com esses intermediários. Fonte: Cartório Kotzias, Livro de Notas nº 44, p. 5-5v.

em um processo em que ele tentava despejar o inquilino de um de seus imóveis no centro de Campinas³³, o que revelou uma outra fonte de renda e investimentos desse indivíduo, compartilhada também por muitos de seus contemporâneos.³⁴

João Carlos Hungria, responsável por 62 transferências de cativos no período analisado, parece ter sido outro exemplo de comerciante que realizava viagens de negócio para Campinas. O padrão de suas vendas seguia um esquema semelhante ao de Victorino de Menezes, com uma sequência de vendas em dois ou três dias, seguida por uma ausência de semanas, quebrada por nova sequência de vendas quase diárias. Negociava geralmente grupos pequenos de cativos, mas realizou duas transferências maiores, de 15 e 22 cativos, uma vez cada. A origem dos cativos por ele negociados também reforçava a hipótese de viagens de venda, visto que quase todos os escravos eram matriculados na província do Rio Grande do Sul. Entretanto, encontramos também escravos paranaenses, paulistas de Sorocaba, localidades em que Hungria foi residente, e mesmo um baiano.

Muitos dos escravos gaúchos negociados eram do interior da província, de regiões majoritariamente pecuaristas (Cruz Alta, Santa Maria, Santana do Livramento, São Gabriel), assim como os paranaenses (de Castro). O fato de Sorocaba ter sido um local de referência para o comércio de gado e mulas sugere que esses cativos podem ter sido comercializados por essas rotas, a partir de contatos previamente utilizados nesse negócio.

Para verificar com mais profundidade a participação de João Carlos Hungria no comércio de cativos, também investigamos sua ação através do uso de procurações. Foram encontradas procurações que o autorizaram a negociação de 16 escravos. Para 10 desses, temos informações sobre o tempo médio em que estiveram sob a posse do procurador, período que variou entre 1 e 93 dias, com um tempo médio de 41,3 dias. Sobre os cativos enviados do Rio Grande do Sul, temos essa informação de quatro documentos que

³³ Ação sumária de despejo. 1º Ofício. Caixa 295, processo 4894. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas. Centro de Memória da Unicamp (CMU).

³⁴ A aplicação de rendimentos comerciais na compra de imóveis e exploração de aluguéis, vista por João Fragoso e Maria Fernanda Martins pode ser entendida como uma tendência forte em todo o país. FRAGOSO, João; MARTINS, Maria Fernanda. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Ensaio sobre a escravidão. (I). Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 144.

autorizaram a venda de cinco escravos.³⁵ Os três cativos oriundos de Santa Maria, localidade no centro daquela província, foram negociados em Campinas cerca de três meses depois de passada a primeira procuração, enquanto os dois escravos de um senhor de Rio Grande foram vendidos 21 dias após a autorização. Essas diferenças de tempo entre a autorização para suas vendas no Sul e a concretização delas em Campinas, apesar da limitada amostragem, poderiam indicar formas distintas de transporte dos cativos desde o Sul do Brasil; os primeiros poderiam ter sido enviados por terra, enquanto os outros eram embarcados em navios, mas não temos como provar essa diferenciação, deixando apenas anotada essa possibilidade. De toda forma, o intervalo observado para o comércio desses escravos gaúchos foi cerca de três vezes maior do que o visto para os comercializados dentro da província³⁶, indicando o tempo em trânsito (logo, sob os cuidados e responsabilidade dos comerciantes) e entre as negociações.

Nas negociações em que esteve envolvido, João Carlos Hungria agiu como único procurador na metade delas. Em todos os casos que envolveram senhores de Sorocaba, onde Hungria era residente, ele foi o único procurador listado. Em outras palavras, ele era procurado ou procurava os senhores interessados em vender cativos, fazia o negócio na região e depois viajava para Campinas e região para revendê-los. Isso ocorreu também para um senhor de Rio Grande/RS, o médico Cypriano de França Mascarenhas, que o nomeou como único procurador para a venda de seus dois escravos. Como a procuração foi lavrada em Rio Grande, resta a dúvida de como foi feito o contato entre ambos. Descontando esse caso, todos os cativos negociados por Hungria, vindos do comércio interprovincial, tiveram entre 3 ou 4 procuradores, incluindo-o. Isso tornaria plausível a hipótese de que eram esses procuradores os responsáveis por adquirir e transportar os escravos até Sorocaba, onde João Carlos Hungria os comprava (recebendo apenas os poderes para negociá-los, lembremos sempre) e revendia no interior paulista. Esse esquema pode explicar transferências intra e

³⁵ Esses quatro documentos foram passados por apenas dois senhores. O Capitão Agostinho Pereira de Almeida, residente em Santa Maria, autorizou a venda de três de seus escravos em dias diferentes, com intervalo de até quatro dias. Isso pode ser o indicativo de uma negociação em andamento entre o vendedor e o negociante, com o senhor sendo convencido a ampliar sua oferta de escravos.

³⁶ A média do intervalo de tempo sob o poder dos procuradores foi de 56,33 dias para os cativos de fora da província (63,20 quando só contabilizados os gaúchos), enquanto os vendidos dentro da província de São Paulo tiveram como média 18,75 dias (com variação de 1 a 59 dias).

interprovinciais, restando apenas a dúvida quanto à relação desenvolvida que permitiu o envio dos dois escravos de Rio Grande, mandados direto para Hungria.

Em contraste aos negociantes ligados, predominantemente, a uma única fonte, o comerciante com maior número de escravos negociados estava ligado a fontes de origens variadas. Residente em Campinas, João Mourthé esteve envolvido em negociações durante todos os anos pesquisados, tendo sido responsável pela venda de 356, ou 29,0%, de todos os escravos vendidos através de procuradores. Os cativos negociados por Mourthé vieram predominantemente do Nordeste brasileiro, e eram naturais de diversas províncias dessa região. O Maranhão foi a principal fonte dos escravos negociados por ele, seguido da Bahia, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro. Nos registros envolvendo o nome desse comerciante, novamente o Rio Grande do Sul se fez presente no final da década de 1870; foi esse o período em que vieram os 36 escravos dessa região, registrados por esse negociante.

Outro, entre os maiores negociantes de cativos da região de Campinas, na década de 1870, foi Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho, que anunciava, no início de 1876, a venda de excelentes escravos, entre eles carpinteiros, alfaiates e roceiros.³⁷ Como no caso de João Mourthé, as origens dos escravos negociados por Gomide são variadas; ainda que concentradas no Nordeste, há também um importante número de cativos do Sudeste e do Sul. A Bahia foi o local de origem da maior parte dos 27 escravos negociados por ele, mas o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul também foram importantes fontes de trabalhadores. Em casos isolados, Gomide negociou maiores grupos de cativos em uma única transação, mas suas transações foram preponderantemente de 1 a 3 escravos.

A Bahia também apareceu como o ponto de origem importante para outros negociantes. A quase totalidade dos cativos negociados por José Justino Gomes de Azevedo, por exemplo, tinha como local de origem essa província. No seu caso, a maior parte das negociações envolveu de 1 a 5 escravos. Apesar da forte identificação com uma fonte determinada de escravos, não pudemos observar os mesmos padrões de viagens de vendas que aparecerem no caso dos outros comerciantes. Não foram verificadas vendas em dias consecutivos, que, geralmente, ocorreram espalhadas ao longo do mês, com dias ou

³⁷ “Constitucional”, 5/1/1876, n. 174. Microfilme MR 0180. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

semanas de intervalo, mas sem um padrão de organização que nos indique fortemente as estadias para a venda de cativos. Dessa forma, não temos como inferir se esse negociante foi residente de Campinas ou realizou seguidas viagens para a região, com espaço de poucas semanas, o que nos indicaria a utilização do transporte marítimo e dos trens para o transporte dos escravos. Contudo, como as vendas realizadas foram preponderantemente de pequenos grupos, tendemos a acreditar que ele seria um morador dessa cidade paulista.

O caso de Antônio de Araújo Almeida parece ser representativo de um negociante de Campinas que realizava essas transações. A origem de seus cativos está concentrada no Nordeste, especialmente em Pernambuco, província da qual são naturais grande parte dos 55 escravos cuja venda ele representou. Bahia, Ceará e Paraíba são outras províncias de origem relevantes. Contudo, o padrão de suas vendas no tempo se mostrou inviável pra sustentar viagens de negócio. Suas vendas eram, geralmente, de indivíduos isolados, espalhadas ao longo das semanas, com vários dias de intervalo entre os negócios. Portanto, o mais provável é que esse negociante atuasse como um intermediário local, sendo alguém que procurava escravos na região, província ou mesmo em outros centros do Sudeste para revendê-los em Campinas ou localidades próximas.

Um caso interessante que parece seguir o mesmo padrão de vendas foi o de Manoel Francisco Mendes. Apesar de termos poucos registros diretos de sua atividade através das notas, temos a confirmação de sua residência em Campinas, onde anunciava que comprava e vendia escravos, realizando a intermediação de vendas por “módica porcentagem”, podendo ser procurado na rua do Pórtico, esquina da rua Lusitana, n. 69.³⁸

Por fim, temos o negociante Eduardo da Costa Passos, apontado como residente no Rio de Janeiro, com 123 cativos negociados. Eduardo, como já mencionamos anteriormente, foi um negociante ligado à praça do Rio de Janeiro, mas pareceu ser também um representante de outros comerciantes, que realizou viagens de vendas para o interior paulista (cerca de uma por mês, em 1878). Negociava escravos naturais de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, principalmente, que eram entregues a ele por seus senhores ou por outros comerciantes. Boa parte de suas vendas foi realizada em grupos grandes de cativos,

³⁸ “Gazeta de Campinas”, 19/11/1876, n. 614. Microfilme MR 181. AEL. Infelizmente, não foi informado o valor dessa “módica porcentagem”.

com vendas de 15 e 16 indivíduos. Destacou-se, assim, como representante de uma rede maior de negociantes, mas ligado mais diretamente a essa parte final da cadeia, de transferência de uma praça intermediária para o mercado que demandava essa mão de obra.

Esses exemplos nos revelam a construção de diferentes formas de participação desses comerciantes no mercado nacional de escravos. Esses casos exemplificam a atuação de comerciantes provinciais que adquiriam cativos em suas áreas de residência e viajavam para revendê-los no Sudeste, ou estabeleciam novamente o poder para comercializá-los entre comerciantes no Rio de Janeiro e São Paulo. Temos também os negociantes do Sudeste, que adquiriam cativos de vários negociantes provinciais e os revendiam na região, e outros que atuavam somente através do contato com comerciantes do Rio de Janeiro, comprando deles os escravos que seriam negociados nos seus municípios e áreas de origem.³⁹ A segmentação na forma de atuação nesse mercado, com comerciantes de diferentes províncias se relacionando e se responsabilizando por uma parte específica da transferência, tornou esse comércio bastante dinâmico. Em seguida, vamos analisar com maior profundidade a organização dessas redes de comerciantes que permitiam a transferência de milhares de trabalhadores na segunda metade do século XIX.

Redes de negociantes de escravos

Os comerciantes identificados em Campinas eram apenas os últimos procuradores a realizarem as transações e o registro de seus nomes nas notas, muitas vezes, ocultava a presença de outros intermediários, em fases anteriores desse comércio. Assim, para o completo entendimento da trajetória dos escravos comercializados entre as províncias e, logo, do funcionamento desse mercado nacional de trabalhadores, faz-se necessária a análise das procurações registradas em Campinas. As procurações esclarecem diversas conexões das redes de transferência porque contêm nome, datas, lugares e prazos envolvidos nas negociações de escravos. Quando possível, cruzaremos essas informações com as procurações passadas nas cidades do Sul do Brasil, buscando a leitura de ambas as

³⁹ Cabe lembrar que boa parte dessas “aquisições” entre negociantes de escravos, nas redes de transferências, não eram registradas como tal, sendo somente o poder de vender os cativos transferidos entre esses indivíduos.

pontas dessas transferências para tentar ampliar nosso horizonte sobre os diversos envolvidos na transferência de cativos para Campinas, que não necessariamente aparecem quando analisamos apenas a conclusão das negociações nessa cidade.

Como vimos, de todos os escravos transferidos em Campinas, apenas 23,9% deles foram negociados diretamente por seus senhores, sendo que em 72,2% dos casos os vendedores foram representados por procuradores.⁴⁰ Infelizmente, muitas das procurações utilizadas nessas vendas não puderam ser localizadas.⁴¹ Ao longo de nossa pesquisa, foram localizados documentos que autorizavam a comercialização de 1367 cativos em Campinas, nos dois tabelionatos pesquisados. E são esses documentos que nos permitiram explorar melhor a organização e conexões entre os comerciantes de escravos.

A princípio, cabe novamente lembrar da divisão das procurações em dois grupos: aquelas usadas para a concretização de uma venda e aquelas somente lançadas na cidade que autorizavam essas negociações. Neste momento, vamos concentrar nossa atenção nos documentos usados para autorizar as vendas realizadas em Campinas. Portanto, deixaremos de lado as procurações lavradas por senhores de Campinas, tanto para autorizarem a venda de seus escravos quanto a compra de cativos. Sobre essas últimas, exploramos de forma pontual, no Capítulo 1, os documentos que autorizavam indivíduos a adquirir cativos em nome de terceiros; vamos recuperar parte dessa discussão, mais adiante, quando nos referirmos às notas biográficas de alguns comerciantes de cativos.

Analisando as procurações usadas para esse comércio de escravos em Campinas, observamos o encadeamento de procuradores (a formação de uma rede) para a execução das transferências. Foram localizados esses documentos que autorizaram a venda de 871 cativos no interior paulista e conseguimos observar, em cada um, o número de intermediários que atuaram, variando de 1 a 28 procuradores.⁴² Contudo, a participação

⁴⁰ Para chegar a esse número de procuradores que representaram os vendedores dos cativos, somei as classificações utilizadas “Representado [vendedor] por procurador”, “Ambos [vendedor e comprador] representados por procurador” e “Por si e como procurador”, que ocorria quando entre os escravos vendidos pelo procurador havia um de sua propriedade.

⁴¹ A partir de meados da década de 1870, em diversas localidades do Brasil, o registro dessas procurações usadas na compra e venda de cativos e outros bens passou a ser realizado em livros próprios (Livros de Procurações) e não mais junto ao documento de venda, como acontecia anteriormente.

⁴² Lembrando mais uma vez de que nem todos os procuradores arrolados se envolveram necessariamente com a transação. Em diversos momentos temos mais de uma pessoa indicada como procurador em uma localidade,

média de procuradores em cada transação foi relativamente baixa, sendo de 2,19 indivíduos envolvidos para cada negociação efetivada.

Essas médias variam um pouco quando comparamos o número de procuradores que participavam das transações em relação ao tipo de comércio. A maior variação foi encontrada no comércio interprovincial, com um número máximo de 28 procuradores sendo autorizados a vender um cativo (ou recebendo poderes para isso, mesmo sem, de fato, participar). Mesmo assim, a média de procuradores em cada transferência foi de 2,35 intermediários, o que se aproxima dos números estimados por Robert Slenes.⁴³ O número de participantes foi um pouco superior ao encontrado nas transações intraprovinciais, que tiveram uma média de 2,22 procuradores em cada venda, com variação entre 1 e 6 encarregados para cada transferência. Já no comércio local, o número de participantes em cada venda foi menor, com uma média de 1,12 indivíduos e uma variação entre 1 e 3 pessoas.

Essas relações podem ser explicadas pelas distâncias envolvidas porque as transferências inter-regionais ou entre províncias, muitas vezes, envolviam escravos que eram repassados entre vários comerciantes. Ao mesmo tempo, encontramos diversos casos de negociantes de províncias que viajavam para o interior paulista para vender os cativos sob seu poder, o que eliminaria (ou no mínimo diminuiria) a necessidade de outros procuradores e ajuda-nos a entender a média baixa de participação nesse tipo de transferência.

Segundo nossa leitura dessas fontes, as transferências interprovinciais que não envolveram a viagem de comerciantes provinciais geralmente ocupavam três procuradores, com o seguinte modelo compreendido: temos um comerciante na localidade exportadora; um intermediário regional ou nacional (principalmente no Rio de Janeiro) e o encarregado de vender esse cativo no interior paulista (um comerciantes local ou representante de firmas do Rio de Janeiro). Essa foi a rede básica que respondeu pelas transferências nacionais de

mas apenas uma delas transmite novamente os poderes ou vende o escravo, significando que a procuração abria mais um campo de possibilidade de atuação do que sugeria necessariamente a participação de um indivíduo.

⁴³ Analisando a participação de procuradores nas transações interprovinciais, Robert Slenes afirmou que encontrou normalmente 3 ou 4 procuradores como responsáveis pelas transferências, estimativa próxima ao que foi observado acima. SLENES, R. *Brazilian Internal Slave Trade*. Op. Cit., p. 343.

cativos, que, com algumas variações, foi a principal responsável por suprir Campinas de trabalhadores escravizados nessa segunda metade do século XIX. A presente pesquisa reforça o que afirmaram Robert Slenes e Sidney Chalhoub, que já haviam discutido essa organização básica da rede de comerciantes, construída valendo-se do desenvolvimento de meios de comunicação e transporte que permitiam uma melhor comunicação entre diferentes pontos (e mercados) do Brasil, através do telégrafo e do desenvolvimento de linhas regulares de navios a vapor.⁴⁴

A estrutura básica necessária para os negociantes envolvidos, incluindo a discussão do cotidiano desse comércio, será realizada mais adiante. Para entendermos melhor o contexto dessas transferências, cabe ainda nos remetermos ao tempo decorrido para cada uma delas. Em nosso banco de dados, anotamos o intervalo decorrido entre a concessão do poder para vender um escravo (a primeira procuração que concede esse poder) e o momento de sua venda em Campinas, quando esse poder fora usado. Com isso, pudemos compreender o intervalo de tempo no qual o procurador (ou procuradores) teve o poder de negociar os cativos. Como discutido nos capítulos anteriores, uma gama de situações pode ter ocorrido nesse meio tempo: o escravo acompanhar ou não o procurador; possíveis viagens de venda e períodos de avaliação por parte de compradores.

Como poderia ser previsto, as distâncias distintas envolvidas no comércio de escravos tiveram um impacto significativo nos períodos de tempo transcorridos para a concretização dos negócios em cada tipo de comércio. No comércio interprovincial, os escravos ficaram sob o poder dos procuradores por, em média, 117,24 dias, com variações observadas entre um mínimo de 11 dias e um máximo de 1.128 (cerca de 3 anos e 1 mês).⁴⁵ Houve uma redução drástica nesse tempo, quando observamos os outros tipos de comércio: o intervalo médio entre a cessão do poder da venda e a escritura caiu para 26,06 dias nas transferências dentro da província de São Paulo e 16,55 dias nas transações locais. Nessas transferências, observamos um intervalo mínimo de 1 dia (ou até o mesmo dia da outorga da procuração) para a realização da venda em ambos os casos, e um máximo variando de

⁴⁴ SLENES, Robert W. “The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888”. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976, p. 138; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 43-44.

⁴⁵ Como já apontado, o cálculo desses intervalos de tempo foi aproximado. Ver nota 108, p. 62 do Capítulo 1.

2.100 dias para o comércio intraprovincial (mais de 5 anos e meio!) e 329 dias para aquele realizado localmente. A amplitude dos intervalos de tempo deixa entrever a variedade de situações em que os escravos foram transferidos, com alguns saindo do controle de seus antigos senhores e, quase imediatamente, sendo envolvidos em um novo cativo, enquanto outros viveram, provavelmente, um longo tempo de incertezas entre procuradores e possíveis compradores (ou mesmo usaram esse tempo para buscarem melhores, ou, pelo menos, mais aceitáveis condições).

Temos alguns exemplos de vendas que foram realizadas no mesmo dia ou naquele imediato à outorga das procurações. Nesses casos, uma questão a ser pensada é que a concessão dos poderes poderia ter-se dado somente para o cumprimento da formalidade de assinatura da escritura, uma vez que o negócio já podia estar concluído. Procurações dadas por senhores que já indicavam quem seria o comprador ou o vendedor e o escravo desejado (às vezes, até o preço a ser pago já era estipulado) demonstram que a negociação já havia sido realizada, mas, restava, apenas, a parte burocrática de pagamento de impostos, taxas e assinatura de documentos que ficariam a cargo dos procuradores. Destacamos esse tipo de caso, pois, para a grande maioria das transferências, parece ter havido um intervalo de tempo, de alguns dias, para estudo ou negociações, caracterizado por um período de escolhas e de tensão para todas as partes envolvidas, especialmente para os cativos, que poderiam usar esse contato para tentar influenciar o seu futuro (demonstrando aceitação ou descontentamento com a venda, por exemplo).⁴⁶

Especialmente quando tratamos do comércio interprovincial, os intervalos de tempo e o número de procuradores envolvidos apontam para uma organização necessária à construção das redes de negociantes que realizaram essas transferências. Para nosso estudo, as procurações representam a principal forma de acesso à essa organização, indicando o caminho percorrido por esses escravos. Muitas vezes, não temos uma rede organizada na forma de uma cadeia de negociantes que se repetiu no tempo (apesar de termos exemplos disso também), mas, sim, negócios individuais entre comerciantes que podem ser interpretados, em seu conjunto, como uma cadeia, ou rede de trocas e contatos, entre negociantes que resultou na venda de um cativo. Ao mesmo tempo, temos conexões

⁴⁶ Voltaremos a esse tema em seguida, na discussão do cotidiano dessas transferências.

repetidas entre esses indivíduos, ou uma série de escravos de origens diferentes que, em determinado momento, foi encaminhada para a venda em Campinas, por um intermediário em parceria com um vendedor no interior paulista (ou encarregado dessa viagem). Vamos explorar alguns desses casos para entendermos melhor essas conexões.

Mais uma vez, vamos nos utilizar da figura de Manoel Antônio Victorino de Menezes como um guia para nos ajudar a compreender as transações, devido a seu destaque em sua província como comerciante de cativos e sua presença na cidade de Campinas em diversas ocasiões. Adquirindo escravos em Desterro, Victorino pagava ao senhor do cativo um “adiantamento” do valor de venda e recebia, em troca, uma procuração que o autorizava a negociar o escravo.⁴⁷ Um dos diferenciais desse negociante foi que nas procurações lavradas em Santa Catarina, Victorino, muitas vezes, já antecipava nomes que poderiam comercializar o escravo em outras praças. Esse foi o caso, por exemplo, da procuração que autorizava a venda de João, um escravo doméstico de 23 anos de idade, natural de Santa Catarina e matriculado em Desterro como sendo o cativo número 2 da relação de seus senhor (portanto, aparentemente um pequeno proprietário). O proprietário de João, em 4 de janeiro de 1879, autorizou Manoel Antônio Victorino de Menezes e outras pessoas a venderem o escravo em diversas partes do país e especificou onde cada um teria o poder. Foi estabelecido que Frederico de Freitas Noronha atuaria no Rio de Janeiro, Manoel Jorge Graça e Aureliano de Souza Monteiro na cidade de Campinas.⁴⁸ Como a confecção desse documento e seus termos deve ter sido ditada por Menezes, seu maior interessado, ficou estabelecida uma rede de possíveis transferências para o futuro de João, que poderia ser levado para o Rio de Janeiro ou para o interior paulista. Destacamos essa sequência de comerciantes porque ela se repetiu em diversas oportunidades, indicando uma cadeia de contatos estabelecida de antemão por Victorino, quando este realizava as procurações em Desterro.

Em vários outros casos, os comerciantes realizavam algumas alianças parciais que os ajudavam a concluir um negócio. Especialmente para escravos enviados para o Rio de Janeiro, temos momentos em que um determinado negociante daquela praça transmitia os

⁴⁷ Na realidade, essa primeira transação já era um ato de compra, mas estabelecido de outra forma para evitar o pagamento da taxa de transferência do cativo, como apontamos no capítulo anterior.

⁴⁸ Cartório Kotzias, Livro de Notas 44, p. 4-4v.

poderes para vender cativos que havia recebido de origens variadas para um procurador específico, que se encarregava da venda para Campinas. Em outras palavras, enquanto temos comerciantes provinciais que enviavam cativos para negociantes do Rio de Janeiro, temos também a presença repetida de procuradores que traziam esses escravos da capital do Império para o interior paulista, ocupados somente com essa ponta final do tráfico. Januário Bento Gonçalves Pereira, residente no Rio de Janeiro, parece ser um caso desses. Em diversas ocasiões, seu nome apareceu ligado a esse último trecho da transferência dos escravos, em várias ocasiões sendo acionado (constituído procurador) depois que o cativo havia sido adquirido por Delfino Ribeiro de Abreu, comerciante carioca. Unicamente pela leitura dos documentos, não foi possível saber se o contato entre os dois foi estabelecido através de uma sociedade (com os dois dividindo os lucros da transação) ou se Januário Bento apenas adquiriu os escravos de Delfino. A primeira opção parece mais realista, levando em consideração a repetição dessa ligação no tempo.

Outros, como João Mourthé, podem ter construído suas redes de suprimento de trabalhadores de outra forma. Residente em Campinas, Mourthé parece ter adquirido os cativos por ele comercializados diretamente do Rio de Janeiro. Como veremos, ao discutirmos o caso da venda do escravo Cândido, o comerciante usualmente ia à capital do Império e lá adquiria seus cativos de vários negociantes. Esse processo pode ser observado, acompanhando quem eram os outros intermediários apontados para os escravos negociados por ele. Em poucas ocasiões temos grupos de cativos de um mesmo procurador carioca.

Somente para lembrar os diferentes contextos das transferências, não podemos deixar de mencionar os casos de comerciantes provinciais que realizavam viagens de vendas para o Sudeste. Além de Victorino de Menezes, temos Angelino Soveral, de Pelotas, e Manoel Thomaz Fragozo, de Porto Alegre. Esses adquiriram escravos em suas localidades de origem, ou cidades próximas, e enviaram esses trabalhadores para o Sudeste ou eles mesmos viajaram para vendê-los. Estão nas pontas desse comércio nacional ao mesmo tempo em que podem realizar sozinhos toda a transferência interprovincial.

Dessa forma, as redes de comerciantes responsáveis pela transferência de milhares de escravos foram organizadas de maneiras bastante diversas, com conexões diferenciadas em diversas regiões, sempre construídas em torno dos poderes transferidos pelas

procurações (o que reafirma mais uma vez a importância desses documentos para o estudo desse comércio). Atuando em partes específicas dessas redes, ou desenvolvendo contatos em nível nacional, através de relações oportunas ou conexões duradouras, o contato entre esses negociantes de vários pontos do país proporcionou a organização necessária para essas transferências. Tendo observado como se ligavam esses comerciantes, vamos explorar, a partir de agora, o cotidiano desse comércio e o modo como se desenvolveu o comércio nacional de escravos.

Passo a passo das transferências de cativos

Nesse ponto, vamos rever o processo de transferência de cativos que foi experimentado por milhares de trabalhadores escravizados na segunda metade do século XIX. Em diferentes tempos e intensidades, populações de diversas regiões brasileiras estiveram a mercê de suas vendas e envio para o Sudeste brasileiro, com sua introdução em contextos sociais (de convívio com senhores e outros escravos) e produtivos (organização de trabalho e mesmo o tipo de cultivo realizado) que lhes eram estranhos. Usaremos uma série de exemplos extraídos do Sul do Brasil e de Campinas, experiências de alguns negociantes e suas atividades a fim de reconstruir o contexto dessas transferências.

Iniciamos tentando apreender a atividade dos negociantes no Sul do Brasil. Em jornais locais, comerciantes anunciavam a compra de cativos para a revenda no Sudeste, buscando atrair senhores interessados em receber, à vista, bons pagamentos por seus escravos, como vimos no caso de Manoel Antônio Victorino de Menezes. Também em Desterro, já no ano de 1851, José Joaquim do Amaral anunciava a compra de escravos de ambos os sexos que não fossem muito velhos e que deveriam ser crioulos ou ladinos, por terem de embarcar para fora da província⁴⁹.

Através dos anúncios ou de suas reputações, esses indivíduos apareciam como interlocutores importantes para senhores que estavam interessados em se desfazerem de seus cativos. Além disso, observamos casos desses comerciantes constituindo agentes para comprarem escravos em seu nome no interior das províncias, como vimos nos anúncios de

⁴⁹ BPESC. O Novo Íris, n. 149, 29 de agosto de 1851.

Victorino e na discussão na Assembleia Provincial catarinense no capítulo anterior, mas também através de procurações.⁵⁰ Em Pelotas, em 24 de outubro de 1877, Angelino Soveral passou uma procuração para que Bernardino Pinto Ribeiro adquirisse escravos para ele outorgante na província do Rio Grande do Sul, transformando Bernardino, na prática e legalmente, em seu agente para aquisição de trabalhadores.⁵¹ Com isso, esses comerciantes buscavam ampliar seu alcance no interior e, logo, sua capacidade de atrair mais cativos (provavelmente, buscando um menor preço de compra dos mesmos, sem depender dos atravessadores ou de outros procuradores).

Os motivos que levavam senhores a venderem seus trabalhadores e, especialmente, a escolha de quais cativos deviam ser vendidos passavam por uma série de opções dos proprietários, que incluíam a relação desenvolvida com um trabalhador específico até as expectativas senhoriais em relação a ele e ao trabalho escravo como um todo. Encontrar e acreditar em alternativas a essa mão de obra deve ter sido um passo fundamental para permitir a venda. Nem todos os proprietários viam motivos para vender seus cativos, ou os entendiam com intensidades variadas, o que explica senhores que venderam apenas uns poucos escravos (talvez aqueles mais problemáticos ou somente o suficiente para conseguirem recursos para um outro investimento) e outros que continuaram a adquiri-los.⁵²

Retornando aos comerciantes, observamos pelo número de escravos vendidos em Campinas que o envio desses escravos, ou as viagens dos negociantes, eram realizadas quando havia um determinado número de cativos em sua posse. Nos entrepostos de comercialização e nos pontos de saída das províncias, a formação de grupos para o envio dos cativos ou a espera por navios faria com que fosse necessário mantê-los juntos por um tempo. E a constituição de um grupo de cativos para serem enviados, como parece ter sido o caso, exigiria um espaço estabelecido para mantê-los antes dessas viagens.

⁵⁰ Ver capítulo anterior, páginas 83- 85. Discussão publicada originalmente no jornal O Conservador, n. 321, de 12/04/1876 (BPE/SC). E anúncio publicado em O Despertador, n. 1217, 13 de outubro de 1874 (UFSC/BU).

⁵¹ 2º Tabelionato de Pelotas, Livro de Procurações nº 4, p. 56.

⁵² De modo geral, os diferentes índices de queda da população escrava nas localidades estudadas ajudam a corroborar essa ideia de que nem todos os senhores conceberam a venda de cativos como uma solução para os seus problemas.

O caso dos escravos rebelados na casa de comissão de um comerciante do Rio de Janeiro, analisado por Sidney Chalhoub, mostra um espaço de concentração desses escravos comercializados no tráfico interno.⁵³ Ao longo da minha pesquisa, consegui encontrar apenas uma estrutura semelhante, de propriedade de Manoel Antônio Victorino de Menezes, em Desterro. Chegamos a ela não através das fontes relacionadas à compra e venda de cativos, mas, sim, buscando nominalmente em outras fontes. No caso, o Relatório do Chefe de Polícia de Desterro, de 1885, entre outras ocorrências, informa-nos de um arrombamento realizado em uma pequena casa próxima ao porto, no bairro da Figueira.⁵⁴ A casa era de propriedade de Victorino de Menezes (que na época já havia falecido) e por causa do comerciante dava nome a uma ruela vizinha que levava às proximidades do porto, a “travessa do Victorino de Menezes”.⁵⁵ Por ser proprietário de outra residência em Desterro, ao lado da praça central e relativamente próxima da casa na Figueira, acredito que essa possa ter sido uma casa mantida para abrigar os escravos “em trânsito”. Victorino possuía alguns escravos que ficavam em sua companhia na capital catarinense e poderiam auxiliar na tarefa de vigiar e manter os trabalhadores adquiridos para negociação. Essas impressões reforçam uma constatação de Oswaldo Cabral sobre a organização dos negócios de Victorino:

Vitorino estabeleceu o seu escritório bem no coração da cidade, na Praça, à mão, pagando de contado. Dali, segundo creio, com razões para isso, os negros que comprava eram levados para um depósito que se localizava nas proximidades do cemitério (atual rua Hoepcke), senzala que ficava então numa viela que ficou conhecida como rua do Vitorino de Menezes.⁵⁶

A imagem desses escravos do comerciante que ajudariam a tomar conta dos cativos adquiridos para negociação não é de todo estranha. No caso já apontado do comerciante carioca José Moreira Veludo, discutido por Sidney Chalhoub, a fidelidade do escravo Tomé

⁵³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Op. Cit., Capítulo 1.

⁵⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). Fundo: documentos avulsos; Relatório do Chefe de Polícia de Desterro, 1885.

⁵⁵ A referência à rua que recebia o nome do comerciante, na verdade uma travessa, é corroborada por uma queixa publicada em um dos periódicos de Desterro, que trata da falta de cuidados e do mato que cresceu na “travessa do Victorino de Menezes”. UFSC/BU. O Conservador, n. 418, 21 de abril de 1877.

⁵⁶ CABRAL Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. V 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972, p 404.

ao comerciante resistiu até a um levante dos outros cativos na casa de comissões.⁵⁷ Aliás, esse tema é parte da experiência dos cativos comercializados e que é discutido também por Walter Johnson: em quem confiar quando você é colocado junto com outros cativos desconhecidos? Essa questão é pertinente não apenas devido ao desenraizamento desses indivíduos, mas também por causa da necessidade de se conseguir maiores informações sobre o seu futuro e explorar possibilidades de resistência, como é o caso das fugas.⁵⁸

Explorando informações sobre o local para onde seriam negociados, sobre as condições sociais e de trabalho que enfrentariam, muitos escravos tentaram evitar suas transferências. Sidney Chalhoub apontou uma série de reações de cativos que estavam sendo transferidos para a lavoura cafeeira baseadas, muitas vezes, em informações prévias de que enfrentariam duras condições ou no temor pela separação das famílias e perda de condições mais favoráveis em seus antigos cativeiros. Em Desterro, vimos, anteriormente, o caso do cativo que tentou o suicídio (ou fuga, não cogitada pela notícia do jornal) quando ficou sabendo que não estava sendo embarcado para o norte da Ilha de Santa Catarina e sim para o Sudeste.⁵⁹

Além disso, temos uma sucessão de casos de criminalidade escrava diretamente relacionada ao comércio, como tentativa de reação ao comerciante ou a um novo senhor. Maria Helena Machado encontra diversos desses casos, nos quais os cativos lutaram contra uma situação vista como intolerável, com grande consciência de seu valor como um bem comercializável:

Autos criminais recontam histórias de escravos resistindo à venda como Guilherme, o qual dissera a seus parceiros que “iria aprontar tal espalhafato que seria invendável” sendo acompanhado pelas declarações de outros dois escravos, os quais afirmaram que “preferiam matar alguém e ir pra cadeia do que ser vendido numa fazenda em Campinas...”, todos acusados de homicídio de um negociante encarregado de vendê-los na região de Campinas. Ou, ainda, daqueles que optavam pela fuga, à procura de quem os comprassem “...por não ter gosto de servir a seu senhor...”, alegando, como Jacintho, que “fugiu a 4 anos do poder de seu senhor por maus tratos e que desde então anda procurando outro senhor para comprá-lo mas não tem conseguido por que seu referido senhor pechincha muito (...).⁶⁰

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Op. Cit., p. 29-35.

⁵⁸ JOHNSON, Walter. *Soul by soul*. Op. Cit., p. 65-69.

⁵⁹ O Conservador, n. 91, 20 de dezembro de 1873. UFSC/BU.

⁶⁰ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 116.

As situações vistas e comentadas pelos cativos nesses autos criminais analisados por Maria Helena Machado revelam uma concepção das regras desse mundo escravista bastante arraigada nos próprios cativos. A noção de que eram “mercadorias” valiosas, fruto de investimento e das expectativas senhoriais e de que seu cativo deveria seguir algumas regras (mesmo que não escritas, como a do cativo pedir para ser vendido quando seu cativo se torna intolerável) reforça uma série de concepções historiográficas que entendem essa população como agente ativo no mundo escravista.

Parte considerável da população de cativos, provavelmente, foi transportada por navios em linhas regulares de vapor que ligavam o litoral brasileiro. Essa é a interpretação de Herbert Klein, apoiada e destacada pela pesquisa de Robert Slenes.⁶¹ O grande volume de fontes disponíveis deu maior visibilidade a esse tipo de transporte. Para os cativos enviados do Sul do Brasil, encontramos indícios desse comércio em determinados momentos. Em alguns anos, nos jornais de Desterro, foram publicadas seções sobre o “movimento do porto”, nas quais eram informadas as entradas e saídas de embarcações do porto e os passageiros e as mercadorias transportadas. Entre esses, encontramos cativos e comerciantes em trânsito. Em companhia de seus proprietários ou mandados “a entregar”⁶², os cativos parecem ter sido uma presença corriqueira nas linhas de vapor que ligavam o litoral brasileiro.

No caso específico dos escravos enviados para o Sudeste a partir das localidades do Sul do Brasil, encontramos nos registros de movimento do porto, com alguma frequência, o nome de Victorino de Menezes viajando com um pequeno número de cativos em direção àquela região. Em 9 de janeiro de 1869, por exemplo, esse comerciante embarcou no vapor Arinos rumo ao Rio de Janeiro, levando 6 escravos em sua companhia.⁶³ Em 1879, conseguimos observar melhor esse procedimento de transporte. No dia 29 de outubro,

⁶¹ SLENES, Robert W. “The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888”. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976, p. 134-135 ; KLEIN, Herbert S.. The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971).

⁶² SLENES, R. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Op. Cit, p. 123.

⁶³ BPESC. O Argos, n. 622, 9 de Janeiro de 1869.

Victorino partiu rumo ao Rio de Janeiro, levando 7 escravos e retornou, duas semanas depois, sem escravo algum⁶⁴.

Como apontado anteriormente, os prazos entre a outorga de uma procuração e seu uso para a venda de um escravo no Sudeste também reforçam a possibilidade do uso contínuo de transporte marítimo. Para cerca de um terço dos escravos negociados por Victorino, o prazo entre a concessão dos poderes para negociá-los (a compra dos senhores em Desterro e região) e a venda em Campinas (no caso, a revenda para o comprador final) foi menor do que 20 dias.⁶⁵ Esse período relativamente curto incluía (provavelmente) a formação de um grupo mínimo de cativos em Desterro, que era depois enviado, ou viajava em companhia do comerciante, até Campinas e a partir daí negociado. Um intervalo de 20 ou 30 dias parece, assim, um prazo relativamente curto para o desenvolvimento desse comércio, o que permitiria a um negociante como Victorino a realização de 12 ou mais viagens de comércio por ano.

O transporte por terra de grupos de escravos, contudo, não deve ser descartado. Muitas localidades do interior somente podiam ser alcançadas através do transporte por trens ou mesmo a pé; às vezes, essas formas de locomoção eram intercaladas com o transporte fluvial. Analisando o comércio de cativos em uma localidade do sertão baiano, Erivaldo Neves mostra que grande parte desse comércio foi realizada pelo interior, por rotas e caminhos que percorriam esse sertão até as províncias de Minas Gerais e São Paulo: “Pelo interior, os comboios de cativos dos dois gêneros e diversas idades marchavam pelos tórridos caminhos dos sertões baianos e mineiros, acorrentados com gargalheiras ao pescoço para evitar fugas e sob ameaça de chicotes para manter a disciplina.”⁶⁶

⁶⁴UFSC/BU. O Despertador, n. 1736 de 29 de Outubro de 1879 e n. 1741 de 15 de Novembro de 1879.

⁶⁵ Sendo um pouco mais específico, para 35,7% dos escravos vendidos por Victorino em Campinas o intervalo de tempo sob os poderes do comerciante foi menor que 20 dias. Esse número cresce para 57,1% quando observamos todos os revendidos no espaço de 30 dias, sendo que o prazo máximo observado foi de 76 dias. Fonte: Livros de Notas de Compra e Venda de Campinas (procurações anexas), 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

⁶⁶ CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 191 e NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*, Salvador, EDUFBA; Feira de Santana, UEFS, 1998. Apud: NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000), p. 108-110.

A imagem que podemos construir para essas transferências é muito semelhante à que era encontrada no tráfico interno de escravos nos Estados Unidos, com muitos cativos realizando parte da jornada a pé, mas também em navios. Walter Johnson e Michael Tadman descrevem que grupos de cativos percorrendo o interior dos estados americanos para serem vendidos eram cenas relativamente comuns.⁶⁷

Através da análise dos caminhos apontados pelas procurações e a transmissão dos poderes para a comercialização dos cativos, conseguimos compreender um pouco melhor a preparação envolvida nas transferências inter-regionais de cativos. Podemos perceber o uso de pelo menos três abrigos provisórios para os cativos: uma reunião para o embarque dos cativos no porto de saída; uma parada intermediária em entrepostos de negociação de escravos (especialmente no Rio de Janeiro, mas também nas capitais ou portos provinciais), onde eles eram vendidos ou encaminhados a uma outra região e, por fim, o abrigo no mercado alvo, onde eles ficavam à disposição de compradores.

Para os comerciantes residentes em Campinas, uma de suas propriedades poderia abrigar esses escravos postos à venda, enquanto eram negociadas suas transferências. Apesar disso, temos referências que mesmo comerciantes locais realizavam viagens de venda mais para o interior, buscando atender senhores de localidades menores.⁶⁸ Já os comerciantes em trânsito por Campinas podiam se abrigar em hotéis, a partir dos quais realizavam seus negócios. Os anúncios publicados nos jornais de Campinas, em 1877 e 1878, sinalizam para essa possibilidade ao indicarem locais de contato para os interessados em adquirir cativos:

ESCRAVOS

No Hotel Oriental há para vender cinco moleques, boas pessoas de 15 a 19 anos.⁶⁹

⁶⁷ TADMAN, Michael. *Especulators and slaves*. Op. Cit., p. 71-80; JOHNSON, Walter. *Soul by soul*. Op. Cit., p. 60-61, 64.

⁶⁸ No processo de enfeitamento do escravo Cândido, foi apontado que o comerciante João Mourthé, residente em Campinas, vendeu o cativo em uma viagem no interior da província, como se verá mais adiante. Libelo cível – 1877 – 2 ofício, caixa 352, processo 6752. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Centro de Memória da Unicamp (CMU)

⁶⁹ Diário de Campinas, 22 de novembro de 1877. Microfilme MR 148. AEL.

ESCRAVOS À VENDA

Vendem-se 4 escravos e 2 escravas de idade de 13 a 18 anos.

Quem pretender dirija-se ao Hotel Esperança, rua da Constituição n. 54, que achará com quem tratar.⁷⁰

Chama a atenção a falta de assinatura nos anúncios que, de toda forma, deixam claro o que estava sendo negociado e onde encontrar o responsável. Aliás, um perfil bastante comum no comércio interprovincial de cativos, ainda que focado em trabalhadores mais jovens do que o geralmente encontrado. Para esclarecer ainda mais a hospedagem de comerciantes nesses hotéis e, portanto, sua utilização como local de negócios, temos o anúncio do comerciante Angelino Soveral, residente em Pelotas, Rio Grande do Sul:

ESCRAVOS

Vende-se 7 crioulos moços, aptos para o serviço de roça; 2 oficiais de pedreiro, 1 é cozinheiro e 1 boleiro.

Estes de ofício dão-se a contento.

Para ver e tratar no hotel Oriental com Angelino Soveral.⁷¹

Especialmente nos dois primeiros anúncios fica a dúvida se os cativos também ficavam hospedados em cômodos do próprio hotel (próprios para eles) ou em casas de terceiros, de contatos já estabelecidos pelos comerciantes para este fim. No anúncio de Soveral, a indicação de que os cativos podiam ser vistos no hotel reforça a ideia que os mesmos podiam ter ficado alojados naquele local. No caso norte americano, relatos de escravos indicavam a possibilidade de ficarem alojados, nas cidades, em estabelecimentos de outros comerciantes ou de pessoas que alugavam cômodos para esse fim.⁷²

Outro ponto que podemos destacar no segundo anúncio reproduzido acima foi o tamanho do grupo de escravos trazidos para negociação. Variando de 5 a 7 cativos, eles

⁷⁰ Diário de Campinas, 17 de fevereiro de 1878. Microfilme MR 148. AEL.

⁷¹ Diário de Campinas, 16 de setembro de 1877. Microfilme MR 148. AEL.

⁷² TADMAN, M. Op. Cit., p. 73-75.

formavam uma turma que poderia ser mais facilmente controlada do que um grupo maior, e ainda assim permitiriam ao comerciante obter certo lucro no volume negociado. Se imaginarmos que esses negociantes viajavam sozinhos com esses grupos de cativos, turmas maiores poderiam aumentar a indisciplina e os riscos aos comerciantes, tanto de fuga quanto de uma reação mais violenta, como destacado pelos estudos nos Estados Unidos.⁷³

Um outro ponto destacado pelas descrições desse mercado nos Estados Unidos foi a preparação dos cativos para a sua revenda. Segundo Michael Tadman, os escravos chegados de outras partes do país para venda recebiam uma atenção especial dos comerciantes, passavam por um melhor tratamento para melhorar sua aparência, recuperando o desgaste da viagem.⁷⁴ O mesmo foi observado por Walter Johnson, que como Tadman, relatou também a preocupação dos negociantes com a busca pela cooperação dos cativos com a sua venda, para que eles tivessem um bom comportamento facilitando essas transferências.⁷⁵ Infelizmente, não conseguimos verificar a existência desse tipo de preparativo e conversa entre comerciante e cativos aqui no Brasil, apesar da prática ser plausível também para o caso brasileiro.

Assim, tendo muitas vezes os indivíduos identificados como comerciantes de cativos como “âncoras” que nos ajudaram a encontrar fontes e referências do comércio de escravos, conseguimos, apoiados na bibliografia, levantar uma série de informações que nos ajudaram a entender os contextos e situações de transferências de cativos entre regiões diferentes. Para complementar essa discussão, na sequência, vamos apresentar a análise de maiores informações relativas a alguns dos comerciantes de cativos identificados, explorando não só a sua participação nesse negócio, mas suas atividades mais amplas e notas de suas biografias.

Comerciantes de escravos: processos e notas biográficas

⁷³ TADMAN, Michael. *Speculators and slaves*. Op. Cit., p. 71-77; JOHNSON, Walter. *Soul by soul*. Op. Cit., p. 60-61.

⁷⁴ TADMAN, M. Op. Cit., p. 98-100. A mesma preocupação com a recuperação e melhora da aparência dos cativos também foi apontada por Walter Johnson. JOHNSON, W. Op. Cit., p. 119.

⁷⁵ JOHNSON, W. Op. Cit., p. 128-130, e TADMAN, M. Op. Cit., p. 101.

A análise de alguns casos envolvendo negociantes de escravos em Campinas pode ser bastante útil para entendermos o cotidiano desse comércio e as questões por trás da venda de um cativo. A partir da exploração da participação desses em outras fontes, como notas de transferências de outros bens além de cativos, procurações e processos que envolviam os indivíduos relacionados ao comércio de escravos, foi possível compreender melhor quem eram e como agiam os negociantes de escravos que atuaram na região de Campinas.

Vamos explorar um processo diretamente ligado à essa atuação, que traz muitas informações relevantes para nossa discussão e envolveu um dos maiores negociantes de cativos da região, João Mourthé.

João Mourthé

Como apontado anteriormente, João Mourthé foi individualmente responsável pelo maior número de transferências de escravos na região de Campinas, especialmente em relação à entrada e redistribuição dos cativos através do comércio interprovincial. Dos escravos que entraram em Campinas oriundos de outras províncias, durante todo o período analisado, Mourthé foi responsável direto (como último procurador) pela transferência de 25,5% deles (ou 229 indivíduos). Também na introdução desses cativos em outros municípios seu papel foi preponderante, agindo como procurador do vendedor e autorizando a redistribuição de 28,5% (ou 125 indivíduos) que de outras províncias foram redistribuídos a partir de Campinas. Sua importância nas transações locais e intraprovinciais foi significativamente inferior, sendo este um caso bastante claro de negociante dedicado ao comércio interprovincial de cativos.

Assim sendo, João Mourthé tornou-se uma figura interessante e um guia para a busca de maiores informações sobre esse negócio e as pessoas nele envolvidas. Procurando por seu nome, buscamos sua participação em outras atividades e processos a ele relacionados que pudessem trazer novos dados sobre sua atividade e sua vida em geral, o que nos daria a chance de entender suas escolhas e estratégias de ação. A busca por seu

envolvimento em conflitos gerados por sua participação no comércio de escravos foi especialmente almejada.

E devido a um problema ocorrido em uma dessas muitas negociações em que esteve envolvido, Mourthé acabou sendo levado à Justiça, o que nos permitiu explorar uma série de questões ligadas a este comércio. Em abril de 1877, o negociante João Mourthé foi acionado judicialmente pelo lavrador Francisco Aguiar de Barros, de São Paulo, que havia entrado na justiça na tentativa de “enjeitar” o escravo Cândido, que ele havia comprado poucos meses antes do negociante.⁷⁶ Barros argumentava que o dito escravo sofria de reumatismo e não poderia desenvolver o trabalho na lavoura para o qual fora adquirido. Dessa forma, Francisco buscava judicialmente a devolução do dinheiro e da meia sisa paga pelo cativo. Através desse conflito, buscamos explorar os debates legais, as práticas e experiências ligadas a essas transferências, as situações consideradas legítimas e injustas.

A aquisição de Cândido foi realizada na década de 1870, momento no qual o oeste paulista e a cidade de Campinas atraíam cativos de várias partes do país. Segundo o autor do processo, Francisco Aguiar de Barros, identificado como lavrador da cidade de São Paulo, durante uma viagem a Rio Claro, no interior da província, ele havia pessoalmente adquirido alguns escravos do negociante João Mourthé. Tempos depois, contudo, Francisco teria percebido que um dos cativos adquiridos, Cândido, um sergipano de 19 anos de idade, sofria de “reumatismo articular crônico, complicado por acessos intermitentes, de forma anômala, moléstia que tem de duração 5 anos”⁷⁷. Segundo o reclamante, essa doença impedia o escravo de executar o trabalho da roça, para o qual havia sido adquirido.⁷⁸

Para resolver esse problema, Barros havia recorrido à Justiça buscando “enjeitar” o escravo e assim exigir que o vendedor lhe devolvesse o preço e a sisa que ele havia pago. Apesar da escritura de compra do grupo de cativos não citar o valor individual de Cândido, Barros indicou que pagou 2:200\$000 réis pelo dito escravo, preço acertado entre ele e

⁷⁶ A presente análise foi apresentada no seguinte texto: SCHEFFER, Rafael da Cunha. “A conturbada venda de Cândido: libelo cível de devolução de escravo e ação de um comerciante no Oeste Paulista (1877)”. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cezar *Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

⁷⁷ *Ibidem*, p.2.

⁷⁸ Libelo cível – 1877 – 2 ofício, caixa 352, processo 6752. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Centro de Memória da Unicamp (CMU).

Mourthé. Para legitimar seu direito, o comprador por seu advogado citava as Ordenações Filipinas, Título XVII, do Livro 4 - “Quando os que compram escravos, ou bestas, os poderão enjeitar, por doenças ou manqueiras”.⁷⁹

Para sustentar e provar sua queixa, Francisco de Aguiar Barros e seu advogado anexaram ao processo a escritura de compra e venda dos escravos negociados, lavrada em 19 de outubro de 1876 (que incluía também um cativo gaúcho e outro catarinense), e um atestado médico que apontaria a doença de Cândido, com data de 14 de fevereiro de 1877. Além disso, a averbação da transferência escrava e o passaporte de Cândido, expedido em Sergipe, também acompanhavam a queixa de Barros.

Ainda para sustentar suas alegações e reivindicação, o autor afirmava que o próprio Mourthé já tinha conhecimento da moléstia de Cândido antes de vendê-lo, e mesmo assim não a havia informado ao comprador. Ainda segundo Barros, o réu agira com malícia

⁷⁹ Ordenações Filipinas, Livro 4, Título XVII. <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14p798.htm> (consultado em 25/7/2009). Seguem alguns pontos da ordenação:

“Livro 4, Título XVII: Quando os que compram escravos, ou bestas, os poderão enjeitar, por doenças ou manqueiras.

Qualquer pessoa, que comprar algum escravo doente de tal enfermidade, que lhe tolha a servir-se dele, o poderá enjeitar a quem lhe vendeu, provando que já era doente em seu poder da tal enfermidade, contanto que cite ao vendedor dentro de seis meses do dia que o escravo lhe foi entregue.

1. E sendo a doença de qualidade, ou em parte, que facilmente se deixe conhecer, ou se o vendedor a manifestar ao tempo da venda, e o comprador comprar o escravo sem embargo disso: em tais casos não o poderá enjeitar, nem pedir o que menos valia do preço, que por ele deu por causa da tal doença. Porém, se a doença que o escravo tiver for tão leve que lhe não impeça o serviço, e o vendedor a calar ao tempo da venda, não poderá o comprador enjeitar o escravo, nem pedir o que menos vai por causa da doença.

2. Se o escravo tiver algum vício de ânimo, não o poderá por isso o comprador enjeitar, salvo se for fugitivo, ou se o vendedor ao tempo da venda afirmasse que o escravo não tinha vício algum certo, assim como dissesse, que não bêbado, nem ladrão, nem jogador; porque achando-se que ele tinha tal vício ao tempo da venda, o poderá enjeitar o comprador. Porém, ainda que por o escravo ter qualquer vício do ânimo (que não seja de fugitivo), e o vendedor o calar, não possa o comprador enjeita-lo; poderá todavia pedir o que menos vale por causa do tal vício, pedindo-o dentro de um ano, contado no modo acima dito.(...)

4. Se o vendedor afirmar que o escravo que vende sabe de alguma arte, ou tem alguma habilidade boa, assim como pintar, esgrimir, ou que é cozinheiro, e isto não somente pelo louvar, mas pelo vender por tal, e depois se achar que não sabia a tal arte, ou não tinha a tal habilidade, poderá o comprador enjeitá-lo; porém, para que o não possa enjeitar, bastará que o escravo saiba da dita arte, ou tenha a tal habilidade meramente. E não se requer ser consumado nela.(...)

6. Enjeitando o comprador o escravo ao vendedor, tornar-lho-á, e o vendedor tornará o preço e a sisa que o comprador pagou, e assim o que tiver dado ao corretor, não sendo mais que o que por Direito, ou Regimento, lhe for devido. E assim mais pagará o vendedor ao comprador as despesas que tiver feitas na cura do escravo, quando por causa de doença o enjeitar.(...)

contra ele, pois Cândido já havia sido vendido e enfeitado anteriormente,⁸⁰ com o comerciante o aceitando de volta e tratando de sua enfermidade. Após isso, Mourthé o colocou novamente a venda, primeiro no Rio de Janeiro e posteriormente em Rio Claro, onde o autor o adquiriu.⁸¹

Partindo da queixa do comprador tivemos o início de um processo que revela algumas questões sobre o funcionamento da atividade de João Mourthé. Já em seu primeiro momento, por exemplo, há a dificuldade do oficial de justiça encarregado de citar Mourthé de encontra-lo em Campinas. Depois de diversas tentativas, o comerciante foi finalmente intimado em 16 de abril, quando estava hospedado no Hotel de Vicente de Campos, em Limeira.⁸² Como ocorreu no próprio momento da compra de Cândido, mais uma vez Mourthé encontrava-se viajando por cidade próximas, no interior paulista, com essas viagens de negócio surgindo como uma prática recorrente do comerciante, que se observam também em outros momentos do processo.

Quanto ao andamento do processo, a defesa de João Mourthé procurou negar os fatos apresentados, debatendo os argumentos na ordem discutida pela acusação. Por sua parte, um dos principais pontos destacados pela defesa foi questionar as intenções do autor: se a moléstia do escravo era tão grave, por que o autor esperou seis meses para entrar com a ação? Se o problema havia sido detectado, por que Barros não entrara antes com o pedido de devolução do escravo ao invés de esperar o prazo máximo que a lei lhe dava para isso?⁸³ Em seguida, contestando a acusação principal, a defesa de Mourthé negou que Cândido estivesse doente quando vendido, sugerindo que a doença apontada pelo comprador estivesse relacionada ao tratamento dado ao escravo pelo novo senhor (trabalho pesado e maus tratos). Afirmava, ainda, que o réu havia sim tratado Cândido antes de vendê-lo novamente, mas que ele apresentava outra enfermidade naquele momento.⁸⁴

⁸⁰ Aparentemente sem que isso tivesse resultado de um processo na Justiça, pois não foram encontradas referências a nenhum processo anterior nos autos e nos bancos de dados consultados no Centro de Memória da Unicamp (responsável pela guarda desse material e pelo banco de dados para sua pesquisa).

⁸¹ *Ibidem*, p. 14-15.

⁸² Libelo cível – 1877 – 2 ofício, caixa 352, processo 6752. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Centro de Memória da Unicamp (CMU), p. 5.

⁸³ *Ibidem*, p. 19.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 19v.

Quanto à questão de que o escravo já havia sido devolvido por um comprador anterior, a defesa declarou “que é verdade que Cândido, vendido entre outros escravos a alguém deste município, queixou-se ao comprador de sofrer alguma enfermidade, queixa que se desvaneceu diante de informações de outros escravos e de um exame médico, que o escravo sofreu.”⁸⁵ Dessa forma, “tomando esta manha de Cândido por má vontade em servi-lo, o comprador, que ainda não tinha passado escritura, entregou-o ao réu, que o recebeu por este motivo, e não por doente.” Assim, a defesa afirmou que o comerciante não acreditava que Cândido estivesse doente, indicando que seu envio ao Rio de Janeiro deu-se por escrúpulo de Mourthé, que desejava averiguar se o escravo estava mesmo enfermo, o que foi descartado por exame lá realizado.⁸⁶ Ao mesmo tempo que justificava a devolução do cativo ocorrida nessa primeira negociação, a defesa buscava construir a imagem de João Mourthé como alguém preocupado com sua reputação, com a “qualidade” dos cativos por ele negociados.

Após esse primeiro momento, em que as partes apresentavam suas alegações, a partir do dia 12 de maio de 1877 ambas tiveram a oportunidade de ter vistas do processo e preparar a réplica e tréplica, tudo isso sendo realizado até o início de junho. Em meados do mês, o Juiz Municipal Carlos Augusto de Souza Lima ordenou que fossem citadas as partes para que estas gerassem as provas.⁸⁷ O destaque às datas devesse a percepção de que a partir desse momento, segundo o que pude perceber, a defesa do comerciante passou a tentar postergar o caso e deixá-lo sem solução, pelo simples não comparecimento a seções ou ação alguma de sua parte. Digo isso pois foi apenas em 8 de novembro de 1877 que se deu prosseguimento ao litígio, através de um requerimento do autor pedindo que o réu fosse intimado a reunir seu rol de testemunhas.⁸⁸ E dessa forma, em 10 de novembro de 1877, o réu prestou seu depoimento na justiça. Ele foi então identificado: “João Mourthé, casado, com quarenta e dois anos, natural da cidade de Campinas, negociante, residente nessa cidade”.⁸⁹ Em seguida, o comerciante confirmou os dados gerais da negociação e repetiu

⁸⁵ Ibidem, p. 19v-20v.

⁸⁶ Ibidem, p. 20.

⁸⁷ Ibidem, p. 22-24.

⁸⁸ Ibidem, p. 25.

⁸⁹ Ibidem, p. 28.

seus argumentos levantados pela defesa. Sobre a doença, disse ter mandado Cândido ao Rio de Janeiro, onde foi provado que isso era “artifício ou manha empregada por ele para não trabalhar na roça”.⁹⁰ É interessante notar que esse último argumento pudesse ter alguma base, visto que o escravo foi apontado como de ofício “sapateiro” no seu passaporte, e que seu emprego em uma atividade diferente e talvez vista como mais desgastante pudesse ter enfrentado resistência por parte dele.

Após nova argumentação das partes, e como essas não chegavam a um acordo, na audiência de 15 de fevereiro de 1878 Barros solicitou ao réu que este nomeasse peritos para a avaliação do escravo, com o pedido sendo deferido e encaminhado pelo Juiz Municipal, primeiro suplente, o Comendador José Raggio Nóbrega.⁹¹ Depois de indicados os peritos com a concordância das partes, o autor assinalou as questões para a perícia, que eram as seguintes: 1º Sofre o escravo Cândido de doença que o impossibilite do trabalho na lavoura? 2º É antiga ou recente essa moléstia? 3º Poderia ela ter escapado a outros exames?⁹²

Norteados por essas questões, os peritos realizaram o exame no escravo e apresentaram o auto no dia 5 de março de 1878. Aos quesitos propostos responderam que: 1º Sim, Cândido sofria de reumatismo e era incapaz de serviço da lavoura. 2º Acreditavam que a moléstia era antiga. E ao 3º responderam que a doença poderia ter passado despercebida em outros exames, devido à falta de sinais claros em alguns momentos.⁹³

Com apoio desse laudo dos peritos nomeados, o autor reiterou o que havia alegado inicialmente, suas razões e o procedimento legal adotado: “segundo o disposto na Ordenação Título XVII, do Livro 4º, para que deva prevalecer o pedido na presente ação é preciso: 1º que o escravo vendido seja doente de tal enfermidade que o inabilite para o serviço; 2º que a enfermidade tivesse existido ao tempo em que o escravo estivesse no poder do vendedor; 3º que o vendedor seja citado dentro dos 6 meses do dia que se efetua a

⁹⁰ Ibidem, p. 28-29.

⁹¹ Ibidem, p. 31-32.

⁹² Ibidem, p. 37.

⁹³ Ibidem, p. 38-39.

venda”. E, com base nos laudos e documentos apensos ao processo, segundo o autor tudo isso estava provado.⁹⁴

Com esse encaminhamento contrário ao comerciante, a defesa dele ficou sem resposta por um longo tempo, voltando a se manifestar após um período de troca de representantes do réu, em 5 de fevereiro de 1879. Por parte do João Mourthé, sua defesa não questionou o laudo da perícia, mas sim aspectos de sua realização e dos procedimentos legais adotados. As considerações da defesa alegavam que as provas da doença seriam inconclusivas para o tema em discussão, pois o que provavam é que Cândido sofria de reumatismo no momento do laudo, cerca de 17 meses após os fatos discutidos no início do processo. Nesse tempo, ainda segundo a defesa, a enfermidade poderia ter se manifestado, inclusive pelos maus tratos e trabalho pesado sob o mando do comprador Francisco Aguiar de Barros, visto que o cativo não era roceiro e sim sapateiro por profissão. Além disso, enfatizavam que não ficou atestado, em momento algum, a intenção (dolo) do réu em ludibriar o autor. Finalmente, o representante do réu argumentava ainda que o libelo se deu fora do prazo determinado por lei, por alguns dias, o que se poderia observar relacionando a data de compra e a da citação do réu, o que tornaria sem validade a ação proposta pelo autor.⁹⁵

Após essa alegação, o juiz examinou a questão e decidiu a favor do réu, concordando com suas alegações do prazo vencido e provas insuficientes, condenando o autor, em 9 de junho de 1879, a pagar as custas do processo.⁹⁶ Em fins de julho de 1879 as custas do processo foram calculadas em 362\$900 réis.⁹⁷ Dessa forma, com um argumento de natureza eminentemente processual, a defesa do comerciante Mourthé conseguiu reverter uma ação que lhe parecia desfavorável com a confirmação da enfermidade de Cândido.

O caso observado traz uma variedade de pontos interessantes para discussão. De maneira geral, é interessante observar a contínua validade de códigos jurídicos anteriores à Independência, devido a falta de maiores determinações na legislação brasileira a respeito

⁹⁴ Ibidem, p. 42.

⁹⁵ Ibidem, p. 48-50.

⁹⁶ Ibidem, p. 52-55.

⁹⁷ Ibidem, p. 57-59.

da escravidão.⁹⁸ Contudo, mais do que a discussão do desenvolvimento do libelo, de sua montagem e da própria justiça do oitocentos, nosso interesse se concentra no que esta peça nos diz a respeito do comércio de escravos que se desenvolvia nessa época. E sobre as considerações a esse respeito vamos nos deter daqui em diante.

A princípio, cabe destacar como a negociação em que Cândido esteve envolvido se apresentava como uma transferência recorrente no comércio interno de escravos. Os deslocamentos interprovinciais tiveram um lugar de destaque nessas transações, como observamos para o caso de Campinas anteriormente. Sendo assim, podemos assumir que trajetórias similares à de Cândido se repetiram por inúmeras vezes, ao longo da segunda metade do século XIX.

Acompanhemos a trajetória de Cândido: matriculado no município de Laranjeiras, próximo a Aracaju, de onde podemos imaginar que fosse natural (visto ter sido matriculado nessa localidade, em 1872, com cerca de 12 anos de idade), Cândido foi enviado ao Rio de Janeiro, acompanhando o filho de seu senhor, em 1876. Segundo o passaporte do escravo, expedido em Sergipe em 9 de fevereiro de 1876, ele foi mandado para o Rio de Janeiro “a fim de ali ficar em companhia do acadêmico José Telles de Meneses, a mando do seu senhor Manoel Telles de Meneses”.⁹⁹ Além dos traços físicos, sinais e da aparência de Cândido, no passaporte foi também apontada a profissão dele como “sapateiro”. Sobre a motivação de seu envio para o Sudeste, talvez a motivação indicada nesse documento tenha sido apenas uma desculpa para não efetuar o pagamento de impostos de transferência de escravos, ou ele estivesse realmente acompanhando o filho de seu senhor. De toda forma, o filho de Manoel Telles de Meneses, provavelmente com uma procuração dada pelo pai, negociou Cândido na praça do Rio de Janeiro, onde o cativo foi adquirido por João Mourthé. Não encontramos nos autos a citação a nenhuma escritura de compra e venda

⁹⁸ As discussões desenvolvidas por Sidney Chalhoub em *Visões da liberdade*, muitas vezes embasadas por Perdígão Malheiro, apontam em vários momentos para a contínua validade desses códigos anteriores à legislação brasileira sobre a escravidão. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes/INL, 1976.

⁹⁹ Libelo cível – 1877 – 2 ofício, caixa 352, processo 6752. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Centro de Memória da Unicamp (CMU), p.13.

nessa primeira negociação, hábito que constituía subterfúgio comum para fugir ao pagamento de taxas de transferência de escravos, como vimos anteriormente.¹⁰⁰

Na capital imperial, entreposto de chegada e negociação de cativos de diversas províncias brasileiras, o sergipano Cândido foi adquirido por um negociante do interior paulista, provavelmente junto a cativos de outras procedências, como os que foram negociados com ele em Rio Claro. Essa transação de compra, no Rio de Janeiro, de escravos com origens variadas para sua revenda no interior parece servir como um bom exemplo das negociações possíveis dentro do mercado interprovincial, na qual poderiam ser misturados grupos de cativos de origens diversas. E essa parece ter sido uma prática corrente de diversos negociantes na região de Campinas, inclusive do próprio João Mourthé.

Sobre Cândido, chama a atenção que mesmo tendo uma especialização profissional que o tornaria mais valioso, o ofício de sapateiro, ele foi vendido como um trabalhador braçal para a lida na lavoura. Isso se deveu, possivelmente, ao alto preço pago pelos escravos no Sudeste, o que compensaria mesmo o emprego de trabalhadores mais qualificados de outras regiões como empregados no campo. Além disso, a compra desses cativos para o trabalho rural ressaltava, ainda mais, a necessidade de emprego dessa mão de obra, vista como fundamental por muitos senhores com lavouras em expansão no Sudeste.

Além disso, o que torna parte dessa vivência de Cândido representativa são algumas de suas características, como seu sexo e idade de 19 anos, que se encaixam perfeitamente no perfil de escravos preferencialmente negociados no comércio interprovincial, como observamos através da análise de notas de compra e venda de cativos no Capítulo 1. Os dados da matrícula de Cândido, realizada em 1872, além de seu perfil e do local onde ela foi efetuada, informam-nos que ele pertencia naquele momento a um plantel com, no mínimo, 5 indivíduos. Isso nos permite inferir que ele tinha um convívio próximo com outros cativos, que talvez tivesse nascido entre os escravos daquela propriedade. Refletindo sobre o local e contexto de sua origem, provavelmente de seu crescimento, podemos

¹⁰⁰ Em troca do adiantamento do pagamento, na realidade uma compra do escravo propriamente dita, para futura transferência, o negociante recebia uma procuração, evitando-se o pagamento de impostos. SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976, p. 150-158.

imaginar o impacto que causava em um jovem como Cândido a transferência para os grandes plantéis na cafeicultura, com novas formas de relação com a autoridade senhorial, de convívio familiar e mesmo dentro de uma nova comunidade escrava.¹⁰¹

Um tema a ser pensado, exemplificado pelo caso de Cândido, é o impacto da mudança profissional que muitos escravos tiveram de enfrentar.¹⁰² Com 19 anos, com certo qualificação e treinamento para desempenhar o ofício de sapateiro, Cândido havia sido obrigado ao trabalho da lavoura, o qual ele não necessariamente conhecia. Segundo relatos de cativos nos Estados Unidos, especialmente daqueles empregados nas plantações de algodão, a falta de conhecimento no trabalho da colheita resultava frequentemente em ferimentos e pouco rendimento se comparado a outros cativos, o que muitas vezes era motivo de punição com castigos físicos.¹⁰³ Isso aponta para uma outra adaptação necessária aos escravos que sofriam esse processo de mudança: ser obrigado a aprender um ofício, ou se adaptar a uma função que não dominam. Muitos desses trabalhadores, mesmo com pouca experiência, passavam a ser igualados a cativos mais experientes, sofrendo pressões para atingir um nível considerado apropriado de produtividade nesse contexto.

Os argumentos ligados à primeira devolução de Cândido nos ajudam a entender, também, uma série de práticas comuns a esse mercado de escravos. Comprado por um senhor de Campinas, conforme foi registrado no libelo, a falsa doença do escravo recém-comprado¹⁰⁴ teria sido entendida pelo comprador como um sinal de má vontade de Cândido em servi-lo. Com isso em mente, seu novo senhor teria decidido desfazer o negócio, o que foi aceito pelo comerciante. Duas questões ficam claras a partir dessa argumentação: primeiro o direito do comprador de rever/desfazer uma compra indesejável, e o costume dos negociantes de permitirem isso, talvez para salvaguardarem suas reputações e fregueses. Segundo, a agência cativa no momento ou na sequência de sua transação, mostrando sua opinião através de sua reação ou resistência, a tal “má vontade em servir”,

¹⁰¹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹⁰² CHALHOUB, Sidney, op. cit .

¹⁰³ JOHNSON, Walter. Soul by soul: life inside the antebellum slave market. Harvard University Press: Cambridge, 1999, p. 191-194.

¹⁰⁴ Como foi considerada na época, segunda a defesa do comerciante.

que poderia modificar seu presente e futuro ao fazer com que muitos senhores evitassem sua aquisição devido ao temor de problemas e riscos ainda maiores no futuro.

A percepção da agência escrava através desses atos de rebeldia e contestação, de dissimulação ou manipulação, já foi vista por historiadores como Sidney Chalhoub e Maria Helena Machado. Em certas ocasiões, escravos que se passavam por doentes, poderiam complicar as vendas de negociantes, fazendo com que transações fossem desfeitas.¹⁰⁵ Em outros, a resistência aberta e decidida dos cativos impedia vendas ou transferências para locais indesejados, sem, necessariamente, ir contra sua condição de escravo.¹⁰⁶ Nesses momentos, apesar dos riscos inerentes, a opção pela ação ou tentativa de manipulação de sua situação aparecia aos cativos como uma forma fundamental de tentar decidir seus futuros. Dessa forma, entendemos que esse espaço de reconhecimento entre novo senhor e escravo foi importante para a definição de muitas situações vividas nessas transferências. Os momentos iniciais de contato entre o escravo e seu pretense novo senhor poderiam ser explorados por cada parte para tentar estabelecer limites do que era aceitável.¹⁰⁷

Um outro ponto relevante na discussão sobre a venda e devolução de Cândido, nos discursos que informavam as regras que norteariam esse comércio, foi a suposta má fé observada na ação do comprador, que teria motivado a ação de Mourthé de não aceitar a devolução desejada (e que deve ter sido proposta a ele antes de ser levada à Justiça). Apesar de reconhecer, de certa forma, o direito do comprador Barros de reverter uma compra que ele achava injusta, o comerciante não o fazia porque o comprador teria se aproveitado do serviço do cativo durante o máximo de tempo possível, para somente depois procurar reverter o negócio. Assim, Mourthé pregava que cumpria as normas estabelecidas, mas acusava o comprador de desrespeitá-las.

Conflito de interesses como esse, entre um comprador e o vendedor de um escravo, levando o caso à Justiça, ajuda-nos a entender aspectos desse mercado que complementam informações de outras fontes. Os relatos, discursos e atitudes apontadas por Francisco Aguiar de Barros e João Mourthé retratam diversas características do funcionamento desse

¹⁰⁵ CHALHOUB, Sidney, *op. cit.*, p. 46, 48, 68-69, 73.

¹⁰⁶ Ver citação apresentada na p. 248. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 116.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 64, 68.

mercado de escravos, muitas delas ocultas das fontes mais usadas para a compreensão desse comércio, como notas de compra e venda ou o imposto de meia sisa. Em especial, o depoimento do comerciante deixa clara uma série de práticas ligadas ao desenvolvimento de seu negócio, como as viagens ao Rio de Janeiro para a compra de cativos e por cidades vizinhas a Campinas para revendê-los.

Um ponto a ser destacado no processo que se seguiu à venda de Cândido, é que para iniciar a ação, Francisco de Aguiar Barros enviou uma petição ao Juízo de Campinas para “depositar em poder de pessoa idônea o referido escravo”, para com isso iniciar a ação contra João Mourthé.¹⁰⁸ A pessoa idônea em questão, que ficou encarregada do referido cativo, foi Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho, residente em Campinas e também envolvido com o comércio de um grande número de escravos. De certa forma, essa escolha reforça a ideia de que o envolvimento na negociação de cativos não traria em si uma “mácula” para o comerciante encarregado. Em pesquisa anterior sobre Desterro, em Santa Catarina, observamos como diversas pessoas envolvidas na intermediação de vendas de escravos foram políticos locais e comerciantes com outros negócios que não foram “marcados” como negociantes de cativos, e não foram, em nenhum momento, criticados nos jornais por sua atividade (pelo menos até fins da década de 1870).¹⁰⁹

Além do processo envolvendo o enfeitamento de Cândido, encontramos a participação de João Mourthé no comércio de escravos refletida em um outro documento. No inventário referente à morte de Francisco José Martins de Abreu, João Mourthé foi declarado inventariante e como tal participa dessa ação, na qual ficam explicitados alguns fatos ligados à sua vida e negócios.¹¹⁰ Segundo o inventário e outras ações ligadas a ele¹¹¹, o português Francisco José Martins de Abreu, solteiro de cinquenta e um anos, havia falecido em Campinas em 18 de maio de 1871. O dito súdito português tinha como único

¹⁰⁸ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 1º ofício, cx. 228, processo 4642, Ação de Depósito, 1877.

¹⁰⁹ Ver: SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Op. Cit. Capítulo 3: Comerciantes de escravos em Desterro.

¹¹⁰ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 3º ofício, cx. 331, processo 7203, Inventário, 1873.

¹¹¹ Existem outras duas ações ligadas ao inventário, que são uma ação testamentária, de 1872 (1º ofício, cx. 544, processo 10016) e uma de manutenção, de 1871 (1º ofício, cx. 199, processo 4174).

herdeiro seu pai, que residia em Portugal, mas havia deixado testamento. E nesse testamento temos maiores detalhes da ligação dele com Mourthé.¹¹²

Realizado em 5 de outubro de 1870, o testamento de José Martins inicia, como era de praxe, identificando o autor e indicando o rito funerário desejado. Em seguida, consta que deixava 2/3 de suas posses, como era de lei, para seu único herdeiro legítimo, que era seu pai. Da terça parte restante, disposta através de seu testamento, deixava 10 contos de réis para Adelina, filha de Izabel Luísa de Barros, e mais 10 contos para essa mesma Izabel. O restante da terça parte deveria ser dividido entre Adelina e Amélia Mourthé, está última casada com João Mourthé. Além disso, José Martins menciona que tinha com o mesmo João Mourthé uma sociedade da qual Mourthé era o único agente, na qual o português havia entrado com um capital de 18:500\$000 réis.¹¹³

Até aqui, temos o que parece ser uma relação bastante próxima de Mourthé com José Martins. A indicação da esposa do comerciante como uma das legatárias reforça esse parecer. Chama a atenção, também, a definição de Adelina como legatária. A aproximação de Mourthé com esse círculo de convivência do falecido português pode ser observada na transcrição do termo de tutela da menor Adelina, de 12 anos mais ou menos, de 20 de fevereiro de 1873, que declara ser a menina filha de pai incógnito e que João Mourthé era seu tutor.¹¹⁴

A sociedade formada pelo português e Mourthé e o andamento desse negócio ficam mais claros no desenrolar do inventário, quando o comerciante e o procurador do pai de José liquidam a sociedade. Em 6 de novembro de 1872, foi lançada a liquidação da “sociedade de negociação de escravos” havida entre João Mourthé e o falecido Francisco José Martins de Abreu. Nesse ato, foi informado que o português havia entrado nessa sociedade investindo os 18:500\$000 réis anteriormente mencionados, enquanto Mourthé entrou com 6:200\$000 réis. Segundo o documento, aparentemente foram adquiridos 18

¹¹² CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 3º ofício, cx. 331, processo 7203, Inventário, 1873, p. 3.

¹¹³ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 3º ofício, cx. 331, processo 7203, Inventário, 1873, p. 9-10.

¹¹⁴ Testamentária 1872 A (1º ofício, cx. 544, processo 10016, p. 31). A posição da menina Adelina como legatária sugere uma aproximação do português para com ela e sua mãe que não temos como qualificar de maneira apropriada por falta de maiores indícios.

escravos com esse montante inicial, estando essa negociação no seguinte estado quando da morte do português:

(...) atendendo que dos escravos, objetos da negociação, faleceram quatro, quando dezoito deles foram afetados por bexigas bravas e a avultada despesa com eles feita, não só até então, como depois, ao importe das mortes e fugidos e a algumas dívidas em mau estado em poder do sócio Mourthé dado o respectivo balanço, e liquidação pela maneira seguinte: Que, deduzidas do balanço o valor dos escravos mortos e as avultadas despesas feitas, restavam como *lucro dela cinquenta e seis contos* de réis (...) **[grifos nossos]**¹¹⁵

Apesar de não haver registro no documento, os 18 escravos adquiridos devem ter sido apenas o primeiro grupo negociado, visto que o valor de venda dos 14 escravos restantes, sem contar os custos da operação e tratamentos apontados, teria de ser de cerca de 4 contos de réis por indivíduo para resultar nos lucros observados. E esses são valores irrealistas mesmo para o período estudado. Além disso, no mesmo documento de dissolução de sociedade, foi apontado que João Mourthé ficaria com a propriedade dos seguintes escravos:

Nessa dissolução o sócio Mourthé ficou com os escravos seguintes em sua parte: Posidônio, crioulo de São Paulo, trinta e três anos; Narciso, crioulo de Minas, dezenove anos; Hilário, crioulo da Bahia, pedreiro; Martiniano, crioulo do Rio de Janeiro, onze anos; Luiz, crioulo do Rio de Janeiro, dezesseis anos; Jeronymo, crioulo do Rio de Janeiro, dezenove anos; Alberto, crioulo do Rio de Janeiro, dez anos; Henrique, crioulo do Rio de Janeiro, doze anos; Urânia, crioula do Rio de Janeiro, quatorze anos; todos pretos, solteiros e no valor de treze contos e quinhentos mil réis. Campinas, cinco de novembro de mil oitocentos e setenta e dois.¹¹⁶

¹¹⁵ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 3º ofício, cx. 331, processo 7203, Inventário, 1873, p. 47-47v.

¹¹⁶ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 3º ofício, cx. 331, processo 7203, Inventário, 1873, p. 47v-48.

Esses nove escravos teriam restado da negociação e seriam transferidos apenas para João Mourthé, com todos os custos desse negócio sob responsabilidade do mesmo. Além disso, o documento indica que haviam dois escravos fugidos¹¹⁷. Os números de escravos mortos e fugidos, somados aos nove que restaram com Mourthé indicam a negociação de um grupo maior do que aquele de 18 cativos inicialmente citado. Assim, acreditamos que aquele tenha sido o grupo inicial de uma sociedade mais duradoura.

Os valores envolvidos e correspondentes a cada sócio são apresentados de forma bastante confusa no decorrer do inventário, especialmente porque o processo parece ficar dividido entre Mourthé e o consulado português, que atua no interesse do pai do falecido, o senhor Pedro Martins de Abreu. De toda forma, pelo que podemos apreender, o valor da sociedade, na sua dissolução, foi estabelecido em 80:700\$000 réis. Ficou estabelecido que João Mourthé entregaria para o inventário a quantia de 24:700\$000 réis em dinheiro e, posteriormente, o mesmo comerciante aparece quitando uma dívida de 18:500\$000 réis, exatamente o valor da participação inicial de José Martins na sociedade.¹¹⁸ Assim, parece que Mourthé comprou a parte do português na dita sociedade, ficou encarregado de transferir ao mesmo valores referentes à venda de cativos e da metade do lucro da sociedade e permaneceu com os cativos ainda não negociados.

O variado sistema de cobrança pelos escravos negociados parece ficar claro no inventário, ao serem apontadas as quantias que ainda estavam sendo recebidas estavam por receber. Parte do montante que seria de propriedade do falecido português, estaria ainda sob o poder de Mourthé, sendo essa parte constituída de “de algum dinheiro, letras e obrigações de alguns devedores em poder deste [Mourthé], bem como de letras e vales a ela [sociedade] pertencentes.”¹¹⁹ Letras, vales e obrigações, além do dinheiro vivo, constituíam os pagamentos recebidos pelos escravos negociados.

Quanto aos nove cativos remanescentes da sociedade que permaneceram com Mourthé, nota-se, novamente, a presença de escravos de outras províncias sendo negociados em Campinas, com apenas um deles natural da província de São Paulo. O grande grupo de cativos fluminenses foi completado por um baiano e outra mineira,

¹¹⁷ Idem, p. 46v.

¹¹⁸ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 3º ofício, cx. 331, processo 7203, Inventário, 1873, p. 54.

¹¹⁹ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 3º ofício, cx. 331, processo 7203, Inventário, 1873, p. 47.

indicando mais uma vez a origem diversa dos cativos negociados por Mourthé, predominantemente adquiridos na praça do Rio de Janeiro, como observamos no caso de Cândido.

Um ponto a ser destacado, que o inventário deixa bastante claro, foi a importância do português Francisco José Martins de Abreu para o financiamento da negociação de cativos desenvolvida por João Mourthé. Observamos como Mourthé investiu apenas a quarta parte do montante da sociedade, cabendo ao português o financiamento do restante da operação. A permanência de Mourthé no mercado sugere que ele possuía o contato e o trato do negócio, o que foi reforçado pelo próprio documento de dissolução da mesma que o aponta como único agente da sociedade. O conhecimento do mercado de cativos por parte do negociante, dessa forma, parecia em acordo com o investimento realizado pelo português, que garantiu o capital necessário para o desenvolvimento da sociedade.

A relação de devedores do falecido português indica que o mesmo agia principalmente na área de crédito, visto que era beneficiário de oito hipotecas e aparece como credor de diversas pessoas, inclusive de pessoas ilustres na cidade, como é o caso do Doutor Ricardo Gumbleton Daunt (hipoteca vencida, no valor de 1:344\$000 réis mais prêmio de 395\$000 réis), presença relativamente constante em processos judiciais e audiências em Campinas; Outros nomes encontrados foram de profissionais como o ourives Antônio Alves da Costa e cativos como Tia Joana, escrava do finado Major Brito (devedora de 2\$000 réis) e Tibúrcio, escravo da finada Maria Roza (com dívida de 5\$520 réis). Chama nossa atenção a presença de muitas dívidas de pequeno valor. Além dessas, existiam dívidas de moradores de Indaiatuba e Botucatu.¹²⁰

Retornando a procura por maiores informações sobre Mourthé, continuamos a busca por suas atividades em outros processos e encontramos um caso de tutela de um ingênuo. Em 1º de maio de 1880, Clemência Rosa, residente nesta cidade e escrava de José e Julia Cases, requereu que para seu filho de nome Silvério, ingênuo nascido depois da lei de 28 de Setembro de 1871, fosse nomeado um tutor. Para esse encargo, a própria cativa (pelo

¹²⁰ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 3º ofício, cx. 331, processo 7203, Inventário, 1873, p. 39v-43.

menos na justiça) apontou o cidadão João Mourthé, que já era padrinho do seu filho. Decorrente dessa petição, Mourthé tornou-se tutor de Silvério, que nessa época tinha de seis para sete anos de idade.¹²¹ Causa certo estranhamento uma cativa constituir um conhecido vendedor de escravos como padrinho e posteriormente tutor de seu filho. A seleção dos padrinhos geralmente envolvia a construção de uma rede de solidariedade para proteger as crianças que, no caso de padrinhos livres, poderiam interceder pelos mesmos na relação com seus senhores ou no acesso à Justiça, por exemplo. O que nos chama a atenção nesse caso é a opção da cativa por chamar uma pessoa envolvida diretamente na negociação de escravos, nas operações de transferência e cálculo de preços, talvez o aspecto mais impessoal da escravidão.

De toda forma, a escolha de Mourthé para tutor deve se desdobrar de sua função como padrinho. Contudo, em novembro de 1883, Mourthé pede que seja substituído na função de tutor, alegando os seguintes problemas: “não podendo por constantes saídas, e ocupação que tenho para fora, não posso continuar a exercer a tutela do menor Silvério, filho de Clemência Rosa (...)”.¹²² Não fica claro em momento algum quais seriam as funções de Mourthé enquanto tutor do menino, se ele estava encarregado da educação e assistência a Silvério ou somente auxílios eventuais. Caso a escrava tenha conseguido recursos para indenizar seus senhores quando seu filho completasse oito anos, ela poderia inclusive encarregar Mourthé da criação e educação desse garoto como liberto, sem que ele ficasse preso aos seus senhores. Entretanto, não temos maiores detalhes dessa situação. Pedro Alexandrino Rangel Aranha, solicitador no foro de Campinas, foi apontado pelo Curador Geral de Órfãos como substituto de Mourthé, sendo notificado e assumindo essa posição ainda em novembro de 1883. Mais ou menos nessa época, a vida de João Mourthé estava dando uma forte guinada, que talvez o tenha impulsionado nessa decisão de abrir mão da tutela do menor Silvério.

Destacamos, anteriormente, o papel do português Francisco José Martins de Abreu para o financiamento das transações desenvolvidas por João Mourthé, especialmente

¹²¹ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 3º ofício, cx. 552, processo 11305, Tutela, 1880.

¹²² Idem, p. 5-6.

devido a um acontecimento posterior, que chamou a atenção também da sociedade campineira na época, expressa através dos jornais: a falência de João Mourthé ocorrida entre 1883 e 1885, em decorrência direta do inventário sua esposa e, logo, dos bens do casal e de suas dívidas.¹²³

Amélia Mourthé faleceu no dia 8 de dezembro de 1881, em Campinas, deixando testamento e bens a inventariar, uma chácara e alguns escravos. À época, João Mourthé tinha por volta de 44 anos de idade.¹²⁴ Chama a atenção que no início do inventário da esposa, foram a Fazenda Pública e o Juiz da Provedoria que iniciaram os procedimentos visando notificar o viúvo e testamenteiro João Mourthé para que esse iniciasse o processo, visto que ele não havia dado os encaminhamentos, passados mais de 30 dias do falecimento de Dona Amélia.¹²⁵ Os oficiais de justiça encarregados de notificá-lo descreveram uma série de dificuldades ao não conseguirem citá-lo “por não ter sido encontrado e contaremos que se achava fora da cidade em lugar não sabido ao certo.”¹²⁶ É estranha essa dificuldade, pois em outro momento, já em agosto de 1882, o oficial afirma que “não o encontrei nem em outro qualquer ponto não obstante achar-se ele na cidade conforme fui informado e conforme o tenho visto, porém, somente a noite quando não posso citá-lo pelas impropriedades das horas.”¹²⁷ Ficamos com a impressão de que Mourthé estava se esquivando ou procurando ganhar tempo para a execução do inventário de sua esposa.

Em fins de agosto de 1882, temos a avaliação dos bens deixados e possuídos pelo casal. João e Amélia Mourthé possuíam uma casa situada na rua do General Osório, esquina com a rua da Boa Morte, com chácara anexa, composta de arbustos e benfeitorias, onde eles viviam, que foi avaliada em 35 contos de réis. Possuíam ainda mais dois terrenos anexos à mesma chácara, avaliados um em 5 contos e o outro em 2 contos de réis. Além desses bens de raiz, o casal também era proprietário de um cavalo de sela, avaliado em 400\$000 réis, e cinco escravos, sendo esses:

¹²³ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas, 4º ofício, cx. 240, processo 4798, Inventário, 1882.

¹²⁴ Em testemunho em uma execução sofrida por Mourthé devido às dívidas observadas no inventário, ele informa ter 50 anos de idade em 1887. Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232), p. 284-285.

¹²⁵ Idem, p. 2-5, 12.

¹²⁶ Idem, p. 6-6v.

¹²⁷ Idem, p. 12-13.

Escravos.

Manoel, fula, maior de 50 anos, avaliado por 1:000\$000; Maria, fula, mais de 40 anos, do serviço doméstico, avaliada por 800\$000; Selestina, fula, mais de 20 anos, do serviço doméstico, avaliada por 1:000\$000. Izabel, mulata, doentia, de 22 anos, do serviço de engomadeira, avaliada por 1:000\$000; Lauro, preto, mais de 30 anos de idade, doentio, do serviço da chácara, avaliado por 600\$000.¹²⁸

Além desses bens, foram levantados e avaliados os móveis e jóias pertencentes ao casal.¹²⁹ Nesse primeiro momento, a soma dos bens possuídos por eles, quando comparados às dívidas dos mesmos, resultou em mais de 6 contos de réis de saldo devedor. Ainda em outubro de 1882, o coletor José Ferraz do Amaral protestou contra essa declaração de bens de Mourthé, argumentando que “o inventariante é notoriamente rico, tido e havido como tal na opinião comum” e que ele deveria declarar todas as dívidas ativas da herança (ou seja, o que ele tinha a receber de diversas pessoas).¹³⁰

Nesse momento, a leitura completa da situação que envolvia Mourthé começa a ficar mais complicada, pois encontramos desdobramentos dessa condição em mais de um processo, como as execuções, ações sumárias e depósitos que procuram garantir o direito de devedores e a correta execução do inventário. O próprio testamento do casal aparece apenas em outro documento (a tomada de contas do testamento de Amélia Mourthé, realizada em 1885, quando foi dado por finalizado o processo de inventário da mesma). No testamento, observamos que João Mourthé se diz nativo de Campos, província do Rio de Janeiro, sendo Dona Amélia natural de Campinas e tendo os dois se casado em 1867. Não tinham pais ou filhos vivos, sendo herdeiros universais um do outro.

A partir de 1883, acompanhamos credores dos Mourthé entrarem com ações na justiça de Campinas, com a intenção de salvaguardar seus direitos. Os comerciantes Santos, Irmão & Nogueira surgiram em 1884 no processo, afirmando serem credores de 21:155\$260 réis, de capital e juros de empréstimo a João Mourthé. Este reconheceu em seguida a dívida e relatou que eram “as primitivas parcelas de seu débito originadas de

¹²⁸ Inventário 1882, p. 27-27v.

¹²⁹ Uma cópia e outras avaliações desses bens aparecem em uma Execução movida contra João Mourthé a partir do ano de 1884. Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232), p. 13, 26-29.

¹³⁰ Inventário, 1882, p. 45v.

quantias fornecidas para seus negócios e transações; e como não tenha dinheiro de presente para pagar o seu passivo faz a presente confissão de dívida, oferecendo como já ofereceu a outros credores os bens que possui à execução”.¹³¹ Essas condições foram aceitas pelos credores e a esta execução promovida foram adicionadas outras execuções, movidas por diversas pessoas, desde o médico que tratou de Amélia Mourthé nos últimos anos¹³² a pessoas que haviam vendido mercadorias, roupas¹³³ e sapatos ao comerciante.¹³⁴

Entre os débitos, destacaram-se as quantias devidas ao Conde de Três Rios, residente em São Paulo e apontado como capitalista, credor de 40:294\$564 réis (devido a uma letra de mais de 37 contos e juros);¹³⁵ já para João de Campos Salles, Mourthé reconheceu uma dívida de pouco mais de 13 contos de réis.¹³⁶ Outro credor, de menor quantia, foi o Barão de Itapura, residente na freguesia de Santa Cruz, em Campinas, fazendeiro, que teria a receber 1:700\$000 réis, mais juros de 10% ao ano, a partir da data da conciliação.¹³⁷ João Prost Rodovalho & Companhia, também de Campinas, eram credores de 2:850\$000 réis, tendo entrado com processo de execução contra o Mourthé junto com Pedro Egydio de Souza Aranha e Dr. Francisco Augusto Pereira Lima, também residentes nesta cidade, procurando garantir as quantias que tinham a receber de Mourthé, juntando suas petições à execução desenvolvida por Santo, Irmão & Nogueira.¹³⁸

O acúmulo de devedores e a falta de meios para pagá-los logo fizeram com que os bens de Mourthé fossem penhorados. Esses bens acabaram, em sua maioria, sendo depositados nas mãos do próprio Mourthé. Assim, até o início dos pregões de móveis, cativos e da própria casa onde vivia, João Mourthé pode continuar vivendo no lugar e da

¹³¹ Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232). Execução, 1884, p. 5.

¹³² Caso do Doutor Sergio Florentino de Paiva Meira, médico residente na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição desta cidade, credor de 1:913 mil réis. 1º ofício, cx. 267, processo 5228, Execução 1884, p.92-95v.

¹³³ Execução 1884 R (1º ofício, cx. 267, processo 5228). Elias Augusto do Amaral Souza, negociante desta cidade, credor de 2:000\$240 réis;

¹³⁴ Sumária 1884 R (1º ofício, cx. 269, processo 5247). João Baptista Barrese, negociante residente nesta cidade, proprietário da loja “Bota de Ouro”, “especializada em calçados de todas as qualidades para homens, senhoras e crianças.”

¹³⁵ 1º ofício, cx. 267, processo 5228, Execução 1884, p. 45-53.

¹³⁶ Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232). P 254-265v.

¹³⁷ 1º ofício, cx. 267, processo 5228. Idem, p. 68-74.

¹³⁸ 1º ofício, cx. 267, processo 5228. Execução 1884, p. 105-154. Entre eles temos também donos de armazéns de secos e molhados, farmacêuticos e outros negociantes.

maneira como estava acostumado, pelo menos a princípio. Em 1885, começamos a observar uma sequência de pregões e a liquidação dos bens do comerciante.

Em 1885, o escravo Lauro, de aproximadamente 35 anos de idade, sofrendo de pneumonia e já tendo recebido tratamento para sífilis, pediu na justiça para ser depositado e indenizar os credores de João Mourthé em troca de sua liberdade. Em um primeiro momento, o cativo apresenta um laudo médico no qual ficava atestado que ele não tinha condições de realizar serviços pesados.¹³⁹ Como já se encontrava em depósito desde a execução do inventário, o cativo não precisou solicitar que ficasse em poder de um. Observamos que a avaliação de Lauro no inventário, 600\$000 réis, não foi novamente citada. Lauro apresentou em juízo a quantia de 150\$000 réis e os credores foram questionados se aceitavam o depósito em troca da liberdade do cativo, com todos concordando em abaixo assinado. Aproveitando-se desse momento de instabilidade na sua propriedade, talvez até para conseguir levantar a quantia depositada, e a diminuição de seu preço com a constatação de sua doença, somando-se também o contexto de desvalorização dos escravos que se verificava, Lauro pode libertar-se do cativo.

Enfim, o processo de inventário de Amélia Mourthé, com o surgimento de diversas dívidas surgidas antes e durante a execução do mesmo, estendeu-se por vários anos, tendo sido finalizado apenas em 1887. Nesse ano, após a venda de bens e distribuição dos valores entre diversos devedores, com alguns deles entrando em acordo para receber apenas parte do que lhes era devido, João Mourthé finalmente quitou seus débitos. Nesse processo, como o próprio coletor indicou, ficou a surpresa pela situação econômica do casal. O processo nos indica, ainda, resquícios da organização e financiamento da participação de Mourthé no comércio de cativos e os novos rumos tentados por ele após o fechamento do comércio interprovincial, como veremos a seguir.

O inventário realizado quando do falecimento de Amélia Mourthé explicitou ainda uma outra questão fundamental para a vida de João Mourthé no início da década de 1880, que foi a busca por outro campo de atuação com o fechamento do comércio interprovincial de cativos. Podemos supor que o conhecimento de Mourthé desse comércio de

¹³⁹ Depósito 1883 R (2º ofício, cx. 110, processo 1692), p. 1.

trabalhadores tenha auxiliado na manutenção de sua atuação, mesmo quando o mercado de cativos se reduziu ao campo provincial. Mas Mourthé parecia estar buscando também outras alternativas. Em uma das execuções movidas contra o comerciante, a firma “Bastos & Souza, sucessores de Bastos, Souza, Santos e Cia, são credores do executado João Mourthé, pela soma de 9:552\$666 réis e juros respectivos, de 9% ao ano, contáveis desde 30 de junho de 1884 até efetiva solução”.¹⁴⁰ Essa dívida teria uma relação direta com as novas oportunidades exploradas por Mourthé no início da década de 1880, pois a firma aponta a origem desse débito na seguinte relação:

que dita soma expressa o saldo em tal data verificado, pelo ultimo balanço da conta corrente, que entre João Mourthé e Bastos, Souza, Santos & Cia se instituiu em setembro de 1881, em relação de debito e crédito, [sujeitas] a tais juros e pertencentes a exploração do privilégio da maquina “Andrade” para preparo e beneficio de cafés – privilégio esse concedido ao Dr. Francisco de Assis Pereira de Andrade, pelo decreto n. 8141 de 18 de junho de 1881 e de que Bastos, Souza, Santos & Cia se tornaram acionários, por escritura de mandado [*in reum propriam*], obtido do mesmo Dr. Andrade em 3 de julho do mesmo ano, que sub-rogaram em João Mourthé, restritamente para tal exploração nesta província, por escritura de 16 de novembro imediato.¹⁴¹

A possibilidade de explorar uma máquina de preparo e beneficiamento de café parece ter sido a oportunidade observada por Mourthé para continuar seus negócios. Nesse ponto, os contatos mantidos com os fazendeiros, da época em que importava escravos de outras regiões do país, talvez fossem vistos pelo comerciante como uma vantagem no desenvolvimento desse novo negócio. De toda forma, contamos com algumas correspondências de Mourthé para Bastos, Souza, Santos e Cia que são bastante informativas. A primeira carta anexada por esses comerciantes nos autos é esclarecedora da situação de Mourthé e seus esforços para o logro de sua nova empreitada:

¹⁴⁰ Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232). p. 208-216.

¹⁴¹ Idem.

“Campinas, 26 de 7bro de 1881.

Bastos, Souza, Santos & Cia.

Ilm. Srs.

Ontem realizou-se a experiência da máquina e julgo que o resultado foi favorável apesar de aparecer, como sempre, algum espírito de contradição.

A simplicidade da máquina, a velocidade e perfeição com que ela descasca o café foi tomada em Ant. condial. Porém o cavalo de batalha, é a duração da [borracha], e a ela pode durante muitos dias trabalhar sem ficar prejudicada, ou prejudicar o café pelo estado de quentura que [deve] tomar com a continuação do trabalho. Houveram alguns que chegaram a dizer que a vista do que ela (borracha) esquentou na ocasião da experiência, seria impossível que não derretesse durante o dia trabalhando sem parar, felizmente essas opiniões sempre estiveram em minoria, contudo seria bom mandar dizer alguma coisa a esse respeito. Como os senhores já devem ter vendido algumas, achava de necessidade para formar o crédito das máquinas, pedir aos fazendeiros que já as tem funcionando algumas cartas em referência ao resultado das mesmas e com especialidade a borracha. Essas cartas devem ser reproduzidas nos jornais daqui afim de convencer os lavradores, e assim tirar melhor resultado. O [Machado e Zidgeram] servem-se desse sistema para provarem o bom êxito, e melhoramento, de suas máquinas. Ontem tive pedidos com urgência, de cinco máquinas no. 2 que peço lhe mandar-me logo que esta receber, porque as pessoas que as encomendaram estão com café nas talhas, para beneficiar, e qualquer demora seria de mau êxito para sua empresa. Alem das encomendas deve mandar outras para ter para o primeiro pretendente que aparecer.

Temos aqui um outro negócio importante a resolver, que é a respeito do fabrico das máquinas.

Em Campinas há oficinas de fundição e carpintaria para satisfazer qualquer trabalho por muito difícil que seja, e em vista dos preços que diz o Sr. [Lavença] custar a factura de suas máquinas aí, suponho que tiraria muito melhor resultado em mandar fabricar aqui aquelas que se pudessem vender nesta Província. Para isso servia bem que alguém dos senhores que são interessados desse uma chegada aqui para melhor julgar o transporte por mar, estrada de ferro, madeiras para gradeamento e outros pequenos trabalhos, já merece um pouco de atenção, e além disso suponho que a fábrica aqui será por um preço inferior ao daí, espero que tome esta mesma lembrança

em consideração, e venha algum dos senhores para ver se isso se consegue, ficando na certeza de encontrar pessoa de toda confiança, para o trato que queira fazer. Em [ilegível] a remessa das máquinas para Santos achava bom os senhores entenderem-se com o Sr. Azurem para ele ali os receber, e remeter-me, por of. [ilegível] Guimarães & Cia, são moços principiantes e nem sempre estarão no caso de desembolsar a quantia necessária para pagar as despesas de momento. Assim o frete da estrada de ferro que, deve ali ser pago para seguir os volumes a seu destino. A respeito da comissão de [50\$000 ou 500\$] que os senhores propõem-me para a venda de suas máquinas, não direi que os senhores achem que seja pouco, porém tenho de responder-lhe que essa quantia não corresponde a responsabilidade que tomo e trabalho que devo ter, e despesas, visto ter necessidade de um pessoal, e estabelecimento para esse fim, se as vendas fossem muitas então poderia desaparecer isso que parece pouco, e a quantidade compensar. Por enquanto a empresa é nova, e até tornar-se conhecida deve levar algum tempo. Em fim ha todas essas circunstancias a ponderar, e por isso acho indispensável a vinda de algum dos senhores aqui para em tudo combinar mas de comum acordo.

Na experiência da maquina, o Sr. Manoel Laverna prestou-se o [ilegível] se podia desejar, mostrando tanto interesse [quanto] poderia algum dos senhores interessados, [espezas] do conhecimento que dele os senhores devem ter. Sou obrigado a particularmente recomendá-lo por ver que é um empregado digno de toda a consideração, apesar das suas maneiras simples, conhece-se o homem honesto e que toma todo o interesse pelos seus patrões, tanto que se alguma vez precisar que daí venha alguém, só desejo que me mandem o Sr. Lavença. O negócio de escravos continua paralisado, se aparecer algum comprador farei [para acabar], visto que toda a demora só redundaria em prejuízo.

Nada mais tendo a dizer, só peço que tem em consideração o pedido da remessa das máquinas para logo esta receber.

[]

João Mourthé.¹⁴²

Vale destacar a impressão de João Mourthé de que o negócio da venda de escravos está parado e que, por isso, manter escravos sem vendê-los à primeira oportunidade

¹⁴² Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232). p. 217-219.

resultaria apenas em maiores prejuízos. No que tange a sua atividade como negociante de máquinas de beneficiar café, vemos Mourthé procurando tomar uma série de medidas visando, em primeiro lugar, garantir uma boa propaganda das suas máquinas, através de demonstrações, divulgação e respostas a dúvidas de consumidores. Parece clara sua visão de que o novo produto precisava ganhar a confiança dos possíveis compradores.

Foi sobre confiança também que Mourthé baseou seu pedido para que os comerciantes lhe enviassem, assim que possível, cinco máquinas de beneficiamento de café. Segundo informou aos mesmos, ele já havia conseguido compradores para essas máquinas e esses dependeriam delas para beneficiar o café que estava pronto para ser colhido. Não sabemos se isso era real ou somente uma estratégia de Mourthé, mas revela a preocupação com o relacionamento com seus compradores, talvez pessoas que já negociassem com ele por longa data. Em seguida, destacou-se seu interesse na montagem das máquinas de beneficiamento na própria cidade de Campinas, já tendo o negociante verificado as condições para a construção das mesmas. Procurava, dessa forma, diminuir custos, ampliar ganhos e lucros. Mourthé pareceu bastante envolvido no projeto, em uma outra oportunidade de negócios na qual aproveitaria muitos de seus contatos e experiência anterior, visto que o mercado de escravos encontrava-se paralisado pelo contexto.

No contrato estabelecido entre João Mourthé e Bastos, Souza, Santos & Cia, detentores dos direitos de exploração das máquinas de beneficiamento de café “Andrade”, ficaram estabelecidos os direitos de ambas as partes, e entre eles o de Mourthé fabricar as máquinas ele mesmo. Adquirindo o direito de explorar as máquinas “Andrade” na província de São Paulo com exclusividade, o comerciante poderia estabelecer em Campinas a produção das mesmas, tendo somente que prestar contas quanto ao número de máquinas fabricadas (pois devia pagar aos outorgantes, Bastos, Souza, Santos & Cia, 200\$000 réis por cada máquina produzida) e certificar-se de que as mesmas seriam vendidas dentro da província. Infelizmente, não temos informações sobre valores adicionais pagos por Mourthé para a obtenção desse privilégio (ou se ele devia aos outorgantes apenas os valores da produção/comercialização de cada máquina, os 200\$000 réis). De toda forma, no início

desse negócio o comerciante ainda dependia das máquinas e acessórios fabricados pela firma do Rio de Janeiro.¹⁴³

Em carta no início de novembro de 1881, Mourthé pareceu claramente contrariado com seus contatos. Esses não haviam mandado o número de máquinas combinado e nem no prazo pedido por ele. Apesar de ter conseguido que alguns fazendeiros se comprometessem com ele para adquirir as máquinas, Mourthé apontou que muitos outros poderiam ser atraídos para utilizar essas máquinas, caso algumas delas começassem a operar na região.

Acaba de sair daqui nesse momento, o Sr. Dr. Francisco de Souza Queiroz, que foi ver o que estamos acertando em casa do Sr. João Ferraz, gostou muito e veio dizer que quer uma igual aquela porém também pede urgência em recebê-la a deste senhor de indispensável que venha logo, imediatamente as outras, por que tem de assentá-la no Belém do Descalvado, lugar de lavoura nova e aonde suponho [não] dispor de muitas máquinas, e aonde tem fazendeiros importantes e por isso não se deve desprezar de ali colocar uma o mais breve possível. O Sr. Dr. Queiros tem máquina Lidgerou e ia ter com esses senhores para mandarem [retocar] a sua máquina para principiar a beneficiar o seu café, porém ontem encontrando com ele em casa de um amigo, disse-lhe que antes de tratar do conserto fosse primeiro ver a mesma máquina, já vê que o resultado foi favorável, que em vez de tratar do conserto trata mesmo é comprar uma das nossas, e assim tem sido com todos os outros.¹⁴⁴

Segundo essa correspondência, João Mourthé pareceu ver um campo de possibilidades bastante promissor para o uso das máquinas por ele negociadas. Contudo, pedia ações de apoio por parte de seus associados: “Por essa e outras razões sou obrigado a insistir na remessa das máquinas, por que tenho necessidade delas aqui, e já tenho compromisso para 14 ou 15. Uma empresa nova todo o seu bom êxito está no princípio, em acudir os pedidos. Só peço que não me deixe em embaraços aqui”.¹⁴⁵ O compromisso observado com compradores locais, provavelmente clientes ainda do comércio de cativos,

¹⁴³ Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232). p. 279-282.

¹⁴⁴ Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232). p. 220-220v.

¹⁴⁵ Idem.

pode significar, mais uma vez, o aproveitamento desses mesmos contatos no novo negócio, o que seria reforçado pela capacidade de convencimento que ele parecia ter.

Ainda nessa correspondência, Mourthé aproveitava para comentar que estava enviando 3:900\$000 réis ao Sr. Azurem Costa, relativos à venda dos escravos Cosme e Antônio.¹⁴⁶ Esse último comentário reforça a ideia lançada anteriormente, de que Mourthé tinha o conhecimento prático do comércio de cativos, mas parecia não ter sozinho o capital necessário para conduzir o mesmo. Os quase quatro contos de réis enviados ao senhor Costa confirma que a maior parte do capital envolvido na negociação desses dois escravos era de propriedade desse. Ao recorrer a esses sócios, a participação de Mourthé no lucro geral obtido deve ter caído.

Na apresentação de contas de Bastos, Souza, Santos & Cia para João Mourthé apareceram registros de envio de dinheiro por parte do negociante no início dos anos 1880, relativo à venda de cativos, como vimos no fim da correspondência a eles endereçada. Além disso, na contabilidade do saldo devedor de Mourthé para com essa firma, Bastos & Souza informam que o mesmo negociante tinha um crédito precedente com a firma, devido a comissões para a venda de cativos, mas que essa era inferior ao valor devido. Assim, parece ter sido corrente João Mourthé tomar esses escravos em consignação ou sociedade com comerciantes ou firmas do Rio de Janeiro para vendê-los em Campinas, retirando daí uma comissão.

Quanto às notas de transações com as máquinas descascadoras, Bastos, Souza, Santos & Cia ainda apresentaram entradas da conta corrente de Mourthé com os mesmos, nas quais eram anotados os envios de máquinas, componentes e peças para o comerciante, sendo possível depreender, daí, como esse negócio se desenvolveu no seu nascedouro. Infelizmente, a informação que temos é bastante fragmentada e não nos permitiu cobrir todo o tempo desse contato entre a firma e Mourthé, mas é fato importante que ainda no começo de sua transação com essas máquinas, que se deu em meados de 1881, ele perdeu a esposa e acabou sendo arrastado para o processo de inventário dos bens do casal, que mostravam a situação de insolvência.

¹⁴⁶ Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232). p. 220-220v.

Do nosso ponto de vista, acreditamos que a fragilidade de Mourthé nesse momento de transição entre dois negócios (comércio de escravos e a venda de máquinas para beneficiamento de café), provavelmente com a necessidade de novos investimentos para promover o novo comércio, tenha o levado à situação de insolvência. Entendemos isso, pois observamos que Mourthé pareceu depender do capital fornecido por sócios para realizar a venda de cativos em Campinas em pelo menos duas ocasiões anteriores.¹⁴⁷ Isso explicaria como um indivíduo encarregado da venda de centenas de escravos, em transações que teriam envolvido centenas (ou até milhares) de contos de réis, poderia aparecer falido poucos anos após encerrar suas atividades.¹⁴⁸

Apesar de apontar que não tinham filhos, e de nenhuma criança ter sido citada diretamente durante o transcorrer do inventário de Amélia, o casal Mourthé havia tomado para criar uma criança que fora enjeitada em sua porta. Temos, ainda na execução ligada ao inventário de D. Amélia, uma nota de um médico dando um tratamento para o menino, apontado como “Etualpe, filho do Sr. João Mourthé.”¹⁴⁹ Esse mesmo nome foi citado no testamento de João Mourthé, aberto quando este faleceu em 10 de abril de 1896, na cidade de Campinas. “Fui casado em primeiras [...] com Dona Amélia Mourthé já falecida, de cujo consórcio não tivemos filhos. Não tendo herdeiros [...] instituo como universal herdeiro ao menor Etualpe que foi exposto em minha casa há 14 anos mais ou menos, e tenho criado como filho”. O comerciante faleceu sem deixar propriedades, tendo passado apenas pertences pessoais ao seu filho de criação.

Seguindo Mourthé pelos processos nos quais esteve envolvido, conseguimos maiores informações não somente sobre o comércio de cativos, mas sobre um contexto de participação nesse mercado. Eles mostraram as limitações para atuar que o comerciante teve, além de outras relações desenvolvidas em sua vida.

Manoel Antônio Victorino de Menezes

¹⁴⁷ Caso dessa Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232), p. 220-220v; e no Inventário do português.

¹⁴⁸ Claro que sempre podem existir outras razões que expliquem essas dívidas e o declínio econômico do comerciante, mas nenhuma delas fica expressa nos documentos encontrados.

¹⁴⁹ Execução 1884 R (1º ofício, cx. 327, processo 5232). p. 384.

O comerciante Manoel Antônio Victorino de Menezes foi uma figura chave durante minha pesquisa de doutorado e também na de mestrado¹⁵⁰, devido à sua atuação como comerciante engajado no comércio de cativos do Sul para o Sudeste e guia na busca por documentação e práticas desses negociantes. Os diversos exemplos localizados a partir de pesquisa sobre ele reforçam nossa primeira impressão. Para além das indicações ligadas ao comércio, discutidas em vários exemplos anteriores, vamos nos debruçar agora sobre alguns aspectos da trajetória de vida desse negociante.

Grande parte das informações e documentação encontrada a respeito de Victorino está anexada ou disponibilizada na investigação de seu desaparecimento e descoberta do assassinato, em 1885. Segundo a investigação realizada, em outubro do ano anterior, José Pinto de Almeida Júnior, funcionário do Banco Mercantil de Santos, nessa cidade, assassinou Manoel Antônio Victorino de Menezes, que estava em uma viagem de negócios na cidade para cobrar dívidas diversas. A partir desse acontecimento, o desdobramento das investigações, o processo crime e o inventário do negociante, além da cobertura dos jornais de Campinas e Desterro, forneceram-nos uma série de informações sobre Victorino.

A princípio, chamou nossa atenção a própria origem de Menezes. Em seu testamento ele declara ter nascido na província do Rio de Janeiro e ser “filho de pais incógnitos.”¹⁵¹ Infelizmente, não conseguimos levantar mais dados sobre esses anos iniciais e sua formação, especialmente sobre como conseguiu levantar os recursos com os quais montou seu negócio em Desterro. A curiosidade dos jornais que motivou uma melhor identificação da vítima de “um crime bárbaro”, contudo, ajudou-nos a entender melhor parte de sua trajetória.

Com a intenção de apresentar aos leitores mais detalhes sobre a vítima, o redator do jornal *Diário de Campinas* (e devido a suas investigações também testemunha no processo) entrevistou Sebastião Pereira da Silva, genro de Victorino, que estava na cidade acompanhando o processo de formação de culpa. Nessa entrevista, são explorados traços de

¹⁵⁰ SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 2006, Capítulo 4 – Victorino de Menezes, p. 124-143.

¹⁵¹ Testamento de Victorino de Menezes, publicado no jornal *A Regeneração*, n. 90, 1 de maio de 1885.

personalidade e a trajetória de vida de Victorino, que dificilmente seriam retratados por outras fontes.¹⁵² Através desse depoimento, o genro relata que Victorino “fora antigamente negociante no Rancho Novo, próximo de Valença, mudando-se depois para Itapemirim, onde tivera loja de fazendas.” Posteriormente, Victorino teria se envolvido no comércio de escravos em Desterro, vendendo-os para a Corte e para a província de São Paulo. Não temos maiores informações para checar esses dados, mas eles já nos colocam uma série de questões sobre esse personagem. A sua mudança e estabelecimento em Itapemirim, por exemplo, podem ser confirmadas, pois foi nessa cidade que Victorino se casou e desenvolveu família. Ele foi casado com Dona Izabel Francisca de Menezes e com ela teve duas filhas, Maria (que já havia falecido em 1874, quando ele faz seu testamento) e Leonor.¹⁵³ Nesse mesmo documento, realizado cerca de seis anos após o estabelecimento do comerciante na capital catarinense, é indicado que a esposa e filha do negociante continuavam em Itapemirim, no Espírito Santo (provavelmente com o restante da família).¹⁵⁴ Viagens e procurações para negócios em Itapemirim reforçam a ideia de que essa relação à distância de Victorino com sua família foi mantida por alguns anos.¹⁵⁵

Em sua edição de 9 de Abril de 1885, o *Diário de Campinas* noticiou que retratos falsos de Victorino vinham sendo vendidos na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, afirma que não existiam retratos de Victorino e para responder a essa curiosidade sobre a aparência do assassinado, o jornal o descreve do seguinte modo:

...era Victorino de Menezes de estatura um pouco acima do regular, busto algum tanto curvo e de presença agradável.

Tinha fronte espaçosa, rosto oval, nariz levemente aquilino, olhos castanhos e tez morena. Usava cabelo curto, bigode e cavaignac, o que lhe dava certa aparência militar. Os fios do cabelo eram grisalhos e os das barbas quase todos brancos, pelo que costumava Victorino pinta-los a miúdo.

Nunca trazia consigo armas, confiando em sua robustez, no caso de ser preciso defender-se de qualquer agressão.

Era afável no trato, denunciando bonhomia [?] e gostava de conversar, manifestando então humor alegre.

¹⁵² AEL. Diário de Campinas, 7 de Abril de 1885.

¹⁵³ Testamento de Victorino de Menezes, publicado no jornal A Regeneração, n. 90, 1 de maio de 1885. UFSC/BU.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Encontramos na seção “Movimento do Porto” dos jornais de Desterro entradas e saídas de Menezes e sua família indo e voltando ao Sudeste ao longo da década de 1870. UFSC/BU. O Despertador, n. 903, 22 de setembro de 1871.

Possuía alguns conhecimentos e apreciava muito observações astronômicas. Na sua casa em Santa Catarina existe um telescópio de que ele fizera aquisição, afim de contemplar os astros.

Muito metódico em todos os atos da sua vida e pontual em satisfazer as suas dividas, incomodava-se sempre que era forçado a alterar os seus hábitos ou quando alguém deixava de solver á risca os compromissos que com ele tinha. Quando algum devedor deixava de pagar-lhe o débito, preferia resolver imediatamente as dificuldades, recebendo qualquer quantia a uma espera prolongada, ou a recorrer aos meios judiciais.¹⁵⁶

Obtida através de entrevistas com conhecidos de Victorino na cidade, essa descrição é interessante para a presente pesquisa porque, além de descrever traços de físicos e da personalidade de Menezes, também demonstra a curiosidade que existia sobre ele e sua morte. Devemos lembrar que essa descrição foi realizada no esforço de cobertura do crime pelo jornal, desempenhando um papel de reconstrução das características da vítima, talvez mesmo como uma tentativa de cativar o público e de fazê-los se aproximar dela.

De toda forma, essa descrição nos traz elementos únicos sobre a figura de Victorino. Através de outras fontes, obtivemos apenas seu nome e pistas sobre seus negócios; maiores informações sobre suas viagens e redes de contato surgiram somente através das testemunhas chamadas no processo. Em momento algum, buscamos traços das características físicas ou comportamentais de Victorino, mas é interessante notar a preocupação do jornal em descrever a aparência, os costumes e sua convivência social. Diferença gigantesca se pensarmos nas descrições sumárias de escravos, realizadas em uma série de anúncios e notícias. Mas não devemos nos preocupar só com o que deveria ser descrito, mas com os próprios termos desta, como “Tez morena”, “agradável”, que não têm um significado claro, mas deixam abertas possibilidades de interpretação.

Retomando as atividades desenvolvidas pelo comerciante, o processo nos apresenta, através dos depoimentos de várias testemunhas, breves descrições de hábitos e contatos do negociante na sociedade de Campinas. Apontam que Menezes frequentava costumeiramente o Hotel Universo quando visitava Campinas e que nessas estadias tinha o hábito de voltar cedo para seu quarto, geralmente antes das nove horas da noite, e que não tinha o hábito de beber muito. Além disso, sabemos que Victorino realizou essa viagem

¹⁵⁶ AEL. Diário de Campinas, 9 de Abril de 1885.

para Campinas com a intenção de cobrar dívidas na região de transações que teriam sido realizadas tempos antes. Os valores das cobranças nos informam do montante negociado, sendo de dez contos a dívida de José Rodrigues Ferraz do Amaral e de dezoito contos de réis a maior delas, do senhor José de Campos Salles, fazendeiro na região.¹⁵⁷ O testemunho de Manoel Jorge Graça, parceiro comercial e amigo de Victorino, confirma o envolvimento de Victorino com o comércio de escravos para a região de Campinas e a parceria entre eles já verificada em outras fontes.¹⁵⁸ O depoimento de um joalheiro, indicando a compra do anel achado com o corpo por Menezes em 1874, aponta para a presença desse negociante nesta praça comercial há bastante tempo.

Nos depoimentos, as referências à operação de cobrança e aos valores em posse de Victorino também nos abrem caminho para pensarmos a respeito dessas questões. No interrogatório do réu, Almeida diz que seu encontro com Victorino no dia 13 pela manhã, na estação de trem, havia se dado também para o recebimento da gratificação de um amigo, que teria auxiliado Menezes em uma cobrança. Além desse amigo de Almeida, ficamos sabendo que Joaquim de Oliveira Motta, de Santos, também auxiliou Victorino na cobrança de algumas dívidas, enquanto ele continuava suas cobranças em Campinas. Contudo, a transação em Santos não foi concluída porque o devedor não teve condições de honrar a letra.¹⁵⁹ Em um dado momento de suas falas, Giraud e Cassiano, proprietário e funcionário do Hotel Universo, respectivamente, citam os valores em dinheiro e letras que Menezes levava consigo, costurados em bolsos no interior de suas roupas.¹⁶⁰ Segundo o depoimento de Cassiano, foi ele mesmo que realizou a costura dos valores, já utilizada em outros momentos por Victorino para transportar dinheiro em viagens. Explorando as razões dessa preferência, Julio Cezar da Silva Amaral, gerente da agência do Banco Mercantil em Campinas, em principio, havia apontado que o comerciante levava o dinheiro dessa forma para evitar o pagamento da comissão bancária. Em seguida, contudo, ele muda seu

¹⁵⁷ AEL. Diário de Campinas, 8 de Abril de 1885.

¹⁵⁸ Pesquisas em procurações de compra e venda de escravos nos cartórios de Florianópolis revelaram a existência de algumas delas em nome de Victorino que incluíam poderes para Manoel Jorge Graça negociar os escravos na região de Campinas. Cartório Kotzias. Livro de notas n. 46 (1879), p. 3-3v.

¹⁵⁹ AEL. Diário de Campinas, 8 de Abril de 1885.

¹⁶⁰ APESP, Apelação José Pinto de Almeida Junior, depoimento de Cassiano, p. 78-79, depoimento de Giraud, p. 121.

depoimento, pois havia se lembrado e verificado que Victorino falara com ele a respeito, mas a transferência através do Banco estava temporariamente impedida na época.¹⁶¹ Além disso, havia dito que a pedido de Victorino trocou 7 ou 8 contos em notas do Banco do Brasil por outras do tesouro, pois teria dificuldade para trocar as primeiras na praça de Desterro, onde não eram bem aceitas.¹⁶²

Pelos detalhes e pistas levantados no processo, com indicações de relacionamento e de outras fontes, foi possível cruzar tais informações com outros documentos. No caso específico, temos uma série de indicações sobre relacionamentos/contatos de Victorino na cidade. O nome de Manoel Jorge Graça, por exemplo, destaca-se na identificação do corpo no processo e surge em diversas procurações para negociar escravos mandados por Menezes de Desterro. Seu nome também está incluído no inventário de Menezes como devedor de sete contos de réis¹⁶³ (que aparentemente não haviam sido cobrados nesta última viagem do comerciante).

Além do envolvimento com o comércio de cativos, Victorino foi proprietário de diversos imóveis na cidade de Desterro. Em seu inventário, observamos uma discussão em torno dos valores dos aluguéis recebidos por esses imóveis, revelando que o comerciante possuía uma fonte de renda/investimento diversificada.¹⁶⁴

Nos Autos de Descrição e Avaliação de seu processo de inventário, observamos mais claramente essas opções de investimento. Destacava-se a opção pela compra de imóveis, uma escolha comum para os negociantes daquela época, como Fragoso e Martins indicavam já para os ricos comerciantes da Corte.¹⁶⁵ De um montante calculado em 47:593\$000 réis, 30:043\$000 réis eram constituídos por imóveis e terras.¹⁶⁶ Distribuía-se em dois sobrados (um na praça Barão de Laguna, antes conhecida como Largo do Palácio,

¹⁶¹ AEL. Diário de Campinas, 1 de Abril de 1885.

¹⁶² AEL. Diário de Campinas, 31 de Março de 1885.

¹⁶³ APESC. Processos Judiciais, Cx 6, Pasta 94, Petição, p. 74v.

¹⁶⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. (APESC). Inventário de Manoel Antonio Victorino de Menezes. Processos judiciais, Cx. 6, Pasta 94, p. 9. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. (APESC)

¹⁶⁵ FRAGOSO, João; MARTINS, Maria Fernanda. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a escravidão*. (I). Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 144.

¹⁶⁶ APESC. Processos judiciais, Cx 6, Pasta 94, Auto de partilha, p. 105. Este é o segundo auto de partilha do processo, pois o primeiro deles acabou sendo deixado de lado devido a uma série de irregularidades apontadas pelo advogado da parte de Maria Margarida e seu filho Hercílio.

e outro na rua João Pinto) e casas e terrenos nas ruas João Pinto, Trindade e Santa Anna. Além deles, havia fazendas na Enseada de Brito e no lugar denominado “Serraria”, em São José.¹⁶⁷ Segundo os cálculos apresentados no inventário, os aluguéis desses imóveis haviam rendido o equivalente a 4:744\$000 no período de sete meses, entre o desaparecimento de Menezes e a partilha de seus bens.¹⁶⁸ Por fim, havia 12 contos e 700 mil réis a receber de diversas dívidas e empréstimos.¹⁶⁹

Além desses investimentos, Manoel Antônio Victorino de Menezes também foi senhor de uma pequena escravaria. Em 1874, seu testamento apontava que era senhor de 4 cativos: Mariano e Ignácio, que estavam no Espírito Santo com a esposa de Menezes; a parda Maria (declarada liberta sob condição)¹⁷⁰ e Manoel, que auxiliavam o comerciante em Desterro.¹⁷¹ Como apontamos anteriormente, é possível que Manoel e Maria tivessem um papel ativo no cuidado dos escravos que esperavam o embarque para o Sudeste. De toda forma, o número de cativos possuídos por Victorino foi sempre baixo, tendo ele vendido e comprado alguns ao longo do tempo (especialmente quando sua família se instalou em Desterro, no início da década de 1880).¹⁷²

Uma questão de ordem mais pessoal, e mal explicada, que pode ser observada durante todo o inventário foi a relação de Victorino com o menor Hercílio Victorino de Menezes. Segundo a leitura do processo, essa criança era filha de Maria Margarida Duarte, que parece ser a mesma pessoa anteriormente indicada em outros documentos como a liberta Maria, parda que foi escrava de Victorino, e que foi inclusive beneficiada com doações em seu testamento, juntamente com seu filho (não nomeado no testamento).¹⁷³ A relação entre eles parece bastante estreita, pois Hercílio recebeu a doação de um casarão do comerciante localizado no Largo do Palácio, em 1880, no valor de 6 contos de réis segundo

¹⁶⁷ APESC. Processos judiciais, Cx 6, Pasta 94, Auto de descrição e avaliação, p. 55v-56.

¹⁶⁸ O valor desses aluguéis foi também incluso na partilha devido ao protesto do advogado de Maria Margarida. APESC. Processos judiciais, Cx 6, Pasta 94, P. 74v-75.

¹⁶⁹ APESC. Processos Judiciais, Cx 6, Pasta 94, Petição, p. 74v.

¹⁷⁰ Maria, de 17 anos, foi liberta sob a condição de servir ao comerciante por mais cinco anos. Cartório Kotzias. Livro de notas n. 35 (1872-1873), p. 121v.

¹⁷¹ UFSC/BU. A Regeneração, n. 90, 1 de maio de 1885.

¹⁷² Menezes autorizou a venda do escravo Ignácio em 1880 e comprou duas escravas domésticas em 1881. Cartório Kotzias. Livro de notas de escravos n. 9 (1879-1881), p. 46v-48.

¹⁷³ Testamento de Victorino de Menezes, publicado no jornal A Regeneração, n. 90, 1 de maio de 1885. UFSC/BU.

calculou o próprio Victorino.¹⁷⁴ Nesse casarão viviam Victorino e sua esposa (que já havia se mudado para Desterro nessa época) e o comerciante declarou que passava a pagar 50\$000 réis mensais de aluguel ao menor, que seriam pagos quando ele atingisse a maioridade. Tudo isso sugere que o comerciante fosse o pai de Hercílio, apesar de não podermos comprovar tal afirmação.

De toda forma, os documentos e fatos apurados apontam para uma teia de relações que ligam um negociante de cativos de Santa Catarina a pessoas de Campinas, assim como indicam seu envolvimento na sociedade de Desterro, assim como seu relacionamento como senhor de escravos. Com essa breve descrição dos negócios de Victorino de Menezes, observamos um exemplo de diversificação de investimentos de um comerciante de cativos, vislumbramos a rede de negócios de que ele participava, bem como alguns traços de suas características pessoais, que nos ajudam a situar esse comerciante e seu negócio no contexto da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX.

Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho

Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho foi sempre apresentado como morador de Campinas e encontramos, em alguns momentos, a citação a Thomaz Gonçalves Gomide, que pode não ser a mesma pessoa, mas, talvez, o parente do qual Gomide herdou o nome.

Destacamos que a atuação de Gomide como procurador encarregado de negócios com cativos não esteve limitada apenas a sua atuação como vendedor dos mesmos. Temos um caso em que Tobias Franco de Oliveira, morador em Jundiaí, constituiu Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho como procurador em Campinas para comprar dois escravos, função que ele cumpriu em 13 de outubro de 1868, quando adquiriu os cativos Raymundo e Antônio, de 26 e 20 anos, ambos do Maranhão, que foram trazidos para Campinas por Claudiano Xavier de Oliveira.¹⁷⁵

Buscando maiores informações sobre esse negociante, encontramos um processo que o envolveu no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Em 1871, um

¹⁷⁴ Cartório Kotzias. Livro de notas n. 48 (1880), p. 41-42v.

¹⁷⁵ 1º Cartório de Campinas, Livro 59, p. 95v-96v.

processo policial foi movido contra Gomide, sendo o negociante acusado de ferir postura municipal por ter uma casa de jogo ou permiti-lo em sua propriedade.¹⁷⁶ No auto de qualificação do réu, realizado em 31 de janeiro de 1872, foi apontado que ele era filho de Francisco de Assis Gonçalves Gomide e sua esposa, que era solteiro e tinha 35 anos de idade naquele momento, sendo brasileiro e natural de Campinas, onde vivia de seus negócios, sabendo ler e escrever.¹⁷⁷

Sobre a acusação de ter casa de jogo, Gomide se defendeu apontando que tinha uma casa alugada e que teria havido um jogo beneficente (para uma família pobre) em sua casa, mas este jogo seria “inocente” e dessa forma não foi comunicado ao delegado. Indicou ainda que teria consultado o Sr. Dr. Moraes Salles e que esse lhe falou que em um jogo assim constituído não haveria crime algum. Além desse cidadão de respeito na cidade, o réu forneceu ainda o nome de testemunhas que poderiam confirmar sua versão.¹⁷⁸ E para comprovar sua versão, anexou o jornal “Gazeta de Campinas” n. 145, de 6 de abril de 1871, no qual o jogo em sua casa é noticiado (o jornal cita que circulava a história de Gomide possuir uma casa de jogos, mas que isso não era verdade, tendo ele apenas promovido um jogo beneficente, como ele afirmara). Por fim, ainda temos testemunhas que fizeram recibos do dinheiro doado, mas não fica claro como esse caso termina. Ao que parece, a investigação não resultou em processo contra o negociante, mas nos fornece mais alguns detalhes sobre ele.

Além de uma rápida descrição de Gomide, sua idade, naturalidade, entre outras informações, o caso é interessante pois parece mostrar que ele era uma pessoa bem relacionada na sociedade campineira. O contato com personalidades importantes, a história do jogo beneficente e a própria divulgação da história no jornal sugerem que Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho tinha boas relações na sociedade local. Outra questão importante é que em nenhum momento seu envolvimento com o comércio de cativos foi apontado.

¹⁷⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo: Autos Crime Interior. Processo ACI 153 (CO 0794 DOC 022).

¹⁷⁷ APESP. Fundo: Autos Crime Interior. Processo ACI 153 (CO 0794 DOC 022), p. 8-8v.

¹⁷⁸ Idem, p. 11-13.

Antônio Bueno de Araújo Leite

Tendo negociando diversos cativos em Campinas e região, Antônio Bueno de Araújo Leite foi alvo de um protesto de um de seus clientes, interessado em devolver um escravo que havia sido adquirido do negociante, apresentando a seguinte petição em 16 de março de 1869:

Diz Antônio de Souza Mello, da cidade de Amparo, nesta por seu bastante procurador abaixo assinado que ele suplicante entre outros escravos que comprou de Antônio Bueno de Araújo Leite, comprou o de nome Geraldo, o qual verificou-se agora por exame médico que está sofrendo de moléstia crônica e incurável como seja hipertrofia do coração; e como o suplicado [] por forma alguma queira desfazer a venda, o suplicante [] para esse fim, de propor-lhe a competente ação, pela presente vem requerer a [] se digne mandar por dito escravo em depósito em mão de pessoa idônea, sendo disso intimado o Suplicado Leite, passando-se as [] termos.¹⁷⁹

O procurador de Antônio de Souza Mello (Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes) buscava, através do depósito, iniciar a discussão na justiça a respeito da compra de Geraldo e da anulação dessa aquisição, devido ao fato de o cativo apresentar uma doença debilitante, que restringia sua força de trabalho e, logo, seu valor, o que teria sido ocultado pelo comerciante.

Infelizmente, não foi encontrada a ação principal desenvolvida a partir desse depósito, de anulação da compra. Podemos sugerir, inclusive, que as partes em conflito poderiam ter entrado em acordo logo após essa primeira ação, com o comerciante aceitando o retorno de Geraldo ou restituindo parte do valor pago ao comprador. Enfim, não encontramos outra documentação que comprovasse o ocorrido posteriormente, ficando apenas as possibilidades.

A respeito de Antônio Bueno de Araújo Leite, encontramos um processo de falência em 1879, aberto quando o comerciante já estava morto. Credores do comerciante de

¹⁷⁹ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas. Depósito 1869 (1º ofício, cx. 191, processo 4042), p. 2.

diversas localidades estavam movendo processos de execução contra o espólio do Araújo Leite, que não tinha condições de quitar os débitos. O pedido de falência foi justificado na seguinte petição:

Diz o [] Augusto da Costa Braga e Antônio [] por seu procurador o advogado abaixo assinado, que os suplicantes são credores da herança do finado Antônio Bueno de Araújo Leite [...]. Acontece que o dito Leite era negociante e fazia [] de comprar escravos por [...] para vender, vendendo-os [] sendo que quando morreu se achava nesta cidade com uma partida de escravos para vender. Acontece mais que quando morreu o dito Leite achava-se ele [] tendo que deixar a herança [] tal modo que muito pouco tem [] os seus pagamentos, deixando de pagar não só as despesas como todos os diversos credores que até agora não receberam nada []. Nestes termos [] justificar [] o expedido [...]¹⁸⁰

Fica claro o envolvimento do comerciante com a negociação de cativos, sendo destacada sua atividade constante nesse tipo de negócios e estando, inclusive, envolvido com uma dessas negociações quando faleceu em Campinas. Por ser súdito português, foi o agente consular de Portugal quem esteve envolvido com esse processo pelo falecido. Outros credores foram citados, mas não temos a conclusão do pedido de falência.

Outro ponto que chamou nossa atenção foi o fato de Antônio Bueno de Araújo Leite ser o segundo comerciante de cativos que atuava na região de Campinas a falir, ou não conseguir pagar seus devedores. Conforme o que já indicamos anteriormente, para o caso de João Mourthé e sua relação com o português Francisco José Martins de Abreu, podemos entender que a insolvência de Araújo Leite estava relacionada ao papel relevante desenvolvido por sócios e financiadores desses comerciantes.

Comerciantes de escravos em Campinas

¹⁸⁰ CMU. Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas. Falência 1879 (1º ofício, cx. 235, processo 4757), p. 2-2v.

Através das análises desenvolvidas neste capítulo, esperamos ter contribuído para esclarecer os modos de ação e padrões de atividades dos envolvidos no comércio de cativos na segunda metade do século XIX, especialmente daqueles indivíduos atuantes nas transferências interprovinciais. E nosso estudo aponta o papel de destaque que esses indivíduos desempenharam na manutenção e ampliação da mão de obra escrava na região de Campinas.

Indivíduos identificados como comerciantes de cativos foram os responsáveis por grande parte desses trabalhadores negociados na região. Nomeamos como negociantes de escravos, seguindo um método já discutido por Robert Slenes, indivíduos que negociaram cativos em mais de uma ocasião, como procuradores dos vendedores. Essa forma de participação no comércio de cativos foi utilizada para diferenciar possíveis comerciantes de proprietários ou advogados que venderam cativos em uma ou outra ocasião. Nesse ponto, encontramos a participação de 45 indivíduos identificados como comerciantes, responsáveis por grande parte das transferências de cativos, especialmente aquelas realizadas entre as províncias brasileiras. Quando analisamos melhor esse grupo, percebemos que essa concentração foi ainda maior, com cinco ou seis nomes sendo responsáveis por grande número de vendas, apesar de várias pessoas participarem desse mercado.

Um ponto central reforçado por nosso estudo é a importância das procurações, que transmitiam o poder de negociar cativos, para a organização do comércio interprovincial de escravos, como já havia demonstrado Robert Slenes. Foram esses documentos que permitiram a articulação de negociantes de vários pontos do país, com padrões de atuação diferenciados. Observamos desde comerciantes provinciais, que repassavam esses cativos ou realizavam eles mesmos viagens de venda, intermediários que recebiam e renegociavam esses em portos provinciais e, especialmente, no Rio de Janeiro até agentes desses comerciantes que viajavam para o interior para vender os escravos ou comerciantes dessa região que adquiriam cativos na capital imperial para negociá-los em suas cidades.

As procurações nos auxiliaram na montagem e compreensão dessas redes e de suas variações ao longo do tempo. Através geralmente de 2 ou 3 intermediários, cativos de vários pontos do país foram enviados para comercialização no interior paulista. Mas os

caminhos e contextos dessas transferências nem sempre ficaram claros. Através das análises dos tempos decorridos entre a primeira concessão de poderes para a venda dos cativos e o registro definitivo de venda, encontramos indícios da variedade de situações que envolveram a transferência de cativos. O meio de transporte empregado para a viagem dos cativos pode ser questionado a partir dos intervalos de tempo e das rotas apontadas através dos locais nos quais foram lavradas procurações e subscrições dos poderes para sua venda.

Ao longo do capítulo, exploramos as possíveis organizações desse comércio e seus diversos elementos, tentando reconstruir as possibilidades envolvidas em uma transferência. Anúncios de negociantes para compra e venda de cativos, locais para manter os escravos durante a espera pelas viagens e nos períodos de negociação, a organização dos grupos para viagens e a venda deles foram alguns dos tópicos que procuramos explorar, problematizando esses diversos elementos.

Por fim, buscamos levantar maiores informações sobre algumas das pessoas identificadas como comerciantes de escravos, discutindo dados de processos e outros documentos não somente relacionados a esse negócio, mas também a atividades e investimentos paralelos. Um ponto a ser destacado foi que em diversos dos processos localizados temos algumas passagens que confirmaram o envolvimento desses envolvidos com o comércio de cativos, o que reforça a qualidade do método usado para identificá-los.

Considerações Finais

De todas as questões discutidas ao longo da pesquisa, alguns pontos merecem nossa maior atenção nesse momento. O primeiro deles diz respeito à importância das vendas no cotidiano da escravidão. O volume de pessoas comercializadas, especialmente no comércio entre as regiões, revela a necessidade de compreendermos ainda melhor essa dinâmica. Como realidade ou ameaça, as vendas de trabalhadores para outras províncias mudaram o contexto da experiência vivida de muitos desses homens e mulheres, rompendo laços familiares e sociais que tiveram de ser reconstruídos em outras regiões do país.

Transferências para uma realidade diversa daquela encontrada em seus locais de origem modificaram a forma como as relações sociais, de trabalho e mesmo disciplinares eram vividas na prática por milhares de trabalhadores. Isso gerou conflitos e tensões dentro da ordem escravista ilustradas pela figura do “negro mau vindo do Norte”. Essa era a figura do escravo desobediente, indisciplinado ou mau trabalhador que seria geralmente vendido pelos senhores de outras partes do Brasil para o Sudeste, e que causariam tantos problemas para os senhores locais. A chegada em massa desses cativos era vista como uma ameaça à ordem social local, como um perigo latente nessa sociedade.

Além dessas mudanças de contexto disciplinar, muitos dos trabalhadores vendidos para outras regiões do país tiveram também de aprender ou reaprender novos ofícios, ou atividades relacionadas a determinado tipo de plantio e colheita. Tudo isso marcava uma série de mudanças para esses indivíduos, que muitas vezes perdiam suas certezas e passavam a ter de reconstruir totalmente não somente sua vida social, mas também profissional.

Ao mesmo tempo, vimos também como no campo local essas transferências foram recorrentes, representando sempre elevados percentuais nos tipos de comércio analisados. Isso mostra a repetida troca de senhores e, logo, de contextos do cativo, mesmo na esfera local, o que indica além da constante troca de trabalhadores entre senhores a possibilidade de agência escrava na negociação dessas mudanças, buscando melhores condições.

Anúncios nos quais os vendedores indicavam que seus escravos haviam pedido para ser vendidos talvez sejam a mais clara exposição dessas agências, mas não podemos descartar que muitas das outras transferências no âmbito local possam ter sido influenciadas e desejadas pelos próprios trabalhadores. A busca de melhores condições de vida, de maior autonomia ou de um relacionamento mais proveitoso com seus novos senhores poderia justificar esse tipo de atuação.

Apesar de algumas tentativas de discutir a experiência escrava em todo esse processo, nossa própria seleção de fontes acabou muitas vezes deixando essa questão em segundo plano. Desse modo, em diversos momentos ao longo de nossa pesquisa tivemos de optar por não dedicar tanta atenção quanto a experiência e agência escrava nessas negociações merecem, privilegiando um debate de volumes e fluxos desse comércio, mais quantitativo que qualitativo. Com outras fontes e enfoques, esse é um tema que ainda precisa ser melhor estudado, como um campo da agência cativa ainda pouco esclarecido.

Outra questão específica de nosso estudo foi a importância do comércio desses trabalhadores para o fim da escravidão nas províncias do extremo Sul do Brasil. Mesmo com a leitura de fontes como as procurações e o registro de imposto sobre a exportação de cativos, não temos como assegurar o volume exato de trabalhadores negociados, o que fragiliza a discussão de sua importância como fundamental para esse declínio populacional. Apesar disso, conseguimos observar como a exportação de cativos mostrou ter um peso significativo ao transferir centenas de cativos dessa região para o Sudeste do país, especialmente na década de 1870. Foi um movimento que, como prática ou ameaça, afetou o contexto escravista do Sul, como se observa nas discussões de políticos locais e nas tentativas de criar obstáculos ou barrar essas transferências. Contudo, segundo o que nos foi possível apurar, esse comércio não pode explicar sozinho o declínio da população escrava do Sul do Brasil. Isso porque, a princípio, não temos a comprovação de uma saída tão volumosa de cativos que explique esse declínio sem combinar a exportação de escravos com outros fatores, como a mortalidade e a alforria.

Ao mesmo tempo, os números de saídas observadas, e sua difusão por todas as localidades estudadas, demonstra a importância desse comércio para a discussão do contexto de época e para o conjunto de fatores que ameaçavam os cativos no Rio Grande do

Sul e Santa Catarina. Através das procurações, observamos como todos os municípios analisados foram atingidos pela atração exercida pelo mercado nacional de escravos, em menor ou maior extensão. Fica destacada a capacidade de atração desse comércio interprovincial e também a de portos e capitais provinciais como entrepostos importantes para a comercialização de cativos, com especial destaque para o Rio de Janeiro no cenário nacional. Especificamente para São Paulo, a cidade de Campinas apareceu como um importante entreposto dessas negociações, para a qual senhores e procuradores de vários pontos da província vinham para adquirir escravos.

A atuação de comerciantes de escravos, em todas as localidades estudadas, foi fundamental para a transferência desses trabalhadores entre as províncias brasileiras, com sua importância sendo acentuada conforme a distância entre as regiões vendedoras e compradoras de cativos. Geralmente pouco solicitados nas transferências locais, os procuradores ou comerciantes foram os principais responsáveis por levar e trazer trabalhadores escravizados entre as localidades e regiões brasileiras. Em um mercado como Campinas, onde esses comerciantes concentraram quase toda responsabilidade pelo comércio interprovincial, notamos sua importância para a manutenção e ampliação dessa população escrava e a necessidade de conhecermos melhor esses indivíduos e seus modos de atuação.

Referimo-nos a modos de atuação, pois percebemos que os negociantes de cativos tiveram formas diferenciadas de participarem desse mercado. Temos uma diversidade de modos de participação nessa atividade, com alguns indivíduos atuando apenas em uma pequena área, próximo ao seu município de origem (provavelmente negociando outras mercadorias e esporadicamente vendendo escravos). Ao mesmo tempo, observamos indivíduos que adquiriam trabalhadores em uma região do país e viajavam para revendê-los em outra, tomando para si os lucros dessa transação, mas também os riscos e desgastes da viagem. Ligando comerciantes em todo o Brasil, as procurações que autorizavam a compra e venda de escravos foram uma peça central na construção das redes que permitiram a transferência de milhares de trabalhadores de um lado ao outros do país.

No campo da análise historiográfica, a presente tese destaca a relevância de se estudar as procurações que autorizavam a negociação de cativos como parte integrante

dessas transferências e que possibilitaram a atuação de comerciantes de cativos sendo especialmente importante para o estudo da saída de escravos de uma região. Como vimos em diversas localidades, apenas a análise das notas de compra e venda realizadas em uma região tendem a indicar com maior precisão o comércio local e a entrada de cativos, mas deixam de registrar cativos exportados, pois muitos tinham a escritura de sua transferência registrada apenas quando de sua venda no local de residência de seus compradores.

Um ponto fundamental na discussão realizada é que não se pode negar a existência de outros cenários e contextos em outras regiões. A importância do comércio interprovincial de cativos para abastecer Campinas e região é clara, mas não podemos com isso imaginar que esse modelo possa ser usado para explicar a introdução desses trabalhadores em outras localidades do Sudeste. Como é destacado pelo artigo de Robert Slenes sobre o comércio de escravos no Vale do Paraíba Fluminense e defendido pelo estudo de José Flávio Motta, comunidades em diferentes fases de desenvolvimento de suas economias escravistas tiveram formas diferentes de inserção nesse mercado. Assim, senhores de localidades em expansão ou em crise econômica tinham um contexto de opções entre manter ou vender seus cativos, adquiri-los em localidades próximas ou do mercado nacional, que mostram uma diversidade de situações que poderiam caracterizar esse comércio em regiões distintas.

Além disso, apoiado em discussões realizadas por Jonas Vargas, nossa pesquisa sobre Pelotas revela que nas próprias localidades exportadoras de cativos não podemos concluir que ocorreram perdas gerais entre todas as faixas de proprietários. A participação no mercado interno de cativos pareceu relacionada ao grupo de escravos possuídos, com pequenos senhores surgindo mais ativamente como vendedores. Essa opção pessoal deles pela venda, contudo, deve ser melhor questionada e compreendida, com um estudo mais amplo das opções apresentadas a senhores de cada localidade. O que parece ficar claro é que a “drenagem” de trabalhadores pelo Sudeste não atingiu todos os senhores escravistas de forma semelhante, ou pelo menos não foi vista como opção com a mesma prioridade por pequenos e grandes proprietários dessa mão de obra.

A partir das discussões propostas e de outras questões levantadas ao longo dessa tese, muitas delas sem encontrarem respostas precisas, esperamos ter contribuído para a

melhor compreensão do comércio de cativos entre as províncias brasileiras. Fica claro, especialmente quando comparamos as vendas locais e interprovinciais, que a participação nesse mercado variou grandemente dependendo do contexto regional, mas também das opções apresentadas a pequenos e grandes proprietários. A organização desse comércio, sua estrutura básica e fluxos pode ajudar na compreensão de outras transferências realizadas em vários pontos do país e que, a seu modo, ajudaram na modificação do contexto escravista em diversos pontos do território nacional.

Fontes

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), Unicamp – Campinas, SP.

Fundo: Coleção CDPS:

Diário de Campinas MR 146(1875-1876);

Diário de Campinas. MR 147 (1876);

Diário de Campinas. MR 148. (1885);

Diário de Campinas. MR 149 (1878);

Diário de Campinas MR 150 (1879);

Diário de Campinas MR 151 (1879-1880);

Diário de Campinas MR 152 (1880);

Diário de Campinas. MR 153 (1881-1882);

Diário de Campinas MR 154 (1882 -).

Fundo: CECULT

Gazeta de Campinas. MR 186 (1880, 1882);

Gazeta de Campinas. MR 259 (1876);

Gazeta de Campinas. MR 110 (1878);

Gazeta de Campinas. MR 189 (1885);

Gazeta de Campinas. MR 190 (1886);

Gazeta de Campinas. MR 191 (1886-1887).

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS) – Porto Alegre, RS.

Fundo: Fazenda. (registro de 2009 mais a nova visita em junho de 2010).

Leitura dos catálogos: “Fazenda - códices e relatórios” e “Fazenda – Correspondência órgão fazendário”.

F- 0652: Mesa de Renda de Rio Grande, registro de portarias (1873/1875).

Fundo: “Fazenda – Correspondência órgão fazendário”

Maço: 492. Mesa de Renda de Rio Grande – ofícios.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Porto Alegre, RS.

Fundo: Tabelionato de Alegrete

Livros de procurações:

1º Tabelionato:

Livro 1 (1874-1875).

Livro 2 (1875).

Livro 3 (1875).

Livro 4 (1875-1876).

Livro 5 (1876).

Livro 1A (1878-1879).

Livro 2A (1879-1881).

Livro 6 (1876-1877).

Livro 7 (1878-1879).

Livro 8 (1879-1880).

Livro 9 (1880-1881).

Livro 10 (1881-1882).

Livro 11 (1882-1883).

Livro 12 (1883).

2º Tabelionato (1º Distrito):

Livro 1 (1877-1878).

Livro 2 (1879-1882).

Livro 3 (1882-1884).

Fundo: Tabelionato Cruz Alta

Livros de procurações:

1º Tabelionato:

Livro 1 (1875-1877).

Fundo: Tabelionato Porto Alegre

Livros de procurações:

1º Tabelionato:

Livro 1 (1874).

Livro 2 (1874-1875).

Livro 3 (1875).

2º Tabelionato:

Livro 1 (1874-1875).

Livro 2 (1875).

Livro 3 (1875).

Fundo: Tabelionato de Pelotas.

Livros de procurações:

1º Tabelionato:

Livro 1 (1874-1875).

Livro 2 (1875).

Livro 3 (1875).

Livro 4 (1875-1876).

Livro 5 (1876).

Livro 6 (1876).

Livro 7 (1876-1877).

Livro 8 (1877).

Livro 9 (1877-1878).

Livro 10 (1878).

Livro 11 (1878-1879).

Livro 12 (1879-1888).

2º Tabelionato:

Livro 1 (1874-1875).

Livro 2 (1875-1876).

Livro 3 (1876-1877).

Livro 4 (1877-1878).

Livro 5 (1878).

Fundo: Tabelionato de Rio Grande.

Livros notariais de procurações:

1º Tabelionato:

Livro s/n (1872-1873).

Livro 39 (inicia em 1896).

Livro 40 (inicia em 1896).

Livro 41 (inicia em 1896).

2º Tabelionato:

Livro 1 (1876-1877).

Livro 2 (1876-1877).

Livro 3 (1877).

Livro 4 (1877-1878).

Livro 5 (1878).

Livro 6 (1878-1879).

Livro 7 (1879).

Livro 8 (1879-1880).

Livro 9 (1880-1881).

Livro 10 (1881-1882).

Livros notariais de Registros Diversos:

1º Tabelionato:

Livro 16 1845-1848).

Livro 17 (1848-1855).

2º Tabelionato: 22-25.

Livro 22 (1856-1857).

Livro 23 (1860-1865).

Livro 24 (1865-1869).

Livro 25 (1869-1873).

Fundo: Tabelionato de Pelotas.

2º Tabelionato: 1-10.

Livro 1 (1876-1877).

Livro 2 (1876-1877).

Livro 3 (1877).

Livro 4 (1877-1878).

Livro 5 (1878).

Livro 6 (1878-1879).

Livro 7 (1879).

Livro 8 (1879-1880).

Livro 9 (1880-1881).

Livro 10 (1881-1882).

Livros notariais de registros diversos:

1º Tabelionato:

Livro 16 1845-1848).

Livro 17 (1848-1855).

2º Tabelionato:

Livro 22 (1856-1857).

Livro 23 (1860-1865).

Livro 24 (1865-1869).

Livro 25 (1869-1873).

Fundo: Tabelionato de Pelotas.

Livros notariais de procurações:

1º Tabelionato:

Livro 1 (1874-1875).

Livro 2 (1875).

Livro 3 (1875).

Livro 4 (1875-1876).

Fundo: Tabelionato de Cruz Alta

Livros de notas:

1º Tabelionato:

Livro 10 (1857-1861).

Livro 11 (1861-1864).

Livro 12 (1864-1866).

Livro 13 (1865-1868).

Fundo: Tabelionato de Alegrete

Livros de notas:

1º Tabelionato:

Livro 3 A (1868-1870).

2º Tabelionato:

Livro 2 (1864-1869).

Livro 4 (1863-1867).

Fundo: Tabelionato de Pelotas

3º Tabelionato:

Livros de Procuраções:

Livro 1 (1878-1879).

Fundo: Tabelionato de Rio Grande.

1º Tabelionato

Livros Notariais de Transmissões e Notas

- Livro 2 - 1866 a 1874;

2º Tabelionato

Livros Notariais de Transmissões e Notas

- Livro 21 - 1849 a 1851;

- Livro 23 - 1853 a 1855;

- Livro 24 - 1855 a 1857;

- Livro 26 - 1860 a 1861;

- Livro 28 - 1863 a 1865;

- Livro 28A - 1861 a 1866;

- Livro 30 - 1867 a 1870;

- Livro 31 - 1870 a 1871;

Livros Notariais de Registros Diversos.

- Livro 23 - 1877 a 1879.

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu.

Livros Notariais de Transmissões e Notas.

- Livro 01 - 1832 a 1859.

3º Distrito.

Livros Notariais de Transmissões e Notas.

- Livro 02 - 1861 a 1869;

4º Distrito.

Livros Notariais de Transmissões e Notas.

- Livro 02 - 1853 a 1867;

- Livro 04 - 1858 a 1867;

- Livro 04 - 1867 a 1876.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) – Florianópolis, SC.

Ofícios dos Delegados de Polícia para o Presidente de Província. 1850/1870.

Ofícios dos Delegados de Polícia para o Presidente de Província. 1870/1883.

Processo de inventário de Victorino de Menezes. Processos judiciais, Cx. 6, Pasta 94.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) – São Paulo, SP.

Fundo: Autos Crime Interior.

ACI 153 (CO 0794 DOC 024). Inquérito: acusação de Injúria. Réu: Manoel Jorge Graça.

ACI 147 (CO 4415 DOC 020) Inquérito. Réu: Luiz, escravo de Manoel Jorge Graça.

ACI 153 (CO 0794 DOC 022). Infração de postura municipal. Processo policial contra Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho.

Biblioteca Central Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/BU) – Florianópolis, SC.

Jornais:

O Despertador: 1863 – 1885;

O Conservador: 1873 – 1886;

A Regeneração: 1868 – 1885.

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC) – Florianópolis, SC.

Jornais:

O Novo Iris – 1850-1852.

A Revelação: 28/08/1852 – 06/08/1853.

O Correio Catharinense: 15/12/1852 - 22/11/1854.
O Catharinense: 28/07/31, 18/08/1831, 25/01/1832, 31/10/1860.
O Expositor: 08/12/1832, 16/02/1833.
Conciliador: 09/12/1835.
Conciliador Catharinense: 1849-1851.
O Conservador: 17/01/1854 – 18/12/1855
O Argos: 01/01/1856 – 17/06/1862;
Cartas: 20/01/1857 – 60/10/1858;
O Santelmo: 28/03/1858;
O Cruzeiro do Sul: 01/04/1858, 01/09/1859;
O Cruzeiro: 11/03/1860;
Bota-fogo: 24/10/1858;
O Chaveco: 18/11/1860:
O Progressista: 10/01/1861;
O Mercantil: 17/06/1861 – 30/05/1869;
O Mercador: 25/08/1861;
A Estrella: 19/09/1861;
O Correio Official: 28/10/1861;
A Quinzena: 27/10/1861;
O Livro Negro: 02/11/1861;
O Pacaja: 01/06/1862;
O Despertador: 10/03/1863 – 16/05/1883;
Periódico da Semana: 31/10/1864;
O Desterrense: 28/01/1865, 13/05/1865;
O Constitucional: 17/07/1867 – 18/04/1871;
A Esperança: 15/07/1867;
O Pyrilampo (Laguna): 15/09/1864;
O Beija-Flor: 16/02/1868, 01/03/1868;
O Commercial: 01/01/1868;
A Lealdade: 20/05/1868;

A Perseverança: 20/07/1868;
A União: 15/01/1868 – 1888;
A voz da verdade: 15/04/1869;
O Cacique: 02/08/1870 – 29/08/1871;
A Província: 01/10/1870, 27/12/1871;
O Conciliador: 07/03/1872, 23/10/1873;
O Typographo: 22/09/1872;
O Patriota: 11/02/1875;
O Til: 15/11/1874;
Opinião Catharinense: 26/11/1874;
O Artista: 22/12/1878 – 30/11/1879;
O Município (Laguna): 24/11/1878 – 05/05/1829;
A Verdade (Laguna): 03/08/1879;
O Progresso: 03/04/1880 – 1888;
Colombo: 14/05/1881;
Jornal do Comercio: 21/05/1881 – 13/04/1894;
O Mensageiro: 27/02/1856 – 07/09/1857;

Cartório Kotzias – Florianópolis, SC.

Livro de notas de escravos, n. 26 (1864-1865).
Livro de notas de escravos, n. 3 (1865-1866).
Livro de notas de escravos, s/n (1873-1875).
Livro de notas de escravos, n. 9 (1878-1881).
Livro de notas n. 35 (1872-1873).
Livro de notas n. 37 (1874-1875).
Livro de notas n. 44 (1875-1879).
Livro de notas n. 46 (1879).
Livro de notas n. 47 (1879-1880).
Livro de notas n. 48 (1880).

Center for Research Libraries (www.crl.edu/content/provopen.htm).

Relatórios de Presidentes da Província de Santa Catarina: 1840 – 1888.

Relatórios de Presidentes da Província do Rio Grande do Sul: 1850-1888.

Centro de Memória da Unicamp (CMU) – Campinas, SP.

Fundo: Coletoria de Rendas de Campinas (CRC).

Livro 49 (1872-73);

Livro 51 (1873-74);

Livro 52 (1874-75);

Livro 53 (1875-76);

Livro 54 (1877-78);

Livro 57 (1878-79).

Museu da Comunicação Hipólito da Costa (MCHC) - Porto Alegre, RS.¹

Jornais:

A Reforma, Porto Alegre, 1872.

O Conservador, Porto Alegre, 1880.

O Rio Grandense, Porto Alegre, 1875.

Tabelionato do 1º Ofício de Notas de Campinas, Cartório Campagnone - Campinas, SP.

Livro 55 (1865);

Livro 57 (1866-1867);

Livro 58 (1867-1868);

Livro 59 (1868);

Livro 60 (1868-1869);

Livro 61 (1869-1870);

Livro 62 (1870-1871);

Livro 63 (1871-1872);

Livro 64 (1872-1873);

¹ Na página do Museu (<http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br>) pode ser consultado o acervo de periódicos da instituição.

Livro 65 (1874);
Livro 66 (1874);
Livro 67 (1874-1875);
Livro 68 (1876-1877);
Livro 68 A (1875-1877);
Livro 70 (1877);
Livro 71 (1877-1878);
Livro 72 (1877-1878);
Livro 73 (1878);
Livro74 (1878-1879);
Livro 75 (1879-1880);
Livro 76 (1879-1880);
Livro 77 (1880-1881);
Livro 78 (1880-1881).
Livro 79 (1881);
Livro 80 (1881-1882);
Livro 81 (1881-1882).

Tabelionato do 2º Ofício de Notas de Campinas, Cartório Paula Leite – Campinas, SP.

Livro 1 (1866-1867);
Livro 2 (1867-1868);
Livro 3 (1868);
Livro 4 (1868-1869);
Livro 5 (1869-1870);
Livro 8 (1872);
Livro 9 (1872-1873);
Livro 10 (1873);
Livro 11 (1873-1874);
Livro 12 (1874);
Livro 1A (1875);

Livro 2A (1875-1876);
Livro 3A (1877-1877);
Livro 4A (1877-1878);
Livro 5A (1878-1879);
Livro 15 (1876-1877);
Livro 16 (1877);
Livro 17 (1877-1878);
Livro 18 (1878-1879);
Livro 19 (1879);
Livro 20 (1879-1880);
Livro 21 (1880);
Livro 22 (1880-1881).

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- AMARAL, Roquinaldo. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.
- ARAÚJO, Thiago Leitão de. A persistência da escravidão: população, economia e o tráfico interprovincial (província de São Pedro, segunda metade do século XIX). In: XAVIER, Regina (Org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. Publicação no prelo.
- ARAUJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado (História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Unicamp, 1999.
- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BEATTIE, Peter M.. The slave Silvestre's disputed sale: corporal punishment, mental health, sexuality, and "vices" in Recife, 1869-1879. *Estudos Interdisciplinares de America Latina y del Caribe (E.I.A.L.) (Tel Aviv)*, vol. 16, n. 1 (2005), p. 41-65.
- BERUTE, Gabriel Santos. *A concentração do comércio de escravos na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Anais do II Encontro "Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional", Porto Alegre, 2005.

- BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c.1825*. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e cultura/Edusp, 1976.
- BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação (mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2005.
- CABRAL Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: UFSC, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860/1888*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAUWE, Fabiano. *A Libertação Gradual e a Saída Viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo Fundo de Emancipação dos Escravos*. Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2004.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Doutorado (História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.
- FLORENTINO, Manolo, GÓES José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João; MARTINS, Maria Fernanda. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a escravidão*. (I). Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 145.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FREUDENBERGER, Herman; PRITCHETT, Jonathan B. “The Domestic United States Slave Trade: New Evidence. *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 21, No. 3. (Winter, 1991), p. 447-477.
- GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Ser “ingênuo em Desterro/SC: a lei de 1871: o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História dos quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 121-160.

- GUDMESTAD, Robert H.. *A troublesome Commerce: the transformation of the Interstate Slave Trade*. Louisiana State University Press, 2003.
- HUBENER, Laura. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981.
- JOHNSON, Walter. *Soul by soul: life inside the antebellum slave market*. Harvard University Press: Cambridge, 1999.
- JOHNSON, Walter. Clerks All! Or, Slaves with Cash. *Journal of the Early Republic*, Vol 26, No. 4, Connection, Contingency, and Class in the Early Republic's Economy (winter, 2006), pp. 641-651. University of Pennsylvania Press.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- KLEIN, Herbert S.. The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971).
- LARA, Silvia Hunold. "Blowin' in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil". *Projeto História* (Departamento de História, PUC-SP), n.12, out. 1995, p. 43-56.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuições à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Unicamp, 2008.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: USP, 1996.
- LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. "Slaves and Masters in Early Nineteenth-Century Brazil: São Paulo". *The Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 21, Nº 4 (Spring. 1991), p. 549-573.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

- MACHADO, Cláudio Heleno. “O tráfico interno em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX”. *X Seminário de Economia Mineira*, Diamantina, 2002.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Edusp, 1994.
- MAESTRI, Mario. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3ª ed.. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- MAESTRI FILHO, Mário J. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984 (coleção tudo é História).
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EDUFPEL: Co-edição Livraria Mundial, 1993.
- MAMIGONIAN, Beatriz G.. *O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.
- MARSON, Izabel A. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império. 1871-1889*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2008.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo*. São Paulo: (n/d), 1938.
- MOTTA, José Flavio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa*

- Branca, 1961-1887). Tese de Livre docência (Dep. de Economia). São Paulo: USP, 2010.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000).
- NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo; Brasiliense, 1986.
- PEDRO, Joana M. et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995.
- PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.
- PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário Político Catarinense*. 2 ed. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.
- PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo: Resenha Universitária, 1975.
- PIAZZA, Walter F. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- REIS, João José, SILVA, Eduardo, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000.

- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- RODRIGUES, Jaime. “O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.) *O Brasil Imperial, vol 2 – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 297-338.
- SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 2006.
- SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais e perfis de cativos negociados em cinco municípios gaúchos*. In: XAVIER, Regina (Org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. Publicação no prelo.
- SCHWARCZ, Lilia Moriz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. “População escrava e africanos na Ilha de Santa Catarina (1830-1860)”. *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2009.
- SENADO FEDERAL. *1823-1888. A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- SILVA, Denize. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2004.
- SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (Org.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

- SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999.
- SLENES, Robert W. “The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888”. Tese de doutorado em História, Stanford, Sanford University, 1976.
- SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370.
- SPRICIGO, Antônio César. *Os caminhos da escravidão na Freguesia do Araranguá – 1840-1888*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.
- SPRICIGO, Antônio César. *Entre fatos e números a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no século XIX*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 2003.
- TADMAN, Michael. *Speculators and slaves: masters, traders, and slaves in the Old South*. Winsconsin University Press, 1996.
- THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- VASCONCELOS, Albertina Lima. *Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Porto Alegre, 2005.
- XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2007.
- XAVIER, Regina (Org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. Publicação no prelo.
- VARGAS, Jonas. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina (Org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. Publicação no prelo.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

ZIMMERMANN, Fernanda. Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório PIBIC, 2004.